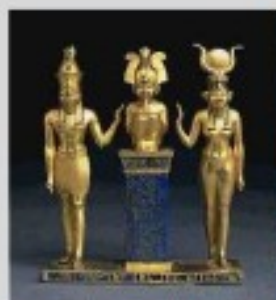


Trindade

- o "mistério" imposto por um leigo e anuído pelos teólogos.



Egípcios



Hindus



Cristãos

Trindade

- o “mistério” imposto por um leigo e anuído pelos teólogos.

(Versão 2)

“O espírito tacanho, não raro, fossiliza-se nas suas ideias, que, geralmente, nem são *suas* – ao passo que o espírito largo evolve, progride, abandona opiniões antigas e menos exatas por outras, mais prováveis.” (HUBERTO ROHDEN)

“A força retórica de um argumento jamais deve ser confundida com as realidades práticas que comprometem sua lógica.” (BART D. EHRMAN)

“Os erros não deixam de ser erros só porque todos o cometem ao mesmo tempo.” (ROBIN LANE FOX)

Paulo Neto

Copyright 2016 by

Paulo da Silva Neto Sobrinho (Paulo Neto)

Belo Horizonte, MG.

Capa:

[http://1.bp.blogspot.com/_EBqE1nrwkh8/SwTH29Aj_EI/AAAAAAAAATA/bkssfUfpm8Y/s1600/](http://1.bp.blogspot.com/_EBqE1nrwkh8/SwTH29Aj_EI/AAAAAAAAATA/bkssfUfpm8Y/s1600/osiris_isis_horus.jpg)

[osiris_isis_horus.jpg](http://1.bp.blogspot.com/_EBqE1nrwkh8/SwTH29Aj_EI/AAAAAAAAATA/bkssfUfpm8Y/s1600/osiris_isis_horus.jpg),

<https://i.pinimg.com/originals/23/88/65/2388657e9cefb51cce06426aebc1fc38.jpg> e

<http://www.provinciadorio.org.br/conteudo/userfiles/santissimatrindade.jpg>

Revisão:

João Frazão de Medeiros Lima

Hugo Alvarenga Novaes

Diagramação:

Paulo Neto

site: www.paulosnetos.net

e-mail: paulosnetos@gmail.com

Belo Horizonte, dezembro/2017.

Índice

Prefácio.....	5
Introdução.....	12
Definição.....	17
Ter uma base histórica para a crença em três deuses.....	27
A necessidade de se engendrar um nascimento sobrenatural para Jesus.....	32
“E o Verbo se fez carne” faz de Jesus o próprio Deus?.....	77
Sustentar a ideia de que Jesus é “filho de Deus”.....	106
Tornar Jesus o próprio Deus.....	128
Encontrar textos bíblicos para apoio do “três-em-um”.....	166
Seria uma crença desde o início do cristianismo?.....	269
1º) Dois Apócrifos do Cristianismo Primitivo.....	269
2º) No Cristianismo Primitivo.....	279
3º) Teólogos do Cristianismo Primitivo.....	299
Apoiar-se nos concílios para confirmar a Trindade.....	377
Conclusão.....	471
Referências bibliográficas.....	487
Dados biográficos do autor.....	501

Prefácio

“Por uma admirável lei da Providência, tudo se encadeia, tudo é solidário na Natureza.”
(ALLAN KARDEC) (1)

Paulo Neto nos mostra nesta sua obra, de modo bastante criterioso e competente, que a doutrina da trindade não foi uma inovação da Igreja cristã, e que a ideia de uma divindade composta por três pessoas distintas já existia, minimamente, entre os Cabiras (Suméria), os Órficos (da Grécia), nos mistérios de Elêusis, na antiga Canaã, no Egito, na Índia, na China, na Pérsia, na primitiva Germânia e entre os druidas.

Paulo Neto também nos mostra que a doutrina da trindade não é encontrada explicitamente no Novo Testamento e que foram necessários vários artifícios intelectuais, empregados ao longo do tempo, para justificá-la. E nos mostra ainda que essa doutrina pode ter sido introduzida como fruto do pensamento de leigos poderosos (no caso, os imperadores

bizantinos), por fins meramente interesseiros e políticos, e anuído pelos teólogos por coerção ou por eles se coadunarem com os mesmos princípios egoístas.

Não é minha intenção neste prefácio adiantar o que o leitor encontrará ao folhear as páginas deste livro, que creio ser de muita utilidade para todo aquele desejoso de se instruir, mas talvez o trabalho de pesquisa do *historiador* possa produzir matéria para reflexões *filosóficas*.

Immanuel Kant, filósofo alemão, observa na *Berlinische Monatsschrift*, em novembro de 1784 ⁽²⁾, que:

Os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da natureza ⁽³⁾, que lhes é desconhecido, e trabalham para sua realização, e, mesmo que conhecessem tal propósito, pouco lhes importaria. (...) É difícil disfarçar um certo dissabor quando se observa a conduta humana posta no grande cenário mundial, e muitas vezes o que isoladamente aparenta sabedoria ao final mostra-se, no seu conjunto,

entretecido de tolice, capricho pueril e frequentemente também de maldade infantil e vandalismo: com o que não se sabe ao cabo que conceito se deva formar dessa nossa espécie tão orgulhosa de suas prerrogativas. Como o filósofo não pode pressupor nos homens e seus jogos, tomados em seu conjunto, nenhum *propósito* racional *próprio*, ele não tem outra saída senão tentar descobrir, neste curso absurdo das coisas humanas, um *propósito da natureza* que possibilite todavia uma história segundo um determinado plano da natureza para criaturas que procedem sem um plano próprio. (grifos originais)

Talvez, neste caso, tão importante quanto entender os caminhos tortuosos que levaram a doutrina da trindade a ser introduzida no Cristianismo, seria tentar compreender também qual poderia ter sido a necessidade pressentida, esse *propósito da natureza* (não dos homens), que motivou tantos esforços (sublimes ou nem tanto) para admitir o Ser supremo dividido em três pessoas.

É fato que nós precisamos admitir a realidade de Deus para dar conta da totalidade da existência e também porque não podemos conceber seres racionais, qualquer que seja o plano de sua existência, em estado de completa anarquia, ou seja,

não submetido a algum poder superior. E como quem nos dirige não poderia ser algo inferior a nós, então Deus precisa ser também pessoal, inteligente, racional, moral, onipotente, onisciente, eterno, etc...

O próximo passo nesta reflexão é tentar compreender a forma como a autoridade deveria ser exercida, *tanto na Terra, como no Céu*.

Em 1748, Montesquieu argumenta ⁽⁴⁾ que “existem três espécies de governo: o republicano, o monárquico e o despótico”. O governo *republicano*, diz Montesquieu, “é aquele no qual o povo em seu conjunto, ou apenas uma parte do povo, possui o poder soberano”, o *monárquico* é “aquele onde um só governa, mas através de leis fixas e estabelecidas”, e o *despótico* é aquele onde “um só, sem lei e sem regra, impõe tudo por força de sua vontade e de seus caprichos”.

Anos mais tarde, em 1795, Kant reduz essas três formas a apenas duas, a *despótica* e a *republicana*. A forma monárquica (tal como concebida por Montesquieu) só seria possível se as leis todas já fossem dadas pela natureza e não coubesse mais ao

homem o papel de legislar. Mas isso não ocorre, e embora tenhamos *dentro de nós* a Lei Moral, ela nos fornece apenas princípios, que precisam ser detalhados e positivados em leis menores para dar conta dos casos concretos. Desse modo, a forma monárquica acaba, na prática, reduzida à forma despótica.

Kant define ⁽⁵⁾ o *despotismo* de modo parecido (pelo menos quanto ao fundo) a Montesquieu, como “o princípio da execução arbitrária pelo Estado das leis que ele mesmo criou”, e define o *republicanismo* como “o princípio político da separação do poder executivo (governo) do legislativo”.

Quanto ao poder judiciário, Montesquieu considerava que “tampouco existe liberdade se o poder de julgar não for separado do poder legislativo e do executivo” ⁽⁶⁾. Kant concorda e diz que “nem o chefe do Estado nem seu governante podem julgar, mas somente designar juízes como magistrados” ⁽⁷⁾. Montesquieu defende que “os juízes sejam da mesma condição do acusado, ou seus pares” ⁽⁸⁾, enquanto Kant defende que “um povo julga a si mesmo através daqueles entre seus concidadãos por ele designados”

(⁹).

Seja como for, hoje é razoavelmente bem compreendido e aceito que a forma que melhor consegue evitar a tirania, viabilizar a liberdade interna dos povos sem degenerar em anarquia, assim como promover a paz externa com outros povos, é a *republicana*, donde deduzimos que a autoridade de um Estado, apesar de representar a ideia de um *poder unificado*, não deveria ser exercida por somente uma única pessoa.

E assim podemos talvez vislumbrar o *propósito da natureza* e o que pressentiam aquelas pessoas que impuseram a doutrina da trindade, ou seja, uma autoridade divina que não fosse exercida de forma *despótica*.

Por fim, mesmo concedendo que a doutrina da trindade tenha sido introduzida no Cristianismo por motivações pouco nobres, como o Paulo Neto mostrará na sequência para os que o acompanharem até o final, isso talvez não seja motivo para rejeitá-la apressadamente, ao menos não totalmente. É verdade que não é possível admitir uma pessoa física

dividida em três, pois a alma é indivisível. Nem tampouco é racional admitir três pessoas exercendo ao mesmo tempo os três poderes, de forma *despótica*, e neste caso, faria mais sentido admitir uma só pessoa. Mas é possível admitir a autoridade divina exercida por uma única *pessoa jurídica*, mas representada por mais de uma *pessoa física*, na forma *republicana*. E se mesmo o *Reino de Deus* for realmente administrado sob essa forma, não haveria motivos para não a imitarmos também nos *reinos* daqui da Terra.

Brasília, 6 de janeiro de 2018.

Rafael Gasparini Moreira

Bibliografia:

- KANT, Immanuel. ***Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita***. 3ª Edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- KANT, Immanuel. ***Para a Paz Perpétua***. Rianxo: IGESIP, 2006.
- KANT, Immanuel. ***Crítica da Razão Pura***. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- KANT, Immanuel. ***A Metafísica dos Costumes***. Bauru: EDIPRO, 2003.
- KARDEC, Allan. ***O Livro dos Espíritos***. 87ª Edição. Rio de Janeiro: FEB, 2006.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat, Baron de. ***O Espírito das Leis***. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Introdução

Muitas pessoas não se dão conta de que o significado de certas coisas teve uma origem; na verdade, nem paramos para pensar nisso; por esse motivo é comum acharmos que elas sempre tiveram o sentido pelo qual as conhecemos.

Continuarão com esse pensamento todos aqueles que não buscam, por si próprios, saber como e quando determinada coisa passou a ser vista daquela maneira. Isso é importante, pois, não raro, nos vemos à volta com “verdades” impostas por pessoas que, muitas das vezes, nem bagagem cultural tinham para sustentar o que pensam.

Essa tarefa, provavelmente, colocará em risco aquilo que sabemos sobre algo; entretanto, como isso faz parte do nosso processo evolutivo de conhecimento, devemos executá-la mesmo assim. Entretanto, se uma pessoa não quer correr o risco de mudar a sua opinião sobre o que já aprendeu, é melhor que não se lance a esse tipo de empreitada.

Ter a mente aberta é a condição indispensável para que se busque a “verdade verdadeira”, vamos assim dizer, e não aquela que nos pretendem passar e, às vezes, até mesmo nos impor, visando justificar posições pessoais de uns poucos indivíduos que não se preocuparam em transmitir aos outros, senão as suas próprias verdades.

Vamos, nessa pesquisa, envidar todos os esforços para buscar descobrir “a origem das coisas” em relação a crença na Trindade, instituída no Cristianismo.

A questão que nos surge é: Será que, se fosse mesmo uma realidade aceita e, obviamente, compreendida por todos, teria sido preciso instituí-la através de dogma, ou seja, tomaram a decisão de que devemos aceitá-la daquela maneira e pronto?

Vejamos, em ***Evidências Científicas Demonstram Que Você Vive Depois da Morte***, a opinião de Russel Norman Champlin (1953-2018), Ph.D., bacharelado em Literatura Bíblica no *Immanuel College*; os graus de M.A. e Ph.D. em línguas Clássicas na Universidade de Utah; com estudos de

especialização (em nível de pós-graduação) do Novo Testamento na Universidade de Chicago, sobre dogmas:

[...] **os dogmas são criados essencialmente para simplificarem as coisas e conferirem-nos algum conforto mental.** Pois, se já conhecemos tudo quanto é essencial que seja conhecido, então podemos descansar e olvidar qualquer inquirição que procure por maiores luzes. **O dogma pertence à essência mesma da letra que mata.** O seu propósito é impor organização e ordem a um sistema de ideias, a fim de que esse sistema possa ser mais facilmente apreendido e aplicado. **Porém, torna-se algo muito prejudicial quando começa a erguer muralhas que aprisionam a mente e o espírito.** E torna-se ainda pior quando persegue aqueles que tentam escapar de seus estreitos limites. Literalmente falando, os dogmas têm sido a causa da morte de muitos corpos humanos. Têm sido a fonte de inúmeras perseguições religiosas. **Têm servido para embotar muitas mentes.** Os dogmas têm criado inimizades. São os principais aliados dos preconceitos. ⁽¹⁰⁾ (Nas transcrições e no texto normal todos os grifos em negrito são nossos. Quando ocorrer de não ser, avisaremos.)

Eis, no fundo, o que é, de fato, um dogma.

Quando pedimos aos seguidores das religiões tradicionais um esclarecimento sobre o conceito do

dogma da Trindade, pelo motivo de não conseguirmos entendê-lo, já que não vemos nenhuma lógica em sua base, invariavelmente nos vêm com o tal de “é mistério insondável”.

Ora, para nós, dizer isto é o mesmo que confessar algo deste tipo: “Como sou incapaz de explicar essa situação, por não ter argumentos lógicos para tal, isso o que estou afirmando, mesmo que fira a razão, é o correto, pois assim determinou o escalão superior da minha religião que estudou o assunto a fundo”.

Transcrevemos do livro *Vida de Jesus*, de Ernest Renan (1823-1892), este oportuno parágrafo, que muito bem define a nossa posição:

Eu escrevo para propor minhas ideias aos que buscam a verdade. Quanto às pessoas que necessitam, no interesse de sua crença, que eu seja um ignorante, um espírito falso ou um homem de má-fé, não tenho a pretensão de modificar seus julgamentos. Se essa opinião é necessária ao sossego de algumas pessoas piedosas, terei o maior escrúpulo em desiludi-las.
(¹¹)

Fazemos nosso esse pensamento, cristalino por sinal, desse renomado filósofo, historiador e escritor francês, pedindo apenas a você, leitor, que não o veja como sendo uma atitude áspera de nossa parte, pois, sinceramente, não é essa a nossa intenção.

Definição

Tomando do artigo “Fundamentos Bíblicos”, publicado no site **Catequese Católica**, podemos dizer que:

A Trindade ou Santíssima Trindade é a doutrina acolhida pela maioria das igrejas cristãs que **professa a Deus único preconizado em três pessoas distintas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.**

Para os seus defensores, **é um dos dogmas centrais da fé cristã**, e considerado um mistério. Tais denominações consideram-se monoteístas.

O Judaísmo e o Islamismo, bem como algumas denominações cristãs, não aceitam a doutrina trinitária.

A doutrina trinitária professa que **o conceito da existência de um só Deus**, onipotente, onisciente e onipresente, **revelado em três pessoas distintas**, pode-se depreender de muitos trechos da Bíblia. [...].⁽¹²⁾

Os que atualmente advogam esse dogma, fazem de tudo para demonstrar sua realidade

apresentando fundamentos bíblicos que o justifique; porém, na maioria das vezes, recorrem às mais estapafúrdias interpretações para legitimá-lo, fato que muito impressiona às massas, que, geralmente, não têm acentuado senso crítico para perceber a fragilidade dos argumentos a favor dessa ideia. Veremos isso oportunamente.

No **Dicionário Barsa**, constante da *Bíblia Sagrada - Barsa*, encontramos estas explicações para o verbete Trindade:

Trindade, A SSma. O mistério fundamental do Cristianismo que consiste no fato de que **sendo Deus numérica e individualmente um, existe em 3 Pessoas distintas**; ou, em outras palavras, que a essência divina, que é uma e a mesma no mais estrito e absoluto sentido, existe em 3 Pessoas realmente distintas entre si sendo cada uma realmente idêntica à mesma essência divina. **O Pai gera eternamente o Filho, e o Espírito Santo procede de ambos. Cada Pessoa é realmente distinta da outra, cada uma é Deus verdadeiro e eterno e contudo há só um Deus.** Podemos compreender que 3 indivíduos humanos sejam distintos um do outro e ainda possuam uma humanidade em comum. A unidade das 3 Pessoas Divinas é inteiramente diferente. Quando falamos delas como um Deus, dizemos não só que cada uma é Deus, mas que cada uma é um e o mesmo

Deus. Este é o mistério da Trindade, incompreensível a toda a inteligência criada.

O mistério está prefigurado mas não claramente revelado no Antigo Testamento (Gen 1,26; 3,22; 11,7; Num 6,23-26; Is 6,1-9; etc.). Só no Novo Testamento é que foi explicitamente proclamado (Mt 3,16; 10,20; 17,5; 28,19; Lc 4,18; Jo 3,35; 15,26; 2 Cor 13,13; 1 Jo 5,7; etc.).

A Igreja admitiu este mistério desde o começo, como se vê pela fórmula do Batismo. Só mais tarde com o aparecimento de hereges, é que definiu **no Concílio de Niceia (325) a consubstancialidade do Pai e do Filho; e a divindade do Espírito Santo, no de Constantinopla (381).** ⁽¹³⁾

No decorrer dessa pesquisa, tomaremos conhecimento do que os denominados hereges pensavam, se sempre se admitiu essa crença; e, ainda, falaremos sobre algumas das justificativas aqui colocadas para a crença na Trindade.

Oportuno também recorreremos à ***Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia - Vol. 6***, onde os seus autores, R. N. Champlin e J. M. Bentes, discorrem sobre tema Trindade:

1. **Definição.** Os crentes comuns, e até mesmo a

maioria dos mestres cristãos, **se fossem solicitados a definir a trindade, apresentariam uma definição “triteísta”, e não uma definição “trinitária”**. Diriam haver três pessoas divinas. Pai. Filho e Espírito Santo, e que são uma só pessoa. Porém, **se fossem pressionados a explicar melhor suas ideias, diriam que essas três pessoas são “distintas”**. A doutrina trinitária, **entretanto, não contempla pessoas distintas. Se assim fosse, tudo se reduziria ao “triteísmo”**. Em outras palavras, haveria três pessoas; por conseguinte, três deuses, pois cada pessoa é vista dotada de existência separada das outras duas. **A maioria dos argumentos apresentados em favor do “trinitarianismo”, na realidade dá apoio ao “triteísmo”**. No trinitarianismo, fala-se da “essência de Deus” como algo que está sujeito à distinção em três pessoas, mas sem qualquer divisão que permita a distinção em três pessoas diversas. Não há “três deuses”, e nem meramente “três modos de manifestação divina”. Antes, todas as pessoas são coextensivas, coiguais e coeternas. Contudo, sem importar que tipo de analogia ou argumento usemos, a fim de demonstrar essa doutrina, em algum ponto não conseguiremos explicar-nos devidamente, pois simplesmente **não sabemos como pode haver três, e, ao mesmo tempo, um só, porquanto a mente dos homens terrenos não se presta muito bem para entender a matemática celeste**. Por conseguinte, as analogias e explanações invariavelmente se inclinam por apoiar o “triteísmo”, e não o “trinitarianismo”. **Até mesmo as explicações antigas, que falavam de três “hipóstases” de “uma só substância”, chegavam**

perigosamente perto do triteísmo, se é que não eram expressões dessa posição. A palavra *trindade* significa a “união de três partes ou expressões em uma só”. Porém, se postularmos três pessoas separadas, teremos caído no triteísmo, mesmo que digamos que essas três pessoas possuem o mesmo tipo de natureza. Muitos homens existem; compartilham do mesmo “tipo de natureza”; mas não perfazem “um único indivíduo”.

Se dissermos que Deus é um só, em seu ser essencial, mas que a essência divina existe em três formas ou modos de ser, cada forma constituindo uma pessoa, embora participem da mesma essência, ainda assim teremos caído no triteísmo, se porventura estivermos concebendo três pessoas distintas, com existências individuais. Agostinho falava da trindade em termos de “relações internas”, ou seja, aspectos de um único ser divino. Em Deus não há qualquer divisão, mas tão-somente simplicidade e unidade perfeitas. **Aceitando essa forma de definição, que é verdadeiramente trinitária, encontramos dificuldade em harmonizar essas ideias com as descrições dadas pelo N.T.** acerca das pessoas e das obras das três pessoas divinas. O que isso significa é que, sem importar qual definição apresentemos sobre a “trindade”, nossas mentes permanecem insatisfeitas, porquanto simplesmente não podemos aprender o conceito “trinitário”, já que não temos qualquer experiência sobre algo que seja, ao mesmo tempo, três e um. Portanto, nossas mentes não podem entender o conceito trinitariano, quando é apresentado realmente como tal, e não como forma velada do triteísmo. Não obstante, o N.T.

ensina que só há um Deus, e que há três pessoas divinas. Como isso pode ser, não sabemos dizê-lo. Tomás de Aquino estava com a razão, ao asseverar que algumas doutrinas cristãs transcendem à razão e à percepção dos sentidos – estilo sujeitas à apreensão exclusiva da fé. O fato de que a mente humana não é capaz de entender uma doutrina não significa que tal doutrina não seja veraz. Por conseguinte, afirmamos a verdade da ideia trinitariana, porquanto certas passagens do N.T. quando consideradas em seu conjunto, exigem essa ideia, ainda que as nossas explicações a respeito fiquem muito aquém de nos satisfazer plenamente. Também aceitamos a divindade e a humanidade de Cristo, mescladas no homem Jesus de Nazaré, mas não há maneira de explicar tal coisa, acerca de como ela pode ser verdadeira. Isso envolve uma dimensão do conhecimento e da verdade que as nossas mentes ainda não conseguiram atingir. **Por que haveríamos de pensar que não há “mistérios” presentes em qualquer sistema de conhecimento que envolva considerações sobre a realidade última?** A verdadeira definição e compreensão sobre a trindade continua sendo um mistério para nós; no entanto, possuímos excelentes indicações, nas páginas do N.T., de que isso representa a verdade sobre a natureza e a pessoa de Deus, e que o N.T. não procura nos ensinar o “triteísmo”. (14)

Na transcrição são usados os termos “triteísta” e “trinitário”, cujas definições do *Dicionário Houaiss*

temos: “**Triteísta** é o adepto do triteísmo”, que, por sua vez, **triteísmo** é definido como “crença nos três Deuses da Trindade, com que se acusavam os cristãos de admitirem, em Deus, a existência de três pessoas, de três substâncias.” e **Trinitário** “refere-se ao dogma da Trindade.”

Observa-se a grande confusão que se faz ao tentar definir o que realmente seja a Trindade, pois não há nenhum argumento lógico que seja capaz de explicar como pode existir três pessoas distintas em uma só.

Quanto a ter base bíblica, é algo que veremos mais à frente, em momento oportuno.

Veja, caro leitor, algo bem interessante que, em nossas pesquisas, encontramos na obra ***Credo: a Profissão de Fé Apostólica Explicada ao Homem Contemporâneo***, autoria de Hans Küng (1928-2021), filósofo e professor de Teologia:

[...] Desde o século XIII até ao Renascimento italiano a **trindade** do pai, filho e espírito santo **era muitas vezes representada por uma única figura com três cabeças ou três caras** (“*tri-ke-phalos*”) – uma divindade com três modalidades! [...]. ⁽¹⁵⁾

Por mais que tentássemos encontrar algumas dessas representações, não logramos êxito. Mas agora, em junho de 2024, o meu filho Felipe Lúcio da Silva Neto nos informou da existência desta imagem (16):



Acreditamos que essa representação com três caras, estaria bem próxima a desta imagem (17):



Essa representação artística se trata da Trindade Hindu: Brahma, Shiva e Vishnu, disponível na Web.

Identificamos **sete pontos** que acreditamos serem absolutamente necessários para a instituição/manutenção do dogma da Trindade.

Veremos, um pouco mais à frente, que, nos tempos apostólicos, essa crença não existia; se bem que os ortodoxos queiram comprovar tal coisa.

Perceberemos que o paganismo deu origem

para alguns desses pontos, fato nunca citado pelos teólogos que advogam a existência da Trindade. São eles: ter uma base histórica para a crença em três deuses; criar um nascimento sobrenatural para Jesus; usar a expressão “E o verbo se fez carne” para dizer que Jesus é Deus; sustentar a ideia de que Jesus é “filho de Deus”; tornar Jesus o próprio Deus; encontrar passagens para justificar o “três-em-um”; tentar provar que era crença desde o início do cristianismo; e apoiar-se nos concílios como fonte de confirmação da Trindade. Analisaremos cada um desses pontos, nos tópicos a seguir.

Ter uma base histórica para a crença em três deuses

Na ***Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia - Vol. 6***, encontramos esta confissão irrefutável:

É verdade, naturalmente, que o termo “trindade” não se acha no N.T. [Novo Testamento], e nem em qualquer documento há uma definição clara de “trindade”. [...]. (18)

Daí a razão da incansável busca de mil e uma fontes para tentar justificá-la.

A realidade é que poucos sabem que várias outras filosofias religiosas possuem, como base de suas crenças, a ideia da divindade composta de três deuses.

Podemos citar, para exemplo, as relacionadas, no livro ***A Vida Oculta e Mística de Jesus***, pelo pesquisador A. Leterre (1862-1936):

* os Cabiras (Suméria) representavam a trindade por **Ea**, Pai –; **Istar**, Mãe –; **Tammuz**, Filho.

* os Órficos, da Grécia: **Axier**, Pai celeste – **Axiokersa**, Mãe terrestre – **Axiokers**, Filho do Céu e da Terra, aos quais apelidavam de **Zeus** – Deméter – **Dionísio**.

* nos *Mistérios de Elêusis*, a ordem é outra: O Pai é **Dionísio**, a Mãe, **Deméter**, **Iachos**, o Filho.

* na antiga Canaã, era: **Baal**, Pai –; **Astarté**, Mãe –; **Adônis Echmun**, Filho.

* no Egito: **Osíris** é Pai –, **Ísis** é Mãe –, **Hórus**, o Filho.

* na Índia é: **Brahma**, Pai –; **Shiva**, Mãe –; **Vishnu**, Filho.

* na China, era e ainda é: **Brahma**, Pai –; **Shiva**, Mãe –; **Buda**, Filho.

* na Pérsia, de Zoroastro, era: **Orzmud**, Pai; **Arimã**, Mãe; **Mitra**, Filho.

* na primitiva Germânia era: **Votan**, **Friga** e **Dinar**.

* os druidas a conheciam como: **Abred**, **Gwynfyd**, **Ceugant**. ⁽¹⁹⁾

Nessa lista de trindades, o que nos chamou mais a atenção, foi o fato de que, se não todas, pelo menos a maioria representava uma família, com pai, mãe e filho.

A Trindade que os cristãos adotaram para si,

curiosamente, não obedece a esse padrão, talvez seja por isso que passaram a também venerar Maria, a genitora de Jesus, como sendo a mãe de Deus.

No site **Canção Nova**, do artigo “Como Maria é também a Mãe de Deus?”, assinado por Pe. Antônio Lima, temos:

[...] quando Maria dá à luz Jesus, ela se torna, plenamente, Mãe de Deus, “**Theotókos**, Geradora de Deus”.

O título “Mãe de Deus” é o mais antigo e o mais importante do dogma de Nossa Senhora, **definido pelo Concílio de Éfeso, no ano 431**, como “verdade de fé, que todos os cristãos devem crer”. [...].⁽²⁰⁾

Apenas para situarmos sobre a época em que foi instituído o dogma em que Maria passou a ser considerada Mãe de Deus.

O pai da psicologia analítica, Carl Gustav Jung (1875-1961), em sua obra **Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade**, faz uma análise da questão da Trindade, a certa altura, afirma o seguinte:

No estágio primitivo do pensamento humano já aparecem *tríades divinas*. Existe um sem-número de tríades arcaicas nas religiões antigas e exóticas, que não preciso mencionar aqui. **A organização em tríades é um arquétipo que surge na história das religiões e que provavelmente inspirou, originariamente, a ideia da Trindade cristã.** Mais precisamente: estas tríades muitas vezes não constituem em três pessoas divinas, diferentes e independentes entre si; **o que se observa é uma acentuada tendência a fazer prevalecer certas relações de parentesco no interior da tríade.** [...]. ⁽²¹⁾ (itálico do original)

[...] Quero apenas acentuar aqui o fato da teologia egípcia exprimir, antes de tudo, uma certa *unidade de essência* (homoousia) entre o deus como o pai e o deus como filho (este último representado na pessoa do rei. ⁽²²⁾ [...]) Como no-lo demonstrou Preisigke, **os primeiros cristãos do Egito transpuseram simplesmente suas concepções tradicionais acerca do Ka para o Espírito Santo.** ⁽²³⁾ Isto também explica o fato incomum de que na de que na *Pistis Sophia* cóptica (século III) Jesus tem o Espírito Santo como seu sócia, isto é, como verdadeiro Ka. ⁽²⁴⁾ [...].

Estas ideias ⁽²⁵⁾ passaram para o sincretismo helenístico e foram transmitidas ao Cristianismo através de Fílon e Plutarco. ⁽²⁶⁾ **Por isso não é correto afirmar, como às vezes até mesmo os teólogos modernos o têm feito, que não há influências egípcias na formação da concepção cristã e que se por acaso existe é num grau muito reduzido. O contrário é que é verdade.** [...]

a Igreja Católica é bastante liberal, a ponto de admitir o mito de Osíris – Horus – Ísis como uma prefiguração da lenda cristã da salvação, pelo menos nas partes em que se correspondem. O valor da verdade e a força numinosa da mitologema ganham consideravelmente com a demonstração de seu caráter arquetípico. **O arquétipo é**, com efeito, o quod semper, quod ubique, quod ad omnibus creditur (**o que é sempre acreditado por toda parte e por todos**); se não for reconhecido de modo consciente, surge por detrás, “in his wrathful form”, em sua forma iracunda, como “filho do Caos”, como malfeitor tenebroso, como Anticristo, e não como Salvador, como no-lo mostra claramente a história moderna. ⁽²⁷⁾ (itálico do original)

Portanto, segundo Carl G. Jung, a crença na Trindade trata-se de um arquétipo ⁽²⁸⁾, que, ao longo dos tempos, os vários povos tinham-na em seus sistemas de crença, conforme se vê no que se sabe de suas culturas religiosas.

A necessidade de se engendrar um nascimento sobrenatural para Jesus

Essa providência foi imprescindível, porquanto, na crença pagã, à qual estavam acostumados, todos os semideuses, em alguns casos até mesmo os próprios deuses, tiveram este tipo de nascimento.

Ademais, esse é um outro padrão que acontece, ou seja, a geração do filho de um deus, ou a quem consideravam como tal, que, invariavelmente, ocorria de forma sobrenatural e sempre de uma mãe virgem. Leiamos o que nos disse Geza Vermes (1924-2013), estudioso das Sagradas Escrituras e pesquisador de temas relacionados à história da religião, particularmente judaísmo e cristianismo primitivo, em ***Natividade***:

Nascimentos miraculosos no mundo pagão

Deixando de lado a mitologia clássica greco-romana com filhos semidivinos, semi-humanos como resultado, por exemplo, das escapadas amorosas de Zeus, que gerou Hércules, Dioniso, Castor e Pólux, e Perseu, de Alcmena, Semele,

Leda e Dânae, também **encontramos numerosas alusões à origem divina de personalidades históricas na antiga literatura grega e latina.** Vamos ignorar os relatos ligados aos primórdios da história romana, como os que falam em Marte como pai de Rômulo (Ovídio, *Metamorfoses*, 14,805-28), e **nos concentrar em figuras mais próximas do tempo de Jesus que tinham a reputação de terem sido geradas por um deus.**

O primeiro a ser mencionado é **Platão**, o gigante entre os filósofos gregos, que era considerado “não o filho de Aríston, mas de uma visão que se apresentou a Anfictiônia (a mãe de Platão) na forma de Apolo” (Orígenes, citando Celso em *Contra Celso* 6,8). **A lenda recontada por Celso afirma ainda que antes do nascimento de Platão, “Aríston (seu pai) foi impedido de manter relações sexuais com sua mulher até que ela desse à luz a criança que fora gerada por Apolo”** (Orígenes, *ibid.* 1,37) - um curioso paralelo com a observação de Mateus, segundo a qual José não “conheceu” Maria enquanto ela carregava Jesus em seu ventre (Mt 1,25).

Como se poderia imaginar, também a **Alexandre, o Grande** se atribui origem divina. Consta que **sua mãe, Olímpia, foi emprenhada** não por seu marido Filipe, rei da Macedônia, que aparentemente tinha medo de dividir o leito com ela, devido ao hábito da esposa de dormir com cobras, mas **por Zeus** (Plutarco, *Vida de Alexandre*, 3,1, 3). Antes Plutarco havia comentado que Filipe “se esquivava de seus abraços, na convicção de que ela era parceira de um ser superior” (*ibid.*, 2,2, 3).

Com relação ao **imperador Augusto**, que dominava o mundo ao tempo do nascimento de Jesus, Asclepiades de Mendes relata em seu livro intitulado *Theologoumena* que “Ácia, a mãe de Augusto, certa feita foi assistir, na companhia de algumas amigas casadas, a um serviço solene à meia-noite no templo de Apolo, onde ela mandou parar sua liteira e logo adormeceu. Súbito, uma serpente chegou rastejando, penetrou-a e foi embora. Ao acordar, ela se purificou, como fazia após manter relações com seu marido (...). O nascimento de Augusto nove meses depois insinuava uma paternidade divina” (Suetônio, *Augustus* 94). A divindade de Augusto era derivada não só dessa narrativa, mas também de seu vínculo familiar com Júlio César. Augusto era reverenciado como *Divi Filius*, ou o filho do divinizado César.

É impossível estabelecer com qualquer grau de certeza até que ponto a deificação de grandes figuras históricas do mundo greco-romano teria influenciado de forma subconsciente o pensamento de gentios convertidos ao cristianismo ou mesmo dos judeus profundamente helenizados dos séculos I e II, mas o caso de **Júlio César** merece ser considerado. **A elevação de César à condição divina não pode remontar ao seu nascimento, mas ocorreu perto do fim de sua vida e foi concluída logo após sua morte.** Pouco antes de seu assassinato em 44 a.C., ele autorizara a construção de uma estátua em sua homenagem com a inscrição *deo invicto* (ao Deus Invicto). “Sua imediata deificação”, diz Suetônio, “foi mais do que um mero decreto oficial, pois refletia a convicção pública” (*Divus Iulius* 88). Com efeito, em janeiro de

42 a.C., menos de dois anos depois dos fatais Idos de Março, o Senado inscreveu César entre os deuses do Estado romano e em 29 a.C. um templo em sua homenagem foi erigido no Forum (Dio, *História Romana*, 47,18,3). É estranho constatar, mas ainda assim vale observar, que os sofisticados senadores de Roma levaram consideravelmente menos tempo para deificar César do que precisaram os supostamente crédulos e simplórios primeiros cristãos gentios para reconhecer Jesus como Deus. Contudo, a elevação de um ser humano à condição divina era sem dúvida mais fácil para os gentios do que para seus contemporâneos judeus.

A propósito, é necessário dizer algo a respeito do capadócio **Apolônio de Tiana, do século I d.C.**, um sábio pitagórico, com frequência comparado a Jesus. **As pessoas comuns de seu próprio tempo o consideravam filho de Zeus** (Filostrato, *Apolônio de Tiana*, 1,6). Ele também era venerado por suas curas milagrosas e por ressuscitar mortos. Mais tarde, seus admiradores pagãos em suas polêmicas anticristãs o exaltavam como uma figura maior do que Cristo.

Por fim, devemos mencionar rapidamente a estranha lenda, popular na região do deserto “rosado” da cidade de Petra e possivelmente também no sul da Palestina, que se refere à **divindade nabateia Dusares**. O Padre da Igreja Epifânio, natural da Palestina que veio a ser bispo de Salamina em Chipre no século IV, conta que na festa desse deus, comemorada, como o Natal, em 25 de dezembro, eram cantados hinos em louvor dele e de sua mãe Kkhbou. **Dusares era celebrado, em curiosa semelhança com as ideias**

do Natal, como “gerado unicamente (*monogenês*) pelo Senhor” e, na língua árabe, sua mãe era chamada *Chaamou*, ou seja, “a Virgem, (*Panarion* 51).

Sem dúvida, uma tentativa de explicar a concepção virginal de Jesus exclusivamente por meio dessas histórias pagãs seria considerada convincente apenas por aqueles já inclinados nesse sentido. No entanto, tais lendas são úteis para a reconstrução da mentalidade dos gentios que constituíam o alvo dos autores dos Evangelhos, bem como para compreender o modo de pensar dos judeus helenizados que, como Fílon, estavam totalmente imersos na cultura e na religião clássicas. ⁽²⁹⁾ (itálico do original)

Percebe-se, portanto, que a geração e o nascimento de Jesus não fugiram ao padrão mitológico da época que era o de um filho de deus ser concebido por uma virgem, o que faz do episódio nada mais que um plágio das crenças pagãs.

Em ***Zelota: a Vida e a Época de Jesus de Nazaré***, o autor Reza Aslan (1972-), especialista em temas religiosos, formado em Harvard e na Universidade da Califórnia, nos informa algo curioso:

[...] o fato de que ambos, Mateus e Lucas, narram o nascimento virginal em suas respectivas

narrativas da infância, apesar da crença de que eles não tinham nenhuma consciência do trabalho um do outro, **indica que a tradição do nascimento virginal era bem antiga**, talvez antes mesmo do primeiro evangelho, o de Marcos. Por outro lado, além das narrativas da infância de Mateus e de Lucas, **o nascimento virginal não é nunca sequer insinuado por qualquer outra pessoa no Novo Testamento: não o é pelo evangelista João, que apresenta Jesus como um espírito sobrenatural, sem origens terrenas, nem por Paulo, que pensa em Jesus como literalmente Deus encarnado.** Essa ausência levou a grande dose de especulação entre os estudiosos sobre se **a história do nascimento virginal foi inventada para mascarar uma verdade desconfortável sobre a paternidade de Jesus, ou seja, que ele nasceu fora do casamento.** ⁽³⁰⁾

Sim, de fato, seria uma situação bem constrangedora se Jesus tivesse nascido “fora do casamento”. Aslan confirma-nos a tradição do nascimento virginal.

Nessa mesma linha encontramos o prof. Fida Hasnain (1924-2016), foi professor de História, diretor de arquivos, editor de revistas geográficas, entre outras funções, que, em ***Jesus, a Verdade e a Vida***, diz:

A teoria do nascimento virginal proposta por Mateus e Lucas não é confirmada por Marcos, João ou Epístolas. **Talvez, por nascimento virginal ambos os evangelhos queiram dizer nascimento miraculoso em termos mais simples.** Na mitologia religiosa, todos os tipos de milagres são possíveis. É importante lembrar que em tempos mais antigos ainda, enquanto os egípcios viam o faraó como um Deus, os sumérios e assírios viam um rei como o *filho* de Deus. **Muitos mitos da Suméria informam sobre deuses que desciam para engravidar mulheres e depois voltavam para as estrelas.**

Talvez a questão da tradição do nascimento divino já tivesse sido resolvida se os censores de Roma não tivessem destruídos os manuscritos sobre os cultos misteriosos antigos e se os compiladores cristãos posteriores não tivessem jogado fora outros manuscritos na produção do *Novo Testamento*. [...]. ⁽³¹⁾ (itálico do original)

Em nossas pesquisas achamos algo muito interessante, como é o caso deste texto de Lázaro Luiz Trindade Freire (1964-), psicanalista, escritor e filósofo brasileiro, disponível na Internet:

Conhecem Essa História?

Havia um mestre que, dizem, teria sido gerado por uma virgem. Nascido de descendentes dos reis legítimos ⁽³²⁾, em um período em que seu país encontrava-se na mão de usurpadores, nem um

pouco ligados às tradições religiosas ou ao bem do povo.

O nome pelo qual passou a ser conhecido no Ocidente, embora na verdade falado em outra língua, lembra a sonoridade do conceito grego de Christos, ou os radicais presentes no “Espírito Crístico”.

Várias profecias indicavam que este menino poderia vir a ser o Rei.

Alguns achavam que isso se daria no sentido religioso. Mas outros, no sentido político ⁽³³⁾.

As pessoas esperavam d’Ele um salvador. Afinal, esta seria uma encarnação ⁽³⁴⁾ do segundo aspecto ⁽³⁵⁾ de Deus, que é um só ⁽³⁶⁾, mas se divide em três pessoas ⁽³⁷⁾.

Diz a história que o rei usurpador, de família ilegítima, mandou MATAR todos os primogênitos, forçando os pais do menino salvador a fugir com ele.

Foi criado de forma aparentemente humilde, mas dava mostras de sua sabedoria. Deixava escapar também traços de erudição que indicavam educação primorosa (talvez patrocinada pelos que apoiavam a família real, que tentava voltar ao trono).

Após uma infância pouco documentada, deu algumas mostras de seu poder na adolescência.

Após mais algum tempo, em idade adulta jovem, revelou-se como presença divina. Sua presença coincide com uma época de grandes conflitos. Durante esta fase de ocupação de suas terras e tentativas de revolução, faz questão de deixar claro

que precisamos separar o que é de Deus, notando que o impermanente não é deste mundo.

Quebra paradigmas, ensina morais estranhas, faz questão de que cada um cumpra o que é seu papel. Ensina, literalmente, que ELE é o CAMINHO até o Pai ⁽³⁸⁾. Que é necessário fazer os trabalhos, mas que podemos ofertar a Ele ⁽³⁹⁾. Unir-nos a ele, que é Caminho, que é Verdade. Não porque ele seja egoico, mas porque ele está ligado com o Criador.

Com o seu exemplo de amor, e o sacrifício que simboliza sua encarnação, nos ensina que é difícil, para nós, nos ligarmos com o intangível; mas que já dá para nos ligarmos com um salvador conhecido. Como ele é ligado a Deus, ligando-nos a ele pegamos “carona”...

Acaba sendo morto ainda jovem, de forma trágica ⁽⁴⁰⁾, pouco depois de sua revelação como Presença Divina.

Não escreve nada, mas alguns registram parte da sua vida, especialmente as próximas da morte, onde despeja toda a sua sabedoria. Os trechos registrados são pequenos ⁽⁴¹⁾, mas capazes de mudar por milênios a nossa noção religiosa de causa e consequência, trazendo nova luz sobre a natureza do espírito e sua sobrevivência ao corpo.

Os poucos capítulos sobre sua vida em presença divina são inseridos como parte das escrituras sagradas de seu país, e são traduzidos para praticamente todas as línguas do mundo ⁽⁴²⁾.

O novo livro, com o relato da vida do Deus Vivo, é mais popular e citado, individualmente, do que a

própria obra religiosa maior que o contém.

Antes de morrer, deixa claro que irá voltar, no futuro ⁽⁴³⁾. Fazem religião em Seu Nome, mas Ele mesmo nunca foi adepto destes preceitos religiosos, até porque nunca fundou religião alguma, nunca foi moralista, nunca foi de trocar sabedoria por rituais e não podia frequentar o que só fizeram depois Dele...

Conhecem esta história?

Esta é a história de Krishna, que viveu em 3000 A.C., na Índia.

Somos Todos Um Só!

São Paulo, 13 de maio de 2004. ⁽⁴⁴⁾

É deveras desconcertante a relação dessa história com o que dizem ter acontecido com Jesus; só com o importante detalhe de que a acima transcrita foi contada muito antes da que se narra sobre ele.

O filósofo, historiador e escritor estadunidense Will Durant (1885-1981), em ***História da Civilização***, dá a seguinte opinião:

O Cristianismo não destruiu o paganismo; adotou-o. O moribundo espírito grego ressurgiu na teologia e liturgia da Igreja; a língua grega, depois de reinar durante séculos sobre a filosofia, tornou-se o veículo da literatura e do ritual cristão; os mistérios

gregos passaram-se para os mistérios da missa. Outras culturas pagãs também contribuíram para esse sincretismo. **Do Egito vieram as ideias da divina trindade**, do Juízo Final e da imortalidade pessoal com recompensas e castigos; **também de lá vieram a adoração da Mãe e do Filho** e a mística teosofia que produziu o neoplatonismo e gnosticismo e obscureceu o credo cristão; e de lá ainda os germes do monasticismo cristão. Da Frígia veio a adoração da Grande Mãe. Da Síria, o drama da ressurreição de Adônis. Da Trácia talvez tenha vindo o culto de Dionísio, o deus que morre para salvar os homens. Da Pérsia veio a ideia do Milênio, as “idades do mundo”, a “conflagração final”, o dualismo Deus-e-Satã, Luz-e-Trevas; já no Quarto Evangelho Cristo é a “Luz brilhando nas trevas e que as trevas nunca apagaram.” ⁽⁴⁵⁾ O ritual de Mitras assemelha-se tanto ao sacrifício da missa que os padres cristão acusavam o diabo de inventar essas semelhanças com o fim de desnorrear os espíritos fracos. ⁽⁴⁶⁾ **O Cristianismo foi a última grande obra do velho mundo pagão.** ⁽⁴⁷⁾

Outro que fala algo sobre isso é historiador Ambrogio Donini (1903-1991), catedrático de história das religiões na Universidade de Bari, Itália, que, em ***Breve História das Religiões***, disse:

No ano 332 a.C., quando Alexandre Magno conquistou o Egito, os sacerdotes do famoso oráculo de Âmon, no oásis de Siwa, às margens

do Saara, fizeram divulgar a lenda de que o soberano seria filho do deus Zeus-Âmon, concebido milagrosamente pela mãe Olímpia. A longa série de mitos baseados na concepção prodigiosa de seres dotados de qualidades sobrenaturais se desenvolverá posteriormente na religião cristã, partindo exatamente do ambiente egípcio. (48)

O mito do nascimento milagroso de um salvador, ligado a um parto virginal, encontra-se de resto na religião grega, em muitos cultos orientais, na literatura persa, nos textos hindus e na hagiografia budista. (K. KERENYI, *Das persische Millennium. Mahabharata bei der Sybille und Virgil*, em “Klio”, 1936, pág. 135.) Veja-se também P. SAINTYVES, *Les vierges mères et les naissances miraculeuses*, Paris 1908. (49)

Para um estudioso sério, a influência pagã no cristianismo é um fato que não há como contestá-lo, de tão evidente que é; mas, mesmo assim, acharemos os que não o querem dessa forma; são os ortodoxos que pouco ligam para os fatos históricos, dado seu apego aos textos bíblicos, considerados por eles como verdade absoluta.

Um outro estudioso que trata desse assunto é Marco Antônio Vieira (1961-), jornalista, pedagogo,

doutor e mestre em educação, vejamos o que ele nos diz no livro **O Homem de Nazaré**:

A CONCEPÇÃO VIRGINAL NA HISTÓRIA

Entre as ciências que estudam a Antiguidade encontramos a Mitologia, que faz o estudo das fábulas, das histórias, dos contos, que envolvem as figuras e as imagens dos deuses, dos semideuses e dos heróis daquela época.

Como sabemos, hoje, por meio da História e da Mitologia, **o nascimento dos semideuses e/ou dos heróis obedecia, de modo geral, a determinados rituais mágicos e/ou processos milagrosos**, por meio dos quais a própria construção da identidade cultural daqueles seres supranormais era estabelecida.

Caso o fenômeno se desse ao contrário, ou seja, se o surgimento/nascimento misterioso não fosse identificado/associado com o milagre, o reconhecimento daquela mesma identidade supranormal estaria em jogo. Isto é, não seria uma concepção ou um nascimento divino, mas, um nascimento comum, normal, sem uma identidade divina. Nesse sentido, havia que se construir e se constituir toda uma atmosfera mágica e sobrenatural, para que o fantástico processo se apresentasse.

Primeiramente, para que ocorresse o nascimento de um semideus ou de um herói, era necessária a incomum união sexual⁽⁵⁰⁾ de um ser divino, geralmente, um deus (personagem masculina) com uma mortal (personagem

feminina).

Vários exemplos de nascimentos misteriosos nos são apresentados pela Mitologia, principalmente a greco-romana. Nasceram misteriosamente o deus *Apolo*, o herói *Hércules*, o deus *Mitra*, entre tantos outros.

Geralmente, o caráter sobrenatural e miraculoso se apresentava e se configurava, de forma ainda maior e mais espetacular, quando **a misteriosa fecundação, envolvia a figura de uma mulher jovem e virgem (concepção virginal); fato sem explicações racionais, portanto, um “milagre” (ação divina concretizada).**

Devemos lembrar que, naqueles tempos e naquelas condições de vida, não existiam explicações científicas para os fenômenos gerais da natureza. **A gravidez, para os antigos, representava mais um mistério (entre muitos outros) da vida e, obviamente, aquele fenômeno envolvia e dependia da vontade, do desejo, dos deuses**, por isso os múltiplos deuses e deusas da fecundação, da procriação, etc., aos quais homens e mulheres recorriam e se submetiam em rituais e oferendas diversas.

Em determinadas sociedades antigas, a gravidez, a geração de uma nova vida, era entendida (concebida) como a concretização da vontade dos deuses. Nesse sentido, nada podia ser mais espantoso e sobrenatural (um ato divino) do que uma concepção que não envolvesse a participação de um homem, um mortal.

As ideias sobre a *concepção virginal* e a do

nascimento milagroso não eram novidades entre os pensamentos místicos e míticos antigos. Vários povos da Antiguidade possuíam tais concepções e/ou nascimentos entre os seus mitos e as suas histórias sagradas.

A virgindade, principalmente nos arredores do Mar Mediterrâneo no tempo de Jesus, e mesmo antes da época dele, era uma condição, do estado feminino, valorizada, desejada e estimada. Um dos aspectos relevantes e marcantes do matrimônio que envolvia, também, o valor do dote da futura esposa.

Alguns historiadores consideram que o fato de haver um número reduzido de mulheres, em relação ao grande número de homens, naquela região e naqueles tempos, originou e reforçou tal fenômeno de valorização. Alguns dos aspectos históricos relevantes que apontam para a realidade dessa situação foram os constantes raptos e sequestros de mulheres e, também, a questão dos contratos firmados entre os pais e os futuros esposos que eram selados sob as promessas dos pagamentos dos dotes, de vários tipos e formas.

Relacionada também à pureza e à castidade, a virgindade, entre outras questões, permitia um tipo de certeza e de confiança, envolvendo a segurança (o sinal de *não uso*), para as comunidades masculinas de então.

A jovem virgem representava a possibilidade de se tornar uma grande parideira, oferecendo aos seus futuros grupos familiares um grande número de crianças, vistas àquela época mais como perpetuadoras das tradições, das culturas, etc., principalmente, quando se tratava dos filhos, os

varões.

Associava-se a esse processo a ideia de que quanto mais jovens fossem as mulheres, maiores e melhores seriam as chances de procriação – relembramos que a expectativa de vida era muito baixa na Antiguidade, poucos eram os que chegavam às idades mais avançadas.

As mulheres, de um modo geral, eram vistas somente como uma espécie de receptáculo nas quais os homens depositavam as suas sementes da vida na esperança de verem gerados os seus filhos e sucessores. Por séculos se atribuiu aos homens o principal papel no processo da reprodução humana, aí, muito provavelmente, se encontra uma das raízes mais profundas das várias arrogâncias masculinas no trato para com as mulheres.

Cabia a elas, portanto, estarem saudáveis e se conservarem prontas para servir aos seus senhores, em todos os sentidos. Sobre essas concepções, inúmeras regras, hábitos e costumes socioculturais se alicerçaram, se construíram e se constituíram.

Os atos e os pensamentos eram respaldados principalmente no senso comum, nas tradições, nas crenças e nas ideias preconcebidas (pré + conceitos), no e pelo próprio universo cultural masculino daqueles tempos.

Neste sentido, a imagem que representava as jovens virgens era perpassada por uma série de ideais e de ideias.

Contudo, mesmo durante a Idade Antiga, na qual uma grande parcela das pessoas ainda se encontrava mergulhada em um imenso grau de

ignorância – não somente no sentido de não serem alfabetizadas, mas também perante a ausência de conhecimentos gerais e específicos que dessem conta das explicações básicas dos fenômenos naturais – não havia entre os homens e as mulheres qualquer explicação aceitável para o surgimento repentino de uma jovem virgem grávida.

Por isso, a necessidade de se buscar no sobrenatural, no desconhecido, no sobre-humano, algum tipo de compreensão, principalmente, quando a virgem grávida em questão, na maioria das vezes sob as ameaças da pena capital, afirmava não haver tido qualquer contato físico com um homem.

Mais grave se toma tal ideia se considerarmos alguns dos padrões socioculturais do povo hebreu nos tempos de Jesus. ⁽⁵¹⁾ (itálico do original)

A grande questão é: como Jesus poderia ser Deus se tivesse nascido da mesma maneira que a de todos os seres humanos? Isso foi uma coisa fácil de ser resolvida, visto que, nos próprios Evangelhos, encontramos esse nascimento sobrenatural atribuído a Jesus.

Lemos que a jovem Maria de Nazaré, esposa de José, ficou grávida pela ação do Espírito Santo. Numa combinação de textos temos:

“No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por

Deus a uma cidade da Galileia chamada **Nazaré**. Foi a uma virgem, prometida em casamento a um homem chamado José, que era descendente de Davi. **E o nome da virgem era Maria**. O anjo entrou onde ela estava, e disse: 'Alegre-se, cheia de graça! O Senhor está com você!' Ouvindo isso, Maria ficou preocupada, e perguntava a si mesma o que a saudação queria dizer. O anjo disse: 'Não tenha medo, Maria, porque você encontrou graça diante de Deus. **Eis que você vai ficar grávida**, terá um filho, e dará a ele o nome de Jesus. Ele será grande, e será chamado Filho do Altíssimo. E o Senhor dará a ele o trono de seu pai Davi, e ele reinará para sempre sobre os descendentes de Jacó. E o seu reino não terá fim'. Maria perguntou ao anjo: 'Como vai acontecer isso, se não vivo com nenhum homem?' O anjo respondeu: '**O Espírito Santo virá sobre você**, e o poder do Altíssimo a cobrirá com sua sombra. Por isso, o Santo que vai nascer de você será chamado Filho de Deus''. (Lucas 1,26-35).

"A origem de Jesus, o Messias, foi assim: **Maria**, sua mãe, estava prometida em casamento a José, e, antes de viverem juntos, ela **ficou grávida pela ação do Espírito Santo**. José, seu marido, era justo. Não queria denunciar Maria, e pensava em deixá-la, sem ninguém saber. Enquanto José pensava nisso, o Anjo do

*Senhor lhe apareceu em sonho, e disse: 'José, filho de Davi, não tenha medo de receber Maria como esposa, porque ela **concebeu pela ação do Espírito Santo**. Ela dará à luz um filho, e você lhe dará o nome de Jesus, pois ele vai salvar o seu povo dos seus pecados'. **Tudo isso aconteceu para se cumprir** o que o Senhor havia dito pelo profeta: 'Vejam: **a virgem conceberá, e dará à luz um filho**. Ele será chamado pelo nome de Emanuel, que quer dizer: Deus está conosco'." (Mateus 1,18-23).*

Certamente que não é a primeira vez que, por vontade da divindade, uma mulher fica grávida; entretanto, a não ser essa, não há nenhuma outra na qual tenha sido por ação direta da entidade “Espírito Santo”.

Aliás, nas narrativas, onde tais fatos ocorreram, todas as mulheres se engravidaram de seus próprios maridos: três eram estéreis – Rebeca (Gênesis 25,21), a mulher de Manué (Juízes 13,1-25) e Ana (1 Samuel 1,1-20) –, uma de idade avançada – Sara (Gênesis 18,10-15; 21,1-3) e um caso, o da mulher sunamita, no qual o marido é que era o idoso (2 Reis 4,13-17), conforme nos informa Geza Vermes, na obra **Natividade** ⁽⁵²⁾. Nela cita somente um caso no N.T., o

qual narra dessa forma:

Na narrativa da Infância, em Lucas, **o relato da gravidez de Isabel**, a mãe de João Batista (Lc 1,7; 11-13; 18-20; 57), segue o modelo do caso de Samuel, citado acima. O fato é contado como preparação para a história do nascimento miraculoso de Jesus. Porém, embora a ideia dominante da participação divina para ensejar uma gravidez ajude a entender a insólita concepção de Jesus, **a típica solução bíblica para a infertilidade feminina – o término do longo período de esterilidade pela ação direta de Deus – não pode ser aplicada ao caso de Maria, pois ela era jovem e solteira**. Contudo, como veremos adiante, na própria juventude pode estar a chave para uma solução inesperada do problema. ⁽⁵³⁾

De nossa parte, vemos que há um problema sério na profecia, mencionada por Mateus (1,22-23), que os teólogos dizem se tratar de uma citação de Isaías (7,14); porém, a essa narrativa está dentro deste contexto histórico conforme se pode constatar nesta explicação constante da ***Bíblia Sagrada - Pastoral***:

Is 7,1-17: “O reino do Norte (Efraim), cujo rei era Faceia, se aliou a Rason, rei de Aram, numa tentativa de se libertar do perigo assírio. Como o

reino do Sul (Judá) não participou da coalizão entre o reino do Norte e Aram, estes dois temeram que Judá se tornasse aliado da Assíria; resolveram então atacar o reino do Sul, para destronar o rei Acaz e colocar no seu lugar o filho de Tabeel, rei de Tiro. Acaz teme o cerco e verifica a reserva de água da cidade. Isaías vai ao seu encontro e o tranquiliza, mostrando que não haverá perigo, pois continua válida a promessa de que a dinastia de Davi será perene, desde que se coloque total confiança em Javé. **O sinal prometido a Acaz é o seu próprio filho, do qual a rainha (a jovem) está grávida. Esse menino que está para nascer é o sinal de que Deus permanece no meio do seu povo (Emanuel = Deus conosco).** ⁽⁵⁴⁾

Portanto, a realidade é bem outra daquela que o autor do Evangelho Segundo Mateus quer nos passar como sendo algo a respeito de Jesus.

Ademais, nesse Evangelho até profecia inexistente é possível encontrar, como, por exemplo, o verso Mateus 2,23. Como se vê o relato de Isaías, ao qual se têm como referente a uma profecia relacionada ao Messias, diz de uma promessa feita ao rei Acaz sobre o filho que viria a nascer de sua mulher. Acaz reinou Judá de 736 a 721 a.C. ⁽⁵⁵⁾.

Na ***Bíblia de Jerusalém***, temos esta outra

explicação:

Is 7,14: **O sinal que o rei Acaz recusou pedir é-lhe dado, no entanto, por Deus. É o nascimento de um menino cujo nome, Emanuel**, isto é, “Deus conosco” (cf. 8,8.10) é profético (cf. 1,26+) e anuncia que Deus protegerá e abençoará Judá. Noutros textos (9,1-6; 11,1-9), Isaías desvendará com mais precisão determinados aspectos da salvação trazida por esse menino. **Estas profecias são a expressão do messianismo real**, já esboçado pelo profeta Natã (2Sm7), e que será retornado mais tarde por Mq 4,14; Ez 34,23; Ag 2,23 (cf. Sl 2; 45; 72; 110). Será por meio de um rei, descendente de Davi, que Deus dará a salvação ao povo; é na permanência da linhagem davídica que repousa a esperança dos fiéis de Iahweh. **Ainda que Isaías tenha em vista, de imediato, o nascimento de um filho de Acaz**, por exemplo. Ezequias (o que parece provável a despeito das incertezas da cronologia, e que o texto grego aparenta haver compreendido lendo, v. 14, “*tu lhe darás o nome...*”), presente-se, pela solenidade dada ao oráculo e pelo forte significado do nome simbólico dado ao menino, que Isaías entrevê nesse nascimento real, para além das presentes circunstâncias, uma intervenção de Deus como vista ao reino messiânico definitivo. **A profecia do Emanuel ultrapassa deste modo sua realização imediata, e foi legitimamente que os evangelistas** (Mt 1,23 citando Is 7,14; Mt 4,15-16 citando Is 8,23-9,1), depois toda a tradição cristã, nela reconhecendo o anúncio do nascimento de Cristo.

(⁵⁶)

Eis, portanto, uma mirabolante tentativa de ajustar o texto a uma crença, pois, embora reconhecendo se tratar realmente do nascimento do filho do rei Acáz, ainda assim querem atribuí-lo como sendo uma profecia a respeito de um messias vindouro, no caso Jesus.

Veja, caro leitor, que não é fácil buscar conhecer os fatos verdadeiros, tomando-se como base determinadas explicações que nos vêm de pessoas incontestavelmente dogmáticas e presas à teologia do segmento religioso de que fazem parte.

Continuando com as explicações, vejamos na ***Bíblia Anotada***:

Is 7,14-16: **O sinal divino para Acáz seria de uma virgem (quando a profecia foi dada, referia-se provavelmente à mulher, na ocasião ainda virgem,** que Isaías tomaria como sua segunda esposa, 8;1-4) conceberia um filho, que não teria mais que 12 ou 14 anos antes de Israel e Síria serem capturados pela Assíria. A virgem da profecia de Isaías é um tipo da Virgem Maria, que, pelo Espírito Santo, concebeu milagrosamente a Jesus Cristo (veja Mt 1:23. A palavra hebraica aqui traduzida por virgem é encontrada também em Gn 24,44; Ex 2:8; Sl 68:25; Pv 30:19; Ct 1:3; 6:8, e em todas estas passagens significa uma jovem solteira

e casta. ⁽⁵⁷⁾

Nessa nova explicação, que é bem semelhante à imediatamente anterior, reconhecem que a virgem era a mulher de Acáz; mas, apesar disso, também querem atribuir a Jesus a passagem como se ela fosse uma profecia a respeito dele.

Seria até interessante lermos o texto de Isaías, para que não haja dúvidas quanto ao que se afirmou:

Isaías 7, 1-24: *“Acáz, filho de Joatão, filho de Ozias, era rei de Judá. Rason, rei de Aram, e Faceia, filho de Romelias, rei de Israel, **subiram contra Jerusalém para tomá-la de assalto**, mas não conseguiram atacá-la, pois o governo de Judá foi avisado de que Aram tinha feito aliança com Efraim. Com isso, **o rei e todo o povo ficaram agitados** como árvores do bosque agitadas pelo vento. Então **Javé disse a Isaías: 'Vá ao encontro de Acáz, você e seu filho Sear Jasub. Acáz está no fim do canal do reservatório superior, no caminho que leva ao campo do Piseiro. Diga a ele: Tenha cuidado, mas fique calmo! Não tenha medo nem vacile o seu coração por causa desses dois tições fumegantes**, isto é, por causa da raiva de Rason de Aram e do filho de Romelias.*

Pois Aram, Efraim e o filho de Romelias **tramaram fazer o mal contra você**, dizendo: *Vamos atacar Judá, vamos devastá-lo e ocupá-lo, vamos colocar como rei deles o filho de Tabeel.* **Assim fala o Senhor Javé: Isso não irá em frente, isso não acontecerá.** Pois a capital de Aram é Damasco, e o chefe de Damasco é Rason; dentro de cinco ou seis anos, **Efraim será arrasado e deixará de ser povo.** A capital de Efraim é Samaria, e o chefe de Samaria é o filho de Romelias. Mas, se vocês não acreditam, não se manterão firmes'. **Javé falou de novo a Acáz, dizendo: 'Pede para você um sinal a Javé seu Deus,** nas profundezas da mansão dos mortos ou na sublimidade das alturas'. Acáz respondeu: 'Não vou pedir! Não vou tentar a Javé!' Disse-lhe Javé: 'Escute, herdeiro de Davi, será que não basta a vocês cansarem a paciência dos homens? Precisam cansar também a paciência do próprio Deus? Pois saibam que **Javé lhes dará um sinal: A jovem concebeu e dará à luz um filho, e o chamará pelo nome de Emanuel.** Ele vai comer coalhada e mel, até que aprenda a rejeitar o mal e escolher o bem. Mas, **antes que o menino aprenda a rejeitar o mal e escolher o bem, a terra desses dois reis que lhe estão causando medo será arrasada.** Javé há de trazer para você, para o seu povo e para toda a família do

seu pai, dias de felicidade como nunca houve desde o dia em que Efraim se separou de Judá'. Nesse dia, Javé assobiará para as moscas da foz do rio do Egito e para as abelhas do país da Assíria. Elas virão todas e pousarão nas grotas dos morros e nas fendas das rochas, em todas as moitas de espinhos e em todos os bebedouros. Nesse dia, o Senhor raspará, com uma navalha alugada além do rio Eufrates, a cabeça e o pelo das pernas; até a barba ele há de tirar. Nesse dia, cada um criará uma novilha e duas ovelhas e, como haverá fartura de leite, todos comerão coalhada; comerão coalhada com mel todos os que ficarem no país. Nesse dia, todo lugar onde houver mil videiras no valor de mil moedas de prata, será transformado em espinheiro e matagal. Aí entrarão os que estiverem armados de arco e flecha, pois o país inteiro se transformará em espinheiro e matagal; e em todos os montes capinados com enxada, você terá medo de entrar, por causa dos espinheiros e do matagal; servirão de pasto para os bois e serão pisados pelas ovelhas."

Destacamos, em negrito, alguns trechos do texto bíblico para evidenciar o que estamos falando e que está confirmado por várias das explicações que transcrevemos acima.

Não bastasse esse problema, de citar uma profecia, que nada tem a ver com o caso de Jesus, ainda podemos colocar mais um outro, que é a respeito da palavra “virgem” que aparece na passagem. Leiamos:

a) ***Bíblia de Jerusalém:***

Is 7,14: A tradução grega traz “a virgem”, precisando assim **o termo hebraico “almah” que designa, quer a donzela, quer uma jovem casada recentemente**, sem explicitar mais. O texto da Setenta é, porém, testemunho precioso da interpretação judaica antiga, que será consagrada pelo Evangelho. Mt 1,23 encontra aqui o anúncio da concepção virginal de Cristo. ⁽⁵⁸⁾

b) ***Bíblia Sagrada – Ave-Maria:***

Is 7,14: *A Virgem:* Os textos gregos e latinos traduzem assim a palavra hebraica que designa uma moça; de fato, **a Bíblia não aplica jamais esse termo para uma mulher casada.** ⁽⁵⁹⁾

Então, temos que o termo hebraico *almah* seria melhor traduzido por “a jovem”, que, certamente, nada tem a ver com virgem, o que ainda podemos confirmar com as explicações de outros tradutores:

a) **Bíblia Sagrada – Vozes**

Is 7,14: *Jovem mulher* (em hebr. *Almah*): Trata-se provavelmente da esposa de Acaz. A tradução grega dos LXX interpretou ***almah* no sentido de “virgem”, deslocando o sentido original** do nascimento do filho para o da concepção virginal. É neste sentido que Mt 1,22-23 aplica o texto à concepção virginal de Maria. ⁽⁶⁰⁾

b) **Bíblia do Peregrino:**

Is 7,14-15: **“A jovem” é, no contexto histórico,** a esposa do rei. O menino é Ezequias, que assegura a continuidade da dinastia. A dieta condensa os bens da terra prometida. A tradição judaica interpretou “virgem”; assim aparece na versão grega (*parthenos*) e assim passa à tradição cristã, que aplica a frase a Maria (Mt 1,23). A cadeia dinástica depende de Davi quanto ao biológico; quanto ao salvífico, do futuro Messias. ⁽⁶¹⁾

c) **Bíblia Sagrada – Santuário:**

Is 7,14: Historicamente, a “jovem” (*alma*) é a esposa do rei que vai dar à luz o seu primeiro filho, Ezequias. O seu nascimento é sinal de que Deus continua a sua ação salvadora junto do seu povo. As promessas aos Patriarcas e a dinastia davídica encaminham-se para o Messias. **As versões gregas traduzem *alma* por *virgem* devido ao clima messiânico posterior,** e a tradição cristã, aplicou o texto à *Virgem*, Mãe de Jesus (Mt 1,13). Aliás a perícopes está enquadrada em contexto profético e messiânico (7,10-17; 9,5-7; 11,1-9) sem deixar de ser histórico. ⁽⁶²⁾

Essas explicações, além de confirmar que a tradução ficaria melhor se fosse “a jovem”, corrobora as anteriores no que diz respeito a quem a profecia se referia, que, no caso, se tratado filho do rei Acáz.

Por outro lado, ainda temos a questionar sobre a realidade de um ser espiritual conseguir engravidar Maria. Eis o que diz James D. Tabor (1946-) no livro ***A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origines do Cristianismo***:

[...] No relato de Mateus, logo após descobrir a gravidez de Maria, José teve um sonho no qual um anjo lhe diz que ela teria “**concebido de um espírito santo**”, que ele deveria casar-se com ela apesar de tudo ⁽⁶³⁾, e que seu filho deveria chamar-se Jesus. Ao casar-se com uma mulher grávida de um filho que não era seu, e ao dar-lhe um nome, ele estava na verdade “adotando” legalmente Jesus como seu filho. **A frase “concebido por um espírito santo” implica que a gravidez se fez pela ação do espírito de Deus sem, no entanto, dizer claramente que Deus era o pai de Jesus – no sentido em que, digamos, Zeus era pai de Hércules quando seduziu sua mãe, Alcmena.** Nesse sentido, o relato difere das histórias de nascimentos miraculosos comuns à antiga mitologia greco-romana. ⁽⁶⁴⁾

Então, o passo Mateus 1,20, onde temos a fala do anjo a José, foi alterada para “concebida do Espírito Santo”, quando deveria ser “concebida **de um** Espírito Santo”.

Tem razão James D. Tabor ao dizer que isso “é uma tentativa de base teológica de personificar o Espírito Santo como parte da Trindade”, pois, como se diz, “cada um é cada um”. Ao se dizer “um Espírito Santo” não se está referindo a Deus, mas a uma de suas criaturas, que pode, inclusive, ser o próprio José. Sobre essa questão do emprego do “um”, mais à frente voltaremos ao assunto.

Vejamos mais duas opiniões sobre esse nascimento “miraculoso” de Jesus:

1ª) Roméro da Costa Machado (1948-), em [***Sociedade Secreta de Jesus***](#).

Essa história de nascimento de virgem decorre simplesmente de uma cópia judaica das mitologias existentes, principalmente das mitologias grega e romana, onde os Deuses para criar novos Deuses ou semideuses ou heróis, engravidavam virgens como uma forma de – desde o nascimento – considerar a autoridade do novo Deus como sendo inquestionável. O novo

Deus ou semideus, ao ser fecundado por Deus em uma virgem, já nascia poderoso por ter sido fecundado por um Deus, e isento de “pecado”, por ter sido gerado em uma virgem.

Outro fator que contribuiu para a invenção mitológica de Jesus ter nascido de uma virgem, decorre de uma necessidade de se adaptar a vinda do messias às profecias existentes no Antigo Testamento, que diziam que o messias viria do ventre de uma virgem. Entretanto, meu filho, nem isso é verdade, pois nos textos originais a palavra mal traduzida por “virgem” é “almah”, que na realidade, bem traduzida, em sua forma mais exata, significa simplesmente “Jovem mulher”, “rapariga”, “menina”, “donzela”. Não necessariamente uma virgem.

[...] **Não se pode nem alegar que a virgindade de Maria foi um mero “erro de tradução”, pois a palavra que realmente significa “virgem” é “bethulah”. Tanto que no livro de Isaías, “bethulah”, como “virgem”, aparece quatro vezes (23:12, 37:22, 47:1, 62:5). Ou seja, os tradutores sabiam o tempo todo que “almah” não significava virgem, e que a palavra “bethulah”, significando realmente virgem, jamais foi usada em relação a Maria ou em relação à profecia da vinda do messias.**

Resumidamente, até mesmo no texto da Bíblia, em hebreu, **a virgindade de Maria e a alegada virgindade na profecia da vinda do messias não existem e são obra da invenção humana**, mais especificamente de religiosos interessados em adaptar os textos da Bíblia (Antigo Testamento) aos

interesses religiosos momentâneos, pretendendo, com isso, manter os “fiéis” na mesma ignorância que sempre tentaram manter em relação à parte de conto de fadas do Antigo Testamento. ⁽⁶⁵⁾

2ª) José Pinheiro de Souza, **Mitos Cristãos – desafios para o diálogo religioso**

Os mitos da filiação divina e da divinização de Jesus, bem como o de seu nascimento miraculoso, foram copiados dos mitos de filiações divinas e de divinizações de outros personagens marcantes da História (como reis, heróis, líderes religiosos etc.). Como já vimos, **há coincidências interessantes entre o Jesus que os cristãos apresentam e os personagens e deuses anteriores, como Hórus, do Egito; Mitra, da Pérsia; e Krishna, da Índia.** Repetindo as palavras de Juan Arias, “todos nascem de uma virgem. Hórus e Mitra também nascem em 25 de dezembro. Todos fizeram milagres, todos tiveram 12 discípulos que corresponderiam aos 12 signos do zodíaco, todos ressuscitaram e subiram aos céus depois de morrer. Hórus e Mitra foram chamados Messias, Redentores e Filhos de Deus. Krishna foi considerado a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade e foi perseguido por um tirano que matou milhares de crianças inocentes. Além disso, Krishna também se transfigurou, como Jesus, diante de seus três discípulos preferidos, foi crucificado e subiu aos céus. Exatamente como o profeta de Nazaré. Os mitólogos se perguntam: 'Precisamos de mais coincidência?'" (ARIAS, p. 111-112). ⁽⁶⁶⁾

Em **Mitos Cristãos - Desafios Para o Diálogo Religioso**, ainda encontramos uma afirmação, na qual José Pinheiro, citando Huberto Rohden (1893-1981), transcreve o seguinte:

Para encerrar essa pesquisa sobre a origem dos mitos cristãos, reafirmamos que Krishna, como o Cristo da fé, também era o filho de Deus, o verbo encarnado, o salvador do mundo, nascido miraculosamente (de um parto virginal), e também declarava ser **O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA: “Eu sou o caminho [...]; eu sou a vida [...]; sou eu mesmo a luz da Verdade [...]”** (ROHDEN, *Bhagavad Gita*, p. 92, n. 18-19; p. 101, n. 11). ⁽⁶⁷⁾ (grifo do original)

Dessa forma, cai por terra o nascimento sobrenatural, com o qual tomam por base para deificar Jesus. Em **O Homem de Nazaré**, autoria de Marco Antônio Vieira, veremos o que se pensava àquela época:

A CULTURA JUDAICA E A CONCEPÇÃO VIRGINAL

Curiosamente, entre os hebreus do século I, a palavra *almah*, ou *'almâ* possuía vários significados, entre eles o de *virgem*, e era utilizada, de forma geral para designar uma “... *moça em idade de casar...*”. (Méier, *Um Judeu Marginal.*)

Esta mesma palavra foi traduzida, simplesmente como virgem, deixando de lado a ideia de uma jovem, menina, moça em idade propícia para o casamento, entenda-se em idade fértil; e é encontrada com este significado específico na tradução do *Velho Testamento*, na famosa Septuaginta. ⁽⁶⁸⁾

Como sabemos, a idade aproximada das meninas, àquela época, estava associada diretamente à ocorrência da primeira menstruação, tempo que determinava o período propício para o casamento, ou seja, que a jovem estivesse pronta biologicamente para gerar filhos, logo, por volta dos doze anos.

Para tentarmos compreender, mesmo que de modo muito frágil, as ideias e a mentalidade do povo judeu, nos tempos de Jesus, a respeito de uma provável concepção virginal, há graves controvérsias culturais que aqui exemplificaremos com algumas questões básicas.

O primeiro exemplo gira em torno da ideia de Deus – *IHVH* (IAVÉ) –, **para os hebreus do século I, o Senhor dos Exércitos, o Inominável jamais poderia ter sido o responsável, ainda que indiretamente, por uma gravidez miraculosa.**

Vale lembrar que, se para os antigos hebreus, sequer o nome do Criador podia ser pronunciado, inconcebível então seria a ideia, o fenômeno, de uma gravidez promovida por ele.

A distância que separava a figura, a representação simbólica Divina, a imagem do Criador do Céu e da Terra, dos simples mortais, era

imensa e culturalmente intransponível.

Mesmo reconhecendo e admitindo que a cultura judaica se achava cercada por outros veios culturais, é bastante improvável que a ideia da *concepção virginal*, na qual um ser divino toma uma mortal para engravidá-la, como era difundida e aceita pelas outras culturas, fosse aceita pelos judeus.

Uma ideia certamente originada naqueles outros povos da Antiguidade (e todos eles eram considerados pagãos pelos judeus), dificilmente teria sido incorporada à cultura judaica sem várias e múltiplas resistências radicais. Basta lembrarmos, a Revolta dos Macabeus que foi deflagrada por uma tentativa de profanação (helenização) do Grande Templo.

Da mesma forma, **a hipótese de uma concepção miraculosa e ocorrida de forma indireta, como a que se tem divulgado, ou interpretado, isto é, por meio da ação ou da intervenção do Espírito Santo (ou pelo Santo Espírito), um enviado, um emissário do Criador, também se nos apresenta bastante complexa em se tratando do povo judeu.**

Primeiro que tudo, **a palavra que corresponde a espírito, em hebraico *ruah*, nos remete à identificação de uma entidade feminina, assim, para os judeus do tempo de Jesus, o espírito era representado e compreendido como uma forma feminina e não masculina, daí, provavelmente, a ideia de *alma* como uma entidade feminina. Aqui o primeiro, se não o mais grave, problema ou impasse cultural.**

Nesse sentido, seria impossível para os próprios hebreus do século I, adotarem, aceitarem ou conceberem uma tal ideia, ou ainda, qualquer pensamento de forma equivalente. Mesmo a fantasia religiosa daquele povo, naquela época, não permitiria uma tal criação.

Queremos também entender que, ainda que se admitisse hipoteticamente a ocorrência de um fenômeno destas proporções e mesmo que tal situação fosse orientada pelo Plano Espiritual, não é provável tampouco admissível que os Obreiros da Vida Eterna, contrariando todas as Leis Naturais, desconsiderando e desconhecendo a cultura, os costumes e as leis locais, colocassem em risco, inicialmente, as vidas de José e de Maria e, conseqüentemente, o importante processo reencarnatório de Jesus. Esta, em nosso modo de entender, seria uma grave falha de planejamento que, obviamente, não ocorreu.

Esta controvérsia pode ser uma indicação de que ***a ideia da concepção virginal foi uma criação humana*** que serviu, principalmente, aos múltiplos interesses ligados ao processo de legitimação da nascente institucionalização da filosofia cristã ocidental.

Possivelmente, tal ideia foi concebida pelos primeiros líderes e organizadores do Cristianismo institucionalizado (o que pode ter ocorrido por volta dos séculos I, II ou III da Era Cristã) e, também, por conta de uma possível adaptação aos mitos da Antiguidade, com o objetivo principal de se fazer um número maior de prosélitos, portanto, contextualizados de certa forma.

Os argumentos anteriores nos levam a duas outras questões básicas e fundamentais. A primeira delas nos induz ao pensamento, equivocado, de que os seguidores de Jesus não entendiam ou compreendiam nada da, ou sobre, a cultura judaica, àquela época e naquele contexto. Algo um tanto quanto improvável, pois, muitos deles, quiçá a maioria, eram judeus de nascimento.

A segunda questão, não menos importante que a anterior, é que, deve ter havido algum tipo de *interpolação* ⁽⁶⁹⁾ durante a elaboração e reprodução das cópias dos escritos neotestamentários, durante as suas múltiplas traduções e transcrições (que foram milenares); de novo sob os interesses e as vontades das novas elites dirigentes religiosas que se instituíam e que se configuravam.

É bastante provável que este problema se aprofundou e se agravou a partir do *Concílio de Niceia* (ocorrido em 325 E.C.), no qual muito se contestou a doutrina de Ario, que discutiu basicamente as diferenças entre Deus e Jesus, em espírito e essência. E que, por sua vez, deu origem a um outro grande debate teológico e filosófico sobre a figura de Maria: Ela devia ser considerada a *mãe de Deus (Theotokos)*, ou a *mãe de Jesus, o Cristo (Christotokos)*? ⁽⁷⁰⁾.

Diante do anteriormente exposto, não podemos aceitar, sem o auxílio de nossas razões, a concepção e a gravidez de Maria, como fenômenos miraculosos e sem explicações (a não ser sob o ângulo radical das ideias dogmáticas e, por isto, indiscutíveis), racionais, lógicas ou cientificamente aceitáveis. [...]. ⁽⁷¹⁾ (itálico do original)

Assim, segundo Marco Antônio Vieira, é totalmente inadmissível que os judeus dos primeiros séculos pudessem aceitar a ideia de um nascimento miraculoso, coisa que só por dogmatismo cego é que se admite.

Aliás, o fato deles considerarem o espírito como uma entidade feminina, é razão suficiente para que não aceitassem que Maria fosse fecundada da forma como se acredita hoje.

Fato curioso é que no apócrifo *Evangelho Segundo Felipe*, constate de **Apócrifos II: os Proscritos da Bíblia**, se fala exatamente disso:

Alguns dizem que Maria concebeu por obra do Espírito Santo. Esses se equivocam, não sabem o que dizem. Quando alguma vez uma mulher foi concebida de uma mulher? Maria é virgem a quem Potência alguma jamais manchou. Ela é um grande anátema para os judeus que são os apóstolos e os apostólicos. [...]. ⁽⁷²⁾

Encerrando esse tópico, trazemos o que Vermes aborda, em seu livro **Natividade**, sobre a concepção virginal e a profecia de Isaías:

A concepção virginal em Mateus e a profecia de Isaías

Até aqui, Mateus contou uma história desconcertante. A não ser pela alusão a algum tipo de envolvimento do **Espírito Santo, uma expressão para designar o poder através do qual Deus age no mundo**, o anjo do sonho não esclarece como Maria engravidou. O evangelista então intervém e lança uma nova luz sobre a questão valendo-se de uma profecia do Antigo Testamento, segundo a qual uma virgem virá a dar à luz o Salvador do povo judeu. Na versão do Evangelho para as palavras de Isaías, diz a profecia: “Eis que a *Virgem* conceberá e dará à luz um filho que se chamará *Emanuel*, que significa ‘Deus conosco’” (Isaías 7,14, em Mt 1,23).

Este é o primeiro texto bíblico apresentado como prova por Mateus em sua narrativa da infância. Em Lucas não há nenhum. Mas **esse testemunho profético**, cujo objetivo é anunciar uma gravidez milagrosa ou concepção virginal, **só é eficaz sob uma condição: ele funciona apenas se for seguida a versão da Septuaginta grega para Isaías 7,14, destinada a um público grecófono e interpretada como os leitores gregos o entenderiam**. Como se sabe, a forma que subsistiu do Evangelho de Mateus é a grega e, como tal, seu alvo era obviamente um público grego. Contudo, o público original para o qual a tradição da narrativa do nascimento de Jesus foi desenvolvida era de judeus palestinos e o idioma em que foi inicialmente transmitida seria o aramaico ou, possivelmente, o hebraico, *não* o grego. Também é evidente que para esses palestinos, em sua maioria judeus da Galileia,

o texto de Isaías teria sido extraído da Bíblia hebraica, *não* da Septuaginta grega.

O que nos deixa em um verdadeiro dilema. Para aludir à mulher que virá a conceber e dar à luz um filho, Isaías 7,14 em hebraico não se refere a uma *virgem*, ou *betulah* em hebraico, mas a uma *'almah*, isto é, “uma jovem mulher”: termo neutro que não implica necessariamente virgindade. Por exemplo, no Cântico dos Cânticos 6,8 o termo “jovens mulheres” (*'alamot*) aparece em paralelo com “rainhas e concubinas”, que seguramente não são virgens. Ademais, é muito improvável que a *'almah* mencionada em Isaías 7, a jovem que no futuro próximo há de conceber e dar à luz um filho, seja virgem. O contexto sugere que ela já é casada, e esposa do então rei judeu, Acaz, ao fim do século VIII a.C.

Quando fala em *'almah*, o texto hebraico de Isaías em lugar algum especifica que ela ainda é virgem ou que está prevista uma concepção milagrosa de qualquer tipo. O sinal profético em Isaías 7,14, em hebraico, está não na condição virginal da mãe, mas no significado do nome que ela deverá dar a seu filho – “Emanuel” – sugerindo que o futuro príncipe, em conformidade com o bom augúrio expresso no nome, “Deus conosco” trará proteção divina aos habitantes de Jerusalém, naquela época sob ameaça de dois reis inimigos que sitiavam a cidade (ver Isaías 7,16). Considerando tudo isso, a conclusão a que se chega é que o relato semita subjacente à versão grega de Mateus que conhecemos de forma alguma poderia conter uma previsão da concepção *virginal* do Messias.

Como então esta noção entrou no Evangelho da Infância, de Mateus? Por puro acidente, o tradutor da Septuaginta usou para o termo hebraico *'almah* de Isaías 7,14 a palavra grega *parthenos* (virgem), que, no entanto, pode também significar solteira ou mulher não-casada que não seja necessariamente virgem. O Mateus “grego” ou o editor grego do Mateus semita topou com essa tradução imprecisa e a adotou. Esse feliz achado permitiu-lhe apresentar a seus leitores de fala grega a concepção de Jesus como única e situada em posição muito superior a todas as outras concepções milagrosas do Antigo Testamento.

Existe uma prova incontestável de que uma proporção substancial do público visado pelo texto final de Mateus era composta por gregos, que não tinham conhecimento do hebraico. Em Mateus 1,23, o nome hebraico “Emanuel” na citação de Isaías é apresentado com uma tradução para explicar seu significado: “Deus conosco”. Como se sabe, o original hebraico de Isaías não inclui tal interpretação e, o que é mais importante, ela também não consta da tradução grega da Septuaginta. Os judeus da diáspora, para quem a Septuaginta foi produzida, supostamente deveriam saber o que significava Emanuel. O comentário grego a essa citação em Mateus - “que significa Deus conosco” - é obviamente criação do próprio evangelista, para auxiliar seus leitores gregos não-judeus. Assim, aplicada a Maria, a profecia de Isaías em sua versão grega destinava-se a transmitir ao público grego da narrativa mateana da infância que “Jesus-Emanuel” ou “o Messias-Filho de Deus” seria concebido através do Espírito Santo e

milagrosamente gerado por Maria *na condição* de virgem.

O Mateus grego, conseqüentemente, afirma que a concepção virginal é demonstrada pela citação de Isaías. No entanto, o argumento do evangelista está invertido. Ele quer que seu leitor entenda que o evento representa o cumprimento da profecia; em outras palavras, que a concepção de Jesus por Maria ocorreu porque, de acordo com Isaías, assim estava predestinada por Deus. A verdade é bem o contrário: a ideia da “*parthenos* que concebe”, fornecida pela profecia, é que motivou a história. Foi o texto grego de Isaías 7,14 que proporcionou a Mateus uma fórmula surpreendente para exprimir o caráter milagroso do nascimento de Jesus, como o cumprimento de uma previsão das escrituras.

Repetindo pela última vez, **a concepção virginal é uma extrapolação das palavras da Septuaginta, fazendo uso de material histórico, apresentada a, e compreendida por, leitores cristãos gentios helenistas do Evangelho de Mateus. A história do nascimento de Jesus, contada em aramaico ou hebraico e citando Isaías em hebraico, jamais poderia ter dado origem a tal interpretação.** Mas em grego, em combinação com a exegese literal do nome “Emanuel = Deus conosco” tornou-se a fonte da qual surgiu o conceito do Filho divino de mãe virgem. É preciso reiterar, mesmo que seja *ad nauseam*, que tal evolução somente foi possível em um meio cultural helenístico grecófono. Os antecedentes ideológicos da mitologia greco-romana e as lendas sobre a origem divina de figuras eminentes da época e de um passado recente (ver Capítulo 4) propiciaram um campo fértil para o

crescimento do que viria a ser, no jargão teológico cristão, a *Cristologia*. Com o tempo, através de Paulo, de João e dos filosofantes Padres da Igreja gregos, essa ideia original evoluiu para a deificação de Jesus, Filho da Virgem grávida de Deus (*Theotokos*).

Também é possível contestar que a ideia da concepção virginal inferida no texto de Mateus, com seu uso da versão da Septuaginta para Isaías, era de origem cristã-gentia helenística, pela posição adotada pelo antigo cristianismo judaico sobre o assunto. Facetas importantes da doutrina desses cristãos-judeus, conhecidos como os ebionitas ou os Pobres, foram preservadas nos escritos dos apologistas da Igreja, que procuravam refutá-las. Sob a denominação de ebionitas, devemos entender comunidades cristãs-judaicas que, após sua separação da Igreja cristã-gentia central, provavelmente na virada do século I d.C., sobreviveram ainda por mais duzentos ou trezentos anos. Através do Padre da Igreja Irineu, do fim do século II, que foi bispo de Lião, e do historiador da Igreja Eusébio de Cesareia, do século IV, sabemos que os ebionitas rejeitavam a doutrina do nascimento virgem. **Eusébio deixa claro que, para eles, Jesus era “o filho de uma união normal entre um homem e Maria”** (*História Eclesiástica* 3,27). Irineu anteriormente havia argumentado, usando frases emprestadas do Novo Testamento, que os ebionitas “se recusavam a entender que o Espírito Santo havia vindo a Maria e que o poder do Altíssimo a havia envolvido com sua sombra” (*Contra as Heresias*, 5,1, 3). Ele explicava ainda que a fim de sustentar seus ensinamentos e “puxar o

tapete” da ortodoxia cristã, os ebionitas defendiam a versão grega de Teodósio e Aquila como mais correta do que a Septuaginta, e substituíram o *parthenos* (virgem) desta última pelo termo *neanis* (jovem mulher) em sua tradução de Isaías 7,14 (*ibid.* 3,21, 1). Na opinião deles, a prova de que a Septuaginta não era confiável representava o fim da doutrina de Mateus e da Igreja cristã a respeito de concepção virginal.

Com efeito, a (*almah* do Isaías hebraico e o correspondente *neanis* de Aquila e Teodósio revelam a fragilidade da ideia do nascimento virgem, conforme concebida pelo Mateus grego. Sua adoção pelo evangelista (ou por seu editor final) tornou inevitável a revisão da formulação direta da genealogia (A gerou B etc.), com vistas a excluir a paternidade de José; e tem também o efeito imprevisto de prejudicar a prova montada para autenticar a legitimidade de Jesus como Messias descendente direto de Davi, através de José. ⁽⁷³⁾ (itálico do original)

Aqui, temos mais que abundantes argumentos para contestar o nascimento virginal de Jesus, coisa que, infelizmente, o grande público não toma conhecimento, quer por questões de comodismo, quer também pelo lado financeiro, uma vez que os livros, em geral, são muito caros.

Além disso, acreditamos que não há nenhum

incentivo ao questionamento, porquanto os líderes religiosos, passando suas crenças como verdade absoluta, querem que seus fiéis as absorvam, sem sentirem necessidade de análise crítica.

“E o Verbo se fez carne” faz de Jesus o próprio Deus?

Os primeiros versículos do Evangelho Segundo João são os mais utilizados por fiéis seguidores das correntes cristãs tradicionais para sustentar que Jesus é o próprio Deus encarnado, ou seja, consideram-nos como prova “fatal” de Sua divindade.

Considerando que os espíritas, em grande parte, são egressos dessas correntes, acreditamos que esse tópico poderá ser de grande valia a eles.

Para explicar como certas “verdades” são perpetuadas tomamos emprestado esse trecho da obra ***História das Religiões e a Dialética do Sagrado***, de Leonardo Arantes Marques (1968-), filósofo, escritor, psicólogo e historiador das religiões reconhecido em diversos Estados, Universidades e Faculdades do Brasil:

Antes de iniciarmos o nosso pensamento, gostaria de contar um experimento científico que pode ajudar-nos a entender e fazer-nos refletir sobre as nossas possíveis ideologias e verdades.

Dois cientistas resolveram fazer um experimento sobre comportamento de massa repetitivo. Para isso, escolheram cinco macacos que se destacaram, num grupo de vinte, como os melhores em uma bateria de testes feitos antes de colocá-los no experimento original. Estando tudo pronto, macacos esses que poderíamos considerar como os mais espertos foram todos colocados em uma jaula. No teto dessa jaula encontrava-se um cacho de bananas e abaixo do cacho, uma escada que facilmente daria acesso a elas. No início, como os macacos estavam alimentados, não deram muita importância para o cacho de bananas, que parecia apetitoso. Após algumas horas, um dos macacos, que seria considerado o mais elétrico e brincalhão, atreveu-se a subir à escada para pegar as bananas. Nisso, uma rajada de água fria foi lançada sobre os que ficaram no chão. E assim, todas as vezes que algum deles tentava subir a escada para pegar as frutas, a água era lançada nos que estavam no chão. Após alguns jatos de água fria, sempre que um deles fazia algum movimento em direção a escada ou tentava subir os degraus, os outros quatro rapidamente o seguravam e o agrediam fisicamente. Passado algum tempo, um deles foi substituído por um macaco novo e a sua primeira reação foi subir a escada para pegar as bananas, sendo obstado quase que automaticamente pelos outros quatro, que o agrediram fisicamente. Pasmem! Outro macaco foi substituído e novamente repetiu-se a situação com um agravante surpreendente: o que havia tomado a surra participou, como se também tivesse tomado o banho frio e, com prazer, ajudou a espancar o

novato. Assim, foram substituídos todos os outros três macacos, ficando na jaula cinco macacos que nunca participaram de um único banho frio. No entanto, repetiam o mesmo comportamento condicionado anteriormente de espancar todos aqueles, novatos ou não, que tentavam aproximar-se ou subir a escada para pegar as bananas. Se tivéssemos a oportunidade de conversar com eles e perguntar-lhes por que faziam isso, possivelmente responderiam como muitos de nós: “não sei, sempre foi assim”. (74)

Não temos dúvida de que essa narrativa é uma boa ilustração do comportamento humano, pois a grande maioria de nós faz, exatamente, o que aí se apresenta como pano de fundo.

Muitas vezes defendemos pontos de vista que nem mesmo os entendemos e até aqueles que são, reconhecidamente, contraditórios, isso pouco nos importa, já que, para nós, o mais importante é não mudar de opinião e/ou postura diante de algo.

Diante disso trazemos para reflexão esta fala do escritor Tom Harpur (1929-2017), tomada do livro ***Transformando Água em Vinho: Uma Visão Profunda e Transformadora Sobre os Evangelhos***:

“Todos nós precisamos examinar nossas crenças e práticas religiosas de tempos em tempos, para ver até que ponto são governadas, não pela inteligência e liberdade espiritual, mas por hábitos de infância e tabus aprendidos na adolescência.”
(⁷⁵)

Se aplicarmos isso, é certo que, meio decepcionados, constaremos que, muitas vezes, fomos enganados com informações que não representam nem aos fatos e nem mesmo a verdade. Temos também que admitir que fomos induzidos a concordar com opiniões pessoais de indivíduos defensores de dogmas, sejam eles religiosos ou científicos.

Vejamos o texto bíblico referenciado, que se encontram no Evangelho de João, porquanto são na maioria das vezes utilizados como base de apoio a essa crença, conforme dissemos:

João 1,1-14: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez. Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens; a luz

*resplandece nas trevas, e as trevas não prevaleceram contra ela... **E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós**, cheio de graça e de verdade; e vimos a sua glória, como a glória do unigênito do Pai.”*

Jesus, por ter vindo ao mundo para trazer a palavra de Deus, sem dúvida alguma pode ser chamado de o Verbo de Deus, sem isso significar, obviamente, que ele seja o próprio Deus. Leiamos, em **Razão e Dogma**, de autoria do Dr. Américo Domingos Nunes Filho:

Se o irmão em Cristo argumentar com o pensamento de João: “O Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1:14), nós lhe explicaríamos que **o Verbo de Deus é a vontade ou a palavra que se fez carne, quer dizer, manifestado à humanidade, através de Jesus**. Este foi encarregado de transmitir aos homens o pensamento de Deus. Jesus veio ao mundo revelar a todas as criaturas o Pai amado, Criador de todas as coisas. ⁽⁷⁶⁾

A confusão que, em torno disso, se faz é muito grande, mas os teólogos não têm a preocupação de esclarecer nada, porquanto, isso é bom para se pregar que Jesus seja Deus.

Esses primeiros versículos do Evangelho Segundo João são os mais utilizados por fiéis seguidores das correntes cristãs tradicionais para sustentar que Jesus é o próprio Deus encarnado, ou seja, consideram-nos como prova de Sua divindade.

Algo importante sobre esse passo nos traz Bart D. Ehrman (1955-), em **O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?**, quando desenvolve o tema “Mudanças antiadocionistas ao texto”:

[...] **Assim como em 1 Timóteo 3,16, ela se refere a um texto no qual um copista introduziu uma alteração para afirmar, em termos definitivos, que Jesus deve ser completamente entendido como Deus.** O texto está no Evangelho de João, um Evangelho que, mais que qualquer outro que tenha vindo a constituir o Novo Testamento, já de saída identifica Jesus como divino (ver, por exemplo, João 8,58; 10,30; 20,28). Essa identificação se torna particularmente surpreendente em uma passagem cujo texto original é altamente disputado.

Os primeiros dezoito versículos de João são, às vezes, chamados de seu Prólogo. É ali que João fala do “Verbo de Deus” que estava “no princípio com Deus” e que “era Deus” (versículos 1-3). Esse Verbo de Deus fez com que todas as coisas existissem. E é, ainda, o modo de Deus se comunicar com o mundo; o Verbo é como Deus se

manifesta a si mesmo aos outros. E, a certa altura, ficamos sabendo que o “Verbo se tornou carne e passou a habitar entre nós”. Em outras palavras, o próprio Verbo de Deus se tornou um ser humano (versículo 14). Esse ser humano era “Jesus Cristo” (versículo 17). Segundo esse modo de ver as coisas, Jesus Cristo, portanto, representa a “encarnação” do próprio Verbo de Deus, que estava com Deus desde o princípio e que era Deus, por meio do qual Deus fez todas as coisas.

O Prólogo se encerra com algumas palavras surpreendentes, que nos chegam em duas formas variantes: “Ninguém jamais viu a Deus, exceto o *Filho único/o Deus único* que está no seio do Pai, aquele que o torna conhecido” (versículo 18).

O problema textual está na identificação de quem é esse “único”. Deve ele ser identificado com o “Deus único no seio do Pai” ou como o “Filho único no seio do Pai”? É preciso reconhecer que a primeira variante é considerada a melhor – os manuscritos da família textual alexandrina Mas o que surpreende é ver que ela raramente é encontrada em manuscritos não associados com Alexandria. **Será que ela pode ser uma variante textual criada por um copista em Alexandria e ali popularizada? Se assim for, estaria explicado por que a esmagadora maioria dos manuscritos de outros lugares traz a outra variante, na qual Jesus não é chamado Deus único, mas o Filho único.**

Há outras razões para pensar que a última variante é, de fato, a correta. O Evangelho de João usa a expressão “o Filho único” (algumas vezes

traduzida erradamente como “Filho primogênito”) em várias outras ocasiões (João 3,16.18); em nenhum lugar ele se refere a Cristo como “o Deus único”. Além do mais, o que significa chamar Cristo assim? O termo *único* em grego significa “da mesma espécie”. Só pode haver um que é da mesma espécie. O termo *Deus único* deve fazer referência ao próprio Deus Pai – de outro modo, ele deixa de ser único. Mas se o termo se refere ao Pai, como pode ser utilizado para o Filho? Visto que na frase mais comum (e compreensível) no Evangelho de João é “o Filho único”, parece que esse era o texto originalmente escrito em João 1,18. Trata-se de uma visão altamente elevado de Cristo – ele é o “Filho único que está no seio do Pai”. E é único que explica Deus a todos os homens.

Parece, porém, que alguns copistas – possivelmente radicados em Alexandria – ainda não estavam contentes com essa visão exaltada de Cristo e, por isso, a exaltaram ainda mais, transformando o texto. **Desse modo, Cristo deixa de ser simplesmente o Filho único de Deus e passa a ser, ele próprio, o Deus único!** Essa também parece ser uma mudança antiadocionista do texto por copistas proto-ortodoxos do século II. ⁽⁷⁷⁾ (itálico do original)

As mudanças dos textos, olhe bem, caro leitor, o que elas causam. Eis o grande problema dos crentes que ignoram essas coisas ou então, fazem vistas grossas, fingindo não as ver.

Há um ponto importante que estamos sempre lembrando aos que acreditam na inerrância da Bíblia é que as (supostas) profecias do Antigo Testamento a respeito de Deus enviar um mensageiro – o Messias – à humanidade é que eles deveriam refletir melhor sobre a deificação de Jesus, pois não há, em nenhuma dessas previsões, algo que afirme que o próprio Deus viria pessoalmente encarnar num corpo humano, que, provavelmente, nem suportaria a Sua Magnitude, o que, por lógica, nos faz acreditar que são personalidades diferentes. Inclusive, podemos apoiarnos nas palavras do próprio Mestre: “[...] *Por que me chamas bom? ninguém é bom, senão um que é Deus*”. (Marcos 10,18 e Lucas 18,19) e “[...] *alegrar-vos-íeis de que eu vá para o Pai; porque o Pai é maior que eu*” (João 14,28).

Muitas vezes nos surpreendemos com algumas informações que encontramos, pois além de serem curiosas, são fantásticas do ponto de vista de ser uma novidade. Foi o caso, por exemplo, de saber que essa ideia do “Verbo encarnado” tem correspondente no *Rig Veda*, obra de origem indiana bem anterior às escrituras judaicas.

O jornalista David Lewis (?-), foi o primeiro autor em que vimos isso. De **A Leste de Qumran: em Busca das Raízes da Fé Ocidental**, transcrevemos:

Se parece forçado que Jesus tenha viajado para a Índia e estudado os Vedas, e que os clérigos dos Vaticano tenham escondido os relatos budistas da viagem, lembre-se da Ecole Biblique fundada pelo Vaticano e do controle da Ecole sobre os Manuscritos do Mar Morto. Considere que Tomé, o seguidor de Cristo, viajou para a Índia, onde construiu uma missão, e que cristãos fiéis a usam para veneração até os nossos dias. **Considere este verso de abertura do Evangelho de João: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”.**

E este verso do mais antigo Rig Veda da Índia: “No princípio era Brahman, com quem estava o Verbo, e o Verbo é Brahman” (traduzindo-se a palavra “Vak” do sânscrito como “Verbo”.⁽⁷⁸⁾

Embora cause constrangimento aos teólogos hodiernos, é de todo lógico que o Rig Veda foi a fonte primária para o autor do Evangelho Segundo João iniciar a sua narrativa. Aliás, sabe-se hoje que esse autor é um ilustre desconhecido e não, como se fez crer por muito tempo, o discípulo amado de Jesus.

Em sua obra **Três Maneiras de Ver Jesus**, o escritor José Pinheiro de Souza (1938-2014) também fala sobre o *Rig Veda*:

O Evangelho de João é considerado por alguns estudiosos como um Evangelho gnóstico porque ele tem muitas semelhanças com os chamados Evangelhos *gnósticos* encontrados em Nag Hammadi em 1945, particularmente com o Evangelho de Tomé (ver BOBERG 2011) e ele tem também muitos paralelos com as Escrituras védicas gnósticas da Índia. **No Rig Veda, por exemplo, encontramos praticamente o mesmo versículo gnóstico joanino, há pouco citado: “No princípio era Brahman [= o Deus impessoal do hinduísmo], com quem estava o Verbo [= Krishna]; e o Verbo era verdadeiramente o supremo Brahman”** (apud HARPUR, 2009, p. 207).⁽⁷⁹⁾ (itálico do original)

Ressalte-se que José Pinheiro toma esse início de narrativa como de cunho gnóstico, o que se pode também confirmar com Harpur na obra **Transformando água em vinho: uma visão profunda e transformadora sobre os Evangelhos**:

[...] **Essa preexistência do Logos ou de Sofia**

(a Sabedoria) era parte do pensamento judaico da época. Também era parte do pensamento gnóstico, e existem indícios consideráveis em apoio à tese de que Paulo era gnóstico. [...]. ⁽⁸⁰⁾

E, por oportuno, trazemos da [Wikipédia](#) esta informação sobre o que é o *Rig Veda*:

Rig Veda ou **Rigveda**, Livro dos Hinos, é o Primeiro Veda e é o mais importante veda, pois todos os outros derivaram dele. Rig Veda é o Veda mais antigo e, ao mesmo tempo, o documento mais antigo da literatura hindu, composto de hinos, rituais e oferendas às divindades. Possui 1.028 hinos, sendo que a maioria se refere a oferendas de sacrifícios, algumas sem relação com o culto. Independentemente do valor interno, o Primeiro Veda é valiosíssimo pela antiguidade.

Passagens geográficas e etnológicas no Rigveda são uma evidência de que o Rigveda foi escrito por volta de 1700-1100 a.C., durante o período védico em Punjabe (Sapta Sindhu), fazendo dele um dos mais antigos textos de quaisquer Línguas indo-europeias e um dos textos religiosos mais antigos do mundo. ⁽⁸¹⁾

Considerando o período em que o *Rig Veda* foi escrito, certamente bem anterior ao próprio judaísmo, isso, por força da lógica, faz dele uma fonte primária

para as crenças cristãs que, inapelavelmente, lhes são posteriores.

Holger Kersten (1951-) e Elmar Gruber (1955-2011), autores de ***O Buda Jesus - As Fontes Budistas do Cristianismo***, são dois estudiosos que corroboram essa origem:

A introdução do Evangelho segundo João – “no princípio era o Verbo [Logos]...” – pode ser considerada uma citação de textos budistas: “Na base [de todas as coisas] está o Dharma”. A ideia budista dos três corpos (trikaya) também revela muitas analogias com a trindade da teologia cristã. [...] ⁽⁸²⁾

Para um melhor entendimento, vejamos o que pensam, sobre este passo do João, alguns exegetas e estudiosos bíblicos, inclusive se observa que alguns apontam outras fontes que não o *Rig Veda*:

a) ***A Vida Oculta e Mística de Jesus***, A. Leterre:

Diz Alfred Poizat (La Vie et l'Oeuvre de Jesus), irredutível católico: “muitas pessoas se afiguram que nós, católicos, acreditamos em três deuses, numa família de três deuses, o Pai, o Filho e o Espírito

Santo, quando, afinal, o Filho é a Palavra (o Verbo), o pensamento do Pai e, como tal, reside em si. **O Verbo está** em Deus e o **Verbo** é Deus, diz o evangelista João; ele está em Deus, como seu princípio de atividade e de expressão: Deus nada pode fazer sem o seu **Verbo**, nem dispensar seu Espírito Santo, pois seu **Verbo** e seu Espírito, comum ao Pai e ao Verbo, estão nele, são dele e são sua tríplice maneira de ser **um**, de contemplar-se, de se possuir a si mesmo e de se amar”.

Ora, isso está perfeitamente de acordo com a tese de que o **Verbo** é um atributo e não um **Filho Carnal**. É uma centelha desse atributo que ele delegou a um homem puro para repor no mundo anarquizado sua primitiva lei.

Entretanto, o próprio João Batista, que o profeta Isaías, da Ordem de Rama, chamava de “Voz que clama no deserto”, que vinha preparar-lhe o caminho, não tinha certeza de que Jesus fosse mesmo o Messias prometido, pois já tinham aparecido uma voz dos céus que dizia: “Este é meu filho amado, em que hoje me comprazo” (Mateus III,17), para depois, quando na prisão, mandar dois dos seus discípulos perguntar-lhe: “És tu aquele que havia de vir ou esperamos outro?” (Mateus XI,3).

Só as incoerências contidas neste trecho dão margem a uma severa crítica.

Jamais Jesus se proclamou ou ensinou ser Deus, repelindo até essa classificação, como se vê em muitas passagens dos evangelhos, que seria fastidioso destacar. ⁽⁸³⁾ (grifo do original)

b) **O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?**, Bart D. Ehrman:

Outras passagens do Evangelho também não são perfeitamente coerentes com o resto. Mesmo os versículos de abertura, 1,1-18, que formam uma espécie de prólogo ao Evangelho, parecem bastante diferentes do restante. O tantas vezes celebrado poema fala do “Verbo” de Deus, que existiu com Deus desde o princípio e sempre foi Deus e se “fez carne” em Jesus Cristo. A passagem foi vazada em um estilo de alto teor poético que não se encontra no resto do Evangelho; além disso, à medida que os temas centrais são repetidos no resto da narrativa, alguns dos seus mais importantes vocábulos não são. Desse modo, Jesus é retratado durante a narrativa como aquele que veio do alto, mas nunca é chamado de o Verbo em outra passagem desse mesmo Evangelho. **É possível que essa abertura do Evangelho tenha provindo de uma fonte diferente do restante do relato e que tenha sido acrescentada** como um início apropriado pelo autor depois de o livro ter sido anteriormente publicado?

Aceitemos, por um momento, apenas para manter o argumento, que o capítulo 21 e 1,1-18 não fossem componentes originais do Evangelho. O que isso representaria para a crítica textual que pretende reconstruir o texto “original”? Qual original está sendo reconstruído? Todos os nossos manuscritos gregos contêm as passagens em questão. Dessa forma, a crítica textual pode reconstruir aquilo que originalmente eles continham? Não deveríamos considerar que a forma “original” é uma versão

primitiva, ausente deles? E se alguém quiser reconstruir essa forma primitiva é justo ter de parar aqui, contentando-se com reconstruir, digamos, a primeira edição do Evangelho de João? Por que não ir mais longe e tentar reconstruir as *fontes* subjacentes ao Evangelho, como as fontes dos sinais e as fontes dos discursos, ou até mesmo as tradições orais que subjazem a elas? ⁽⁸⁴⁾

c) **Transformando Água em Vinho: Uma Visão Profunda e Transformadora Sobre os Evangelhos**, Tom Harpur:

Fílon de Alexandria, que viveu entre cerca de 25 a.C. e 50 d.C., foi um judeu brilhante pela origem religiosa e um filósofo grego por formação que viveu em Alexandria, no Egito. Leu de maneira alegórica os livros do Pentateuco (os primeiros cinco livros da Bíblia) e outras escrituras hebraicas, e trabalhou diligentemente para harmonizá-los com a filosofia platônica e aristotélica (Devo acrescentar que ele e todos os milhares de judeus egípcios de Alexandria liam o “Antigo Testamento” numa tradução grega chamada “Septuaginta”, criada cerca de dois séculos antes, em Alexandria.) **Muitos acadêmicos acreditam que seus textos sobre o Logos divino, ou Palavra de Deus, e sobre o “filho” de Deus influenciaram grandemente o autor do prólogo do Evangelho de João.** ⁽⁸⁵⁾

Enquanto S. Mateus e S. Lucas descrevem uma concepção imaculada, o Jesus de S. João tem, por

assim dizer, uma concepção cósmica. Com palavras que (deliberadamente) lembram o primeiro versículo do Gênesis, o prólogo do autor diz: “No princípio era o Verbo [...]”. **Observe que a menção ao Verbo ou Logos provavelmente tem origem independente num “Hino ao Logos” – Filon de Alexandria, que já mencionamos neste livro, escreveu extensamente sobre o Logos –, mais tarde adaptado como introdução desse Evangelho.** Estudiosos observaram que, depois de usar o tema do Logos dessa maneira, o autor ou editores de S. João nunca mais se referem a ele ao longo do resto do relato. **Mas o mais importante para nossa investigação é que o verdadeiro sentido do Verbo tornado carne é a referência ao Cristo ou presença divina encarnada na vida e no coração de todos nós.** A enorme incapacidade da Igreja, ao longo dos séculos, de entender essa verdade importante, substituindo-a em vez disso por uma interpretação literal que a restringe a um indivíduo em particular – Jesus Cristo –, privou, nesse processo, todo o resto da humanidade da consciência da sua divindade. ⁽⁸⁶⁾

d) ***Que Vos Parece o Cristo***, Huberto Rohden:

Que é o Cristo, o Ungido, que os antigos hebreus chamavam Messias, o Enviado?

O quarto Evangelho designa o Cristo com a palavra *Logos*, começando o texto com estas palavras:

“No princípio era o Logos, e o Logos estava com

Deus, e o Logos era Deus”.

A palavra grega Logos é muito anterior à Era Cristã. **Os filósofos antigos de Alexandria e de Atenas, sobretudo, Heráclito de Éfeso, designavam com Logos o espírito de Deus manifestado no Universo.** Logos seria, pois, o Deus imanente, em oposição à Divindade transcendente, que não é objeto de nosso conhecimento.

A Vulgata Latina traduz Logos por Verbo: “No princípio era o Verbo...”

Logos, Verbo, Cristo são idênticos e designam a atuação da Divindade Creadora, a manifestação individual da Divindade universal.

Neste sentido, o Cristo é Deus, mas não é a Divindade. E neste sentido diz ele aos Homens: “Vós sois deuses”; os homens são manifestações individuais da Divindade Universal. A primeira e mais perfeita das manifestações da Divindade Universal, no Universo, é o Cristo, o Verbo, o Logos, que Paulo de Tarso chama acertadamente “o primogênito de todas as criaturas” do Universo.

O Cristo é anterior à criação do mundo material. **Ele é “o Primogênito de todas as criaturas”.** O Cristo não é criatura humana, mas a mais antiga individualidade cósmica, que, antes do princípio do mundo, emanou da Divindade Universal.

O Cristo é Deus, mas não é a Divindade, que Jesus designa com o nome Pai: “Eu e o Pai somos um, mas o Pai é maior do que eu”.

Deus, na linguagem de Jesus, significa uma emanção individual da Divindade universal.

A confusão tradicional entre Deus e Divindade tem dado ensejo a intermináveis controvérsias entre os teólogos. Mas o texto do Evangelho é claro: o Cristo afirmou ser Deus, mas nunca afirmou ser ele a própria Divindade. (87)

e) ***As Várias Faces de Jesus***, Geza Vermes:

O termo Logos, o Verbo, joga um papel essencial na filosofia e no misticismo gregos, com os quais João parece ter alguma familiaridade. Trata-se de um conceito central na elaboração teológica do filósofo alexandrino judeu Filo, e **na especulação mística helenística** conhecida como hermetismo atribuída ao deus Hermes Trismegisto (Hermes, o Três Vezes Grande). **Ambos são passíveis de terem influenciado o cristianismo helênico**. Tanto para Filo como para João, o *Logos* foi o instrumento de Deus ao criar o mundo, uma figura de mediação entre Deus e o gênero humano. No misticismo hermético, que busca a deificação do homem através do conhecimento, o *Logos* é chamado de “filho de Deus”. Esta locução, ecoada por “o filho unigênito que está no seio do Pai” em João, é o princípio que dá forma e ordem ao mundo. Ele também é designado na filosofia religiosa grega como Demiurgo ou “Artesão”, noção que será muito discutida no cristianismo ulterior. (88)

f) Karl W. Luckert (1934-), teólogo citado por Tom Harpur em ***Transformando Água em Vinho:***

Uma Visão Profunda e Transformadora Sobre os Evangelhos:

[...] Luckert argumenta de várias maneiras a favor da inspiração egípcia do Cristianismo paulino. Sua teologia, diz ele, é uma “derivação da teologia egípcia”. Esse especialista em história das religiões vai ainda mais longe ao dizer que **“não há melhor resumo da antiga teologia ortodoxa egípcia do que o prólogo do Evangelho de João: 'No princípio era o Verbo [...]’”**. De novo, ele diz que “todas as características da atividade divina” – a criação divina por meio do Logos, o Deus que gera um Filho e sua apresentação da vida eterna e uma humanidade inconstante – “são inteiramente calcadas na soteriologia egípcia” (89)

g) A Face Oculta das Religiões: Uma Visão Racional da Bíblia, José Reis Chaves (1935-):

No Evangelho de João (1,1), lemos: *No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.*

Sabemos pela Bíblia que Deus é Espírito (um Espírito Santo em toda a acepção dessa expressão) e é Verbo – *E o Verbo era Deus.*

E, no mesmo Evangelho de João (1,14), lê-se: *E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós. Esta expressão entre nós não é fiel ao original, que é em nós (do Grego em *hemin*; e do Latim *in nobis*, como está na *Vulgata*). E por que se*

encarnou o Verbo em nós? Porque se incarnou em nossa espécie humana e, de um modo especial, em Jesus. *Nele habitou plenamente toda a Divindade*, como afirma São Paulo, Divindade essa que habita em nós, também, pois somos templos do Espírito Santo (de um Espírito Santo no original grego), segundo ainda São Paulo.

De fato, o nosso espírito é uma centelha divina encarnada. Em outros termos, é o Cristo ou Verbo encarnado, como parte do Aspecto Filho de Deus-Pai-Espírito, Espírito Santo. Mas, em nós o verbo não habita plenamente como em Jesus, porque essa centelha divina ainda está muita atrasada em relação à Dele. Por isso São Paulo usa a expressão: *Até que todos chegemos à estatura mediana de Cristo*, o que ainda vai demorar um longo tempo ou várias reencarnações. E Jesus é o nosso instrutor, o modelo, justamente porque Ele está bem à nossa frente como ser humano. ⁽⁹⁰⁾

h) *Três Maneiras de Ver Jesus: a Maneira Histórica, a Mítica Literal e a Mítica Simbólica*,

José Pinheiro de Souza:

JESUS É O “VERBO ENCARNADO” DENTRO DE NÓS?

Literalmente, não; mas simbolicamente, sim, conforme argumentarei nesta seção.

Como foi dito no Capítulo 2 deste livro, os Evangelhos sinópticos (Mateus e Lucas) são os mais ricos acerca do Jesus histórico, enquanto o

Evangelho de João (considerado por alguns como um **Evangelho gnóstico**), interpretado **literalmente**, é o mais pobre de todos acerca do Jesus histórico, mas, interpretado **simbolicamente (gnosticamente)**, ele é o mais rico de todos a respeito do **Jesus histórico como do Jesus mítico, interpretados simbolicamente** como “*Deus dentro de nós*” (“*o Cristo interior*”), conforme veremos ao longo deste capítulo.

A título de exemplificação, o Evangelho de João inicia com este versículo: “**No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o verbo era Deus**” (João 1,1). E no versículo 14, está escrito: “**E o verbo se fez carne e habitou entre nós**”; na versão gnóstica do escritor espírita e ex-padre católico Carlos Torres Pastorino (profundo conhecedor do latim e do grego), a tradução correta deste versículo é esta: “**E o Verbo se fez carne e construiu seu tabernáculo dentro de nós**” (PASTORINO, 1964, vol. 1, p. 11) (negrito meu).

Qual o verdadeiro sentido do “**VERBO TORNADO CARNE**” no Evangelho de João? Esta expressão se refere *literalmente* à encarnação do “Jesus histórico” ou à presença divina encarnada em todos nós?

Esta expressão não se refere *literalmente* à encarnação do “Jesus histórico”, conforme interpretam os cristãos dogmáticos e fundamentalistas, mas à presença divina encarnada em todos nós, como bem expressa o escritor gnóstico e ex-pastor anglicano Tom Harpur, em seu livro “Transformando Água em Vinho”:

O mais importante para nossa investigação é que

o verdadeiro sentido do Verbo tornado carne é a referência ao Cristo [interno] ou presença divina encarnada na vida e no coração de todos nós. A enorme incapacidade da Igreja, ao longo dos séculos, de entender essa verdade importante, substituindo-a em vez disso por uma interpretação literal que a restringe a um indivíduo em particular – Jesus Cristo –, privou, nesse processo, todo o resto da humanidade da consciência de sua divindade (HARPUR, 2009, p. 196-197) (negrito meu).

Como afirmou Tom Harpur nessa citação, a expressão “**VERBO TORNADO CARNE**”, desses versículos joaninos, não se refere, por conseguinte, *literalmente*, à encarnação do Jesus histórico neste planeta Terra, mas à “**presença divina encarnada na vida no coração de todos nós**”.

O Jesus histórico, portanto, não é *literalmente* **O VERBO ENCARNADO**. No correto dizer de Carlos Torres Pastorino, “precisamos distinguir aqui entre JESUS, o homem, e o CRISTO, a força divina que impregna todas as coisas, todos os seres” (PASTORINO 1964, vol. 1, p. 13). Ou seja, JESUS não é literalmente O CRISTO (Deus dentro de nós).

Vemos, portanto, a grande importância de se distinguir o “Jesus histórico” do “Cristo cósmico” (a centelha divina em todos nós). O “Jesus histórico”, ou seja, o homem Jesus, não é *literalmente* o *Cristo interior* (Deus dentro de nós), embora ele possa também ser visto *simbolicamente/metaforicamente* (com muitos outros espíritos evoluídos) como a Chama Divina em todos nós. ⁽⁹¹⁾ (grifo do original)

i) **Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo**, Karen Armstrong:

Ário queria enfatizar a diferença essencial entre o Deus único e todas as suas criaturas. Como escreveu ao bispo Alexandre, Deus era “o único não gerado, o único eterno, o único sem princípio, o único verdadeiro, o único que tem imortalidade, o único sábio, o único bom, o único potentado”. (Ario, *Epístola a Alexandre*, 2). **Ario conhecia bem as Escrituras e providenciou um arsenal de textos para embasar sua teoria de que Cristo, o Verbo, só podia ser uma criatura como nós.** Um texto fundamental era a passagem dos Provérbios que declara, explicitamente, que Deus *criou* a Sabedoria logo no início (4). Esse texto também afirma que a Sabedoria foi o agente da criação, uma ideia que se repete no prólogo do Evangelho de São João. O Verbo estava *com* Deus no início:

*Todas as coisas foram feitas por ele,
e sem ele nada foi feito. (92).*

O Logos foi instrumento usado por Deus para dar existência a outras criaturas. Portanto, diferia em tudo de todos os outros seres e era de altíssima condição. Mas, tendo sido criado por Deus, era essencialmente distinto de Deus.

São João deixou claro que Jesus era o Logos; também disse que o Logos era Deus. (93) Contudo, não era Deus por natureza, insistia Ário, mas fora promovido por Deus ao status divino. Era diferente de nós porque Deus o criara

diretamente e por intermédio dele criou todas as outras coisas. Deus sabia que o Logos lhe ofereceria perfeitamente, quando se tornasse homem, e, por assim dizer, antecipou a divindade de Jesus. Mas divindade não era inerente a Jesus: era apenas uma recompensa ou um presente. Mais uma vez, Ário pôde apresentar muitos textos que pareciam corroborar sua teoria. O fato de Jesus chamar Deus de “Pai” implicava uma distinção; a paternidade, por sua própria natureza, envolve existência anterior e certa superioridade sobre o filho. Ário também enfatizou os trechos bíblicos que acentuam a humildade e a vulnerabilidade de Cristo. Não tinha nenhuma intenção de denegrir Jesus, como diziam seus inimigos. Tinha uma ideia elevada da virtude e da obediência de Cristo até a morte, que assegurara nossa salvação. Acreditava num Deus remoto e absolutamente transcendente ao mundo, como o Deus dos filósofos gregos; e adotou um conceito grego de salvação. Os estoicos, por exemplo, sempre disseram que um ser humano virtuoso podia tornar-se divino; isso também fora essencial para a visão platônica. Ário não tinha dúvida de que os cristãos estavam salvos e divinizados, participando da natureza de Deus. Isso só era possível porque Jesus abriu o caminho. Vivera uma vida humana perfeita; obedecera a Deus até a morte na cruz; como disse são Paulo, foi *por causa* dessa obediência até a morte que Deus o elevou a uma altíssima posição e lhe concedeu o título de divino de Senhor (*kyrios*). ⁽⁹⁴⁾ **Se Jesus não tivesse sido humano, não haveria esperança para nós. Se ele fosse Deus por natureza, sua vida não teria nada de meritório, nada para**

imitarmos. Contemplando sua vida de filho perfeitamente obediente, os cristãos se tornavam divinos. Imitando Cristo, a criatura perfeita, tornavam-se “inalteráveis e imutáveis, perfeitas criaturas de Deus” ⁽⁹⁵⁾. ⁽⁹⁶⁾ (itálico do original)

Embora haja divergência quanto à origem da expressão, ocorre unanimidade quanto ao fato dela não estabelecer que Jesus é Deus, que só é visto dessa forma por puro equívoco de interpretação dos teólogos.

Vejamos agora, por pertinente, o que o pedagogo Allan Kardec (1804-1869), codificador do Espiritismo, escreveu a respeito do tema que estamos estudando. Do livro **Obras Póstumas**, transcrevemos:

§ VIII — O VERBO SE FEZ CARNE

“No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. – Ele estava no princípio com Deus. – Todas as coisas foram feitas por ele e nada do que foi feito o foi sem ele. – Nele estava a vida e a vida era a luz dos homens. – E a luz brilhou nas trevas e as trevas não a compreenderam.

“Houve um homem enviado de Deus, que se chamava João. – Ele veio para servir de testemunha, para dar testemunho da luz, a fim de

que todos cressem por ele. – Ele não era a luz, mas veio para dar testemunho daquele que era a luz.

“Aquele era a verdadeira luz que ilumina todo homem que vem a este mundo, e o mundo foi feito por ele, e o mundo não o conheceu. – Ele veio à sua casa e os seus não o receberam. – Mas, ele deu a todos que o receberam o poder de se tornarem filhos de Deus, àqueles que creem no seu nome, os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus mesmo.

“E o Verbo foi feito carne e habitou entre nós e vimos a sua glória, qual a que o Filho único havia de receber do Pai; e ele, digo, habitou entre nós, cheio de graça e de verdade.” (S. João, 1:1 a 14.)

Esta passagem dos Evangelhos é a única que, à primeira vista, parece encerrar implicitamente uma ideia de identificação entre Deus e a pessoa de Jesus; é também a que serviu de base, mais tarde, à controvérsia a tal respeito. A questão da divindade de Jesus surgiu gradativamente; nasceu das discussões levantadas a propósito das interpretações que alguns deram às palavras *Verbo* e *Filho*. Só no quarto século uma parte da Igreja a adotou, em princípio. Semelhante dogma resultou, pois, de decisão dos homens e não de uma revelação divina.

É de notar-se, antes de tudo, que as palavras acima citadas são de João e não de Jesus e que, ainda quando se admita que não tenham sido alteradas, elas não exprimem, na realidade, mais que uma opinião pessoal, uma indução, em que se depara com o misticismo habitual da sua linguagem;

não poderiam, pois, prevalecer contra as reiteradas afirmações do próprio Jesus.

Mesmo, porém, aceitando-as tais quais são, elas não resolvem de modo algum a questão no sentido da divindade, porquanto se aplicariam igualmente a Jesus, criatura de Deus.

Com efeito, o *Verbo* é Deus, porque é a palavra de Deus. Tendo recebido diretamente de Deus a palavra, com a missão de a revelar aos homens, ele a assimilou. A palavra divina, de que se penetrara, encarnou nele; ele a trouxe consigo ao nascer e assim é que João pôde com razão dizer: *O Verbo foi feito carne e habitou entre nós. Jesus podia, pois, ter sido encarregado de transmitir a palavra de Deus, sem ser o próprio Deus, como um embaixador transmite as palavras do seu soberano, sem ser o soberano.* Segundo o dogma da divindade, é Deus quem fala; na outra hipótese, ele fala pela boca do seu enviado, o que nada tira à autoridade das suas palavras.

Mas, quem autoriza esta suposição, de preferência a outra? A única autoridade competente para decidir a questão é a das próprias palavras de Jesus, quando diz: *“Não tenho falado por mim mesmo; aquele que me enviou foi quem me prescreveu, por seu mandamento, o que tenho de dizer. – A doutrina que prego não é minha, mas daquele que me enviou; a palavra que tendes ouvido não é palavra minha, mas de meu Pai que me enviou.”* A ninguém fora possível exprimir-se com mais clareza e precisão.

A qualidade de *Messias* ou *enviado*, que lhe é atribuída em todo o curso dos Evangelhos,

implica uma posição subordinada com relação àquele que ordena; o que obedece não pode ser igual ao que manda. João caracteriza esta posição secundária e, por conseguinte, estabelece a dualidade de entidades, quando diz: *E vimos a sua glória, tal como o Filho único devia recebê-la do Pai*, visto que **aquele que recebe não pode ser o que dá e aquele que dá a glória não pode ser o igual daquele que a recebe.** Se Jesus é Deus, possui a glória por si mesmo e não a espera de ninguém; se Deus e Jesus são um único ser sob dois nomes diferentes, entre eles não poderia existir supremacia, nem subordinação. Ora, **não havendo paridade absoluta de posições, segue-se que são dois seres distintos.**

A qualificação de *Messias divino* não exprime que haja mais igualdade entre o mandatário e o mandante, do que a de *enviado real* entre um rei e seu representante. Jesus era um messias divino pelo duplo motivo de que de Deus é que tinha a sua missão e de que suas perfeições o punham em relação direta com Deus. ⁽⁹⁷⁾

Com isso que disse, o Codificador do Espiritismo faz coro com o pensamento dos exegetas e estudiosos apresentados nessa pesquisa.

Sustentar a ideia de que Jesus é “filho de Deus”

Para prevalecer esse ponto, ou seja, de que Jesus era “filho de Deus”, foi necessário criar um sofisma para justificar que nós, todos os seres humanos, somos criaturas e não filhos de Deus, uma vez que essa qualificação cabe somente a Jesus, pois, assim, teriam uma posição especial para ele. Vejamos, em **Mitos Cristãos - Desafios Para o Diálogo Religioso**, o que significava ser chamado de “filho de Deus”:

O MITO DE JESUS COMO “FILHO DE DEUS” NO SENTIDO NATURAL

[...].

Por conseguinte, é somente por linguagem *analógica (metafórica, mitológica)* que dizemos que “Deus é nosso Pai”, ou que “Deus é um ser pessoal” etc. Mas Deus não é *literalmente* “nosso Pai”, ou *literalmente* “uma pessoa”, mesmo admitindo que ele possua, em altíssimo grau, atributos paternos e pessoais. E se Deus não é *literalmente* “nosso Pai”, ninguém pode ser *literalmente* “filho de Deus”. A palavra “filho” é muito usada em *sentido figurado*, particularmente na cultura judaica:

Na linguagem judaica, usa-se amiúde o termo “filho” para designar alguma semelhança. Por exemplo: “filho de touro” significa um homem forte; [...] “filho da gordura” significa “filho gordo”. Analogamente, **a expressão “Filho de Deus” significa um homem intimamente unido a Deus ou um pregador de Deus. É neste sentido que se atribui a Cristo o título de “Filho de Deus”, um título que o rei Davi também o tinha** (GRIESE, 1957, p. 28, nota 2) (negrito meu). [do autor].

Logo, Jesus não pode ter cometido a blasfêmia de ter declarado ser “Filho de Deus” – no sentido *literal, natural* – como dogmatizaram os cristãos, no Concílio de Niceia (ano 325), fundamentados na mitologia de muitos povos antigos, principalmente na mitologia greco-romana, em que as encarnações e filiações divinas (no sentido natural/biológico) eram vistas como fenômenos normais.

No sentido analógico/metafórico/honorífico, portanto, ninguém comete blasfêmia ao chamar Jesus de “Filho de Deus”. Aliás, nesse sentido, todos nós somos “filhos de Deus”, uns apenas mais adiantados que outros na carreira evolutiva, por serem mais antigos, ou por já terem trabalhado mais no caminho da perfeição.

Jesus nunca declarou ser uma pessoa divina (no sentido literal da palavra). As passagens evangélicas que lhe atribuem tal declaração (por ex., Mt 26,63-64; Mc 14,62; Jo 10,30;14,9-10) foram criações dos evangelistas para enaltecer a sua pessoa e para dar credibilidade exclusiva ao cristianismo mítico dos cristãos.

Conforme elucidado, **ser “filho de Deus”, na cultura hebraica, não significava ser Deus, mas**

era um título honorífico aplicado geralmente aos reis por ocasião de suas coroações. Os judeus, sendo estritamente monoteístas, rejeitavam qualquer crença que tivesse sabor de politeísmo. Por isso, não podiam admitir que alguém pudesse ser “filho de Deus”, no sentido natural/físico/biológico e, muito menos ainda, acreditar que Deus pudesse encarnar-se em forma humana. Já na cultura greco-romana, e em muitas outras culturas antigas, era muito comum a ideia mitológica de alguém importante ser considerado “filho de Deus”, no sentido natural (físico, biológico), através da concepção miraculosa entre uma divindade e uma mulher da Terra, ou entre uma deusa e um homem da Terra, como era igualmente comum a ideia de uma divindade encarnar-se (ou reencarnar-se) em forma humana (o chamado MITO DO DEUS ENCARNADO).

Assim, por exemplo, os chamados *heróis* na mitologia grega eram tidos como “filhos de um deus e de uma mortal” (COMMELIN, Op. Cit., p. 215); Teseu, o décimo rei de Atenas, também é chamado, às vezes, de “filho de Netuno”, a grande divindade dos trezenienses (Ibid.); Júpiter, o pai, o rei dos deuses e dos homens, também engravidou um grande número de mulheres da Terra, e delas nasceram muitos filhos, que foram todos colocados entre os deuses e semideuses (Ibid., p. 21-22); “a deusa Vênus ('Afrodite', em grego) gerou Eneias e um grande número de mortais” (Ibid., p. 60-61); o próprio Platão, nascido em Atenas em 429 a.C., era considerado um divino Filho de Deus, nascido de uma virgem pura chamada Perictione, segundo acreditava o povo em geral (Cf. LEWIS, 1997, p.

78); o taumaturgo Apolônio de Tiana, contemporâneo dos primeiros cristãos, também nascera de uma mãe virgem, tendo sido concebido miraculosamente pela mãe terrena e um deus egípcio de nome Proteu (Cf. RIFFARD, Op. Cit., p. 405); na mitologia egípcia, o rei, chamado faraó, era considerado um *deus* vivente e dava-se-lhe o título de “Filho de Deus”; na mitologia da Pérsia, Zoroastro foi o primeiro dos redentores do mundo a ser aceito como nascido pela concepção entre um deus e uma virgem (Cf. LEWIS, *Ibid.*, p. 76); **Ciro, rei da Pérsia, também era tido como nascido de origem divina e era chamado de “Cristo” ou “Filho ungido de Deus”** (*Ibid.*).

Analogamente, o MITO DO DEUS ENCARNADO, isto é, a crença segundo a qual uma divindade se encarna numa pessoa humana, era (e continua sendo) muito comum. Assim, por exemplo, no hinduísmo, Krishna é considerado a oitava encarnação do deus hindu Vishnu; para os hinduístas, Buda é considerado a nona encarnação da mesma divindade (Vishnu); “O Dalai Lama do Tibete é considerado um avatar [= encarnação divina] de Avalokitezvara” (BLAVATSKY, 2000, p. 65); “A Sociedade Teosófica anunciou, como encarnação divina da época, em suas próprias fileiras a Krishnamurti” (ARMOND, 1999, p. 137); ainda hoje, em vários países, monarcas são considerados a reencarnação de um deus. Como também já foi dito, o guru indiano Sathya Sai Baba é considerado uma encarnação da divindade (Cf. HISLOP, 2003).

Diante de todos esses exemplos de supostas filiações e encarnações divinas na História de

muitos povos, fica muito difícil aceitar a crença mítica e exclusivista da maioria dos cristãos, segundo a qual Jesus seria o único Filho de Deus e a única encarnação de Deus na História. ⁽⁹⁸⁾ (itálico do original)

E para não ficarmos apenas num só autor, vejamos, no livro **Natividade**, a opinião do professor Geza Vermes, renomado estudioso da história do cristianismo:

“Filhos de Deus” e “filhas dos homens”

O Antigo Testamento e a literatura judaica do período inter-testamental fornecem um caminho alternativo que compreende lendas sobre filhos nascidos da união de seres celestiais, ou anjos, e mulheres da Terra. Para os leitores esclarecidos de nosso tempo, tais contos podem parecer excessivamente tolos e fantasiosos, mas os Evangelhos da Infância foram compostos há quase dois milênios para pessoas envolvidas em especulações desse tipo. **Histórias de nascimentos sobrenaturais, à semelhança de antiquíssimos mitos orientais e greco-romanos, circulavam entre os judeus nos tempos do Novo Testamento**, e o público judeu e gentio, a quem se dirigiam os Evangelhos da Infância tanto na Palestina como na Diáspora, estava familiarizado com elas. O ponto de partida das fábulas judaicas é o Gênesis, o primeiro livro da Bíblia, que preservou a espantosa história dos “filhos de Deus”. Eles

sucumbiram aos encantos das “filhas dos homens” e, cativados por sua beleza, abandonaram sua confortável morada celestial e desceram à Terra em carne e osso para desfrutar da companhia feminina. Como seria de imaginar, a aventura logo deu errado. Dessas uniões nasceram gigantes cuja depravação ocasionou o dilúvio de Noé e a destruição quase completa da humanidade (Gn 6,1-4).

No entender dos judeus do tempo de Jesus, os “filhos de Deus” eram anjos, como vemos na Septuaginta, a tradução grega da Bíblia, no Livro dos Jubileus, em uma versão do Gênesis reescrita no século II a.C., nos Manuscritos do Mar Morto e em outras antigas obras judaicas. A má conduta desses “playboys” celestiais é descrita com gosto no Primeiro Livro de Enoc (séculos III/II a.C.) e na literatura rabínica posterior. Eles ensinaram suas namoradas a usar todos os tipos de cosméticos, em especial “a arte de pintar os olhos” e como resultado a fornicação invadiu o mundo. Eles também lhes ensinaram feitiços, encantamentos e todas as formas de bruxaria (I Enoc 8).

Mas o pensamento judaico não restringia a atração exercida pela beleza feminina apenas aos anjos da era pré-diluviana. Uma versão do século II a.C. sobre a experiência do patriarca Lamec pode ser encontrada no Genesis Apocryphon de Qumran, uma paráfrase do Gênesis em aramaico. Ante a visão da luz brilhante que enchia a casa e envolvia o recém-nascido Noé, Lamec começou a imaginar se a criança que Batenosh dera à luz não era na realidade o filho de um anjo com quem sua esposa teria tido relações. Sua suspeita foi logo dissipada pelo firme protesto de sua mulher: “Juro-te pelo

Santíssimo”, objetou ela, furiosa, “que esta semente é tua e que [esta] concepção veio de ti. Este fruto foi plantado por ti (...) e não por qualquer estranho, ou Observador, ou Filho dos Céus...” (Genesis Apocryphon 2). A luz brilhante que, de acordo com a história, se irradiava de Noé e ao seu redor sugere que na opinião dos judeus daquele tempo o rebento de um anjo com uma mulher não era necessariamente maligno. Na Bíblia e no judaísmo pós-bíblico a luz sempre tinha uma conotação positiva.

A ideia da potencial conjugação sexual entre anjos e mulheres continuou a circular até os tempos do Novo Testamento. Com efeito, quando São Paulo proibiu as mulheres que frequentavam a igreja de Corinto de participar das reuniões com a cabeça descoberta, justificou sua atitude por acreditar que a visão de seus cabelos poderia seduzir alguns filhos dos céus que estivessem de passagem: “Por isso a mulher deve trazer sobre a cabeça o sinal da sua submissão, *por causa dos anjos*”, insistia Paulo (I Coríntios 11,10). A influência dessa lenda no pensamento cristão primitivo é atestada pelo autor do Proto-evangelho de Tiago, um apócrifo do Novo Testamento datado da segunda metade do século II, repleto de especulações populares acerca de José, de Maria e do menino Jesus. De acordo com o Pseudo-Tiago, quando se viu questionada por José a respeito de sua gravidez, Maria objetou sob juramento que não fazia ideia de como aquilo acontecera. (Nesse relato não há alusão à anunciação por Gabriel.) Não é surpreendente, nas circunstâncias, que o primeiro pensamento a cruzar a mente de José tenha sido o de ela estar

carregando a semente de um anjo (Proto-evangelho 13,2-14,1). A noção é obviamente estranha, mas não inaudita.

A metáfora de Deus “gerando” humanos

Mateus e Lucas expressamente chamam o bebê de Maria de “o Filho de Deus”. Em Mateus a designação vem da profecia bíblica tida como concretizada em Jesus. Em Isaías 7, o filho concebido pela virgem é chamado Emanuel ou “Deus conosco”, e seu retorno do Egito torna reais as palavras colocadas nos lábios do Senhor pelo profeta Oseias, “... e do Egito chamei *meu filho*” (Oseias 11,1, em Mt 2,15). Em Lucas, o anjo Gabriel anuncia direta e explicitamente o nascimento do “Filho do Altíssimo” e “Filho de Deus” (Lc 1,32.35).

É de conhecimento geral que, antes do Novo Testamento, a Bíblia hebraica e os Manuscritos do Mar Morto falavam regularmente de “Filhos de Deus” e por vezes se referiam a Deus em linguagem figurativa como “gerando” ou “procriando” um ser humano. **Na Bíblia e em escritos produzidos durante os séculos seguintes à conclusão do Antigo Testamento, “Filho de Deus” ocorre em uma variedade de sentidos. Além dos anjos já mencionados, entre os humanos “Filho de Deus” era o título de qualquer pessoa considerada, de alguma forma, ligada a Deus. Qualquer israelita varão podia orgulhar-se de ser um “filho de Deus” e, reciprocamente, estava em posição de chamar Deus de seu Pai.** Com o tempo, a expressão foi também aplicada – de modo cada vez mais restrito – aos bons judeus, aos judeus especialmente santos, culminando com o rei dos

judeus e por fim com o Messias, o mais sagrado e poderoso futuro soberano de Israel, sobre quem lemos no Florilegium, um dos Manuscritos do Mar Morto: “Eu serei seu Pai e ele será meu Filho. Ele é o Rebento de Davi” (ver *Jesus the Jew*, de minha autoria, pp. 168-73).

O rei judeu, enquanto durou a monarquia até 586 a.C., e o esperado Messias régio após o exílio na Babilônia eram simbolicamente descritos como *gerados* pela divindade: “Tu és meu filho, hoje *eu te gerei*”, diz o Primeiro Livro dos Salmos 2,7. A Regra da Congregação, dos Manuscritos do Mar Morto, também fala de Deus “gerando” o Messias (1QSerekh a 2,11-12). A frase no Apocalipse Aramaico de Qumran, “O Filho de Deus será proclamado, e Filho do Altíssimo o chamarão” (4Q246, 2:1), qualquer que seja seu significado exato, traz uma curiosa lembrança de Lucas 1,32,35 (ver Capítulo 5, adiante).

Entre os especialistas, é universal a concordância de que no judaísmo a frase é sempre usada como metáfora; jamais designa uma pessoa que, segundo a crença, é simultaneamente homem e Deus, um ser humano que de alguma forma também compartilha a natureza divina. A esse respeito, sob o ponto de vista do monoteísmo, os habitantes judeus da Terra Santa se encontravam em uma posição privilegiada em comparação com os judeus e gentios que viviam fora da Palestina, em terras impregnadas pela cultura religiosa greco-romana, cheia de lendas sobre nascimentos milagrosos e divinamente ensejados de heróis e grandes líderes, do passado e do presente. ⁽⁹⁹⁾

Os tradutores da ***Bíblia de Jerusalém***, por sua vez, explicam-nos:

Na Bíblia, a expressão “filho de Deus” não tinha sentido transcendente, e podia designar: os membros do povo de Deus (Os 2,1), ou seu rei (Sl 2,7; 2Sm 7,14), ou o justo perseguido que esperava o socorro de Deus (Sb 2,16-18; Mt 4,3+). João o admite também (10,32-36), e é por isso que ele adota a expressão “Unigênito”. ⁽¹⁰⁰⁾

Recorremos ao renomado especialista em Novo Testamento, o ex-evangélico Bart D. Ehrman, que, em ***Quem Jesus foi? Quem Jesus Não Foi?: Mais Revelações Inéditas Sobre as Contradições da Bíblia***, nos informa:

[...] Na verdade, ele é chamado de Filho de Deus em todos os Evangelhos. Mas, **para os antigos judeus, ser “Filho de Deus” não fazia de ninguém um deus**; fazia da pessoa um ser humano com uma relação íntima com Deus, alguém por intermédio de quem Deus faz a sua vontade na Terra. [...]. ⁽¹⁰¹⁾

Para os antigos judeus, ser o “Filho de Deus” não significava ser divino. No Antigo Testamento, “Filho de Deus” pode se referir a vários indivíduos diferentes. O rei muito humano de Israel era

chamado de Filho de Deus (2 Samuel 7:14), e a nação de Israel era vista como o Filho de Deus (Oseias 11:1). **Ser o Filho de Deus costumava significar ser o intermediário humano de Deus na Terra.** O Filho de Deus tinha uma relação especial com Deus, como aquele que Deus escolhera para fazer sua vontade. **Em Marcos, Jesus é o Filho de Deus porque é aquele que Deus escolheu como o Messias,** que deve morrer na cruz para fazer a expiação como sacrifício humano. **Mas não há uma única palavra nesse Evangelho sobre Jesus ser realmente Deus.** ⁽¹⁰²⁾

Portanto, temos mais uma das coisas inventadas que não surtiu efeito; aliás, até que surtiu, mas somente naqueles que se comprazem com as informações recebidas, sem fazer qualquer tipo de pesquisa para testar a veracidade delas.

Corroborando a informação acima a professora de religião na Universidade de Princeton, Elaine Pagels (1943-) afirma, em sua obra ***Além de Toda Crença: o Evangelho Desconhecido de Tomé***, o seguinte:

Embora Marcos e outros evangelistas usem títulos que os cristãos de hoje costumam compreender como indicadores da divindade de Jesus, **tais como “filho de Deus” e “Messias”, na**

época de Marcos esses títulos designavam papéis *humanos*. ⁽¹⁰³⁾. ⁽¹⁰⁴⁾

Podemos ainda confirmar em Pepe Rodríguez (1953-), que, no livro ***Mentiras Fundamentais da Igreja Católica***, nos informa:

Jesus, apesar de saber que a expressão “Filho de Deus” tinha sido normalmente utilizada no Velho Testamento para designar figuras particularmente importantes da história hebraica – como David, Salomão, outros reis hebreus, o próprio Adão e os “filhos de Israel” –, **em nenhuma passagem se refere a si próprio como filho de Deus (*)**, preferindo utilizar a expressão “Filho do homem”, um termo utilizado por Daniel (Dan 7,13) e que, em aramaico, significa simplesmente “homem”, “ser humano” e nada mais. Procurar dar-lhe um outro qualquer significado não passa de um exercício próprio de uma imaginação febril.

(*) A única exceção encontramos-la em Jo 6,32-45: “Moisés não vos deu o pão do céu; é meu Pai que vos dá o verdadeiro pão do céu; porque o pão de Deus é o que baixou do céu e dá vida ao mundo. [...] Eu sou o pão da vida; o que vem a mim deixará de ter fome, e o que crê em mim jamais sentirá sede, [...] todo aquele que o Pai me dá vem a mim, e aquele que vem a mim não o deitarei fora, porque descí do céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou. [...] Porque esta é a vontade de meu Pai, que todo aquele que vê o Filho e crê n’Ele receba a vida eterna, e eu o

ressuscitarei no último dia. [...] Todo aquele que escuta o meu Pai e recebe o seu ensinamento, vem a mim...” Porém, como mostrámos no seu devido momento, **o texto do Evangelho de João, escrito pelo grego João, o Ancião, em princípios do século II, revela um Jesus absolutamente deformado, que fala com uma prepotência descarada, contrariamente à humildade que o caracteriza nos relatos dos três sinóticos.** Por exemplo, em Mc 10,18, deparamos com um Jesus que diz: “Porque me chamas bom? Ninguém, a não ser Deus, é bom”. Por outro lado, o Jesus do Evangelho de João fala de uma maneira azeda com os outros judeus e as suas afirmações soam a absurdas na boca de um judeu, quando tudo o que sabemos sobre ele é que foi um judeu. **Esta autodesignação como filho de Deus não merece, pois, qualquer crédito, em termos históricos, além de nela ser claramente evidente a influência da filosofia platónica.** Como se sabe, foi no contexto dessa filosofia que se desenvolveu a cristologia tal como a conhecemos hoje. ⁽¹⁰⁵⁾

Hans Kung (1928-), em **Religiões do Mundo - Em Busca dos Pontos Comuns**, diz:

[...] Com base em suas experiências da ressurreição, a comunidade primitiva o invoca como **Filho de Deus – um título antes reservado aos reis de Israel.** ⁽¹⁰⁶⁾

Uma outra informação interessante encontramos em Alvim Boyd Kuhn, Ph.D. (1880-1963), doutor em religião comparada, autor de vários

livros, entre eles **Um Renascimento Para o Cristianismo**, do qual transcrevemos:

[...] Dois trabalhos monumentais do **egiptólogo Gerald Massey**, *The Natural Genesis* e *Ancient Egypt: The Light of the World*, têm sido amplamente ignorados. Com conhecimento e percepção brilhantes, ele penetrou na enigmática escriptologia egípcia e **documentou a procedência da literatura do Antigo e do Novo Testamento de fontes egípcias remotas**. Ele nos forçou a perguntar como os quatro evangelhos do cânone cristão poderiam ser a biografia de uma personalidade messiânica vivendo no primeiro século cristão quando ele rastreou seus textos em antigos documentos egípcios que devem ter sido respeitáveis desde 3500 a.C. **Ele notou cerca de cento e oitenta pontos de semelhança, paralelismo e identidade entre a figura arcaica – que não deve ser confundida com uma pessoa viva – do Horus egípcio do tipo cristão e o personagem Jesus nos Evangelhos**. Ao examinarmos cuidadosamente essa tabela de identidades, **não há como escapar da convicção de que “Jesus” é apenas esse Horus de nossa divindade apresentado com um novo nome – um nome, contudo, que pode estar ligado ao personagem messiânico até mesmo antes de Jesus ter vivido**.

Estamos diante da inevitável percepção de que Jesus, na realidade, viveu fisicamente no primeiro século d.C. E se ele fosse capaz de ler os documentos do Antigo Egito, ficaria espantado ao ver a sua própria biografia substancialmente escrita

há quatro ou cinco mil anos antes de ele nascer. **Tertuliano, Justino Mártir e outros escritores notaram que os líderes do movimento cristão confessaram que muitas de suas doutrinas, rituais, credos e símbolos eram idênticos aos protótipos egípcios.** O mais recente egiptólogo famoso, James H. Breasted, descobriu evidências de tais semelhanças entre o livro do Antigo Testamento – Provérbios – e discursos para o faraó do Egito datados de 3500 a.C. **Tudo isso confirma as conclusões de Massey.** ⁽¹⁰⁷⁾

Horus, um dos deuses na trindade egípcia, como vimos, representa o filho de Deus, que é a mesma função que se atribui a Jesus. Isso é confirmado na obra ***Revisão do Cristianismo***, onde com José Herculano Pires (1914-1979) explica:

[...] O mito do Cristo e do Verbo surgem como conotações naturais das mitologias antigas, particularmente a egípcia, a grega e a romana, a judaica e a cristã, para a elaboração lenta e progressiva da Cristã, que devia produzir, como produziu, o espantoso sincretismo religioso que deu forma ritualística e litúrgica à Igreja Cristã, para que ela pudesse, em nome dos mitos assimilados, domar o potro selvagem do mundo e instalar na Terra o Reino de Deus. **O mito da Trindade, provindo das grandes religiões da Antiguidade – como vemos na trindade egípcia formada por Osíris, Ísis e Hórus – deu-lhe a possibilidade de**

incluir o Cristo na Mitologia Cristã como a segunda pessoa de Deus, de maneira que a Igreja, fundada pelo Cristo segundo a interpretação católica-romana, podia se apresentar como instituição divina do próprio Deus em pessoa. [...].
(¹⁰⁸)

É oportuno, no desenvolvimento dessa nossa pesquisa, apresentarmos também o seguinte trecho do artigo “O outro Jesus”, de Gilberto Schoereder (1956-), publicado na revista ***Vida e Obra de Jesus Cristo***:

O Rabino Jesus

Historiadores ortodoxos também têm posturas opostas, algumas vezes reconhecendo uma relação entre os ensinamentos cristãos e os de outras religiões, outras vezes entendendo que tudo o que Cristo disse estava dentro da ortodoxia judaica e; portanto, ele não sofreu influência de outros pensamentos.

Arnold Toynbee, um dos mais famosos historiadores do mundo, diz que o cristianismo venceu uma verdadeira batalha para se tornar a religião universal no Oriente Médio e Mediterrâneo. Essa competição entre religiões ocorreu após a unificação política com o Império Romano, momento em que muitos deuses e deusas desapareceram e deixaram *lugares vagos*. Assim, **o papel de Mãe, que já fora de Ísis, Cibele, Ártemis ou Deméter,**

foi assumido por Maria, com os mesmos atributos de Ísis. E com a morte de Zeus no mundo helênico, Javé assumiu seu lugar.

Toynbee também diz que os relatos mais antigos sobre Cristo foram escritos por devotos que já haviam passado a acreditar que o Mestre não tivera qualquer pai humano, assim como ocorria com os faraós, que se diziam ter sido fecundados por um deus. O historiador também assinala paralelos com religiões como o hinduísmo, uma vez que **Jesus havia repudiado a sugestão de ser Deus – informação contida nas próprias escrituras, ainda que renegada por grande parte do clero católico.** Em pelo menos dois pronunciamentos registrados, Jesus teria afirmado que ele e Deus não eram o mesmo ser, o que o historiador entende como uma postura hindu – ou seja, um homem que anulou seu ego e com isso abriu o véu que oculta a realidade espiritual suprema. “Essa visão direta da realidade espiritual maior”, escreve Toynbee, “pode ter sido a experiência que levou seus adeptos não-judeus a deificá-la”, algo que, como judeu, ele não poderia aceitar. O historiador ainda explica que, assim como outros rabinos de sua época, **Jesus pode ter-se denominado “filho de Javé”, uma frase comumente utilizada para indicar relação de amizade e confiança mútuas.** ⁽¹⁰⁹⁾

Além da questão de Jesus como “filho de Javé”, temos mais uma outra coisa interessante que é Maria como Mãe de Deus, que não deve passar

despercebida, merecendo a nossa atenção.

Will Durant, em ***História da Civilização***, especificamente no capítulo XVII, intitulado Roma Epicurista – 30 A.C. - 96, passa-nos esta informação ao falar sobre “As Novas Fés”:

A invasão dos deuses de fora crescia de ano para ano. Do sul da Itália veio a adoração de Pitágoras – vegetarianismo e reencarnação. De Hierápolis veio Atárgatis, conhecida em Roma como *dea syria*, “a deusa síria”; e Aziz, o “Zeus de Dolique”, e outros deuses estrangeiros cuja adoração se espalhava entre mercadores sírios e os escravos; e por fim jovem sacerdote de um Baal sírio subiu ao trono como Heliogábalo – adorador do deus sol. Da Pártia sempre hostil veio o culto de outro deus sol, Mitras; seus devotos alistavam-se como soldados na grande guerra cósmica da Luz contra as Trevas, do Bem contra o Mal; era uma religião varonil, que seduzia mais aos homens que às mulheres, e agradava às legiões romanas estacionadas ao longo de remotas fronteiras de onde não podiam ouvir as vozes dos deuses de Roma. Da Judeia veio Yahweh, ou Jeová, um intransigente monoteísta que impunha a mais rigorosa conduta individual e social mas dava aos seus seguidores coragem para suportar todas as tribulações e vestia de certa nobreza a vida do mais humilde pobre. **Entre os judeus romanos adoradores de Jeová existiam alguns, mal distintos do resto, que adoravam o filho desse**

deus, encarnado e ressurreto. ⁽¹¹⁰⁾ (itálico do original)

Está aí o registro histórico de quando passaram a adorar também a Jesus, que se deve, pelo que percebemos, à influência das várias fés com as quais viviam de permeio naquela época.

Vamos ainda citar Iakov Abramovitch Lentsman (1908-1967), historiador soviético, que analisando o Apocalipse em seu **A Origem do Cristianismo** afirma:

Este escrito ignora ainda o dogma fundamental do cristianismo, relativo à Santíssima Trindade: O Pai, o Filho e o Espírito Santo. Ele chega mesmo a contradizê-lo em várias ocasiões, tal como no capítulo XV, versículo 3, em que afirma que sete anjos “cantam o cântico de Moisés, o servidor de Deus, e o cântico do Cordeiro”. **Aqui, Jesus não é o Filho de Deus do texto canônico, é apenas um servidor, da mesma hierarquia que Moisés.** O *Apocalipse* não menciona em parte alguma um Espírito Santo único, mas refere-se muitas vezes aos “sete espíritos de Deus”. ⁽¹¹¹⁾

Portanto, mais um que argumenta contra essa

ideia da divinização de Jesus, usando-se a expressão “Filho de Deus”.

Por outro lado, ainda nos defrontaremos com mais um problema, qual seja o de que sendo, literalmente, Jesus “filho de Deus”, via obra do Espírito Santo, ele não é (e nem poderá ser), por consequência, filho de José. Isso significa concluir que se Jesus, como querem, nasceu mesmo por “obra” do Espírito Santo, tecnicamente ele não é filho de Davi, o que, por lógica, nos leva à conclusão de que não seria o Messias enviado por Deus, ao qual todos esperavam.

A razão disso é que a descendência, para os judeus daquele tempo, era proveniente da relação sexual entre um homem e uma mulher, sendo que o homem é quem transmitia a descendência, certamente, pensavam, segundo os conhecimentos da época, que a criança só provinha do esperma, não imaginavam que dele pudesse sair um espermatozoide para fecundar o óvulo, para daí, sim, os descendentes serem gerados.

Permitia-se que o marido pudesse usar uma

escrava para dela ter um filho, tomando-se do código de Hamurabi, em que “os contratos de casamento estabeleciam a obrigação de prover-se uma serva para o marido, caso a mulher não chegasse a dar-lhe filhos” ⁽¹¹²⁾, como aconteceu, por exemplo, com o patriarca Abraão (Gênesis 16,1-4).

Corroborando isso, encontramos, na **Bíblia Sagrada - Santuário**, em nota de rodapé, essa explicação para o fato de Sara, a esposa de Abraão, oferece-lhe uma escrava (Gênesis 16,2):

A lei mesopotâmica desse tempo, que conhecemos através do **código de Hamurabi**, embora favorável à monogamia, autorizava o marido, no caso de a mulher ser estéril, a tomar uma segunda mulher ou então **dava à mulher estéril a possibilidade de oferecer ao marido a própria escrava, para que ele tivesse filhos**. [...].
⁽¹¹³⁾

E não resolve a questão apelar dizendo que Maria era “filha” de Davi, pois, para os judeus, como dito, quem transmitia descendência eram os homens, razão, pela qual, as genealogias bíblicas são tomadas em cima dos homens e não das mulheres. Logo, como

a descendência era transmitida pelos homens, conforme os judeus consideravam, não vale apelar e dizer que Maria era “filha de Davi”; muito menos usar o velho chavão de que “Deus tudo pode”.

Tornar Jesus o próprio Deus

Esse é um ponto para o qual só mesmo a custa de muito exercício de imaginação é que se pode encontrar algum respaldo bíblico. Nós, sinceramente, não encontramos um só que seja; ao contrário, pois Jesus nunca se posicionou como tal e, além disso, contradiz as supostas profecias que diziam que Deus enviaria um Messias e não que Ele próprio viria se encarnar entre os homens.

Em hebraico temos *mashiah*, no grego *Cristo*, que quer dizer ungido. Observar que o certo seria dizer “Jesus, o Cristo” e não “Jesus Cristo”. Ungido, portanto, foram os reis de Israel, os sumos sacerdotes, alguns profetas e até mesmo Ciro, rei da Persa, considerado um pagão, foi assim designado (Isaías 45,1).

Embora uma das fontes mencionará Juliano ⁽¹¹⁴⁾, vejamos o que ele disse tomando obra **Documentos da Igreja Cristã**, de Henry Bettenson (1910-1979):

Mas, infelizmente, não sois fiéis às tradições apostólicas: estas em mãos dos seus

sucessores tornaram-se em máxima blasfêmia. *Nem Paulo, nem Mateus, nem Lucas ou Marcos ousaram afirmar que Jesus é Deus.* Foi o venerável João quem, constatando que grande número de habitantes das cidades gregas e italianas eram vítimas de epidemias, e ouvindo, imagino, que as tumbas de Pedro e Paulo se tornavam objeto de culto (privado, sem dúvida, mas sempre culto), **João, repito, foi quem primeiro ousou fazer tal afirmação...**

Este mal se deve a João. [...]. ⁽¹¹⁵⁾ (itálico do original)

Fatos que se pode confirmar nos Evangelhos, onde somente o de João pode ter a ideia de que Jesus é Deus, como disse Juliano: “Este mal se deve a João.”

Da obra ***Mentiras Fundamentais da Igreja Católica***, de Pepe Rodríguez transcrevemos a seguinte opinião:

Não deixa de ser absurdo e completamente escandaloso que Jesus, tido pelos seus contemporâneos (discípulos e familiares) e por si próprio como um simples ser humano, embora excepcional e investido de uma missão messiânica, tenha sido transformado num ser divino, consubstancial a Deus, por obra dos séculos e mercê das cogitações de personagens tão sisudos quanto ociosos.

Mais uma vez se vê como a teologia, em vez de ser a “ciência que trata de Deus, a partir das verdades reveladas”, é tantas vezes a arte subtil de construir a estrutura mítica dos deuses, deuses que, acto contínuo, são ditos revelados e, como tais, passam a ser exaltados por uma dogmática eclesial, falha de bases e cuja proveniência é mais do que duvidosa.

Olhando com os olhos da fé, não há razão para não considerar Jesus como sendo o próprio Deus, dado tratar-se de uma questão de crença pessoal íntima e, a esse título, respeitável. No entanto, **do ponto de vista da razão, do senso comum e dos dados confirmados, não deixa de ser grotesco**, como se deduz da história da Igreja Católica, que Jesus tenha tido de esperar até o Concílio de Niceia para se dar conta de que fora desde sempre consubstancial ao Pai e que só a partir dos finais do século VII estivesse em condições de afirmar, com absoluta certeza, que sempre tivera duas naturezas e duas vontades. ⁽¹¹⁶⁾

É clara a questão, a todos os exegetas, de que essa qualificação de “Deus”, atribuída a Jesus, não aconteceu na época em que viveu; mas, num período posterior, o que ficará mais do que provado, no decorrer desse trabalho, com o testemunho de vários estudiosos.

O professor Marcelo da Luz (1973?-), ex-padre

católico, também ex-reitor de seminário, graduado pelo Instituto Seraphicum em Roma, com mestrado em teologia pela Washington Theological Union, em ***Onde a Religião Termina?***, explica:

[...] **A transformação oficial do homem Jesus em “Deus” aconteceu no dia 20 de maio de 325, na cidade de Niceia, quando o bispo Atanásio de Alexandria (295-373), grande admirador de Irineu de Lyon, conseguiu impor sua habilidade política às outras autoridades eclesiásticas reunidas em concílio – o primeiro da História – sob o olhar vigilante do Imperador Constantino**, ansioso pela resolução dos acirrados conflitos na Igreja, dividida exatamente em torno da definição da identidade de Cristo. Oposta à tese de Atanásio, para quem Jesus possuía a mesma natureza de “Deus Pai”, havia o posicionamento do presbítero Ário de Alexandria (c. 256-336), cuja visão oferecia uma concepção divinizada do Nazareno, mas ao modo de *logos* celestial, criado por “Deus” e por meio de quem todas as outras coisas teriam sido criadas. O Concílio de Niceia endossa a versão de Atanásio, elevando-a ao grau de doutrina oficial. As controvérsias doutrinárias a respeito da essência divina de Jesus ainda se arrastaram por muito tempo, mas o ponto de interesse aqui é a compreensão da confissão de fé no deus Jesus enquanto produto da idealização construída ao longo do tempo, **em nada corresponde à fé da maioria dos cristãos hodiernos, doutrinados a crer na imaginária pressuposição de uma**

revelação direta, clara e unívoca. ⁽¹¹⁷⁾

Portanto, já fica patente que essa crença não foi aceita por todos, mas trata-se, realmente, de uma imposição surgida no Concílio de Niceia, que, por muito tempo, não foi “digerida” por todos.

Se as informações de Richard E. Rubenstein (1938-), professor universitário e especialista em analisar conflitos sociais e religiosos violentos, em ***Quando Jesus se Tornou Deus: A Luta Épica Sobre a Divindade de Cristo nos Últimos Dias de Roma***, estiverem corretas, em 321 ou 322 ocorreu o Concílio de Cesareia, que teria sido convocado por Eusébio, no qual foi defendida a ortodoxia de Ário, que “[...] contava com o suporte de quase todos os bispos orientais, inclusive com aqueles que tinham a reputação de teólogos renomados. [...]” ⁽¹¹⁸⁾, o que prova que as ideias de Ário eram aceitas por muitos. Certamente, que não seria a decisão de Niceia que os fariam mudar de partido.

Rubenstein, mais à frente diz:

[...] **Então Atanásio declara que Deus Pai é**

também Deus Filho. E que Deus realmente se tornou Jesus, apesar de o Filho descrever a si mesmo em todo o evangelho como sendo diferente do Pai e inferior a Ele. Atanásio vasculhou o Novo Testamento, buscando evidências para apoiar sua posição, mas o único texto que encontrou foram duas linhas do Livro de John Arcpah: “Eu e o Pai somos um” (João 10:30, RSV, 117), e “Aquele que viu a mim, viu o Pai” (João 14:9 RSV, 123). Mas fica perfeitamente claro dentro do contexto que essas declarações diziam que Cristo estava sobre *representar* Deus, e não sobre *ser* Deus.

[...] Na realidade, por não ter conseguido encontrar nenhum embasamento nas Escrituras para seu conceito, ele e seus amigos tomaram emprestado uma palavra da filosofia grega – *homoousios* – para expressá-lo. ⁽¹¹⁹⁾ (itálico do original)

E, voltando ao livro **Mentiras Fundamentais da Igreja Católica**, onde Pepe Rodríguez, esclarecem-nos:

Para a história ficou a memória vergonhosa de um concílio, o de Niceia, em que uma caterva de bispos cobardes e vendidos à vontade arbitrária do imperador Constantino deixou que este definisse e imputasse alguns dos dogmas fundamentais da Igreja Católica, como a consubstancialidade entre o Pai e o Filho, e o credo trinitário. Constituído em teólogo por sua

exclusiva graça, Constantino com o seu capricho definiu para sempre o que os católicos deviam crer a respeito da pessoa de Jesus. E, no entanto, o credo que rezam todos os católicos não procede de uma qualquer *inspiração* com que o Espírito Santo teria iluminado os prelados conciliares, mas da santa coacção exercida pelo brutal imperador romano sobre homens que Jesus teria desprezado. O exemplo do nazareno dando a vida pelas suas ideias devia parecer uma ingenuidade detestável a uns bispos que não hesitaram em renegar a sua fé e a sua consciência em troca de poderem continuar a encher a pança.

Com uma hierarquia eclesial tão servil, não foi difícil para o imperador Constantino servir-se a seu bel-prazer da Igreja Católica, tanto para manter unido o seu império no quadro de uma religião única, como para uso e abuso de sua megalomania pessoal. [...]. ⁽¹²⁰⁾ (itálico do original)

Então, trata-se, certamente, de mais um mito para nossa análise. Eis, por exemplo, o que nos diz José Pinheiro de Souza em **Mitos Cristãos - Desafios Para o Diálogo Religioso**:

O MITO DO DEUS ENCARNADO

[...].

O dogma da encarnação de Deus em Jesus vem sendo interpretado pelos teólogos liberais, há mais de 200 anos, como um **mito cristão fundamental**,

segundo o qual Cristo é literalmente Deus encarnado, a segunda pessoa da Trindade divina, sendo o Pai a primeira e o Espírito Santo a terceira. Segundo esse dogma, as três pessoas da Trindade não formam três deuses, mas um só Deus, havendo entre elas perfeita igualdade. O Espírito Santo surge do amor entre o Pai e o Filho.

No correto dizer do teólogo e ex-padre católico Franz GRIESE, “como a existência da Trindade em Deus depende da divindade de Cristo, é esta última a questão fundamental” (GRIESE, p. 6).

De fato, negada a divindade literal de Cristo, caem automaticamente por terra todos os demais dogmas ou mitos cristãos que dependem dessa crença fundamental, tais como: a trindade, a morte expiatória de Cristo, sua ressurreição dos mortos, sua unicidade salvífica e da religião (ou igreja) por ele supostamente instituída, seu retorno físico por ocasião do juízo final, o batismo das crianças, a maternidade divina de Maria etc.

Como explicar, então, que os cristãos chegaram a atribuir a Jesus uma natureza divina, interpretando-o como o único “Filho de Deus” e a única “encarnação de Deus” neste planeta?

O mito da encarnação divina de Jesus não é um caso único e isolado do resto da História, uma vez que o costume mitológico de “divinizar” (“deificar” ou “endeusar”), isto é, de transformar em “deuses” ou em “descendentes de deuses”, personagens importantes da História (como reis, imperadores, guerreiros, líderes religiosos etc.) era muito comum entre os povos antigos, uma vez que todos eram mitológicos. Na Grécia, por exemplo, como afirma o

mitólogo Odile Gandon,

para aumentar a importância dos ancestrais, reis ou chefes guerreiros cujos feitos eram contados, cada cidade, cada região do mundo helênico transformava-os em descendentes de um deus ou de uma deusa (GANDON, 2000, p. 15).

Por conseguinte, como concluem os estudiosos pluralistas, é ilógico acreditar que a divinização de Jesus tenha fugido a essa regra.

O já referido teólogo cristão pluralista John Hick, por exemplo, afirma essa verdade a respeito do Jesus histórico nos seguintes termos:

o Jesus histórico não advogou para si ser Deus, Filho de Deus, segunda pessoa da Trindade, encarnado, e a doutrina da encarnação é uma criação da Igreja, apenas finalmente definida no Concílio de Calcedônia no ano 451, **depois de mais de quatro séculos de muitas lutas e brigas entre as maiores lideranças do cristianismo primitivo** (HICK, 1977, p. ix-x).

A “divinização” que os cristãos atribuíram a Jesus tem explicação na velha estratégia mítica utilizada por todos os povos antigos de enaltecer as qualidades de uma pessoa que se destacava das demais por suas ações. Assim, os reis, os imperadores, os heróis, os grandes profetas e os grandes líderes religiosos eram tão enaltecidos, a ponto de as pessoas os transformarem num “filho de Deus”, ou numa “encarnação da divindade”, não no sentido metafórico ou honorífico, mas no sentido *biológico* da palavra. **Na verdade, ainda hoje, em alguns países, por exemplo, no Nepal, monarcas são considerados literalmente um “deus encarnado” ou um “filho de Deus”.** Na Índia,

existe hoje o grande mestre Sai Baba, também visto por seus seguidores, como “Deus encarnado”. Do mesmo modo, os escritores cristãos da Igreja primitiva (sobretudo Paulo e João), influenciados pela cultura mitológica dominante da época (a cultura greco-romana), onde era muito comum a crença em “encarnações divinas” e em “filiação divina”, não no sentido adotivo/metafórico/analógico/honorífico, mas no sentido *natural* (físico/biológico), para enaltecer ao máximo a pessoa de Jesus e as suas ações e, sobretudo, para dar credibilidade ao cristianismo nascente, absolutizaram-no, endeusando-o e fazendo-o super-exclusivista, o único “Filho de Deus”, o único Deus encarnado (no sentido *natural* dessas expressões), o único salvador da humanidade, o único mediador entre Deus e os homens, o único fundador da verdadeira religião, o único que verdadeiramente ressuscitou dos mortos etc. ⁽¹²¹⁾

Como não existe respaldo bíblico para apoiar a crença na Trindade, facilmente encontraram-na na mitologia; portanto, temos mais um mito indo por água abaixo.

Vejamos o que, em ***O Espiritismo e as Igrejas Reformadas***, disse Jayme Andrade (?-), que reputamos importante, por vir de um ex-pastor:

2 – A Divindade e a Bíblia

Jesus nunca afirmou que era Deus; ninguém encontrará no Evangelho uma só palavra sua em tal sentido.

O título que Ele habitualmente se atribuía era o de “Filho do Homem”, que figura 80 vezes nos Evangelhos (30 no de Mateus, 14 no de Marcos, 26 no de Lucas e 10 no de João). Poucas vezes, e em geral de forma indireta, Ele se autodenominou “Filho de Deus”, título este que os discípulos, outras pessoas e até Espíritos impuros às vezes lhe atribuía. É de notar que ser “filho de Deus” não é ser Deus, como se infere de João 1:12: “A todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus.”

Os teólogos costumam apresentar como prova da sua divindade a frase “Eu e o Pai somos um” (João 10:30), sem atentar para o fato de que logo adiante Ele incluiu na mesma categoria os apóstolos, quando afirmou: “Pai Santo, guarda em teu nome aqueles que me deste, para que sejam um, assim como nós” (Jo. 17:11) e “para que também eles sejam **um em nós**” (Jo. 17:21).

Cumpra ter em vista, outrossim, que no mesmo episódio acima citado, quando os judeus o acusaram de “se fazer Deus a si mesmo” (João 10:33), Ele encerrou a discussão afirmando: “Se a própria lei chamou **deuses** aqueles a quem a palavra de Deus foi dirigida, como dizeis que blasfema aquele que o Pai santificou e enviou ao mundo porque diz: 'Sou filho de Deus'?” (João 10:36).

Em vários outros trechos Ele se proclamou um

“enviado de Deus” (João 4:34. 5:24, 6:29; 6:44; 7:29; 8:26: 12:45, 17:3) e chegou a afirmar: “Porque eu descí do Céu. Não para fazer a minha vontade, mas a daquele que me enviou” (João 6:38). É claro que um enviado é sempre inferior àquele que o envia. Ele se atribuiu também vários outros títulos, como sejam os de “Filho”, de “Mestre e Senhor”, de “Luz do Mundo”, de “Bom Pastor”, etc., mas é claro que nenhuma dessas expressões implica a pretensão de se fazer divino. Como um enviado de Deus para pregar aos homens a Verdade, Ele foi um instrumento, um meio, um caminho para se chegar a Deus, foi verdadeiramente o “pão da vida” que a Humanidade esperava para saciar sua fome espiritual.

Se João 14:9 parece roborar a ideia da divindade, logo no v. 10 Jesus esclarece que faz as obras porque o Pai permanece nele e no v. 12 aduz que os que cressem fariam obras até maiores, mostrando que a ação divina se patenteava nas obras de todos os que cressem, nada havendo na passagem que justifique a noção de que Jesus se reputava Deus.

Outro trecho que se supõe confirmar a doutrina da Trindade é o de 1ª João 5:7/8, mas aí a interpolação é tão evidente que a própria “Bíblia de Jerusalém” (editada com aprovação eclesiástica) o resume com estas palavras: “Porque três são os que testemunham: O Espírito, a água e o sangue”, aduzindo em nota de rodapé que as frases restantes “não constam dos antigos manuscritos, nem das antigas versões, nem dos melhores manuscritos da Vulgata, **parecendo ser uma glosa marginal introduzida posteriormente.**” (N. T., 6ª ed. pág.

649 [neste caso, do autor].

Paulo nunca chamou Jesus de Deus, embora pregasse a unidade de caráter entre ambos. Segundo o teólogo anglicano WILLISTON WALKER “a tradução de Rom. 9:5 não deve ser considerada paulina” (“Hist. da Igr. Cristã”, 2.^a ed. pg. 56). O mesmo se pode dizer de Tito 2:13, “do qual não é possível uma interpretação segura”, segundo o teólogo KARL SCHELKLE, em sua “Teologia do Novo Testamento”, ed. Loyola, pg. 218.

O que se observa através da História, é uma tendência para considerar “deuses” aqueles que se destacam dos homens comuns por sua sabedoria, sua autoridade ou sua superioridade moral. Em Êxodo 7:1 lemos que “Jeová fez de Moisés um deus diante do Faraó”. Os próprios apóstolos, em certas ocasiões, foram tidos por deuses (Atos 14:11, 28:6). Veja-se também 1.^a Cor. 8:5.

“No mundo antigo havia muitos filhos de deuses. No Oriente antigo os reis eram tidos como gerados pelos deuses. Na mitologia grega os deuses geram filhos com mulheres humanas. Em Roma os imperadores eram divinizados depois de sua morte. Gênios que superavam a média humana (políticos, filósofos) eram venerados como divinos, ou filhos de Deus. O sentimento antigo percebia no extraordinário e imenso a revelação do divino. Além disso a Estoá ensinava, em outro sentido, a filiação divina de todos os homens” (Epicteto 1, 3, 1). A história das religiões acha que esta mentalidade antiga contribuiu para que Jesus fosse venerado como Filho de Deus.” (KARL H. SCHELKLE, em “Teologia do Novo Testamento”, ed. Loyola, 1978,

pg. 205).

Neste sentido, ninguém mais do que Jesus merece para nós o título de Deus, como o reconheceu o apóstolo Tomé (João 20:28). Ele foi, com efeito, a mais perfeita das criaturas que jamais pisaram neste planeta, nele se manifestou “corporalmente toda a plenitude da divindade” (Col. 2:9), pois em nenhum outro homem se apresentaram mais excelsas a sabedoria e a virtude. Mas foi precisamente isso, uma criatura de Deus que atingiu a máxima perfeição, ao ponto de gozar de íntima comunhão com Deus, daí o ter dito: “Quem me vê a mim, vê também o Pai” e “O Pai está em mim e eu no Pai” (João 14:9,10) e “Glorifica-me, Pai, com a glória que eu tinha contigo antes que houvesse mundo” (João 17:5). Mas Ele também disse: “Eu rogarei ao Pai” (João 14:16 e 16:26) e o que roga evidentemente é inferior ao rogado. Ele também afirmou: “O Pai é maior do que eu” (João 14:28).

Ora, raciocinemos: Se Deus vem criando de toda a eternidade (e nem se conceberia um Deus inativo) é natural que os Espíritos criados no que para nós pode ser definido como o “princípio dos tempos”, ou seja, há milhões e milhões de anos, todos eles, ou quase todos, já devem ter atingido o grau máximo da perfeição, situando-se na categoria dos “Espíritos Puros”, em gozo de plena comunhão com o Criador. Eles são, portanto, os colaboradores na obra de Deus. os seus auxiliares diretos, aqueles que tanto no Velho como no Novo Testamento (e por que não nos tempos atuais?) são chamados de ANJOS. A unidade na criação é a característica do nosso Pai e só ela pode espelhar sua infinita Justiça. Seria

admissível que Ele criasse os anjos como entes privilegiados, saídos de Suas mãos como criaturas já perfeitas, enquanto os Espíritos humanos saem simples e ignorantes, fadados a sofrer vicissitudes sem conta, para um dia poderem alcançar a bem-aventurança eterna? Se um anjo disse a João: “Não te ajoelhes, pois eu sou conservo teu e de teus irmãos, os profetas” (Apoc. 22:9), não foi por saber que a origem de todos os seres é a mesma?

E para encerrar estas considerações, indagamos: Acaso não parece muito mais grandiosa a figura de Jesus como um ser humano que, por se haver elevado ao ápice do aprimoramento espiritual, pode apresentar-se aos nossos olhos como um modelo da perfeição a que todos aspiramos e que um dia, com a graça do Pai, haveremos de também alcançar? Pois se assim não fosse, por que teria Ele afirmado: “Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, assim o façais vós também”? (João 13:15).

Então, fique bem claro o nosso pensamento, segundo o qual, sendo Jesus um Espírito gerado em eras inimagináveis, e que por isso mesmo já fruía da comunhão com o Pai “antes que houvesse mundo” (João 17:5), tendo sido Ele, por certo, um dos planejadores e fundadores deste Planeta, tanto que é o seu Governador Espiritual e até chegou ao extremo de imolar-se para fazer progredir a Humanidade, o abismo que nos separa da sua excelsa perfeição é tão imenso que para nós Ele certamente é Deus, mas isto porque, sendo também uma criatura de Deus, “o primogênito de todas as criaturas” (Col. 1:15), logo “criatura” e não “criador”, pode apresentar-se como nosso modelo e nosso exemplo pelo fato de haver atingido a suma

perfeição, e não porque seja “ingerado, consubstancial com Deus de toda a eternidade”, como decretou o Concílio de Niceia no ano 325 da nossa Era.

Diz HERCULANO PIRES que:

“... a Igreja adotou o 'credo quia absurdum', como forma típica de coação psicológica. E a divindade de Jesus tornou-se origem de perseguições, torturas, maldições e mortes horripilantes. GANDHI, que não era cristão, após ler o Sermão da Montanha, perguntou a um missionário inglês como se explicava a contradição entre os frutos do Cristianismo em seu país e a árvore espiritual do Evangelho.” (“Revisão do Cristianismo”, pg. 95). ⁽¹²²⁾ (grifo do original)

Confirma o que destacamos em situações anteriores e acrescenta a questão da divinização de Jesus, que, na sequência, Andrade ainda trata dela; leiamos:

3 – A Divindade e a História

Já vimos que não aparece no Novo Testamento nenhuma proclamação taxativa da divindade de Jesus, no sentido que lhe deu o Concílio de Niceia, de “consubstancial com o Pai de toda a eternidade”. É certo que a ideia aparece difusa no Evangelho de João, mas este só apareceu 60 anos depois da morte do Mestre, quando a Cristologia (interpretação teológica da figura do Cristo) já se achava impregnada do neoplatonismo,

com a sua noção do “Logos”.

Agora **vejamos em linhas gerais como se chegou a concretizar a ideia da divindade, que era totalmente desconhecida nos primitivos tempos do Cristianismo.** Toda gente sabe que **na decisão de Niceia (325 d.C.) predominou a vontade do imperador Constantino**, que, egresso do paganismo, estava ainda bem longe de poder ser considerado Cristão, tanto que continuou como pontífice da antiga religião e só veio a receber o batismo quando se achava à morte, no ano 337.

Mas não cometeremos a injustiça de atribuir aquela decisão unicamente ao arbítrio do Imperador, pois **a História registra que as controvérsias reinavam ferozes desde o início do segundo século, e ameaçavam dividir a Igreja**, de sorte que a influência autoritária de Constantino pode ter tido o propósito de evitar a cisão do Cristianismo, o que, todavia, conforme veremos, não foi conseguido no Concílio de Niceia e nem nos subsequentes.

Vejamos os esclarecimentos que nos podem trazer eminentes teólogos protestantes sobre a controvertida questão da divindade de Cristo:

“Os chamados Pais da Igreja entendiam Jesus como o revelador divino do conhecimento do verdadeiro Deus e arauto de uma 'nova lei' de moralidade simples, elevada e severa” (WILLISTON WALKER, em 'História da Igreja Cristã', 2.^a ed., pg. 62).

“Inácio (bispo de Antioquia de 110 a 117), professava o mesmo tipo elevado de cristologia evidenciada nos documentos joaninos. O sacrifício de Cristo é o 'sangue de Deus'. Saúda

os cristãos romanos em 'Jesus Cristo, nosso Deus' e no entanto não chega a identificar exatamente Cristo com o Pai. Cristo, escreve ele, realmente é da estirpe de Davi segundo a carne, Filho de Deus por vontade e poder de Deus'." (Idem, pg. 61).

"Juliano (Contra Christianos, apud Cirilo de Alexandria, op. IX, 326ss): 'Mas, infelizmente não sois fiéis às vocações apostólicas; estas, em mãos de seus sucessores, tornaram-se em máxima blasfêmia. **Nem Paulo, nem Mateus, nem Lucas ou Marcos ousaram afirmar que Jesus é Deus.** Foi o venerável João quem, constatando que um grande número de habitantes das cidades gregas e italianas eram vítimas de epidemias e ouvindo, imagino, que as tumbas de Pedro e Paulo se tornavam objeto de culto. **João, repito, foi o primeiro a ousar tal afirmativa.**" (H. BETTENSÓN em "Documentos da Igreja Cristã", pg. 50).

"Tertuliano (150/225) distinguia entre os elementos divino e humano em Cristo. Derivados do Pai por emanção. o Filho e o Espírito são subordinados a Ele. A doutrina da subordinação, já presente nos Apologistas, viria a ser característica da cristologia do 'Logos' até o tempo de Agostinho." (W. WALKER, em 'História da Igreja Cristã', pg. 99).

"Para Paulo de Samósata, bispo de Antióquia entre 260 e 272, Jesus era um homem considerado único por causa do seu nascimento virginal, além de cheio do poder de Deus, isto é, o 'Logos' de Deus. Mediante essa inspiração, Jesus era unido a Deus por amor, em vontade, mas não em substância." (WALKER, ibd. pg. 102).

"Para Ario (presbítero de Alexandria) Jesus não era da mesma substância do Pai, tendo sido

tirado do 'nada', como as demais criaturas. Não era, por conseguinte, eterno, embora o primeiro entre as criaturas e agente na criação deste mundo. Cristo era na verdade Deus em outro sentido, mas um Deus inferior, de modo algum uno com o Pai em essência e eternidade. Seu opositor foi o bispo Alexandre, para quem o Filho 'era eterno, da mesma substância do Pai, e absolutamente increado'. Ele convocou um Sínodo em Alexandria (cerca de 321), Sínodo esse que lançou condenação sobre Ario e seus seguidores.” (WALKER, *ibd.*, pgs. 155/156).

“A disputa dividiu a Igreja e causou perturbação à ordem pública. Então o Imperador convocou o Concílio de Niceia, ao qual compareceram cerca de 300 bispos, só 6 do Ocidente. Depois de acirradas discussões, o Imperador, desejando que se chegasse a uma expressão unificada da fé, **forçou** a definição de Niceia. Sob sua supervisão, todos os bispos a subscreveram, com exceção de dois que, juntamente com Ario, **foram banidos** pelo Imperador.” (WALKER, *ibd.*, pg. 158, grifos nossos). [do autor]

“**Na realidade as decisões de Niceia foram fruto de uma minoria.** Foram mal entendidas e até rejeitadas por muitos que não eram partidários de Ario. Posteriormente 90 bispos elaboraram outro credo (o ‘Credo da Dedicção’) em 341, para substituir o de Niceia. (...) E em 357, um Concílio em Esmirna adotou um credo autenticamente ariano.” (H. BETTENSON, em 'Documentos da Igreja Cristã', pg. 74 e 76).

“Passando em revista essa longa controvérsia, é de afirmar-se ter sido uma infelicidade o fato de uma frase menos controvertida não ter sido adotada em Niceia, e infelicidade ainda maior a circunstância de **a interferência imperial se constituir fator tão importante no correr das**

ulteriores discussões. Em meio a essa luta surgiu a Igreja imperial e se desenvolveu plenamente a política de interferência imperial. A rejeição da ortodoxia oficial erigira-se em crime.” (WALKER, *ibd.*, pg. 171).

“Logo que Constantino se constituiu patrono do Cristianismo, este se tornou uma religião eivada de heresias e de inovações. (...) A maioria dos que entravam para a Igreja, era realmente pagã, gente de vida reprovável. Era assim natural que aparecesse uma queda do nível moral do caráter cristão.” (ROBERT HASTINGS NICHOLS, em 'História da Igreja Cristã', ed. Casa Editora Presbiteriana, 1978, pgs. 44 e 46)”.

“A questão da divindade de Cristo tendo sido vitoriosa, a discussão voltou-se para a relação entre a sua natureza divina e a humana. **Foram tremendas as divergências de opinião, que chegaram a provocar divisões na Igreja.**” (NICHOLS, *ibd.*, pg. 48), [do autor].

“As grandes verdades que são vitais à fé cristã, como as da encarnação e da Trindade, foram examinadas e expressas pela Igreja nessa 'Era dos Concílios'. Tais decisões têm sido desde então aceitas pela cristandade. Ao lado dessa vitória, surgiu um prejuízo, em virtude da tendência de se pensar que a coisa mais importante era defender e guardar as definições corretas da verdade cristã. A prova da fé cristã de uma pessoa não era tanto a sua lealdade a Cristo, em espírito e pelo comportamento moral, senão a sua aquiescência ao que a Igreja declarava a doutrina correta, isto é, a sua **ortodoxia. Aquele que não fosse considerado ortodoxo, era expulso como herege, embora a sua vida fosse um testemunho contínuo de lealdade ao Cristo.**” (NICHOLS, *ibd.*, pgs. 48 e 49, grifo do original).

Em todos os tempos muitos cristãos se insurgiram contra a ideia da divindade que, como vimos, não encontra apoio nem na Escritura, nem na razão. Mas o “sistema” ortodoxo que detinha o poder sempre tratou de sufocar todas as tentativas de contestação. Submetemos à atenção dos leitores mais alguns excertos da obra “História da Igreja Cristã”, do teólogo WALKER, que o comprovam:

“Com as tendências racionalizadoras do século XVIII, as ideias antitrinitárias, que viam na moralidade a essência da religião, foram grandemente fortalecidas. Tais ideias eram representadas no continente europeu por anabatistas e socinianos. Em 1575 foram queimados 'batistas arianos' nos Países Baixos e em 1612 foram queimados os últimos ingleses por motivo de fé. Em 1717 alguns pastores presbiterianos tomaram posição entre a ortodoxia e o arianismo.” (Pg. 594).

“Em 1774 o clérigo Lindsay se retirou da Igreja Anglicana e fundou em Londres uma Igreja Unitária. Em 1813 o Parlamento Britânico extinguiu as penas contra os negadores da Trindade. Este antigo unitarismo inglês era claro em sua negativa dos ‘credos feitos pelos homens’ e na insistência da salvação pelo caráter.” (Pg. 595).

“No século XIX surgiu o liberalismo eclesiástico, COLERIDGE (1772/1834) foi o precursor e J. F. D. MAURICE (1805/1872) o impulsionador do pensamento liberal. Para ele, ‘Cristo é o cabeça de toda a humanidade, ninguém está sob a maldição de Deus e ninguém se perderá para sempre.’ O número dos liberais não era grande, mas sua influência sobre o pensamento religioso inglês foi enorme.” (Pg. 661).

“Ao dealbar do século XX os liberais haviam conquistado um lugar em muitas denominações. Nas primeiras décadas os conservadores tudo fizeram para expulsá-los, através de amarga controvérsia fundamentalista-modernista.” (Pg. 687).

A luta ainda continua no seio das igrejas cristãs. Em 1977 sete teólogos ingleses (seis, anglicanos e um da Igreja Reformada Unida) publicaram um livro (“O Mito do Deus Encarnado”) em que consideram a crença na divindade “um meio poético ou mitológico de expressar a significação de Cristo para nós, não a verdade literal.” (“TIME” de 15-8-77). O livro tem despertado fortes polêmicas, e é bom que assim seja, a fim de que as consciências acomodadas despertem do seu torpor. ⁽¹²³⁾ (grifo nosso, exceto os que mencionamos ser do original).

Em ***Evangelhos Perdidos***, Bart D. Ehrman afirma incisivamente que “Os escritos originais do Novo Testamento, porém, raramente trazem algo tão categórico como a afirmação 'Jesus é Deus'.” ⁽¹²⁴⁾, em nota explica:

“Há algumas passagens que se aproximam disso (por exemplo, João 8:58, 10:30, 14:9) e eis uma das razões pelas quais os proto-ortodoxos gostavam delas, **mas nenhuma faz menção explícita de Jesus como Deus**”. ⁽¹²⁵⁾

Temos ainda o que disse Juan Arias (1932-), autor de ***Jesus, Esse Grande Desconhecido***:

Jesus era diferente. Sem nunca renegar a sua condição de judeu cioso da Lei, foi imensamente crítico em relação à religião fossilizada de seu tempo. **Nunca se proclamou Messias nem Deus**, mas os que o seguiam, diante dos prodígios que realizava, sentiam-no como tal ou desejavam que o fosse. E, por mais que **ele às vezes protestasse, dizendo que não era ele mas Deus quem operava os milagres**, as pessoas e até os próprios apóstolos acreditavam literalmente que o novo Reino que ele anunciava era também um reino temporal e concreto que devolveria a Israel a liberdade perdida. E confiaram nele. ⁽¹²⁶⁾

Apresentarmos também, por oportuno, o pensamento de Karen Armstrong (1944-), inserido na obra ***Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo***, uma vez que, durante sete anos, ela foi freira católica:

As Escrituras cristãs foram redigidas em momentos diferentes, em regiões diversas e para audiências muito díspares, mas compartilhavam uma linguagem e um conjunto de símbolos, derivados da Lei e dos Profetas, bem

como de textos do final do período do Segundo Templo. Elas reuniam ideias que originalmente não tinha conexão umas com as outras – Filho de Deus, Filho do Homem, Messias e reino – numa nova síntese. ⁽¹²⁷⁾ Os autores não demonstravam isso de maneira lógica, mas simplesmente justapunham essas imagens de foram tão repetidas que elas se fundiam na mente do leitor. ⁽¹²⁸⁾ Não havia uma visão uniforme de Jesus. **Paulo o chamara de “Filho de Deus”, mas usara o título em seu sentido judaico tradicional. Jesus era um ser humano que gozava de uma relação especial com Deus**, como os antigos reis de Israel, e fora elevado por ele a uma condição singularmente alta. ⁽¹²⁹⁾ **Paulo nunca afirmou que Jesus era Deus.** Mateus, Marcos e Lucas, conhecidos como os “sinóticos”, porque “veem as coisas juntas”, também usaram o título “Filho de Deus” dessa maneira, mas eles sugeriram igualmente que Jesus era o “Filho do Homem” de que falara Daniel, o que lhe dava uma dimensão escatológica. ⁽¹³⁰⁾ João, que representou uma tradição cristã diferente, via Jesus como a encarnação da Palavra e Sabedoria de Deus, que existira antes da criação do mundo. ⁽¹³¹⁾ Quando os editores finais do Novo Testamento reuniram esses textos, não ficaram incomodados com as discrepâncias. Jesus havia se tornado um fenômeno demasiado imenso n as mentes dos cristãos para ser preso a uma única definição. ⁽¹³²⁾

Após sua morte, seus seguidores concluíram que Jesus tinha sido divino. Isso não se deu de imediato; como veremos, **só no século IV foi finalizada a doutrina de que, quando estava no mundo,**

Jesus era Deus em forma humana. O desenvolvimento da crença cristã na Encarnação foi um processo gradual e complexo. **O próprio Jesus nunca disse que era Deus.** No batismo, uma voz do céu o chamou de Filho de Deus, mas provavelmente só para confirmar que ele era o amado Messias. Nada havia de incomum em tal proclamação vinda do alto. Os rabinos muitas vezes experimentavam o que chamavam de *bat qol* (literalmente, “Filha da Voz”), uma forma de inspiração que substituíra a revelação profética mais direta. ⁽¹³³⁾ O rabino Yohanhan ben Zakkai ouviu uma *bat qol* confirmando sua missão, quando o Espírito Santo desceu sobre ele e seus discípulos em forma de fogo. **O próprio Jesus se refere a si mesmo como “o Filho do Homem”.** Houve muita controvérsia sobre esse título, mas parece que a expressão aramaica original (*bar nasha*) simplesmente acentuava a fraqueza e a mortalidade da condição humana. Se assim é, **Jesus parece ter se esforçado para enfatizar que era um frágil ser humano e, como tal, um dia ia sofrer e morrer.**

Os Evangelhos, porém, contam-nos que Deus lhe conferiu alguns “poderes” (*dynameis*) divinos, habilitando-o, assim, a realizar os atos divinos de curar doentes e perdoar pecados, embora fosse um mero mortal. Portanto, ao vê-lo em ação, as pessoas tinham uma imagem viva, em carne e osso, de Deus. Em certa ocasião, três de seus discípulos viram isso mais claramente que de hábito. A história foi preservada nos três Sinópticos e seria muito importante para gerações posteriores de cristãos. Jesus levou Pedro, Tiago e João a uma montanha muito alta, tradicionalmente identificada com o

monte Tabor, na Galileia, e se “transfigurou” diante deles: “Seu rosto resplandeceu como o sol e suas vestes se tornaram brancas como a luz”.⁽¹³⁴⁾ Moisés e Elias, representando respectivamente a Lei e os profetas, apareceram de repente ao lado dele, e os três conversaram. Perplexo, sem saber o que dizer, Pedro sugeriu construir três tabernáculos para comemorar a visão. Uma nuvem brilhante, como a que baixara no monte Sinai, cobriu o topo da montanha e uma *bat qol* declarou: “Este é meu Filho amado, em quem me comprazo. Escutai-o”.⁽¹³⁵⁾ Séculos depois, os cristãos gregos ponderaram sobre o significado dessa visão e concluíram que os “poderes” de Deus se manifestaram na humanidade transfigurada de Jesus.

Também observaram que **Jesus nunca se declarou detentor único de tais “poderes”** (os quais, como Filon, eles também chamam de *dynameis*). Repetidas vezes, prometeu a seus discípulos que também os teriam, se tivessem “fé”. Obviamente, queria dizer que ter fé não é adotar a teologia correta, mas cultivar uma atitude interior de entrega e abertura para Deus. Se os discípulos se abrissem para Deus sem reserva, poderiam fazer tudo o que ele fazia. Como os rabinos, **Jesus acreditava que o Espírito não está só com a elite privilegiada, mas com todos os homens de boa vontade e até mesmo com os *goyim*, conforme sugerem algumas passagens.** Tendo “fé”, os discípulos poderiam realizar coisas ainda maiores. Poderiam não só perdoar pecados e exorcizar demônios, mas também lançar uma montanha no mar.⁽¹³⁶⁾ Descobririam que suas vidas frágeis e mortais foram transfiguradas pelos “poderes” de

Deus, presentes e ativos no mundo do Reino Messiânico.

Após sua morte, os discípulos continuaram acreditando que, de algum modo, Jesus apresentara uma imagem de Deus. Desde muito cedo, começaram a rezar por ele. Convencido de que os poderes de Deus deviam ser acessíveis aos *goyim*, são Paulo pregou o Evangelho em regiões que hoje correspondem à Turquia, à Macedônia e à Grécia. Estava certo de que os não-judeus podiam se tornar membros do Novo Israel, mesmo não observando toda a Lei de Moisés. Os primeiros discípulos, ao contrário, queriam que sua seita se mantivesse exclusivamente judaica e, assim, romperam com Paulo após apaixonada disputa. Entretanto, como a maioria dos conversos de Paulo eram ou judeus da diáspora ou tementes a Deus, o Novo Israel se manteve profundamente judeu. **Paulo nunca chamou Jesus de “Deus”, mas de “o Filho de Deus”, no sentido judaico: decerto não o via como a encarnação de Deus**, mas acreditava que ele possuía “poderes” e o “Espírito” de Deus, que manifestavam a atividade de Deus na terra e não deviam ser identificados com a inacessível essência divina. Os novos cristãos do mundo gentio nem sempre se davam conta dessas sutis distinções e, assim, acabaram vendo como divino um homem que acentuara sua humanidade fraca e mortal. **A doutrina da Encarnação sempre escandalizou os judeus, e, depois, os muçulmanos também a considerariam blasfema.** É uma doutrina difícil, que envolve certos riscos; os cristãos muitas vezes a interpretaram de modo bem rudimentar. Contudo, esse tipo de devoção é um tema constante na

história da religião: veremos que mesmo os judeus e os muçulmanos desenvolveram algumas teologias surpreendentemente semelhantes. ⁽¹³⁷⁾ (itálico do original)

Em ***As Várias Faces de Jesus***, Geza Vermes, informa-nos que:

Uma mirada final no Evangelho de João através do seu Prólogo revela, sob a máscara opaca de Jesus judeu palestino do primeiro século, o semblante fulgente do Filho único de Deus Pai. **No início do século II d.C., a ideia da divindade de Jesus estava no ar entre os cristãos helenizados.** Não é surpreendente, portanto, que por volta de 110 d.C. **Inácio, bispo mártir de Antioquia, não tivesse dificuldades para cruzar a barreira final e referir-se a Jesus como “nosso Deus” (Carta aos romanos).** Mais ou menos na mesma época, Plínio, o Jovem, governador da Bitínia, caracterizou os cristãos, numa carta endereçada ao imperador Trajano, como um grupo acostumado a “cantar hinos a Cristo *como a um deus* [*Christo quasi deo*]” (Carta x.96). ⁽¹³⁸⁾ (itálico do original)

Vejamos o que Gilberto Schoereder nos traz em seu artigo ***“A Expansão do Catolicismo”***:

O historiador Arnold Toynbee diz que foi no

cristianismo paulino que Jesus se tomou Deus Encarnado: em vida, ele explica, Jesus não poderia ter aceitado essa condição, uma vez que era judeu. O estudioso diz que nas próprias escrituras cristãs, pelo menos, por duas vezes **Jesus repudiou a sugestão de que fosse divino**. Jesus era um rabino judeu e, **como os demais rabinos de sua época, pode ter se denominado Filho de Javé, o que não deveria ser interpretado ao pé da letra, mas em sentido figurado**. Ao contrário de alguns colegas, o historiador foi bastante enfático ao afirmar que, quando Jesus enviou seus discípulos em expedição missionária, instruiu-os a falar apenas para os judeus, uma vez que ele era um judeu ortodoxo. Mas essa questão ainda é bastante discutida. ⁽¹³⁹⁾

Eis os fatos que vêm explicar a divinização de Jesus, mas que nos colocam diante de algo para o qual não encontramos, até o momento, nenhuma explicação lógica: Deus desce do céu, encarna como Jesus, oferece-se em sacrifício a Ele mesmo para remissão de nossos pecados, que, mesmo assim, continuam acontecendo.

James D. Tabor, em ***A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo***, é outro autor, que fala alguma coisa de Paulo:

Tiago e Judas se referem a seu irmão Jesus como “Senhor” [Tiago 5:8-9 e Judas 25], mas não usam o termo para se referir ao “Senhor Deus”, e sim a Jesus como seu respeitado “Mestre”, que dera a vida pela causa do Reino de Deus.

A palavra grega para “Senhor” é *kurios*, que é um termo de respeito, algo semelhante a “*Sir*” ou “*Mister*” no uso do inglês antigo.

Uma das manobras fundamentais de Paulo foi igualar Jesus, como “Senhor”, as passagens da Bíblia hebraica que se referiam exclusivamente ao “Senhor Deus” de Israel – desse modo, efetivamente, tornando Jesus igual a Jeová ⁽¹⁴⁰⁾. Por exemplo, por intermédio do Profeta Isaías, Deus declara:

Vinde a mim, e sejam salvos todos os confins da terra! Porque eu sou Deus, e não existe outro. Jurei por mim... diante de mim todos os joelhos devem se dobrar e todas as línguas jurar fidelidade (Isaías 45:22-23).

Paulo cita esse mesmo verso, mas muda sua referência para o “Senhor” Jesus como Cristo: “de forma que diante do nome de Jesus todos os joelhos devem se dobrar... todas as línguas devem confessar que Jesus Cristo é o Senhor” (Filipenses 2:10-11). Trata-se de uma enorme mudança que veio a se tornar comum entre os cristãos ortodoxos, que facilmente passaram a igualar Jesus de Nazaré, o homem, como o Senhor Deus de Israel. Jesus era “Deus segundo a carne” e, de acordo com isso, sua mãe Maria, se tornou a “santa mãe de Deus”. Como os cristãos sustentassem que apesar disso eram

monoteístas, isto é, aderiam ao *Shemá* – a grande confissão do judaísmo “Ouça, ó Israel, o Senhor nosso Deus, o Senhor é um” –, a conclusão se tornou inevitável. Se Jesus era verdadeiramente “Deus”, um Deus e não dois, então ele é nada menos que a encarnação do Senhor Deus de Israel. Para falar sem rodeios, Deus se tornou homem. ⁽¹⁴¹⁾ (itálico do original)

Essa mudança, levada a efeito por Paulo, em muito contribui para as interpretações que visam levar o fiel a crer de que o “Senhor” se refere a Deus. Tabor, em se referindo a Malaquias 3,1-2, James D. Tabor diz:

[...] A palavra traduzida “**Senhor**” (*’adon*) **não é o nome hebraico para Deus**, Yahweh, mas uma palavra que significa um “amo” ou regente de algum tipo. [...]. ⁽¹⁴²⁾

Vejamos, por oportuno, o que, em ***Mentiras Fundamentais da Igreja Católica***, o autor Pepe Rodríguez fala de Paulo:

Paulo deixou, no entanto, uma outra marca na doutrina, uma marca mais essencial e original que as precedentes. Estamos a referir-nos à preexistência de Cristo e ao seu papel fundamental

após a ressurreição. **Paulo não concebia Jesus como um deus encarnado, e ainda menos como a segunda pessoa da Santíssima Trindade.** Para ele, o Jesus da Ascensão era o “Filho do homem” dos místicos judeus. Segundo o ramo do ocultismo judeus, conhecido por *Maaseh Bereshit* – em que Paulo fora iniciado e que procurava saber, a partir da leitura do Génesis, como tinha sido criado o homem –, Deus criou o Homem Celestial à sua imagem, como Arquétipo (Filho do homem), e foi à imagem deste que Adão foi formado. Paulo integrou perfeitamente esta crença e adaptou-a ao seu objetivo, postulando que o Homem Celestial ou “Messias do Alto” encarnara em Jesus, o “Messias de Baixo”, transformando-o, assim, num Segundo Adão. ⁽¹⁴³⁾.

Por outras palavras, a origem do contributo determinante de Paulo para a cristologia radica em determinadas crenças do ocultismo rabínico, crenças que lhe eram caras desde a juventude e que não só se adaptaram perfeitamente à sua personalidade peculiar, como lhe fortaleciam a convicção de ser um eleito divino. “O Cristo de Paulo”, conclui Schonfield no seu estudo ⁽¹⁴⁴⁾, “não é Deus, mas sim a primeira criação de Deus. **Na concepção de Paulo, não há lugar para qualquer fórmula trinitária do credo de Anastásio, nem para a outra doutrina por este defendida e segundo a qual o Filho foi 'não feito, nem criado, mas gerado'**”. [...]. ⁽¹⁴⁵⁾

Em ***Onde a Religião Termina?***, o professor e

teólogo Marcelo da Luz, ex-sacerdote católico, profissão que exerceu por 20 anos, é categórico:

[...] **Paulo de Tarso**, cujos escritos e viagens missionárias são anteriores aos evangelhos, embora retenha para Jesus um lugar especial junto ao Deus excelso, **jamais afirma categoricamente ser Jesus um deus, ao modo de “segunda pessoa da Trindade”**. O mesmo pode ser dito sobre o apóstolo Pedro, a julgar pelo discurso a ele atribuído no livro de Atos dos Apóstolos:

A Jesus Nazareno, *homem aprovado por Deus* entre vós com maravilhas, prodígios e sinais, que *Deus por ele fez* no meio de vós, como vós mesmos bem sabeis. (...) *Deus ressuscitou este Jesus*, do que todos nós somos testemunhas. (At 2:22.32) ⁽¹⁴⁶⁾
(itálico do original)

Com relação ao livro de Atos, em ***Mentiras Fundamentais da Igreja Católica***, Pepe Rodríguez é outro autor que o menciona:

Os Actos dos Apóstolos atestam exactamente isso, ou seja, que a primitiva fé cristã distinguia cuidadosamente entre Deus e Cristo, como se vê, por exemplo, em Act 2,22, onde se diz:” Varões israelitas, escutai estas palavras: **Jesus de Nazaré, credenciado por Deus** a vossos olhos por seus milagres, prodígios e sinais que Deus fez por seu intermédio no meio de vós [...]”, ou em Act 7,55:

“Ele [trata-se de Estêvão], cheio do Espírito Santo, olhou para o céu e viu a glória de Deus e Jesus em pé à direita de Deus”. A invejável vista de Estêvão talvez não seja tão boa como parece, se a tomarmos por um dos recursos literários de que Lucas habitualmente se serve para introduzir nos seus textos *inspirados* dados alheios aos próprios factos. No caso vertente, esse dado é a famosa visão de Mc 16,19, que supõe Jesus “sentado à direita de Deus”. **É evidente, no entanto, que quer para Lucas como para Marcos, Deus e Jesus são duas entidades absolutamente separadas, diferentes e de natureza distinta.** ⁽¹⁴⁷⁾ (itálico do original)

Portanto, se Jesus é “homem aprovado/credenciado por Deus” ele, logicamente, não pode ser o próprio Deus.

Uma hipótese sobre a origem dessa visão de Jesus como sendo Deus, podemos encontrar em Hans Küng, que, em ***Religiões do Mundo - Em Busca dos Pontos Comuns***, falando de Constantinopla, a segunda Roma, argumenta:

O símbolo dessa igreja do Estado passa a ser a Santa Sofia, ou Hagia Sophia, construída no século VI pelo imperador Justiniano (527-565). Na galeria, um grandioso mosaico – felizmente preservado da destruição – ilustra claramente a nova ideologia do

estado cristão. **Jesus Cristo é nesse paradigma entendido como o soberano universal (*Pantokrator*), ocupando o lugar de Deus. E em seu nome o imperador, como *autokrator*, governa estado e igreja.** O imperador, e somente ele, convoca, dirige e aprova aqueles concílios ecumênicos que estabelecem as regras da fé, a ortodoxia; de um papa não se fala naquele tempo, nem mesmo na antiga Roma. ⁽¹⁴⁸⁾ (itálico do original)

Segundo a opinião de Hans Küng, isso tem a ver com estabelecimento de poder político-religioso maior, por parte do imperador de Constantinopla, que, pelo controle total em relação às coisas da religião, pode ser considerado, sem nenhum favor, o papa da Igreja.

Por outro lado, muitos ainda querem sustentar a condição de Jesus ser o próprio Deus tomando-se as profecias, seus milagres e sua ressurreição como base. Em relação às profecias, num estudo que fizemos delas intitulado “Será que os profetas previram a vinda de Jesus?”, não encontramos nenhuma relacionada diretamente a Jesus, tudo quanto usam nada mais são que situações próximas aos profetas que as ditaram, conforme já demonstramos em relação ao nascimento virginal.

Além disso até mesmo profecias inexistentes encontramos, como é o caso dos passos: Mateus 2,23; 26,55-56 e Lucas 18,31-33.

Quanto aos milagres se somente Jesus os tivesse produzido, seria alguma coisa em que se pensar; entretanto, vários personagens bíblicos também os fizeram. E se tem como certo que todos ressuscitaremos, nada há de extraordinário na ressurreição de Jesus, que, aliás, foi em espírito e não no corpo físico, como geralmente se acredita.

Há um registro bíblico interessante que vem comprovar como é o comportamento do ser humano diante de fatos que não consegue entender as causas que os produziram, e, em razão disso, facilmente atribuem a algo sobrenatural ou produzido por alguma entidade divina; leiamos:

Atos 14,8-18: “Em Listra havia um homem paralítico das pernas; era coxo de nascença e nunca tinha conseguido andar. Ele escutava o discurso de Paulo. E este, fixando nele o olhar e notando que tinha fé para ser curado, disse em alta voz: ‘Levante-se direito sobre os seus pés’. O homem deu um salto e começou a andar.
Vendo o que Paulo acabara de fazer, a

multidão exclamou em dialeto licaônico: 'Os deuses desceram entre nós em forma humana!' Chamaram Barnabé de Júpiter e Paulo de Mercúrio, porque era Paulo quem falava. Os sacerdotes de Júpiter, cujo templo na entrada da cidade, levaram à porta touros ornados de grinaldas e queriam oferecer um sacrifício; com isso, concordava toda a multidão. Ao saber disso, os apóstolos Barnabé e Paulo rasgaram as vestes e foram para o meio da multidão, gritando: 'Homens, o que vocês estão fazendo? Nós também somos homens mortais como vocês. Estamos anunciando que vocês precisam deixar esses ídolos vazios e se converter ao Deus vivo, que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que neles existe. Nas gerações passadas, Deus permitiu que todas as nações seguissem o próprio caminho. No entanto, ele não deixou de dar testemunho de si mesmo através de seus benefícios. Do céu ele manda chuvas e colheitas, dando alimento e alegrando o coração de vocês'. E assim falando, com muito custo conseguiram que a multidão desistisse de lhes oferecer um sacrifício."

Então, temos que, por ter curado um coxo de nascença, elevaram Paulo e, na carona, o seu companheiro Barnabé, à condição de deuses. Os dois protestaram contra, afirmando da existência do

“Deus vivo, que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que neles existe”; porém não O relacionaram como sendo Jesus. Vemos que esse episódio seria uma ótima oportunidade de Paulo esclarecer isso; entretanto, não é o que se conclui do texto.

Encontrar textos bíblicos para apoio do “três-em-um”

No Antigo Testamento somente usam uma passagem no sentido de tentar se confirmar a Trindade:

Gênesis 1,26: *“Deus disse: 'Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, [...]’.”*

Tomaremos a explicação dada pelos tradutores da ***Bíblia de Jerusalém***, para a palavra “façamos”, que figura nesse passo, e pela qual sustentam a tríade divina por estar no plural e não no singular, como era de se esperar caso Deus não fosse uma Trindade:

Não parece ser um plural majestático e não se explica também pelo simples fato que o nome Elohim é um plural quanto à forma, pois ele é usado quase sempre como nome próprio do verdadeiro Deus e acompanhado normalmente de um verbo no singular. **Embora seja raro em hebraico, parece**

que temos aqui um plural deliberativo: quando Deus, como em 11,7, ou não importa qual outra pessoa, fala consigo mesmo, a gramática hebraica parece aconselhar o emprego do plural. O grego (seguido pela Vulg.) do Sl 8,6, retomado em Hb 1,7, compreendeu este texto como uma deliberação de Deus com sua corte celeste (cf. Is 6), com os anjos. E este plural era uma porta aberta para a interpretação dos Padres da Igreja, que viram já sugerido aqui o mistério da Trindade.
(¹⁴⁹)

Assim, trata-se puramente de uma interpretação de conveniência de quem quer vê nela a Trindade.

Em toda a Bíblia, só há um texto que cita nominalmente as três pessoas da Trindade, embora não as relacionando entre si, para tê-las numa unicidade, é encontrado no capítulo 28 de Mateus, quando, Jesus ressurrecto orienta a seus onze discípulos. Leiamos:

Mateus 28,19-20: “Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês. [...]”

Curiosamente esse passo está no final do evangelho de Mateus, sendo ele o único no qual Jesus teria orientado a batizar “*em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo*”; ou seja, em todos os textos bíblicos, somente nesse é que se diz isso. Aliás, fato que achamos muito estranho, porquanto, Jesus, quando ainda vivo, entre os discípulos, nunca havia recomendado a prática do batismo.

Por outro lado, Marcos que é o outro evangelista que cita o fato, não fala nada disso, mas apenas “Vão pelo mundo inteiro e anunciem a Boa Notícia para toda a humanidade.” (Marcos 16,15).

Também não deixar de ressaltar que, naquela época, não se acreditava que Deus fosse do tipo “três-em-um”. Isso nos remete à conclusão de que houve adulteração dos textos bíblicos visando justificar, em primeiro lugar, o ritual do batismo, inclusive essa expressão faz parte da denominada fórmula do batismo, e, certamente pretendendo sancionar a crença na própria Trindade.

Léon Denis (1846-1927), em ***Cristianismo e Espiritismo***, afirmou que:

Depois da proclamação da divindade de Cristo, no século IV, depois da introdução, no sistema eclesiástico, **do dogma da Trindade, no século VII, muitas passagens do Novo Testamento foram modificadas, a fim de que exprimissem as novas doutrinas** (Ver João I, 5,7). “Vimos, diz Leblois ⁽¹⁵⁰⁾, na Biblioteca Nacional, na de Santa Genoveva, na do mosteiro de Saint-Gall, manuscritos em que o **dogma da Trindade está apenas acrescentado à margem**. Mais tarde foi intercalado no texto, onde se encontra ainda”. ⁽¹⁵¹⁾

Por nossa vez, também conseguimos evidências de que esse texto não era o do original, ao lermos Orígenes (185-254), considerado como um dos “Pais da Igreja”, que, em sua obra *Contra Celso* (cerca de 248), na qual, refutado críticas contra os cristãos, cita inúmeras passagens da Bíblia e entre elas encontramos exatamente o passo Mateus 28,19 com a seguinte redação: “*Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos*” ⁽¹⁵²⁾.

Acreditamos que aqui vemos mais uma comprovação de que a expressão “*batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*” não fazia parte dos textos originais manuseados por Orígenes; portanto, tudo nos leva a crer que foi mesmo

colocada posteriormente. Provavelmente o mesmo aconteceu com Eusébio de Cesareia (263-340 d.C.) que, em *História Eclesiástica*, cita apenas “*ide e ensinai todas as nações em meu nome*” (153).

Corroborando isso temos também sua obra *Tratado Sobre os Princípios*, escrita entre os anos de 220 e 230, na qual, em vários momentos, defende vigorosamente a Trindade, porém, em nenhum deles justificou-a citando essa passagem de Mateus, que, ao tudo indica, ou era do seu desconhecimento ou a considerou apócrifa, das duas uma.

Em ***Mentiras Fundamentais da Igreja Católica***, Pepe Rodríguez, encontramos essa informação:

[...] a Igreja, ao basear-se em Mt 28,19, para afirmar que é católica, “porque a missão que lhe foi atribuída por Cristo se refere à totalidade do género humano”, comete dois atropelos. Por um lado, **baseia-se num versículo que é uma interpolação, dado tratar-se de um versículo que foi posteriormente acrescentado ao texto original de Mateus**. E por outro, o que é mais importante, porque transforma o mandato “ide, então; ensinai a todas as gentes...” num “ide para que todos se associem numa única Igreja e acreditem naquilo que

lhes ensinaí”, transformação que revela um comportamento mais próprio de uma atitude imperialista do que propriamente universal. ⁽¹⁵⁴⁾

Veremos, a seguir, que vários outros autores também confirmam tratar-se de uma interpolação.

O historiador David Flusser (1917-2000), austríaco de nascimento, professor da Universidade Hebraica de Jerusalém, que lecionou no Departamento de Religião Comparada por mais de 50 anos, estudioso da literatura clássica e talmúdica, conhecedor de nada menos que 26 idiomas, na sua obra ***O Judaísmo e as Origens do Cristianismo - Vol. II***, traz ao nosso conhecimento que:

De acordo com os manuscritos de Mateus que foram preservados, o Jesus ressuscitado ordenou aos seus discípulos batizar todas as nações “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”. A fórmula trinitária franca, aqui, é de fato notável, mas já foi mostrado que a ordem para batizar e a **fórmula trinitária faltam em todas as citações das passagens de Mateus nos escritos de Eusébio anteriores ao Concílio de Niceia**. O texto de Eusébio de Mt 28:19-20 antes de Niceia era o seguinte: “**Ide e tornai todas as nações discípulas em meu nome, ensinando-as a observar tudo o que vos ordenei**”. Parece que

Eusébio encontrou essa forma do texto nos códices da famosa biblioteca cristã em Cesareia. ⁷⁵ Esse texto mais curto está completo e coerente. Seu sentido é claro e tem seus méritos óbvios: diz que o Jesus ressuscitado ordenou que seus discípulos instruissem todas as nações em seu nome, o que significa que os discípulos deveriam ensinar a doutrina de seu mestre, depois de sua morte, tal como a receberam dele. ⁽¹⁵⁵⁾

Na nota 75, Flusser coloca sua fonte de informação:

Ver D. Flusser, "The Conclusion of Matthew in a New Jewish Christian Source", *Annual of the Swedish Theological Institute*, vol. V, 1967, Leiden, 1967, pp. 110-20; Benjamin J. Hubbard, "The Matthean Redaction of a Primitive Apostolic Commissioning", SBL, *Dissertation Series* 19, Montana, 1974. **Mais testemunho da conclusão não-trinitária de Mateus está preservado num texto copta** (ver E. Budge, *Miscellaneous Coptic Texts*, Londres, 1915, pp. 58 e seguintes, 628 e 636), onde é descrita uma controvérsia entre Cirilo de Jerusalém e um monge herético. "E o patriarca Cirilo disse ao monge: 'Quem te mandou pregar essas coisas?' E o monge lhe disse: 'O Cristo disse: Ide a todo o mundo e pregai a todas as nações em Meu nome em cada lugar". O texto é citado por Morcon Smith, *Clement of Alexandria and a Secret Gospel of Mark*, Harvard University Press, Cambridge, Mass, 1973, p. 342-6. ⁽¹⁵⁶⁾

Um pouco mais à frente, Flusser diz ainda que

“um testemunho adicional das versões mais curtas de Mt 28:19-20a foi descoberto há pouco tempo numa fonte judeu-cristã...” (FLUSSER, 2001, p. 156), citando como fonte: Sh. Pinès, “The Jewish Christians of the Early Centuries of Christianity According to a New Source”, *The Israel Academy of Sciences and Humanities Proceedings*, vol. II, nº 13, Jerusalém, 1966, p. 25. ⁽¹⁵⁷⁾

Citamos também Geza Vermes, considerado um dos maiores especialistas sobre a história do cristianismo, que, em ***O Autêntico Evangelho de Jesus***, disse:

[...] Nos programas missionários anteriores, não houve questão quanto ao batismo, e menos ainda quanto a batizar nações inteiras. Além disso, **o batismo administrado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo não tem precedente não só nos Evangelhos, mas também em qualquer lugar de todo o Novo Testamento.** A fórmula que ocorre em Atos dos Apóstolos é batismo “em nome de” Jesus (At 2,38; 8,16; 10,48; 19,5) e, em Paulo, batismo “em Cristo” (Rm 6,3; Gl 3,27). **Fora de Mateus, a fórmula trinitária, Pai, Filho e Espírito Santo ocorre pela primeira vez no manual litúrgico da igreja primitiva intitulado Didaqué ou Instrução dos Doze Apóstolos**, que é datado da

primeira metade do século II d.C. **Tudo isso aponta para uma origem tardia** de Mt 28,18-20. [...]. ⁽¹⁵⁸⁾

Vê-se, portanto, que Vermes é mais um estudioso que corrobora o acréscimo ao texto de Mateus 28,19.

Sobre o manual Didaqué, mais à frente, no tópico “Dois apócrifos do cristianismo primitivo” falaremos dele.

Segundo o professor José Pinheiro de Souza, em **Catecismo Ecumênico**, o teólogo Hans Küng, também nega a autenticidade desse passo. Küng é um teólogo suíço, filósofo, professor de teologia, escritor e sacerdote católico romano. Estudou teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. É um dos maiores e mais polêmicos teólogos contemporâneos. Foi consultor teológico do Concílio Vaticano II (1962-1965), nomeado pelo papa João XXIII.

A partir de 1960 passou a questionar o dogma da infalibilidade papal, tendo sido, por isso, revogada, pela Igreja, a sua licença para ensinar teologia ⁽¹⁵⁹⁾. Leiamos o que Souza transcreve dele:

Jesus não fundou uma igreja durante sua vida. [...] **Hoje, até exegetas católicos aceitam que a famosa frase sobre Pedro como a pedra na qual Jesus construirá sua igreja (Mateus 16,18-19: a declaração está no futuro), e da qual os outros evangelhos não têm conhecimento, não é uma frase do Jesus terreno**, mas foi composta após a Páscoa pela comunidade palestina, ou mais tarde pela comunidade de Mateus (KÜNG, 2002, p. 28).
(160)

Acreditamos que outros eclesiásticos tenham esse mesmo pensamento, no entanto, eles são proibidos de se expressarem contrariamente a esse dogma.

Ainda temos mais dois argumentos que contradizem o que consta nessa passagem de Mateus. Primeiro, sabemos que Jesus, quando vivo, não recomendou o batismo de água, mas o com o Espírito Santo e com fogo. Segundo, temos em Atos (2,38; 8,16; 10,48 e 19,5) a prova irrefutável de que, no início do cristianismo, se batizava somente “*em nome de Jesus*” e não em nome de cada um dos três personagens que compõem a Trindade.

Vejamos uma dessas passagens em que se recomenda batizar “*em nome de Jesus*”, por ter algo

bem interessante nela:

Atos 19,1-6: “[...] Paulo [...] chegou a Éfeso e, achando ali alguns discípulos, perguntou-lhes: Recebestes vós o Espírito Santo quando crestes? Responderam-lhe eles: **Não, nem sequer ouvimos que haja Espírito Santo.** Tornou-lhes ele: **Em que fostes batizados então? E eles disseram: No batismo de João.** Mas Paulo respondeu: João administrou o batismo do arrependimento, dizendo ao povo que cresse naquele que após ele havia de vir, isto é, em Jesus. **Quando ouviram isso, foram batizados em nome do Senhor Jesus. Havendo-lhes Paulo imposto as mãos, veio sobre eles o Espírito Santo, e falavam em línguas e profetizavam.**”

Paulo, o apóstolo dos gentios, afirma claramente que o batismo de João, ou seja, o de água, não tinha valor; caso contrário, não teria ministrado o batismo em nome do Senhor Jesus, pela imposição das mãos.

Em outra oportunidade Paulo disse enfático: “De fato, **Cristo não me enviou para batizar, mas para anunciar o Evangelho [...]**” (1 Coríntios 1,17), disso resulta que, fundamentado na orientação de

Cristo, ele não considerava o batismo (de água) como algo importante para salvação de ninguém.

Sendo Paulo o “vaso escolhido” (Atos 9,15), é bem estranho o fato de que Jesus não o tenha enviado para batizar, enquanto teria supostamente orientado aos discípulos para batizar. O texto original com a instrução de “*ide e pregai a todas as nações*” (Mateus 28,19) confirma essa instrução a Paulo para anunciar o Evangelho (1 Coríntios 1,17), já que se trata da mesma coisa somente utilizando-se de palavras diferentes.

Os tradutores da ***Bíblia de Jerusalém*** perceberam o problema, embora tentem amenizá-lo. Leiamos como explicaram o passo Mateus 28,19:

É possível que, em sua forma precisa, **essa fórmula reflita influência do uso litúrgico posteriormente fixado na comunidade primitiva**. Sabe-se que **o livro dos Atos fala em batizar “no nome de Jesus”** (cf. At 1,5+; 2,38+). Mais tarde deve ter-se estabelecido a associação do batizado às três pessoas da Trindade. Quaisquer que tenham sido as variações nesse ponto, a realidade profunda permanece a mesma. O batismo une à pessoa de Jesus Salvador; ora, toda a sua obra salvífica procede do amor do Pai e se completa pela efusão

do Espírito. ⁽¹⁶¹⁾

Além disso, podemos perceber que Paulo, o apóstolo dos gentios, usava em suas cartas – em doze das treze atribuídas a ele – a seguinte saudação: *“Que a graça e a paz da parte de Deus nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo estejam com vocês.”* ⁽¹⁶²⁾; portanto, nada em que se apoiar para justificar a Trindade.

Dessa saudação padrão, o máximo que poderia admitir, dentro do razoável, seria uma díade, caso Paulo também tivesse afirmado que os dois eram um só; porém, ele apenas disse: *“Há um só Deus e Pai de todos, [...]”* (Efésios 4,6) Numa outra carta encontramos: *“Que a graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos vocês.”* (2 Coríntios 13,13), o que nos pareceu estranho, ainda mais que, em outras Bíblias, em vez de *“a comunhão do Espírito Santo”*, lemos: *“a comunicação do Espírito Santo”* ⁽¹⁶³⁾ e *“a participação no espírito santo* (em minúsculas)” ⁽¹⁶⁴⁾, levando-nos a concluir que, nas outras, simplesmente há tentativa, por parte dos tradutores, em relacioná-la

à Trindade.

Assim, pelo que demonstramos, essa passagem de Mateus, na qual estaria uma suposta evidência da Trindade, nada mais é do que fruto de uma adulteração posterior dos textos bíblicos.

Por outro lado, mesmo que fosse verdadeira, ainda resta a questão de se relacionar as três pessoas, que a compõem, como sendo uma unicidade, conforme nos chama a atenção Victor Courdaveaux (1821-1910), autor da obra *Comment se sont formés les dogmes*, citado por Leterre, que, em ***A Vida Oculta e Mística de Jesus***, afirmou nos seguintes termos:

"Parece mais fácil achar a Trindade no Novo Testamento, porque uma vez, ao menos, no fim de São Mateus, lê-se a fórmula: '*Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*'. **Mas a reunião desses três termos não basta para constituir a Trindade. É preciso a afirmação da sua Unidade na triplicidade, da sua triplicidade na Unidade.** Ora, isso não se encontra em parte alguma de Mateus, nem no resto do Novo Testamento. ⁽¹⁶⁵⁾

Trazemos agora um passo que julgamos ser

sempre entendido equivocadamente, constante do Evangelho de João:

João 8,56-58: *“Abraão, vosso pai, exultou por ver o meu dia; viu-o, e alegrou-se. Disseram-lhe, pois, os judeus: Ainda não tens cinquenta anos, e viste Abraão? Respondeu-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo que **antes que Abraão existisse, eu sou.**”*

Vejamos estas duas explicações para o “Eu Sou”:

1ª) **Bíblia de Jerusalém**: “A pretensão de Jesus a um modo divino de existência é, aos olhos dos judeus, blasfêmia, passível de apedrejamento (Lv 24,1,6).” ⁽¹⁶⁶⁾

2ª) **Bíblia do Peregrino**: “Com outro mal-entendido os judeus o tomam em sentido empírico, claramente absurdo. E daí, nessas festas, Jesus passa à última declaração de seu título divino ‘Eu sou’ (eu existo).” ⁽¹⁶⁷⁾

Cada um explica à sua maneira. Acreditamos que a segunda reflete melhor a realidade, pois é de todo provável que tenha entendido erradamente o

que Jesus disse. Ele jamais diria ser Deus, razão pela qual o “Eu sou” dever ser compreendido no sentido do verbo ser.

Em outras palavras, Jesus está dizendo que antes de Abraão ele já existia, o que é perfeitamente confirmado por estas passagens:

João 1,10: *“Estava ele no mundo, e **o mundo foi feito por intermédio dele**, e o mundo não o conheceu.”*

João 17,5: *“Agora, pois, glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que eu tinha contigo **antes que o mundo existisse.**”*

Colossenses 1,17: *“**Ele é antes de todas as coisas**, e nele subsistem todas as coisas.”*

Os trechos que ressaltamos nos dizem da existência de Jesus antes mesmo do mundo ter sido criado.

Uma vez que foi feita referência a Êxodo 3,14, vamos trazê-la no teor de duas Bíblias, iniciando no versículo 13, com as respectivas explicações dos tradutores:

a) **Bíblia Sagrada - Barsa:** *“Moisés disse a*

*Deus: Visto isto, irei eu ter com os filhos de Israel, e lhes direi: O Deus de vossos pais me enviou a vós. Mas se eles me disserem: Que nome é o seu? Que lhes hei eu de dizer? Disse Deus a Moisés: **Eu sou aquele, que sou**. Eis aqui, prosseguiu Ele, o que tu hás de dizer aos filhos de Israel: **Aquele, que é, me enviou a vós**.” (Êxodo 3,13-14)*

b) **Bíblia de Jerusalém**: “Moisés disse a Deus: ‘Quando eu for aos israelitas e disser: ‘O Deus de vossos pais me enviou até vós’; e me perguntarem: ‘Qual é o seu nome?, que direi?’ Disse Deus a Moisés: **‘Eu sou aquele que é’**. Disse mais: ‘Assim dirás aos israelitas: **‘EU sou me enviou até vós’**.” (Êxodo 3,13-14)

Observa-se que o teor dos passos não são exatamente o mesmo.

Explica-nos os tradutores:

a) **Bíblia Sagrada - Barsa**:

Aquele que é: em hebraico YHVH, que deve se pronunciar Javé, ficou sendo o nome próprio de Deus que é o ser por excelência, eterno, independente, infinito, sem começo nem fim nem mudança alguma, a causa de todos os outros seres.
(¹⁶⁸)

b) **Bíblia Sagrada - Santuário:**

“Eu sou aquele que sou”: **explicação do nome próprio de Javé, do Deus de Israel, e que significa *Aquele que é por essência***. Está tomado da terceira pessoa do singular do verbo “ser” com sentido de “Ele é”. Falando de si mesmo, Deus diz: “Eu sou aquele que sou”, mas quem fala de Deus diz: “Ele é aquele que é”. O verbo ser é entendido no sentido existencial de “ser presente”. Segundo outros exegetas, parece que Deus não quis exprimir, com essas palavras, a essência divina. Ao contrário, à pergunta de Moisés, Deus parece recusar a dar a conhecer o seu nome: Ele é impenetrável, indefinível. ⁽¹⁶⁹⁾

c) **Bíblia Sagrada - Vozes:**

Aparentemente é uma “explicação” do nome de Deus de Israel, Javé (*Yahweh*), revelado a Moisés. Os judeus sempre evitaram pronunciar este nome, que substituem por *Adonay* (Senhor). ⁽¹⁷⁰⁾

Portanto, trata-se do nome de Deus: Yaweh.

Vamos fazer uma substituição para ver como fica o texto: “Yahweh me enviou a vós”, que faz todo o sentido. Agora, vamos fazer no texto de João; “Antes de Abraão existisse, Yahweh”, o que fica totalmente sem sentido, portanto, o “Eu sou” dever corresponder

ao verbo “ser”, no sentido de existir, ou seja, Jesus está dizendo que antes de Abraão existir ele já existia. Simples, não?

No Evangelho de João, encontramos várias outras passagens nas quais Jesus utiliza-se do “Eu sou”, seria o caso de ver se não é exatamente no sentido que estamos tomando para João 5,58:

João 6,48: “**Eu sou** o pão da vida.”

João 8,12: “[...] **Eu sou** a luz do mundo; [...].”

João 8,24: “[...] Vós sois de baixo, **eu sou** de cima; vós sois deste mundo, eu não sou deste mundo.”

João 10,9: “**Eu sou** a porta; se alguém entrar por mim, salvar-se-á, e entrará, e sairá, e achará pastagens.”

João 10,11: “**Eu sou** o bom pastor; o bom pastor dá a sua vida pelas ovelhas.”

João 11,25: “[...] **Eu sou** a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que morra, viverá.”

João 14,6: “[...] **Eu sou** o caminho, e [**Eu sou**] a verdade, e [**Eu sou**] a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim.”

João 15,1: “**Eu sou** a videira verdadeira, e meu Pai é o viticultor.”

Veremos dois passos bíblicos podem nos ajudar no entendimento sobre qual era o papel de Jesus para os autores de duas cartas constantes do N.T.; são eles:

2 Coríntios 4,3-4: “Mas, se ainda o nosso evangelho está encoberto, é naqueles que se perdem que está encoberto, nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é **a imagem de Deus.**”

Colossenses 1,15: “o qual é **imagem do Deus invisível**, o primogênito de toda a criação.”

Comparando-se Cristo como sendo a “imagem de Deus” ou “imagem do Deus invisível” fica claro que, para os autores destas cartas, Jesus não era Deus, pois uma imagem, embora reflita o real, trata-se tão somente de uma imitação. Caso o tomassem como a própria divindade, jamais poderia ser feita essa comparação; afirmariam categoricamente: “o qual é Deus”.

Em ***Zelota: a Vida e a Época de Jesus de Nazaré***, Reza Aslan, nos informa da concepção de Paulo, autor da segunda carta aos coríntios e, provavelmente, inspirador do autor da carta aos colossenses:

O Cristo de Paulo não é nem mesmo humano, embora tivesse assumido a semelhança de um ser humano (Filipenses 2:7). **Ele é um ser cósmico, que existia antes do tempo. Ele é a primeira das criações de Deus, por meio de quem se formou o resto da criação** (1 Coríntios 8:6). Ele é o Filho gerado por Deus, a descendência física de Deus (Romanos 8:3). Ele é o novo Adão, nascido não do pó, mas do céu. No entanto, enquanto o primeiro Adão foi feito alma vivente, “o último Adão”, como Paulo chama Cristo, tornou-se “um espírito vivificante” (1 Coríntios 15,45-47). **Cristo é, em suma, um novo ser abrangente. Mas ele não é único, é apenas o primeiro da sua espécie:** “O primogênito entre muitos irmãos” (Romanos 8:29). Todos os que creem em Cristo, como Paulo faz – os que aceitam os ensinamentos de Paulo sobre ele –, podem tornar-se um com ele, em uma união mística (1 Coríntios 6:17). Por meio de sua crença, seus corpos serão transformados no corpo glorioso de Cristo (Filipenses 3:20-21). **Eles vão se juntar a ele em espírito e repartirão sua semelhança, que, como Paulo lembra a seus seguidores, é a semelhança de Deus** (Romanos 8:29). Assim, como “herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo”, os crentes podem também tornar-se seres divinos

(Romanos 8:17). **Eles podem se tornar semelhantes a Cristo em sua morte (Felipenses 3:10), isto é, divinos e eternos**, com a responsabilidade de julgar ao lado dele toda a humanidade e também os anjos do céu (1 Coríntios 6:2-3). [...]. ⁽¹⁷¹⁾

Não vimos nada em que se possa apoiar para dizer que, para Paulo, Jesus seria Deus.

Um outro passo que, às vezes, também é apresentado como prova de que Jesus é Deus:

1 Timóteo 3,16: *“E, sem dúvida alguma, grande é o mistério da piedade: **Deus se manifestou em carne**, foi justificado no Espírito, visto dos anjos, pregado aos gentios, crido no mundo, recebido acima na glória.”*

Primeiramente, cumpre-nos ver estas informações de Bart D. Ehrman sobre 1 Timóteo 1 e 2 e Tito:

a) ***O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?:***

[...] Atualmente, os pesquisadores se mostram plenamente convencidos de que **1 Timóteo não foi escrita por Paulo**, mas por um de seus seguidores de segunda geração. ⁽¹⁷²⁾.

b) **Quem Jesus foi? Quem Jesus Não Foi?: Mais Revelações Inéditas Sobre as Contradições da Bíblia:**

[...] Há muitos anos é consenso entre estudiosos críticos na América do Norte, no Reino Unido e na Europa ocidental – as principais regiões de pesquisa bíblica – que **Paulo não escreveu esses livros.**
(¹⁷³)

Acrescentamos estes dois estudiosos:

1º) Ernest Renan (1823-1892), filósofo e historiador, em **Paulo - o 13º Apóstolo:**

Sobram as duas Epístolas a Timóteo e a Epístola a Tito. **Grandes obstáculos oferece a autenticidade destas três epístolas. Eu as considero como peças apócrifas.** Para o provar, poderia demonstrar que a linguagem destes três textos não é a de Paulo; poderia destacar uma quantidade de períodos e de expressões ou exclusivamente próprias ou particularmente utilizadas pelo autor que, sendo características, deveriam encontrar-se em proporção análoga nas outras epístolas de Paulo, o que não acontece. Além disso, faltam-lhes outras expressões que são como a assinatura de Paulo. [...]. (¹⁷⁴)

2º) Robin Lane Fox (1946-), escritor e professor de História Antiga, em **Bíblia: Verdade e Ficção:**

[...] **as duas epístolas a Timóteo** são postas sob suspeita pelo estilo, e são por fim desautorizadas por seu conteúdo e por sua localização (um bispo único; a falta de conhecimento de Timóteo e sua descrição descabida dos acontecimentos que o cercavam). **Seus autores foram muito ousados em sua falsificação.** [...]. ⁽¹⁷⁵⁾

Aqui, em 1 Timóteo 3,16, mais uma vez, encontramos-nos, diante de um texto bíblico cujos tradutores divergem quanto à sua tradução. A parte grifada desse passo, que se refere a Jesus, é encontrada, em várias bíblias, com o seguinte teor:

- a) **Deus** se manifestou em carne: SBTB.
- b) Com que **Deus** se manifestou em carne: Barsa.
- c) Que se manifestou na carne: Paulinas (1957, 1977 e 1980).
- d) Manifestado na carne: Ave-Maria e Santuário.
- e) Manifestou-se corporalmente: Bíblia do Peregrino.
- f) Ele se tornou um ser humano: SBB (NTLH).
- g) Ele foi manifestado na carne: Tradução do

Novo Mundo, Bíblia de Jerusalém (1987 e 2002),
TEB e Vozes.

h) *Ele se manifestou na carne*: Pastoral.

i) *Aquele que foi manifestado na (em) carne*:
Shedd, Mundo Cristão, SBB e Champlin.

j) *Ele se manifestou em forma humana*: N.T.
Loyola.

Observe, caro leitor, que das 20 transcrições, apenas duas (a e b) têm como referência Deus e não Jesus, o que demonstra claramente a intenção dos tradutores de deificar o Mestre de Nazaré, ainda que isso seja contrário ao teor dos textos.

Em ***O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?***, Ehrman, explica:

A passagem em questão, 1 Timóteo 3,16, fora usada durante muito tempo por defensores da teologia ortodoxa em apoio da visão segundo a qual o próprio Novo Testamento chama Jesus Deus. É que o texto, na maioria dos manuscritos, refere-se a Cristo como “Deus tornado manifesto na carne e justificado no Espírito”. Como já indiquei no capítulo 3 deste livro, a maioria dos manuscritos abreviava os nomes sagrados (os chamados *nomina sacra*), e esse é o caso justamente aqui,

onde o termo grego para Deus (ΘΕΟΣ é abreviado com duas letras, *teta* e *sigma* ΘΣ, com uma linha traçada no topo das duas para indicar que se trata de uma abreviatura). Wettstein percebeu, ao examinar o Códice Alexandrino, que a linha sobre as duas letras fora feita em uma tinta diferente da que fora usada para as palavras circundantes, de onde se depreende que provinha de uma *mão* tardia (isto é, traçado por um copista posterior). Além disso, o traço horizontal do meio da letra, Θ, não fazia realmente parte da letra, mas era uma linha que vazara desde o outro lado do velho velino. **Em outros termos, em vez de tratar de uma abreviatura (*teta-sigma*) de “Deus” (ΘΣ, a palavra era realmente formada por um ômicron e um sigma (ΟΣ), uma palavra completamente diferente que significa simplesmente “quem”. A redação original do manuscrito não falava, pois, de Cristo como “Deus manifestado na carne”, mas de Cristo “que foi manifestado na carne”. De acordo com o testemunho antigo do Códice Alexandrino, Cristo deixa de ser explicitamente chamado de Deus nessa passagem.** ⁽¹⁷⁶⁾

E um pouco mais adiante, Ehrman, volta a esse assunto, onde reforça o problema da abreviatura e completa:

[...] **Um copista tardio alterou a variante original, de modo que se deixou de ler “que” e se passou a ler “Deus” (tornado manifesto na carne). Em outros termos, esse revisor tardio**

mudou o texto de modo a enfatizar a divindade de Cristo. É chocante perceber que a mesma correção ocorreu em quatro dos nossos outros manuscritos primitivos de 1 Timóteo. **Todos eles encontraram revisores que mudaram o texto do mesmo modo, de modo que agora ele chama Jesus explicitamente de “Deus”.** Esse se tornou o texto da vasta maioria dos manuscritos bizantinos (isto é, medievais) posteriores – e por isso se tornou o texto da maioria das traduções antigas da Bíblia.

Contudo, nossos antigos e melhores manuscritos falam de Cristo “que” se tornou manifesto na carne, sem chamar Jesus, explicitamente, de Deus. A mudança que acabou imperando nos manuscritos medievais foi introduzida para enfatizar a divindade de Jesus num texto que, quanto a isso, era ambíguo. Para dizer o mínimo. Esse seria um exemplo de uma mudança antiadocionista, uma alteração textual feita em oposição à perspectiva segundo a qual Jesus era plenamente humano, mas não divino. ⁽¹⁷⁷⁾

Portanto, a passagem 1 Timóteo 3,16 é equivocadamente usada para sustentar a crença na Trindade; os afoitos, na grande maioria das vezes, não buscam se informar, ao encontrarem algo que lhes parece útil na defesa de que creem, se dão por satisfeitos, imediatamente o espalham.

Não podemos deixar de informar, conforme

prometido, que as epístolas atribuídas a Paulo, atualmente sofrem sérios questionamentos quanto a serem, realmente, de autoria dele, vejamos nestas três obras:

a) **A Bíblia Judaica e a Bíblia Cristã: Introdução à História da Bíblia:**

A redação de algumas cartas paulinas, a composição de alguns escritos pseudoepígrafos atribuídos a ele e a reunião de seu legado literário, **foram possivelmente obra da “escola paulina”**, um grupo de pessoas conhecedoras e admiradoras da figura e da obra do apóstolo. Esta **escola compilou as cartas autênticas e compôs outras “novas”**: Cl, Ef, 2Ts, 2Tm e Tt, publicando finalmente o corpo completo (Schenke). ⁽¹⁷⁸⁾

b) **Mentiras Fundamentais da Igreja Católica:**

[...] Os peritos em exegese bíblica, há mais de um século, não somente demonstraram que a Epístola aos Hebreus, as duas a Timóteo, a enviada a Tito, a segunda aos Tessalonicenses **não são de Paulo**, como, além disso, mantêm sérias dúvidas quanto à autoria pauliana da Epístola aos Colossenses e a dirigida aos Efésios. ⁽¹⁷⁹⁾

c) **Quem Escreveu a Bíblia?: Porque os Autores da Bíblia Não São Quem Pensamos Que São:**

[...] Há falsificações paulinas dentro do Novo Testamento? Mais uma vez há aqui um amplo consenso acadêmico. **Há 13 cartas cuja autoria é atribuída a Paulo, quase a metade dos livros do Novo Testamento. Mas é provável que seis delas não tenham sido escritas por ele.** Acadêmicos chamaram essas seis de epístolas “deuteropaulinas”, significando que têm uma posição “secundária” no corpo dos escritos de Paulo.

Quase todos os estudiosos concordam que sete das epístolas paulinas são autênticas: Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Filipenses, 1 Tessalonicenses e Filemom. Essas sete são coerentes e parecem, estilística e teologicamente, e em quase todas as outras características, ser da mesma pessoa. Todas são atribuídas a Paulo. Há poucos motivos para duvidar de que realmente foram escritas por ele.

As outras seis diferem significativamente desse núcleo de sete. Três delas – 1 e 2 Timóteo e Tito – são tão parecidas que a maioria dos acadêmicos está convencida de que foram escritas pela mesma pessoa. As outras três em geral são atribuídas a três autores diferentes. O consenso acadêmico é maior em relação ao primeiro grupo de três. [...]. ⁽¹⁸⁰⁾

As três cartas consideradas falsificações na visão de Bart D. Ehrman são: 2 Tessalonicenses, Efésios e Colossenses (¹⁸¹).

Esses dois pontos – o problema de tradução e as obras que não têm como autor aqueles aos quais são atribuídos os textos – encaixam-se muito bem naquilo que falamos a respeito de acreditarmos piamente no que os teólogos do passado defenderam como verdade. E, para reforçar isso, destacamos mais as seguintes situações:

a) admitir João como o autor do quarto Evangelho, mesmo sabendo que ele era homem “iletrado e inculto” (Atos 4,13) ter escrito em grego puro (¹⁸²), do que “[...] pode-se salientar o fato que o grego usado por João em muito ultrapassa o que se poderia esperar de um judeu galileu sem grande cultura. [...]” (¹⁸³)

b) em João 1,14 é dito que Jesus é “*unigênito*”, enquanto em Colossenses 1,15 já afirma ser “*primogênito*”, num evidente conflito, uma vez que ambas as situações não podem ser aplicadas simultaneamente a uma mesma pessoa.

c) aceitar o passo de João 10,30: *“Eu e o Pai somos um”* como se Jesus tivesse se declarando Deus, sem levar em conta o teor desta outra Sua fala: *“[...] porque o Pai é maior que eu”* (João 14,28) e que ele recomendou aos discípulos: *“[...] que sejam um, como nós somos um”* (João 17,22), o que não o eleva à categoria de Deus, mas evidencia o sentido figurado do versículo 10,30.

d) admitir que Elias tenha sido arrebatado fisicamente ao “céu” (2 Reis 2,11) mesmo que isso contrarie *“o espírito é que dá a vida, a carne não serve para nada”* (João 6,63) e *“a carne e o sangue não podem herdar o reino de Deus”* (1 Coríntios 15,50).

e) fazer vistas grossas às diversas falas de Jesus, nas quais se vê claramente que Ele não é Deus, entre elas a que afirma ter que anunciar a Boa Nova a outras cidades, pelo motivo de *“para isso é que eu fui enviado”* (Lucas 4,43), porquanto, se Jesus disse ter sido enviado, é porque ele não se considerava o próprio Deus.

f) não levar em conta que ao dizer *“Subo a meu*

Pai e vosso Pai; a meu Deus e Vosso Deus” (João 20,17) Jesus se iguala a nós e não a Deus.

g) não entender que a afirmação que “*[...] Jesus foi levado ao céu, e sentou-se à direita de Deus”* (Marcos 16,19) leva-nos à conclusão de que ele não pode estar sentado à sua própria direita, portanto, trata-se de uma individualidade diferente de Deus.

i) Considerando que Jesus disse “*[...] Pai, glorifica-me junto a ti, com a glória que eu tinha junto de ti antes que o mundo existisse”* (João 17,4-5), então somos forçados a considerar que ele foi criado em algum momento, já que antes da Terra existir já existiam milhares de outros planetas, portanto, ele não é eterno como sabemos que Deus é.

Muitos outros conflitos e contradições poderíamos apresentar aqui, mas tornaria extenso esse nosso texto e, também, fugiria do seu objetivo. Uma coisa é fato: “A verdade não é difícil de eliminar e uma mentira bem contada é imortal.” (Mark Twain)

Então, de nossa parte, ficamos convencidos de que o texto de João não se trata de afirmar que Jesus é Deus; porém, como muito bem disse Allan Kardec,

“A crença é um ato de entendimento que, por isso mesmo, não pode ser imposta.” (184), com o que plenamente concordamos.

É, novamente, em João que buscamos mais um apoio à tese de Jesus ser o próprio Deus, tomando-se:

João 10,30: *“Eu e o Pai somos um.”*

A conclusão a que chegaram, em função dessa frase pronunciada por Jesus, é que ele era o próprio Deus, quando, na verdade, não se referia a isso, mas, sim, à perfeita comunhão de pensamento entre a sua pessoa e Deus; mesmo porque, se ele, como sabemos, era o Verbo de Deus, não poderia ser diferente.

Será que quando o padre, ao realizar e abençoar o casamento, diz aos noivos “agora vocês dois são um só corpo”, apoiando-se em “o homem... se unirá à sua mulher, e os dois serão uma só carne” (Gênesis 2:24, Mateus 19:5 [= Marcos 10:8], 1 Coríntios 6:16 e Efésios 5:31), os dois nubentes passam a ser uma só pessoa a exemplo do entendimento que pretendem dar a essa passagem de João? Certamente que não, pois tanto as palavras

da passagem de João, quanto as palavras do rito nupcial, têm sentido apenas metafórico. E não venham com o surrado chavão “mistérios de Deus” para justificar a Trindade...”

Por outro lado, por qual motivo não usaram da mesma interpretação para o passo seguinte? Vejamos:

*João 17,20-26: “Eu não te peço só por estes, mas também por aqueles que vão acreditar em mim por causa da palavra deles, **para que todos sejam um**, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste. Eu mesmo dei a eles a glória que tu me deste, **para que eles sejam um**, como nós somos um. Eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade, e para que o mundo reconheça que tu me enviaste e que **os amaste, como amaste a mim**. Pai, aqueles que tu me deste, eu quero que eles estejam comigo onde eu estiver, para que eles contemplem a minha glória que tu me deste, pois me amaste antes da criação do mundo. Pai justo, o mundo não te reconheceu, mas eu te reconheci. Estes também reconheceram que tu me enviaste. E eu tornei o teu nome conhecido para eles. E continuarei a torná-lo conhecido,*

para que o amor com que me amaste esteja neles, e eu mesmo esteja neles.”

Deixamos de propósito todo o contexto para que seja cotejada com a passagem anterior, com base na qual argumentam que Jesus é Deus. Logo, por essa teríamos que admitir que os discípulos seriam deuses também, já que Jesus queria que fossem um com ele, tal e qual ele era um com o Pai.

Por outro lado, teremos que nos considerar como sendo Cristo pelo teor deste passo: “[...] *aquele que se une ao Senhor, **forma com ele um só espírito***”. (1 Coríntios 6,17)

Leiamos a opinião de Huberto Rohden, em ***Que Vos Parece do Cristo?***, na qual está inserida essa passagem do “eu e o pai somos um”:

É o Cristo a Segunda Pessoa da Trindade?

Em Deus não há pessoa, nem uma, nem duas, nem três pessoas.

A ideia de pessoa *persona* é invólucro, máscara, que compete somente às criaturas.

No princípio do quarto século, sob os auspícios do imperador romano Constantino Magno, tiveram os cristãos perseguidos a permissão de sair das

catácumbas, onde viviam como adeptos de uma religião proibida. Com o despontar da liberdade começaram os cristãos a organizar-se e a analisar intelectualmente a sua grande experiência intuitiva.

A filosofia cristã era o neoplatonismo, com sede em Alexandria.

Mas as escolas neoplatônicas foram fechadas por ordem do imperador, porque esta filosofia, essencialmente intuitivo-mística, não favorecia a constituição de uma poderosa hierarquia eclesiástica que unificasse as dezenas de igrejas cristãs, que se digladiavam.

O platonismo intuitivo foi sucedido pelo aristotelismo analítico, que desde então presidiu à formação da hierarquia e deu cunho à teologia eclesiástica, até atingir a sua culminância no século treze, pelo prestígio de Tomás de Aquino.

Nesses séculos aristotélicos elaborou-se a ideia de um Deus uno em sua natureza e trino nas personalidades. Tomás de Aquino, em consequência de uma visão ou experiência mística, revogou toda a sua teologia analítica, declarando que tudo não passava de “palha”.

Mas as doutrinas aristotélico-tomistas continuam até hoje como teologia oficial da Igreja.

Sendo a Divindade a própria Realidade ou Essência, nenhuma distinção de personalidade tem cabimento. A teologia, porém, não admite esse *monismo impersonal*, mas organizou um *monoteísmo personal*, dando personalidade a Deus e distinguindo nele três pessoas.

O monoteísmo personalista é incompatível com a

mensagem do Cristo – “Eu e o Pai somos um, o Pai está em mim, e eu estou no Pai... o Pai também está em vós e vós estais no Pai”.

A visão de Jesus é inteiramente monista, e não monoteísta; para ele, há uma única Essência, que ele chama Pai, a qual se manifesta em muitas existências, ou criaturas. Depois de afirmar “Eu e o Pai somos um”, acrescenta ele “mas o Pai é maior do que eu”, como se dissesse: Eu, o Cristo, estou na Divindade mas não sou a Divindade; a Divindade é infinitamente maior do que eu. Ou então, em terminologia filosófica: Eu, a existência individual, sou uma manifestação da Essência Universal, que é maior que qualquer existência; vós também, meus discípulos, sois existências individuais, manifestações da Essência única da Divindade.

A manifestação individual da Divindade Universal é por ele chamada Deus. Quando foi acusado de se dizer Deus, não o negou, e acrescentou que também os homens eram Deus, isto é, manifestações individuais da Divindade Universal: “Vós também sois deuses”.

Quando o Cristo se diz Deus, afirma ele que é uma manifestação individual da Divindade, mas não faz de si uma parcela ou pessoa da Divindade, como não faz dos homens parcelas ou pessoas da Divindade. Nenhuma criatura é parcela ou centelha da Divindade, como querem os poetas; se a Divindade se parcelasse, ela se diminuiria na razão direta do seu parcelamento.

As criaturas são apenas manifestações da Divindade, ou existencializações múltiplas da Essência una e única.

O Universo é o melhor símbolo da Essência única (Uno) manifestado em existências várias (Verso).

Podemos simbolizar a Divindade por um pensador, e as criaturas como seus pensamentos. O pensamento é uma manifestação parcial do pensador, mas não pode ser considerado como uma parcela componente e destacada do pensador.

Quando a Infinita qualidade se manifesta em quantidades finitas, a qualidade não se parcela, não se divide, mas, continuando íntegra e imutável, manifesta externamente a sua realidade interna.

O Cristo não é a segunda pessoa da Trindade – assim como o Espírito Santo não é a terceira pessoa – como constitutivos da própria Divindade, que não é composta, mas infinitamente simples.

A doutrina de um Deus Trino, nascida no princípio da teologia eclesiástica, é uma prova frisante de que a Divindade não pode ser analisada, porque toda a análise supõe decomposição de um composto. A própria palavra grega *analysis* quer dizer dissolução. Quem analisa Deus é ateu.

A suprema Divindade só pode ser conhecida por intuição, experiência ou vivência íntima. Tudo que se pode analisar, pensar, falar, é finito. O Infinito não é analisável, pensável, dizível.

A certeza de Deus não vem da análise, do pensamento – a certeza de Deus acontece ao homem quando ele se torna interiormente aberto e receptivo para receber a revelação do Infinito. “Quando o discípulo está pronto, então o Mestre

aparece”.

Desde o princípio do quarto século até o século 20 foi a Igreja dominada pelo aristotelismo analítico, sobretudo de Tomás de Aquino; ultimamente há uma crescente prevalência do neoplatonismo intuitivo, que, como dissemos, era a filosofia dos luminares do cristianismo nos primeiros séculos.

A filosofia oriental também admite três pessoas na Divindade suprema de Brahman, a saber: Brahma, Vishnu e Shiva. Mas essas três pessoas não são indivíduos, e sim funções da Divindade, que se revela como Brahma, o Creador; como Vishnu o Continuidor; e como Shiva, o Consumador.

Neste mesmo sentido monista, podem ser aceitas três pessoas como funções da Divindade: a Essência Una se manifesta incessantemente como existência iniciadora, continuadora e consumadora.

O monoteísmo teológico se está aproximando cada vez mais do monismo filosófico; já admite, além da Divindade transcendente, o Deus imanente. Monismo não é panteísmo (tudo é Deus), mas pode ser chamado Panenteísmo (tudo em Deus). Como também admite Teilhard de Chardin: unidade da Essência na diversidade das existências; a Divindade transcendente é incognoscível; revelada como o Deus imanente, é cognoscível.

O Cristo, segundo o Evangelho, é a primeira e mais alta emanção da Divindade, o “Unigênito do Pai”, segundo João; o “Primogênito de todas as criaturas”, segundo Paulo de Tarso.

O Cristo é Deus, mas não é a Divindade. ⁽¹⁸⁵⁾

(itálico do original)

Transcrevemos de ***As Várias Faces de Cristo*** algumas manifestações de Geza Vermes, sobre João, por serem bem oportunas à nossa pesquisa:

João, ao mesmo tempo que tenta elevar Jesus a alturas eternas, não é todavia completamente coerente. Muitas vezes deixa ver que a unidade de Jesus com o Pai não equivale a uma estrita igualdade. O Pai está acima do Filho. O Pai envia o Filho; o Filho não envia o Pai. O Filho nada pode por si mesmo, mas apenas imitar as ações do Pai (5:19). A doutrina do filho não é divulgada com base na sua própria autoridade, mas vem do Pai (7:16). **Tudo sugere um *status* inferior.** Pelo menos numa ocasião a inferioridade do Filho é expressamente admitida, quando Jesus declara que “o Pai é maior do que eu” (14:28). **Com esta afirmação cabal da preeminência do Pai contradizendo todas as metáforas que sugerem igualdade, João criou um problema doutrinário cuja resolução manteve a igreja, os concílios, os bispos e os teólogos muito ocupados para vários séculos.** ⁽¹⁸⁶⁾

A grande inovação doutrinal de João, que causaria um profundo impacto no dogma cristão posterior, consistiu em atribuir um *status* pessoal ao Espírito Santo. Para esclarecer esta noção, deve-se explicar que, na Bíblia, o espírito de santidade, ou espírito santo, simboliza o poder através do qual Deus atua no mundo. Por

exemplo, o espírito de profecia inspira os profetas, o espírito de pureza purifica os impuros, e assim por diante. No Novo Testamento, igualmente, é através do espírito santo que Deus faz Maria conceber Jesus milagrosamente (Lc 1:35). Jesus fala de batizar com fogo e com o espírito santo (Mt 3:11). O mesmo espírito santo capacita os apóstolos a conversarem em outras línguas no primeiro dia de Pentecostes (At 2:4). ⁽¹⁸⁷⁾

Com essa última fala fica totalmente derrubada a tese de que o Espírito Santo seja uma “pessoa”, conseqüentemente, cai por terra a crença na Trindade.

Alguns defensores da Trindade ainda citam uma outra passagem, que se encontra na primeira carta de João:

1 João 5,7-8: *“Porque três são os que dão testemunho: o Espírito, e a água, e o sangue; e estes três concordam.”*

Esse passo é problemático porque há uma outra versão para ele. Os tradutores da **Bíblia de Jerusalém**, explicam-nos:

O texto dos vv. 7-8 é acrescido na Vulg. De um

inciso (aqui abaixo entre parênteses) **ausente dos antigos mss gregos, das antigas versões e dos melhores mss da Vulg.**, o qual parece ser uma glosa marginal introduzida posteriormente no texto: “Porque há três que testemunham (no céu: o Pai, o Verbo e o Espírito Santo, e esses três são um só; e há três que testemunham na terra); o Espírito, a água e o sangue, e esses três são um só”. ⁽¹⁸⁸⁾

Corroboramos isso com o jornalista Paul Johnson (1928-2023), católico conservador, um destacado crítico da modernidade, que em sua obra ***História do Cristianismo***, assim argumenta:

[...] **Erasmus**, como erudito e crítico de textos, havia aprendido a suspeitar da teologia, cujas conclusões dogmáticas não raro baseavam-se, como ele descobrira, em leituras imperfeitas do texto. (Essa desconfiança era recíproca e violenta por parte dos teólogos, que se opunham de forma obstinada ao direito dos eruditos de se pronunciarem sobre problemas “teológicos” e se agarravam furiosamente a seus textos antigos, por mais corrompidos que fossem). **Em suas próprias investigações, ele se vira obrigado a eliminar o célebre versículo trinitário de 1 João 5,7** ⁽¹⁸⁹⁾, já que não se encontrava no manuscrito grego. [...]. ⁽¹⁹⁰⁾

Um outro estudioso que também fala disso é

Bart D. Ehrman, que, em ***O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?***, afirma:

Havia, contudo, uma passagem-chave das Escrituras que os manuscritos-fonte de Erasmo não continham: trata-se do relato de **1 João 5,7-8**, que os pesquisadores chamaram de o parêntese joanino, encontrado nos manuscritos da Vulgata latina, mas não na vasta maioria dos manuscritos gregos, uma passagem que **foi, por muito tempo, a predileta entre os teólogos cristãos, dado que é a única passagem na Bíblia inteira que delineia explicitamente a doutrina da Trindade, segundo a qual há três pessoas na divindade, com todas as três constituindo um só Deus**. Na Vulgata, a passagem é lida assim:

Há três que conduzem o testemunho nos céus: o Pai, o Verbo e o Espírito e esses três são um; e há três que conduzem o testemunho na terra, o Espírito, a água e o sangue, e esses três são um.

Trata-se de uma passagem misteriosa, mas inequívoca em seu apoio aos ensinamentos tradicionais da igreja sobre o “Deus trino que é um”. Sem esse versículo, a doutrina da Trindade deve ser inferida de uma série de passagens combinadas para mostrar que Cristo é Deus, assim como o Espírito e o Pai, e que há, não obstante, um só Deus. Essa passagem, por seu turno, afirma a doutrina direta e sucintamente.

Mas Erasmo não a achou em seus manuscritos gregos, nos quais simplesmente se lê: “Pois há três que dão testemunho: o Espírito,

a água e o sangue, e esses três são um”. Para onde foram “o Pai, o Verbo e o Espírito”? Eles não figuravam no manuscrito primário de Erasmo, nem em nenhum dos demais que ele consultou. Por isso, naturalmente, ele os deixou de fora de sua primeira edição do texto grego.

Foi isso, mais do que qualquer outra coisa, que tirou do sério os teólogos de seu tempo, que **acusaram Erasmo de adulterar o texto, numa tentativa de eliminar a doutrina da Trindade e de desvalorizar o seu corolário, a doutrina da divindade plena de Cristo**. Particularmente Stunica, um dos editores-chefes da Poliglota Complutense, veio a público desacreditar Erasmo e insistir em que, em edições futuras, ele restituísse o versículo a seu lugar correto.

Com o desenrolar dos fatos, Erasmo – provavelmente em um momento de descuido – concordou em inserir o versículo em uma futura edição de seu Novo Testamento grego, sob uma condição: que seus adversários produzissem um manuscrito *grego* no qual o verso pudesse ser encontrado (achá-lo nos manuscritos latinos não era o bastante). Dessa forma, produziu-se um manuscrito grego. Na realidade, ele foi produzido nessa ocasião. Parece que alguém copiou o texto grego das epístolas e, quando chegou à passagem em questão, traduziu o texto latino para **o grego, dando o parêntese joanino em sua forma teologicamente aproveitável, familiar. O manuscrito providenciado para Erasmo era, em outras palavras, uma produção do século XVI, feita sob encomenda**.

Não obstante suas apreensões, Erasmo manteve a palavra e incluiu o parêntese joanino na próxima e em todas as edições de seu Novo Testamento grego a partir de então. Tais edições, como já ressaltar, tornaram-se a base para as edições do Novo Testamento grego que eram, à época, reproduzidas de tempos em tempos segundo as preferências de Stephanus, Beza e dos Elzevirs. Essas edições estabeleceram a forma do texto que os tradutores da Bíblia King James por fim usaram. **E passagens tão familiares aos leitores da Bíblia – da King James, de 1622 em diante, até as modernas edições do século XX – incluem a mulher flagrada em adultério, os últimos doze versículos de Marcos e o parêntese joanino, mesmo que nenhuma delas possa ser encontrada nos manuscritos superiores e mais antigos do Novo Testamento grego.** Elas entraram na corrente de consciência dos leitores da Bíblia por mero acaso da história, por causa dos manuscritos a que Erasmo por acaso teve acesso e em um que foi feito sob encomenda para ele.

As várias edições gregas dos séculos XVI e XVII eram tão semelhantes que, por fim, os impressores começaram a afirmar que elas eram o texto universalmente aceito por todos os pesquisadores e leitores do Novo Testamento grego – e realmente eram, dado que não havia discordância! A mais citada constatação encontra-se em uma edição produzida em 1633 por Abraão e Boaventura Elzevir (que eram tio e sobrinho), na qual eles dizem a seus leitores, em termos que desde então se tornaram célebres entre pesquisadores, que “você agora têm o texto que é aceito por todos, no qual nada

alteramos nem corrompemos”. O fraseado desta afirmação, especialmente as palavras “texto que é aceito por todos”, gerou a expressão comum *Textus Receptus* (abreviadamente TR), usada pela crítica textual para se referir à forma do texto grego baseada, não nos manuscritos mais antigos e melhores, mas na forma do texto originalmente publicado por Erasmo e difundido pelos impressores durante mais de trezentos anos, enquanto os pesquisadores do texto bíblico não começassem a insistir em que o Novo Testamento grego devia ser estabelecido a partir de princípios científicos baseados em nossos mais antigos e melhores manuscritos, não simplesmente reimpresso segundo o costume. Foi a forma textual inferior do *Textus Receptus* que se tornou a base das traduções inglesas mais antigas, incluindo a Bíblia King James e outras edições até quase o final do século XIX. ⁽¹⁹¹⁾ (itálico do original)

Vemos, portanto, confirmado que a passagem 1 João 5,7-8 aparece em algumas traduções da Bíblia com a versão criada para justificar a Trindade, o que ainda podemos corroborar com Champlin, que, em **O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo - Vol. 4**, disse: “A adição 'trinitária' não tem nenhuma autoridade, conforme concordam todos os críticos textuais” ⁽¹⁹²⁾. E, um pouco mais à frente, ele afirma:

É verdade, naturalmente, que o termo “trindade” não se acha no N.T., e nem em qualquer documento há qualquer definição clara de “trindade”. **Rejeitamos enfaticamente a genuinidade do trecho de I João 5:7a, 8b**, conforme o mostram as notas expositivas acima, **em favor de cuja rejeição há evidências irresistíveis**. [...]. ⁽¹⁹³⁾

O que percebemos até aqui é que aos trinitaristas somente interessam as passagens que parecem sustentar aquilo que creem, nada falam ou explicam de muitas outras que entram em choque com elas. É o que veremos na sequência.

Mas antes disso, vamos aplicar um pouquinho de matemática elementar, para ver se há lógica nessa crença:

1ª) Jó 33,12: *“Nisso eu digo que você não tem razão, pois Deus é maior do que o homem.”*

Então: Deus > os homens

2ª) João 14,28: *“[...] pois o Pai é maior do que eu.”*

Então: Deus > Jesus

3ª) Mateus 1,18: *“A origem de Jesus, o Messias, foi assim: [...].”*

Mateus 16,15-20: *“Então Jesus perguntou-lhes: 'E vocês, quem dizem que eu sou?' Simão Pedro respondeu: 'Tu és o Messias, o Filho do Deus vivo'. [...] Jesus, então, ordenou aos discípulos que não dissessem a ninguém que ele era o Messias.”*

Então: Deus † Jesus

4ª) João 10,30: *“O Pai e eu somos um.”*

Então: Deus = Jesus † Espírito Santo

5ª) João 17,22: *“Eu mesmo dei a eles a glória que tu me deste, para que eles sejam um, como nós somos um.”*

1 Coríntios 6,17: *“[...] aquele que se une ao Senhor, forma com ele um só espírito.”*

Gálatas 3,28: *“Não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo.”*

Então: Deus = Jesus = aos homens

6ª) Mateus 12,32: *“Quem disser alguma coisa contra o Filho do Homem, será perdoado. Mas quem disser algo contra o Espírito Santo, nunca será perdoado, nem neste mundo, nem no mundo que há de vir.”*

Então: Espírito Santo > Jesus

7ª) João 14,12: "[...] quem acredita em mim, fará as obras que eu faço, e fará maiores do que estas, [...]."

João 20,17: "[...] subo para meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus."

Então: Jesus = aos homens

8ª) Gálatas 3,20: "[...] Deus é um só."

Eféσιο 4,6: "Há um só Deus e Pai de todos, que está acima de todos, que age por meio de todos e está presente em todos."

Então: Deus † Pai + Filho + Espírito Santo

Obviamente não dá para conciliar todas essas representações, apresentadas por nós, com a crença da Trindade, porquanto, haverá vários conflitos entre elas.

Além disso, há que se manter todos os seus três integrantes num mesmo nível, pois "em Deus não há distinção a não ser onde haja oposição relativa" (194), portanto, "[...] o mesmo sujeito jamais será, simultaneamente e sob o mesmo ponto de vista, Absoluto e relativo, pois esses predicados se excluem mutuamente" (195), conforme argumenta o Prof. Felipe Aquino (1949-), numa outra situação bem

semelhante, que, aplicando ao nosso caso, diríamos: “[...] o mesmo sujeito jamais será, simultaneamente e sob o mesmo ponto de vista, Superior e subordinado, pois esses predicados se excluem mutuamente.”

A desigualdade entre as três pessoas que compõem a Trindade cristã, embora seja uma coisa evidente, podemos corroborá-la com uma explicação de José Pinheiro de Souza que, em **Mitos Cristãos - Desafios Para o Diálogo Religioso**, disse o seguinte:

Proclamar que as três pessoas da Trindade Cristã são iguais é um erro, uma vez que a própria Bíblia cristã expressa uma aberta inferioridade e subordinação do Filho em relação ao Pai, bem como do Espírito Santo em relação ao Filho: inferioridade no SABER, no PODER e no SER (Cf. GRIESE, p. 23-24):

1) **INFERIORIDADE NO SABER:** “Daquele dia e daquela hora ninguém sabe, nem mesmo os anjos do céu, nem tampouco o Filho, mas somente o Pai” (Mt 24,38; Mc 13,32).

2) **INFERIORIDADE NO PODER:** “O poder de sentar-se à minha direita ou à minha esquerda não é de minha competência, mas somente de meu Pai” (Mt 20,23). “Eu não posso fazer nada por mim mesmo” (Jo 5,30). “Desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, mas para fazer a vontade daquele que me enviou” (Jo

6,38).

3) **INFERIORIDADE NO SER**: “O Pai é maior do que eu” (Jo 14,28). Em vários outros trechos do mesmo Evangelho de João, ele mostra que Jesus não era Deus, mas um “enviado de Deus” (Jo 4,34; 5,24; 6,44; 7,29; 8,26; 12,45; 17,3) e é claro que um enviado é sempre inferior àquele que o enviou. Jesus também teria afirmado: “Subirei ao meu Pai e ao vosso Pai, ao meu Deus e ao vosso Deus” (Jo 20,17); e também teria dito: “Eu rogarei ao Pai” (Jo 14,16 e 16,26) e o que roga é obviamente inferior ao rogado.

A Bíblia também confirma literalmente a **inferioridade do Espírito Santo em relação ao Filho**, uma vez que o Espírito Santo foi enviado pelo Filho, e todo enviado é logicamente inferior ao que o enviou, como podemos comprovar na seguinte passagem bíblica:

Tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora; quando vier, porém, o Espírito de Verdade [o Espírito Santo], ele vos guiará a toda verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido e vos anunciará as coisas que hão de vir. Ele me glorificará porque há de receber do que é meu e vo-lo há de anunciar (Jo 16, 12-14).

Essa passagem bíblica se refere ao **Espírito Consolador** (o **Paráclito**) que Jesus supostamente prometeu nos enviar, interpretado pelos cristãos ortodoxos como sendo o próprio Espírito Santo da Santíssima Trindade. Mas, como pode o Espírito Santo ser Deus, Terceira Pessoa da Trindade, se ele é inferior ao Filho, Segunda Pessoa da mesma Trindade? ⁽¹⁹⁶⁾ (grifo do original)

Por outro lado, a própria origem da crença no Espírito Santo, poderia estar no mitraísmo, conforme explicação de J. J. Van Der Leeuw, em **A Dramática História da Fé Cristã**:

Numa antiga liturgia mitraica, o candidato diz: “Deixai-me, ainda que agora retido por minha natureza inferior, renascer na imortalidade – **para que renasça mentalmente, seja iniciado e o Espírito Santo respire sobre mim!**” (197)

Torna-se difícil aceitar Jesus como sendo Deus, diante desta sua afirmativa: “Um certo homem de posição perguntou-lhe, dizendo: *'Bom Mestre, o que devo fazer para alcançar a vida eterna?'* Jesus lhe respondeu: *'Por que me chamas de bom? **Ninguém é bom senão Deus**.'*” (Lucas 18,18-19) Mais uma prova incontestável de que Jesus não se considerava como sendo o próprio Deus; aliás, se o fizesse certamente, pelo costume da época, seria apedrejado. O máximo que sabemos é que o acusavam de blasfemar por dizer que era “filho de Deus” (João 10,36).

Vejamos como Jesus a si definia:

Mateus 13,57: *“E ficaram escandalizados por causa de Jesus. Mas Jesus disse: ‘**Um profeta** só não é estimado em sua própria pátria e em sua família’.”*

Marcos 6,4-5: *“Jesus, porém, lhes dizia: ‘**Um profeta** só é desprezado em sua terra, entre seus parentes e em sua própria casa’. E ali não pode fazer nenhum milagre.”*

Lucas 13,33: *“É necessário, entretanto, que caminhe hoje, amanhã e depois de amanhã porque não é admissível que um **profeta** morra fora de Jerusalém.”*

João 8,40: *“Eis que agora procurais tirar-me a vida, a **um homem** que vos tem falado a verdade, que ouviu de Deus.”*

Portanto, ele próprio se declarava um profeta ou um homem. Aliás, a expressão “filho do homem” é utilizada por ele a mancheias (Mateus 29 vezes, Marcos 13 vezes, Lucas 26 vezes e João 12 vezes). Vejamos o significado dela nestas três obras:

1ª) **Bíblia Sagrada - Vozes:**

A expressão bíblica significa muitas vezes simplesmente “homem”, “criatura pequena, frágil” (Sl 8,5; Is 51,12; Jó 25,6). Em Ezequiel o profeta é chamado pelo Senhor de “filho do homem”, para

acentuar a distância entre Deus e o homem (cf. Ez 2,1). Em Daniel a expressão indica os israelitas (cf. Dn 7,13), “os santos do Altíssimo” (7,18s). Para afastar as falsas esperanças de um messianismo político, Jesus aplicou esta expressão a si mesmo. Deste modo sublinhava ao mesmo tempo sua fragilidade humana, enquanto Servo Sofredor (Mc 8,31; 10,45; Is 53,10) e sua grandeza sobrenatural e gloriosa (Mc 8,38; 12,36; 14,62). Após a ressurreição a expressão “filho do Homem” foi entendida em sentido messiânico (At 7,56; Ap 1,3) ⁽¹⁹⁸⁾.

2ª) **Dicionário Barsa:**

Expressão para designar, provavelmente, um ser humano, um nascido de mulher. Daniel a empregou para indicar que o Rei Messias e vencedor das feras (reis temporais deste mundo) é realmente um ser humano de nossa raça (Dan 7,13). Na literatura apócrifa, de caráter apocalíptico, do Antigo Testamento, este título se tornou específico do *Rei que há de vir* e sobretudo, no Novo Testamento, o próprio Jesus Cristo fez dele o nome mais usado para designar o Messias; empregou-o 80 vezes (Mt 8,20; Mc 8,31; Lc 19,10). Aparece com referência a ele nos Atos 7,55 e no Apocalipse 1,13; 14,14. A frase é empregada em seu sentido óbvio, de simples homem ou de homem como tal em Num 23,19; Is 56,2; Sl 79,18 e em frases como *filho do homem* ou *filho de um profeta* em Daniel e Ezequiel. ⁽¹⁹⁹⁾

3ª) **O Novo Testamento Interpretado** **Versículo Por Versículo - Vol. 1:**

“*Filho do homem*”. Expressão hebraica que significa, principalmente, uma posição humilde, depravação, ou ausência de privilégios especiais. Por cerca de oitenta vezes essa expressão é usada para indicar Jesus, e não é usada com referência a algum profeta por vir, como alguns supõem. Mt. 16,13-15 mostra que embora Jesus tivesse falado na terceira pessoa, o termo se refere a ele mesmo. Essa expressão pode conter dois sentidos principais: 1. Apresentação de Jesus como ser humano típico, isto é, representante da raça humana. Esse é o significado comum dos termos que contêm a expressão “filho de”. 2. Identificação que Jesus fez de si mesmo com a personagem profética de Dan. 7:13,14. Isso fica claro em I Crô. 16,13-17. Tudo indica que Jesus usou esse termo com ambos os sentidos. Sua missão usualmente é implícita, incluindo até a sua missão futura, ambas em um segundo advento (Mat. 10:23), e como juiz universal (João 5:22-27). Neste versículo, a ênfase recai sobre a ideia de sua posição humilde, como homem, ideia de aviltamento. ⁽²⁰⁰⁾

Assim, percebemos que a expressão “filho do homem” não designa uma divindade, como a princípio poderia parecer aos que insistem na crença da Trindade. Trata-se mesmo de um ser humano, que, no máximo, assumirá a função de Messias.

Aliás, seria conveniente que abrissemos um parêntese aqui para falar um pouco sobre isso. Vejamos o artigo ***Jesus Antes do Cristo***, publicado na revista *Aventura na História*, de autoria de Rodrigo Cavalcante:

Os outros messias

Os líderes religiosos judeus que não emplacaram na história

Na época de Jesus, a figura do messias esperado para libertar o povo judeu era muito diferente da nossa atual concepção do messias cristão. **Para início de conversa, o messias do povo hebreu não precisava ser nenhum santo. Podia ter várias mulheres** (como tivera o rei Davi) e **devia empregar a violência**, caso fosse necessário, para garantir a autonomia do povo hebreu frente a seus inimigos. Não é à toa que, **décadas antes e depois da morte de Jesus, diversos outros homens identificados como messias lideraram movimentos religiosos na região**. Por volta do ano 4 a.C., por exemplo, um homem conhecido como Judas, filho de Ezequias, liderou uma revolta contra Herodes na cidade de Séforis, na Galileia. Judas e seus seguidores chegaram a invadir um palacete na cidade para roubar armas para seu exército de oposição aos romanos. No mesmo ano, outras revoltas foram desencadeadas pelos líderes messiânicos Simão e Astronges. O principal objetivo desses movimentos era derrubar a dominação romana e restaurar os

ideais tradicionais do povo hebreu. Na década de 60 do século I, o líder Simão Bar Giora organizou um exército de camponeses que chegou a assumir o controle de diversas regiões da Palestina daquele século. **De acordo com os historiadores, o último e mais famoso líder messiânico a comandar uma revolta contra os romanos na região foi o judeu Bar Kokeba. Entre os anos 132 e 135**, Kokeba teria liderado uma batalha sem precedentes contra os romanos, conquistando territórios por meio de uma tática de guerrilha que incluía esconderijos em cavernas e construção de fortalezas em montanhas. A rebelião somente foi aniquilada depois que o poderoso Exército romano mobilizou uma força maciça para pôr fim à guerra que se arrastava pelo terceiro ano. Não deixa de ser emblemático o fato de que o pacífico Jesus de Nazaré tenha ficado para a história como o “verdadeiro messias” – logo ele, que nunca liderara um exército. ⁽²⁰¹⁾

Desse modo, nem pelo fato de se atribuir a ele a função de Messias não serve de base para torná-lo um elemento da Trindade, caso ela existisse. Na obra ***A Bíblia Estava Certa: Novas Luzes Sobre o Novo Testamento***, o autor Hugh J. Schonfield (1901-1988), estudioso da Bíblia especializado no Novo Testamento, explica:

No tempo em que apareceu Jesus, andavam os judeus esperando um Messias; e, segundo se

afirma em geral, tal expectativa **girava em torno da figura de um rei judeu, por intermédio do qual iria ser restaurada a independência nacional** e seria Israel levado a triunfar sobre o gentio e a tornar-se a potência mundial dominante.

Ora, os judeus aguardavam um Messias. Está certo. Mas, - que era um Messias?

Mediante **a palavra hebraica mashiah** entramos em contato, primeiramente, não com um título honorífico ou cargo, mas **tão-somente, com uma venerável praxe nacional, a cerimônia da unção com óleos; porquanto Messias quer dizer – O Que Foi Ungido**. E, fosse, o seu uso feito em caráter religioso, ou simplesmente secular, ungir era um ato de alegria, jubilosa elevação do espírito, da mesma forma como a ação contrária de esparzir cinzas, ou pó, sobre a cabeça, era sinal de luto e mortificação. Ambas as inferências, - secular e religiosa, - da ação de ungir com óleos iam implícitas e conjuntas na **cerimônia de se investirem os reis na sua dignidade real, e os sacerdotes, na sua autoridade espiritual.** ⁽²⁰²⁾

Percebe-se que a ideia da vinda de um Messias era algo normal aos judeus; portanto, não se trata de uma pessoa com caracteres de um ser divino baixando à Terra.

Voltando ao nosso assunto; mas, o que os discípulos pensavam dele? Analisemos:

Lucas 24,19: “Perguntou-lhes ele: 'O que foi?'
Disseram: 'A respeito de **Jesus de Nazaré. Era profeta** poderoso em obras e palavras diante de Deus e de todo o povo'.”

Atos 2,22: “Israelitas, escutai estas palavras: **Jesus de Nazaré, homem** de quem Deus deu testemunho diante de vós com milagres, prodígios e sinais, que Deus por ele realizou, como vós mesmos o sabeis.” (Pedro)

1 Timóteo 2,5: “Porque um é Deus, um também é o mediador entre Deus e os homens, **um homem: Cristo Jesus.**”

Certamente que, pelo que estamos vendo, não o colocavam como Deus e nem numa situação acima de nós, seres humanos, mas na condição de um igual.

Seria importante que também fossemos ver como o povo via Jesus. Leiamos:

Mateus 21,11: “E a multidão respondia: 'É o profeta Jesus, de Nazaré da Galileia'.”

Mateus 21,45-46: “E ouvindo-lhe as parábolas, os sumos sacerdotes e os fariseus entenderam que falava deles e queriam agarrá-lo mas tinham medo da multidão que o tinha como **profeta.**”

Lucas 7,16: “O medo se apoderou de todos e glorificavam a Deus, dizendo: 'Um grande profeta surgiu entre nós'; e: 'Deus visitou seu povo'.”

João 9,17: “*E havia divisão entre eles. Perguntaram outra vez ao que tinha sido cego: 'O que você diz do homem que abriu seus olhos?' Ele respondeu: 'É um profeta'.*”

Não há nesses passos nenhuma afirmação de que Jesus seja Deus, mas, apenas, um profeta, o que, para eles, significava, tão somente, ser um homem revestido de uma missão divina.

E é bom lembrar que Jesus afirmou: “Vos sois Deuses.” (João 10, 34) e “*Em verdade, em verdade vos digo: quem crê em mim, também fará as obras que faço. E fará maiores ainda do que essas, porque eu vou para o Pai.*” (João 14, 12). Se formos seguir a mesma linha de raciocínio que seguem, poderemos afirmar que também somos deuses.

É muito interessante, quando, em nossos variados estudos, nos deparamos com situações em que há divergência entre as correntes religiosas na questão da tradução dos textos bíblicos. Como

exemplo, vejamos o que consta em Paulo no passo Romanos 9,5, da forma que se encontra na *Bíblia Católica* (Ed. Vozes) e na *Bíblia Anotada* (Ed. Mundo Cristão), respectivamente:

Ed. Vozes: “[...] deles são os patriarcas e deles é o Cristo segundo a carne. O Deus que está acima de tudo seja bendito pelos séculos! Amém.”

Ed. Mundo Cristão: “[...] deles são os patriarcas e também deles descende o Cristo, segundo a carne, o qual é sobre todos, Deus bendito para todo o sempre. Amém.”

Observe bem, caro leitor, que o sentido ficou todo alterado; em uma, Paulo apenas louvava a Deus (Ed. Vozes), enquanto que na outra (Ed. Mundo Cristão) têm-se a impressão que, ao citar Deus, estaria se referindo a Jesus. Veja como uma simples alteração na pontuação pode mudar todo o sentido; não é mesmo? Mas será que Paulo tinha Jesus como sendo Deus? Vejamos:

Colossenses 1,15-20: “Ele é a imagem do Deus invisível, primogênito de toda criatura; porque nele foram criadas todas as coisas, nos céus e

na terra, as visíveis e as invisíveis: tronos, dominações, principados, potestades; tudo foi criado por ele e para ele. Ele é antes de tudo e tudo subsiste nele. Ele é a cabeça do corpo da Igreja; ele é o princípio, o primogênito dos mortos, para ter a primazia em todas as coisas. Aproveu a Deus fazer habitar nele a plenitude e por ele reconciliar tudo para ele, pacificando pelo sangue da sua cruz todas as coisas, assim as da terra como as do céu.”

Se Paulo pensasse que Jesus fosse realmente Deus, nunca poderia dizer “*ele é a imagem do Deus invisível*” e “*aproveu a Deus fazer habitar nele a plenitude*”. Além disso, ele ainda falou: “*Visto que não há senão um só Deus*” (Romanos 3,30). Portanto, quando dessa sua epístola aos colossenses, não queria divinizá-lo ou torná-lo um Deus, usou apenas de um simbolismo para realçar a grandeza de Jesus.

Conforme transcrevemos anteriormente, no *Dicionário Barsa* foram citadas algumas passagens do Novo Testamento como base para se confirmar a Trindade, que achamos por bem analisá-las. Então, vamos a elas, excluídas Mateus 28,19 e 1 João 5,7, porquanto, já as vimos:

Mateus 3,16: *“Depois de ser batizado, Jesus logo saiu da água. Então o céu se abriu, e Jesus viu o Espírito de Deus, descendo como pomba e pousando sobre ele.”*

Mateus 10,20: *“Com efeito, não serão vocês que irão falar, e sim o Espírito do Pai de vocês é quem falará através de vocês.”*

Mateus 17,5: *“Pedro ainda estava falando, quando uma nuvem luminosa os cobriu com sua sombra, e da nuvem saiu uma voz que dizia: 'Este é o meu Filho amado, que muito me agrada. Escutem o que ele diz'.”*

Lucas 4,18: *“O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos.”*

João 3,35: *“O Pai ama o Filho, e entregou tudo em sua mão.”*

João 15,26: *“O Advogado, que eu mandarei para vocês de junto do Pai, é o Espírito da Verdade que procede do Pai. Quando ele vier, dará testemunho de mim.”*

2 Coríntios 13,13: *“Que a graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos vocês.”*

Nem com uma fortíssima dose de boa vontade conseguimos ver, em alguma dessas passagens, uma só referência à Trindade; somente mesmo o fanatismo cego é que nos faz ver algo onde ele não existe!

Encontramos várias passagens nas quais se diz que Deus é único. Não seria em cada uma delas uma boa oportunidade para ter sido dito: “Deus é único, em três pessoas” ou “Deus é uma trindade”? Apenas para conhecimento de quem, porventura, nos for ler:

Deuteronômio 4,35: *“Foi a você que lhe mostrou isso, para você ficar sabendo que **Javé é o único Deus e que não existe outro além dele.**”*

Deuteronômio 4,39: *“Portanto, reconheça hoje e medite em seu coração: **Javé é o único Deus**, tanto no alto do céu, como aqui em baixo, na terra.”*

Isaías 44,6: *“Assim diz Javé, o Rei de Israel, seu redentor, Javé dos exércitos: Eu sou o primeiro, eu sou o último, **fora de mim não existe outro Deus.**”*

Isaías 45,14: *“Deus está somente com você e **não existe nenhum outro, não existem outros deuses.**”*

Isaías 45,18: “Porque assim diz, Javé, que criou os céus, **o único Deus**, que formou a terra, que a fez e a firmou em suas bases; ele não a fez para ser um caos, mas para ser habitada; Eu sou Javé e não existe outro.”

Isaías 46,9: “Lembrem-se das coisas há muito tempo passadas, pois eu sou Deus, e não existe outro. **Eu sou Deus, e não existe outro igual a mim.**”

1 Reis 8,60: “Assim, todos os povos da terra saberão que **só Javé é Deus e que não há nenhum outro.**”

Marcos 2,7: “Por que fala assim este homem? Ele blasfema. Quem pode perdoar pecados **senão um só, que é Deus?**”

Marcos 10,18: “Respondeu-lhe Jesus: Por que me chamas bom? **ninguém é bom, senão um que é Deus.**”

João 5,44: “Como podeis crer, vós que recebeis glória uns dos outros e não buscais a glória que **vem do único Deus?**”

João 17,3: “E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, como o **único Deus** verdadeiro, e a Jesus Cristo, aquele que tu enviaste.”

Romanos 3,30: “De fato, **há um só Deus** que justifica, pela fé, tanto os circuncidados como

os não circuncidados.”

Romanos 16,27: **“Ao único Deus** sábio seja dada glória por Jesus Cristo para todo o sempre. Amém.”

1 Coríntios 8,4: *“Quanto, pois, ao comer das coisas sacrificadas aos ídolos, sabemos que o ídolo nada é no mundo, e que **não há outro Deus, senão um só.**”*

1 Coríntios 8,6: *“Contudo **para nós existe um só Deus:** o Pai. Dele tudo procede, e para ele é que existimos. E há um só Senhor, Jesus Cristo, por quem tudo existe e por meio do qual também nós existimos.”*

Gálatas 3,20: *“Ora, esse intermediário não representa uma pessoa só, e **Deus é um só.**”*

Efésios 4,6: *“**Há um só Deus** e Pai de todos, que está acima de todos, que age por meio de todos e está presente em todos.”*

1 Timóteo 1,17: *“Ora, ao Rei dos séculos, imortal, invisível, **ao único Deus,** seja honra e glória para todo o sempre. Amém.”*

1 Timóteo 2,5-6: *“**Porque existe um só Deus.** E entre ele e os homens há um só intermediário, que é Jesus Cristo seu Filho, que é, ele próprio, homem também; o qual se deu a si mesmo como preço da salvação de toda a*

humanidade. Esta é a mensagem que Deus trouxe ao mundo no momento oportuno.”

Tiago 2,19: *“Você acredita que **existe um só Deus? Muito bem!** Só que os demônios também acreditam, e tremem!”*

Judas 1,24-25: *“Àquele que pode guardar-vos da queda e apresentar-vos perante sua glória irrepreensíveis e jubilosos, **ao único Deus,** nosso Salvador, mediante Jesus Cristo nosso Senhor, glória, majestade, poder e domínio, antes de todos os séculos, agora e por todos os séculos! Amém.”*

Vemos que é muito clara a questão de só existir um Deus único. Se, porventura, existisse mesmo a Trindade não seria o caso de Deus ter colocado algo parecido com “apesar de Eu ser um só, sou composto de três pessoas”? Com isso não se evitaria tanta celeuma no futuro?

Até onde sabemos, naquela época, só se fazia oração a Deus; daí, não vemos sentido algum em Jesus orar a Deus, caso ele fosse o próprio Deus. Passos nos quais relatam isso:

Mateus 14,23: *“Tendo-as despedido, subiu ao monte para **orar** à parte. Ao anoitecer, estava*

ali sozinho.”

Mateus 26,36: *“Então foi Jesus com eles a um lugar chamado Getsêmane, e disse aos discípulos: Sentai-vos aqui, enquanto eu vou ali **orar.**”*

Mateus 26,44: *“Deixando-os novamente, foi **orar** terceira vez, repetindo as mesmas palavras.”*

Lucas 3,21: *“Quando todo o povo fora batizado, tendo sido Jesus também batizado, e estando ele a **orar**, o céu se abriu.”*

Lucas 6,12: *“Naqueles dias retirou-se para o monte a fim de orar; e passou a noite toda em **oração** a Deus.”*

Lucas 9,28: *“Cerca de oito dias depois de ter proferido essas palavras, tomou Jesus consigo a Pedro, a João e a Tiago, e subiu ao monte para **orar.**”*

Que estranho seria Jesus orando para ele mesmo; fere-nos a razão aceitar tal coisa, de tão absurda que é.

Então, poderemos trazer novamente Rohden que a pergunta: **“Que é o Cristo?”**. De sua resposta, destacamos este trecho: “O Cristo é Deus, mas não é

a Divindade, [...].” (203)

Fora o que já colocamos ainda temos que o Espírito Santo só aparece no Novo Testamento será que não existia antes? Por que não há notícias dele no Antigo Testamento? Parece-nos ser algo que nem todo mundo sabia, pois há questionamentos sobre ele; vejamos:

Atos 19,1-2: *“Enquanto Apolo estava em Corinto, Paulo atravessou as regiões mais altas e chegou a Éfeso. Encontrou aí **alguns discípulos**, e perguntou-lhes: 'Quando vocês abraçaram a fé receberam o Espírito Santo?' Eles responderam: '**Nós nem sequer ouvimos falar que existe um Espírito Santo**'.”*

Desconhecer a existência do Espírito Santo é algo inusitado para quem dizem ser uma realidade bíblica. Percebe-se que, em alguns casos, diante do que hoje conhecemos sobre os fenômenos mediúnicos, a expressão “Espírito Santo” significa um espírito santificado, como, por exemplo, nesses passos:

Marcos 12,36: *“O próprio Davi, movido pelo **Espírito Santo**, falou: 'O Senhor disse ao meu*

Senhor: sente-se à minha direita, até que eu ponha seus inimigos debaixo de seus pés'."

Marcos 13,11: *"Quando conduzirem vocês para serem entregues, não se preocupem com aquilo que vocês deverão dizer: digam o que vier na mente de vocês nesse momento, porque **não serão vocês que falarão, mas o Espírito Santo.**"*

Lucas 1,67-68: *"O pai Zacarias cheio do **Espírito Santo**, profetizou dizendo: 'Bendito seja o Senhor, Deus de Israel, porque visitou e redimiou o seu povo'."*

Atos 10,46-48: *"De fato, eles os ouviam **falar em línguas estranhas** e louvar a grandeza de Deus. Então Pedro falou: 'Será que podemos negar a água do batismo a estas **pessoas que receberam o Espírito Santo**, da mesma forma que nós recebemos?' Então Pedro mandou que fossem batizados em nome de Jesus Cristo. Depois pediram que Pedro ficasse alguns dias com eles."*

Por influência de "um" espírito santo (santificado), ocorre, entre vários outros, o fenômeno da profecia e o de falar em línguas; este último, conhecido como xenoglossia e o mais famoso deles encontramos registrado em Atos:

Atos 2,1-19: “Quando chegou o dia de Pentecostes, todos eles estavam reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um barulho como o sopro de um forte vendaval, e encheu a casa onde eles se encontravam. Apareceram então umas como línguas de fogo, que se espalharam e foram pousar sobre cada um deles. **Todos ficaram repletos do Espírito Santo, e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem.** Acontece que em Jerusalém moravam judeus devotos de todas as nações do mundo. [...] Todos estavam admirados e perplexos, e cada um perguntava a outro: 'O que quer dizer isso?' Outros caçoavam e diziam: 'Eles estão embriagados com vinho doce'. Então Pedro, que aí estava com os outros onze apóstolos, levantou-se e falou em voz alta: 'Homens da Judeia e todos vocês que se encontram em Jerusalém! Compreendam o que está acontecendo e prestem atenção nas minhas palavras: estes homens não estão embriagados como vocês pensam, pois são apenas nove horas da manhã. Pelo contrário, **está acontecendo aquilo que o profeta Joel anunciou: 'Nos últimos dias, diz o Senhor, eu derramarei o meu Espírito sobre todas as pessoas. Os filhos e filhas de vocês vão profetizar, os jovens terão visões e os anciãos terão sonhos. E,**

naqueles dias, derramarei o meu Espírito também sobre meus servos e servas, e eles profetizarão. Farei prodígios no alto do céu, e sinais embaixo na terra: sangue, fogo e nuvens de fumaça'."

Temos aí uma explosão coletiva da mediunidade em cumprimento da profecia de Joel; mas há de se reconhecer que somente nos tempos atuais é que conseguimos entender melhor tal fenômeno, em função dos estudos e pesquisas realizados primeiramente por Kardec, depois por vários outros homens de ciência.

Paulo foi quem mais lidou com esses fenômenos, tidos, para ele, como dons espirituais ou dons do Espírito, inclusive, sobre os quais teceu importantes recomendações. Leiamos:

1 Coríntios 12,1-31: *"Sobre os dons do Espírito, irmãos, não quero que vocês fiquem na ignorância. Vocês sabem que, quando eram pagãos, se sentiam irresistivelmente arrastados para os ídolos mudos. Por isso, eu declaro a vocês que ninguém, **falando sob a ação do Espírito de Deus**, jamais poderá dizer: 'Maldito Jesus!' E ninguém poderá dizer: 'Jesus é o Senhor!' a não ser sob a ação do Espírito*

Santo. Existem dons diferentes, mas o Espírito é o mesmo; diferentes serviços, mas o Senhor é o mesmo; diferentes modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos. A um, o Espírito dá a palavra de sabedoria; a outro, a palavra de ciência segundo o mesmo Espírito; a outro, o mesmo Espírito dá a fé; a outro ainda, o único e mesmo Espírito concede o dom das curas; a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, **o discernimento dos espíritos**; a outro, o dom de falar em línguas; a outro ainda, o dom de as interpretar. Mas é o único e mesmo Espírito quem realiza tudo isso, distribuindo os seus dons a cada um, conforme ele quer. De fato, o corpo é um só, mas tem muitos membros; e no entanto, apesar de serem muitos, todos os membros do corpo formam um só corpo... Aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres... A seguir vêm os dons dos milagres, das curas, da assistência, da direção e o dom de falar em línguas. Por acaso, são todos apóstolos? Todos profetas? Todos mestres? Todos realizam milagres? Têm todos o dom de curar? Todos falam línguas? Todos as interpretam? Aspirem aos dons mais altos. Aliás, vou indicar para vocês um caminho que

ultrapassa a todos.”

O único problema aí é considerar tudo como provindo do mesmo espírito, pois tal fato coloca em contradição com o fato de ter o dom de discernimento dos espíritos, o que nos prova, portanto, serem eles vários espíritos e não um só.

Se dissermos “que ninguém, falando sob a ação de um Espírito de Deus, jamais poderá dizer 'Maldito Jesus!'”, diremos exatamente da influência espiritual à qual todos nós estamos sujeitos; mais ainda os médiuns, cuja percepção do mundo espiritual é mais evidente.

Naquela época, o relacionamento dos homens com os espíritos era fato comum e acontecia a tal ponto que João recomendou: *“Amados, não deem crédito a todos os que se dizem inspirados; antes, examinem os espíritos, para saber se vêm de Deus, ...”* (1 João 4,1).

Além dos casos já citados, ocorrem outros nos quais, sob influência de um espírito, cada um dos discípulos sentia-se fortificado para suportar as perseguições, como se pode ver em:

Atos 1,8: “Mas o **Espírito Santo** descerá sobre vocês, e dele receberão força para serem as minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e Samaria, e até os extremos da terra.”

Parece-nos que, em determinadas situações, o espírito santo se refere à própria pessoa encarnada, como em:

Lucas 1,13-15: “Mas o anjo disse: 'Não tenha medo, Zacarias! Deus ouviu o seu pedido, e a sua esposa Isabel vai ter um filho, e você lhe dará o nome de **João**. Você ficará alegre e feliz, e muita gente se alegrará com o nascimento do menino, porque ele vai ser grande diante do Senhor. Ele não beberá vinho, nem bebida fermentada e, desde o ventre materno, **ficará cheio do Espírito Santo**'.”

Em relação ao acontecido com Jesus, não logramos encontrar uma explicação convincente:

Lucas 3,21-22: “Todo o povo foi batizado. Jesus, depois de batizado, estava rezando. Então o céu se abriu, e o **Espírito Santo** desceu sobre ele em forma corpórea, como pomba. E do céu veio uma voz: 'Tu és o meu Filho amado! Em ti encontro o meu agrado'.”

Lucas 4,1: “Repleto do **Espírito Santo**, Jesus voltou do rio Jordão, e era conduzido pelo Espírito através do deserto.”

Aqui teríamos mais informações para entender, o que alguns advogam, ser o Cristo um espírito e Jesus o homem que o recebeu para cumprir a sua missão.

Há ainda uma passagem muito interessante que vem provar, mais uma vez, o que se faz com os textos bíblicos para ajustá-los aos dogmas. Leiamos, pela narrativa da *Bíblia de Jerusalém*:

Lucas 11,13: “Ora, se vós, que sóis maus, sabeis dar coisas boas aos vossos filhos, quanto mais o Pai do céu dará **o Espírito Santo** aos que o pedirem!”

Achamos muito estranho essa de “dar o Espírito Santo”, e fomos pesquisar este texto em outras bíblias, e veja, caro leitor, o que encontramos:

Bíblia Sagrada - Paulinas: “Se pois vós, sendo maus, sabeis dar boas dádivas a vossos filhos, quanto mais o vosso Pai Celestial dará **espírito bom** aos que lho pedirem.”

Bíblia Sagrada - Barsa: “Pois se vós outros, sendo maus, sabeis dar boas dádivas a vossos filhos: quanto mais o vosso Pai Celestial dará **espírito bom** aos que lho pediram?”

O que certamente era “um espírito bom” passou, em algumas traduções, a designar “o Espírito Santo”, fato citado por Cairbar Schutel (1868-1938) e Léon Denis, conforme veremos a seguir.

Vejamos o que alguns autores dizem sobre a expressão Espírito Santo:

1º) Cairbar Schutel:

a) **Espiritismo e Protestantismo – Em Face dos Evangelhos e da Ciência**

Na língua filosófica grega, a palavra espírito (pneuma) ficou sendo a expressão usada para designar uma inteligência privada do corpo carnal.

Como s.s. [referindo-se a seu contraditor] deve saber, o papa Dâmaso confiou a S. Jerônimo em 384 a missão de redigir uma tradução latina do Antigo e do Novo Testamento.

Esta palavra *pneuma* S. Jerônimo traduziu-a como *spiritus* reconhecendo com os Evangelistas que há bons e maus.

Só depois é que surgiu a ideia de divinizar os Espíritos e só depois a Vulgata é que a palavra

sanctus foi constantemente ligada à palavra spiritus. Não há dúvida que a Bíblia, em certos casos, fala do Espírito Santo, mas sempre no sentido familiar do Espírito ligado a uma pessoa. Assim, no Antigo Testamento (Daniel cap. XIII, 45: “O senhor suscitou o Espírito Santo de um moço chamado Daniel”).

É conveniente declarar que em certas Bíblias não se encontra este capítulo, que talvez o interesse obrigasse a suprimir, - em outros ainda ele figura à parte sob o título de História de Suzana. ⁽²⁰⁴⁾

b) ***Vida e Atos dos Apóstolos***

Em uma obra anterior, fizemos esclarecimentos a respeito da palavra ESPÍRITO SANTO, que a cada passo se encontra nos Evangelhos.

Não será demais, entretanto, estendermo-nos em certas considerações a esse respeito, para que os leitores melhor compreendam o sentido das Escrituras, especialmente os “Atos dos Apóstolos” que nos propomos a respigar.

As antigas Escrituras não continham o qualificativo santo quando se falava do Espírito.

Todos os Apóstolos reconheciam a existência de Espíritos, mas entre estes, bons e maus.

No Evangelho de Lucas, XI, lê-se: “Aquele que pede, obtém; o que procura, acha; abrir-se-á ao que bater; se vós sendo maus sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, com muito mais forte razão vosso Pai enviará do Céu UM BOM ESPÍRITO àqueles que o pedirem”. (10 e 13).

Foi só com a tradução das antigas Escrituras e

constituição da Vulgata que esse qualificativo foi acrescentado, com certeza para fortificar o “Mistério da Santíssima Trindade”, tirado de uma lenda hindu, aventado por comentadores das Escrituras, que desde logo após a morte de Jesus, viviam em querelas, em discussões sobre modos de se interpretar as Escrituras. Essa mesma “Trindade” é que foi proclamada como “artigo de fé”, pelo Concílio de Niceia, em 325, após ter sido rejeitado por três concílios.

O mistério da “S.S. Trindade” veio criar uma doutrina nova sobre a concepção do Espírito, atribuindo a este, quando revestido do qualificativo Santo, um ser misterioso, incriado, também Deus e co-eterno com o Pai.

Desvirtuada por completo de sua verdadeira significação, a promessa de Jesus não representa para as Igrejas Romana e Protestante, a difusão do Espírito, ou antes dos Espíritos, que, por ordem de Deus e enviados por Jesus, viriam restabelecer todas as coisas, mas sim um dom sobrenatural, um movimento de cérebro e de coração que Deus operou unicamente nos Apóstolos, no dia de Pentecostes.

Nós vamos ver adiante, pelo enredo dos trechos de “Atos”, que esta doutrina absolutamente errônea, não só errônea como também obstrutiva dos princípios cristãos, inutilizando por completo as Palavras de Jesus, sua vida e os Ensinos Apostólicos, únicos capazes de, quando recebidos em sua verdadeira significação, transformar o homem, guiando-o bem aos seus destinos imortais.

[...].

Ao estudar a Bíblia, todo o juízo preconcebido nos obscurece o entendimento.

O qualificativo Santo que se encontra na Bíblia para designar ESPÍRITO BOM, não deve absolutamente, ser interpretado como um ente misterioso, sibilino, que constitui a 3ª pessoa da S.S. Trindade. Mas sim, como sendo um Espírito adiantado, de bondade, de amor e sabedoria. ⁽²⁰⁵⁾

2º) Ismael Armond (1934-), **O Cristianismo Primitivo**

As comunicações relatadas no Antigo Testamento e no Evangelho, que eram originariamente referidas aos santos Espíritos, ou como constavam nos textos em grego e na Vulgata em latim “*Spiritum bonum*” (Espíritos bons), em tantas passagens e principalmente no Pentecostes, passaram a ser todas denominadas manifestações divinas, atribuídas ao “Espírito Santo”, o novo deus integrante da Trindade que não existia na Vulgata. A partir da criação desse dogma, todas as manifestações de “Espíritos bons” relatadas no Evangelho passaram a ser do Espírito Santo, e qualquer outra manifestação de intercâmbio entre os planos espiritual e material, que se realizasse através de um Espírito sofredor, ignorante de sua situação ou um necessitado de qualquer natureza, passaria a ser interpretada como de um Espírito satânico, já que a alma não era aceita como sendo de natureza espiritual. ⁽²⁰⁶⁾

3º) Paulo Alves Godoy (1914-2001), **Casos controvérsicos do Evangelho**

Os Evangelhos primitivos não usavam a expressão Espírito Santo, a qual foi introduzida pelos tradutores franceses dos Evangelhos, com o escopo de corroborar ensinamentos da Igreja, principalmente aqueles que objetivavam dar maior autenticidade à implantação do incrível dogma da Trindade, o qual, incompreensivelmente, deu a Deus indivisível e uno o caráter de Deus trino.

Sempre houve controvérsias no tocante à interpretação do que seja Espírito Santo, pois, mesmo nas traduções e versões dos atuais Evangelhos, se encontram, reiteradamente, as palavras **Espírito**, ou **Espírito de Deus**.

O próprio evangelista Mateus, descrevendo o episódio ocorrido com Jesus às margens do rio Jordão, escreveu: **O Espírito de Deus desceu sobre ele sob a forma de uma pomba**, o que implica em dizer que foi um Espírito enviado da parte de Deus. Nada se falou sobre Espírito Santo.

[...].

O dr. F. X. Funk, em sua “História Eclesiástica” afirmou que “Maomé acusava os cristãos de haverem falsificado os livros santos, principalmente o da doutrina da Trindade”.

No Cristianismo primitivo, nem Jesus, nem Pedro, nem João, nem Tiago, nem Paulo de Tarso jamais cogitaram dessa trilogia, no sentido de ser o Espírito Santo uma das três partes de Deus. Os evangelistas a nada disso se referem. Jesus jamais ensinou que seu Pai Celestial tivesse três pessoas distintas contidas numa só, das quais ele seria uma delas.

É fora de dúvida que o termo “Espírito Santo” foi incorporado às traduções dos Evangelhos, não tendo jamais constado dos originais. Isso foi feito com o propósito de servir aos interesses da Igreja, que, no Concílio de Niceia, realizado no ano 325, e no Concílio de Constantinopla, realizado em 381, havia aprovado o dogma da Trindade, pelo qual o Pai, o Filho e o Espírito Santo constituem uma só pessoa, uma única entidade. Havia, portanto, necessidade de o assunto ser corroborado pelos livros sagrados, o que, evidentemente, lhe daria foro de verdade. ⁽²⁰⁷⁾ (grifo do original)

4º) Léon Denis, **Cristianismo e Espiritismo**

[...] A palavra espírito (pneuma) ficou sendo a expressão usada para designar uma inteligência privada de corpo carnal.

Essa palavra *pneuma*, traduziu-a S. Jerônimo como *spiritus*, reconhecendo, com os evangelistas, que há bons e maus Espíritos. A ideia de divinizar o Espírito não surgiu senão no século II. Foi somente depois da *Vulgata* que a palavra *sanctus* foi constantemente ligada a palavra *spiritus*, não conseguindo essa junção, na maioria dos casos, senão tornar o sentido mais obscuro e mesmo, às vezes, ininteligível. Os tradutores franceses dos livros canônicos foram ainda mais longe a esse respeito e contribuíram para desnaturar o sentido primitivo. Eis aqui um exemplo, entre outros muitos: lê-se em Lucas (cap. XI, texto grego):

10. “Aquele que pede, recebe; o que procura acha; ao que bate se abrirá.” – 13. “portanto, se bem que sejais maus, sabeis dar boas coisas a vossos

filhos, com muito mais forte razão vosso Pai enviará do céu 'um bom espírito' àqueles que lho pedirem”.

As traduções francesas trazem o *Espírito Santo*. É um contrassenso. Na Vulgata, tradução latina do grego, está escrito *Spiritum bonum*, palavra por palavra, espírito bom. A *Vulgata* não fala absolutamente do Espírito Santo. O primitivo texto grego ainda é mais frisante, e nem doutro modo poderia ser, pois que o Espírito Santo, como terceira pessoa da Trindade, não foi imaginado senão no fim do século II.

Convém todavia, notar que a Bíblia, em certos casos, fala do Espírito Santo, mas sempre no sentido de Espírito familiar, de Espírito ligado a uma pessoa. Assim, no Antigo Testamento (Daniel, XIII, 45) ⁽²⁰⁸⁾ se lê: “O Senhor suscitou o espírito santo de um moço chamado Daniel”. ⁽²⁰⁹⁾

A não ser que tomemos todas essas informações como inverídicas ou simplesmente negando-as, que é o mais fácil de se proceder, o melhor será usar da prudência e aceitar essas opiniões para se confirmar as alterações dos textos bíblicos, visando ajustá-los aos dogmas estabelecidos posteriormente, os quais, certamente, não faziam parte do que se convencionou chamar de cristianismo primitivo.

Uma necessária advertência aos que,

porventura, tentarem verificar na Vulgata, irão, certamente, confirmar que se trata de espírito bom: “ergo vos cum sitis mali nostis bona data dare filiis vestris quanto magis Pater vester de caelo dabit **spiritum bonum** petentibus se”. O problema surge com Neovulgata. Vejamos no site [ACI Digital](#):

A **Neovulgata** é a mesma versão Vulgata, à qual foram incorporados os avanços e descobertas mais recentes.

O Papa João Paulo II aprovou e promulgou a edição típica em 1979. **O Papa assim o fez para que esta nova versão sirva como base segura para fazer traduções da Bíblia** às línguas modernas e para realizar estudos bíblicos. ⁽²¹⁰⁾

Cujo teor é: “Si ergo vos, cum sitis mali, nostis dona bona dare filiis vestris, quanto magis Pater de caelo dabit **Spiritum Sanctum** petentibus se”.

Pesquisando no Novo Testamento, pela *Bíblia Eletrônica v. 1.0 - RK Soft*, observamos que a expressão “Espírito Santo”, ocorre 94 vezes, sendo que 57% delas estão em Lucas - Evangelho e Atos.

Especificamente, nos Evangelhos sinópticos aparece: Mateus 06 vezes; Marcos 04 vezes e Lucas

12 vezes. Em João só surge 03 vezes, sendo que no Apocalipse não há uma citação sequer. Nas treze cartas de Paulo (supondo-as todas dele) identificamos 18 ocorrências, ou seja, 19% do total.

Esses dados nos parecem, à primeira vista, algo muito estranho, pois era de se esperar que, em se acreditando no Espírito Santo, como uma das pessoas da Trindade, o seu nome fosse citado de forma equivalente em todos os autores e não só aparecer poucas vezes em Mateus, Marcos e João, e excessivamente em Lucas, que, como sabemos, escreveu do que ouviu dizer, como ele mesmo informa. Não terá isso sido exatamente por conta de posteriores alterações?

Infelizmente não temos mais os escritos originais, pelos quais a comprovação disso seria fácil; aliás, ficamos a pensar: será que a “queima” de arquivo dos textos “heréticos”, promovida pela Igreja Católica, não vinha justamente esconder tal fato?

Ajudará muito o nosso entendimento o que Baruch de Espinosa (1632-1677), filósofo do século XVII, disse, em sua obra ***Tratado Teológico-Político***,

sobre a expressão “Espírito de Deus”:

Com esses elementos, já podemos facilmente entender e **explicar as passagens da Escritura em que se menciona o Espírito de Deus. De fato, o *Espírito de Deus*, o *Espírito de Jeová*, em algumas dessas passagens, não significa outra coisa que um vento fortíssimo, extremamente seco e funesto**, como em Isaías, cap. XL, 7: *o vento de Jeová soprou sobre ele*, isto é, vento extremamente seco e funesto. E no *Gênesis*, cap. I, 2: *e o vento de Deus* (ou vento fortíssimo) *movia-se sobre as águas*. A mesma expressão significa ainda grande força: assim, a força de Gedeão e de Sansão é designada, nos textos sagrados, por *Espírito de Deus*, isto é, força cheia de audácia e pronta para tudo. Da mesma maneira" **chama-se *Espírito* ou *virtude de Deus a toda a virtude ou força fora do comum***, tal como no *Êxodo*, cap. XXXI, 3: *e enchê-lo-ei* (a Beseleel) *do Espírito de Deus*, ou seja (como explica a própria Escritura), de engenho e arte acima do comum dos homens. E em *Isaías*, cap. XI, 2: *repousará sobre ele o Espírito de Deus*, quer dizer, conforme o profeta explica mais adiante, e à semelhança do que acontece frequentemente nos textos sagrados, a virtude da sabedoria, da prudência, da fortaleza, etc. Igualmente a melancolia de Saul é referida como um *Espírito maligno de Deus*, isto é, uma melancolia profundíssima: foram, de fato, os criados que o convenceram a chamar para junto de si um músico que o divertisse tocando cítara, o que prova que, não obstante chamarem à melancolia de Saul melancolia de Deus, a tinham por melancolia

natural.

O Espírito de Deus significa ainda a própria mente do homem, como em *Jó*, cap. XXVII, 3: e o *Espírito de Deus no meu nariz*, por alusão à passagem do *Gênesis* em que Deus insufla o sopro da vida no nariz do homem. Igualmente Ezequiel, profetizando aos mortos, diz (cap. XXXVII, 14): *darvos-ei o meu Espírito e vivereis*, ou seja, restituir-vos-ei a vida. No mesmo sentido, afirma-se em *Jó*, cap. XXXIV, 14: *se Ele (Deus) quiser, recolherá o seu Espírito* (isto é, a mente que nos deu) *e a sua alma*. É desse modo que se deve também entender o *Gênesis*, cap. VI, 3: *nunca mais o meu espírito raciocinará* (ou discernirá) *no homem, porque ele é carne*; ou seja, a partir de agora, o homem agirá segundo a lei da carne e não da mente que Eu lhe dei para que discernisse o bem. Do mesmo modo no *Salmo* LI, 12, 13: *cria em mim, ó Deus um coração puro e renova em mim um espírito* (um apetite) *decente* (moderado), *não me afastes do teu olhar nem me tires a ideia da tua santidade*. Como acreditavam que a única fonte dos pecados era a carne, enquanto a mente só aconselhava o bem, o salmista invoca o auxílio de Deus contra o apetite carnal, ao passo que para a mente, que lhe foi dada pelo Deus Santo, só pede que Deus lha conserve. Ora, assim como a Escritura costuma descrever Deus à semelhança do homem e, dada a ignorância do vulgo, atribuir-lhe mente, vontade, paixões, até mesmo um corpo e um hálito, assim também utiliza muitas vezes *espírito de Deus* por mente, quer dizer, por ânimo, paixão, força e hálito da boca de Deus. Assim, *Isaías*, no cap. XL, 13, pergunta: *quem dispôs o espírito de Deus* (ou a mente), quer dizer,

quem, a não ser o próprio Deus, levou a mente divina a querer algo? E no cap. LXIII, 10: *encheram de amargura e de tristeza o espírito da sua santidade*. É por isso que Espírito de Deus se costuma traduzir por Lei de Moisés, dado que, de algum modo, ela exprime a mente de Deus, conforme se observa em *Isaías*, no mesmo capítulo, verso 11: *onde está (o) que pôs no meio deles o espírito da sua santidade (?)*, isto é, a Lei de Moisés, de acordo com todo o contexto da frase. E em *Nehemias*, cap. IX, 20: *deste-lhes o espírito, a tua mente boa, para os tornares inteligentes*. Isso por alusão ao tempo da Lei, a qual também alude aquela passagem do *Deuteronômio* cap. IV, 6, em que Moisés diz: *porque ela (a Lei) é a vossa ciência e a vossa prudência*, etc. O mesmo se passa no *Salmo CXLIII*, 10: *a tua mente boa conduzir-me-á pela planície*, isto é, a tua mente, que nos foi revelada, conduzir-me-á pelo reto caminho.

Mas Espírito de Deus, como dissemos, significa também o hálito, que a Escritura, à semelhança do que faz com a mente, o ânimo e o corpo, impropriamente atribui a Deus, como acontece no *Salmo XXXIII*, 6; significa ainda o poder, a força, ou virtude de Deus, como em *Jó*, cap. XXXIII, 4: *o espírito de Deus me criou*, quer dizer, a sua virtude, o seu poder ou, se quisermos, o seu decreto. E o salmista, falando poeticamente, diz ainda que por ordem de Deus foram feitos os céus e pelo espírito ou sopro da sua boca (isto é, pelo seu decreto, emitido como que por um sopro) se criou todo o seu exército. O mesmo acontece no *Salmo CXXXIX*, 7: *aonde irei (que esteja) fora do teu espírito, ou para onde fugirei (que fique) fora do teu*

alcance, quer dizer, como se vê pelas passagens em que o próprio salmista desenvolve depois esta ideia, aonde posso eu ir que escape ao teu poder e à tua presença?

Finalmente, *Espírito de Deus* emprega-se nas Escrituras para significar as predisposições da vontade divina, a sua bondade e misericórdia, como em *Miqueias*, cap. II, 7: *acaso diminuiu o espírito de Deus* (quer dizer, a sua misericórdia)? *São essas (crueldades) as suas obras?* Igualmente em *Zacarias*, cap. IV, 6: *não por meio de um exército, nem pela força, mas apenas pelo meu espírito*, ou seja, apenas pela minha misericórdia. É nesse sentido que penso dever entender-se também o verso 12 do capítulo VII do mesmo profeta: *e o seu coração tornou-se astucioso, para não obedecerem à Lei e aos Mandamentos que Deus, através dos primeiros profetas, lhes enviou segundo o seu espírito* (isto é, a sua misericórdia). Diz, no mesmo sentido, *Ageu*, cap. II, 5: *o meu espírito* (ou a minha graça) *permanece entre vós, não tenhais medo*. Quanto ao que diz *Isaías* – *e agora o Senhor Deus me enviou, e o seu espírito* (cap. XLVIII, 16) – tanto pode entender-se por vontade e misericórdia de Deus como ainda pela sua mente revelada na Lei. Com efeito, ele diz: *desde o princípio* (desde a primeira vez que vim junto de vós para pregar a cólera de Deus e a sentença por ele proferida contra vós) *jamaiz falei às escondidas, desde que ela foi* (proferida) *eu compareci* (como o profeta confirmou no cap. VII), mas agora sou um mensageiro da alegria enviado pela misericórdia de Deus para cantar a vossa restauração. Também pode, como disse, traduzir-se por mente divina revelada na Lei,

quer dizer, por aquilo de que o profeta, conforme já estava determinado na Lei (*Levítico*, cap. XIX, 17) os veio advertir. Por isso ele os adverte nas mesmas condições e do mesmo modo que Moisés costumava fazer. E termina, enfim, predizendo-lhes a restauração, como também fizera Moisés. A primeira explicação parece-me, no entanto, mais ajustada.

Dito isso, e para voltar, finalmente, ao que nos interessa, ficam explicadas frases como estas **que vêm na Escritura: o profeta teve o espírito de Deus, Deus infunde o seu espírito nos homens, os homens estão repletos do espírito de Deus e do Espírito Santo**, etc. Na verdade, elas significam apenas que os profetas eram dotados de uma virtude singular e acima do comum e cultivavam, com exímia perseverança, a piedade, além de que percebiam a mente e a intenção de Deus. Demonstramos, com efeito, que espírito tanto pode significar em hebraico a mente como a intenção e que, por tal motivo, a própria Lei, na medida em que exprimia a mente de Deus, era designada por mente ou Espírito de Deus. Por idêntico motivo, a imaginação dos profetas podia designar-se por mente de Deus, já que por ela eram revelados os decretos divinos, e podia dizer-se que os profetas tinham a mente de Deus. E embora a mente de Deus e os seus eternos pensamentos estejam igualmente inscritos na nossa mente e, por conseguinte, também nós compreendemos (para falar como a Escritura) a mente de Deus, no entanto, como o conhecimento natural é comum a todos, já não possui, conforme dissemos, o mesmo valor aos olhos dos homens, em particular dos

hebreus, que se gabavam de ser superiores a todos e, em geral, tinham até desprezo por todos, desprezando, conseqüentemente, a ciência que é comum aos homens. Por último, **dizia-se que os profetas tinham o espírito de Deus porque os homens ignoravam as causas do conhecimento profético e, por isso, admiravam-no e atribuíam-no a Deus, como faziam com qualquer outro prodígio, chamando-lhe conhecimento de Deus.**

Pode-se, pois, afirmar agora sem nenhuma reticência que os profetas não perceberam a revelação divina senão através da imaginação, isto é, mediante palavras ou imagens, as quais ora eram reais, ora imaginárias. Na verdade, se não encontramos na Escritura outros meios além destes, também não nos é lícito, conforme demonstramos, inventá-los. No que toca, porém, às leis da natureza segundo as quais tal aconteceu, confesso que as ignoro. Poderia, evidentemente, dizer, como outros fazem, que é em virtude do poder de Deus, mas isso não passava de conversa fiada. Seria o mesmo que querer explicar a forma de qualquer coisa singular por um termo transcendental. De fato, tudo é feito pelo poder de Deus e, além disso, na medida em que o poder da natureza não é senão o próprio poder de Deus, nós não compreenderemos este enquanto ignorarmos as causas naturais. É, portanto, insensato recorrer a ele quando ignoramos ainda a causa natural de qualquer coisa, que o mesmo é dizer, o próprio poder de Deus. Verdadeiramente, nem sequer é preciso sabermos qual a causa do conhecimento profético: como já disse, o que tentamos aqui analisar são apenas os ensinamentos das Escrituras, para deles extrairmos,

como se se tratasse de dados naturais, as nossas conclusões. Quanto às causas de tais ensinamentos, essas não nos preocupam.

Tendo, portanto, os profetas percebido pela imaginação o que Deus lhes revelou, não restam dúvidas de que eles poderiam ter percebido muitas coisas que excedem os limites do entendimento, pois com palavras e imagens se podem compor muitas mais ideias do que só com os princípios e as noções em que se baseia todo o nosso conhecimento natural.

É, além disso, evidente a razão por que os profetas perceberam e ensinaram quase tudo por parábolas e enigmas e exprimiram sob forma corpórea todas as coisas espirituais: é que assim elas se adaptam melhor à natureza da imaginação. E não é para admirar o fato de as Escrituras ou os profetas falarem tão imprópria e obscuramente do espírito ou da mente de Deus, como nos *Números*, cap. XI, 17, nos *Reis*, livro I, cap. XXII, 2, etc. Ou de Miqueias ver Deus sentado, enquanto Daniel o vê com o aspecto de um ancião vestido de branco e Ezequiel como uma chama; ou ainda de os discípulos de Cristo terem visto o Espírito Santo como uma pomba que descia e os apóstolos o verem como línguas de fogo; ou, finalmente, de Paulo, antes da conversão, ter visto uma grande luz. Tudo isso está, com efeito, plenamente de acordo com o que o vulgo imagina sobre Deus e os espíritos.

Por último, e porque a imaginação é vaga e inconstante, a profecia era depressa esquecida pelos profetas, além de não ser frequente, mas

extremamente rara, isto é, concedida a muito poucos homens e, mesmo a estes, só muito raramente. Assim sendo, temos de ver agora onde é que se baseava a certeza dos profetas a respeito de coisas que percebiam apenas pela imaginação e não pelos princípios certos da mente. Porém, tudo quanto acerca disso se pode afirmar tem de ser extraído da Escritura, visto não possuímos, como já disse, uma verdadeira ciência de tais assuntos nem os poderemos explicar pelas causas primeiras. Vou, por isso, expor no próximo capítulo o que a Escritura ensina sobre a certeza que possuíam os profetas, visto que são eles, precisamente, o tema que aí decidi abordar. ⁽²¹¹⁾

Observe, caro leitor, que Espinosa iguala as expressões “Espírito de Deus” e “Espírito Santo”.

André Chouraqui (1917-2007), em *A Bíblia Matyah (O Evangelho Segundo Mateus)*, traduz, nas passagens Mateus 1,18.20; 3,11; 12,32 e 28,19, os termos *pneuma agion* como “sopro sagrado” ⁽²¹²⁾; provavelmente, uma ligação direta com o sopro divino que vivificou o modelo de barro, tornando-o um ser vivente. Portanto, é, na verdade, uma ação divina e não algo que nos remete a um dos elementos que supostamente compõem uma Trindade.

James D. Tabor, conforme vimos, também dá

conta de que em Mateus 1,20, quando o anjo fala a José, o correto é “concebeu de um Espírito Santo” e não “concebeu do Espírito Santo” que consta da maioria das traduções bíblicas.

Transcrevemos, para quem se interessar, um levantamento feito por Carlos T. Pastorino (1910-1980) sobre o uso da expressão *pneuma hágion*, constante de **Sabedoria do Evangelho - Vol. 5**:

PNEUMA HAGION

Trata-se de uma observação de linguística: o emprego do adjetivo *hágion*, ao lado do substantivo *pneuma*. Sistemáticamente, o substantivo precede: *pneuma hágion* (“Espírito santo”). No entanto, Lucas, e só Lucas, inverte nove vezes, contra 41 vezes em que segue a construção normal. Qual a razão?

Para controle dos estudiosos, citamos os passos, nos quatro autores dos Evangelhos, dando os diversos textos em que aparece a palavra *pneuma* com suas diversas construções:

1 – *tò pneuma tò hágion* = o Espírito o santo.

Mat. 12:32;

Marc. 3:29; 12:36; 13:11;

Luc. Ev. 3:22; 10:21; At. 1:16; 2:33; 5:3, 32; 7:51; 10:44, 47; 11:15; 13:2; 15:8, 28; 19:6; 20:28; 21:4; 28:25.

Em João aparece uma só vez, e assim mesmo

em apenas alguns códices tardios, havendo forte suspeição de haver sido acrescentado posteriormente (em 14:26).

2 – *Pneuma hágion* (indefinido, sem artigo) = um espírito santo:

Mat. 1:18, 20; 3:11;

Marc. 1:8;

Luc. Ev. 1:15, 41, 67; 2:25; 3:16; 4:1; 11:13; At. 1:2, 5; 2:4; 4:8, 25; 7:55; 8:15, 17, 19; 9:17; 10:38; 11:16, 24; 13:9, 52; 19:2 (2 vezes);

João, 20:22.

3 – *tò hágion pneuma* = o santo Espírito (inversão):

Mat. 28:19, num versículo indiscutivelmente apócrifo;

Luc. Ev. 12:10, 12; At. 1:8; 2:38; 4:31; 9:31; 10:45; 13:4; 16:6.

E em todo o resto do Novo Testamento, só aparece essa inversão uma vez mais, em Paulo (1ª Cor. 6:19), onde, assim mesmo, alguns códices trazem a ordem comum.

Para completar o estudo da palavra *pneuma* nos Evangelhos, mesmo sem acompanhamento do adjetivo *hágion*, damos mais os seguintes passos.

4 – *tò pneuma* = o espírito:

Mat. 4:1; 10:20; 12:18, 31;

Marc. 1:10, 12;

Luc. Ev. 2:27; 4:14; At. 2:17, 18; 6:10; 8:18, 29; 10:19; 11:12, 28; 16:7; 20:22; 21:4;

João, 1:32, 33; 3:6, 8, 34; 6:63; 7:39; 14:17;

15:26; 16:13.

5 – *pneuma* (indefinido, sem artigo) = um espírito:

Mat. 3:16; 12:28; 22:43;

Luc. Ev. 1:17; 4:18; At. 6:3; 8:39; 23:89;

João, 3:5, 6; 4:23, 24; 6:63; 7:39.

Resumindo:

Expressão usada	Mat.	Marc.	Luc.		João	Totais
	Ev.	Ev.	Ev.	At.	Ev.	
1. tò pneuma tò hágion	1	3	2	15		21
2. pneuma hágion	3	1	7	17	1	29
3. tò hágion pneuma			2	7		9
4. tò pneuma	4	2	2	11	10	29
5. pneuma	3		2	4	6	15
Totais	11	6	15	54	17	103

**** (213)

Portanto, a questão “o Espírito Santo” é muito mais complexa do que aparenta, deixando-nos em sérias dúvidas quanto a seus exatos termos, bem como, ao próprio significado dessa expressão, por conta das tantas mudanças ocorridas nos textos bíblicos, visando apoiar os dogmas instituídos.

Vejamos novamente Carl Gustav Jung, que, em **Interpretação Psicológica do Dogma da**

Trindade, assim argumentou:

O essencial porém não está no fato de que o Novo Testamento não possua nenhuma fórmula trinitária, e sim de nele aparecerem três figuras que se acham numa relação manifesta de interação, quais sejam o Pai, o Filho, gerado pelo Espírito Santo, e o próprio Espírito Santo. As fórmulas de bênção, as circunstâncias solenes, a menção de atributos (como p. ex. o Trishagion) possuem o antigo caráter mágico-trinitário. ⁽²¹⁴⁾ Conquanto **nada provem em favor da Trindade no Novo Testamento**, existem e, como **as três pessoas divinas, constituem indícios claros de um arquétipo em ação**, que opera sob a superfície, oferecendo o ensejo para a formação de tríades. Esta evolução indica-nos que **o arquétipo trinitário** já se encontra atuando no Novo Testamento; o que se segue decorre grandemente do que precede. Esta afirmação é particularmente válida naqueles casos em que, como no da **Trindade, se trata do efeito de um conteúdo inconsciente preexistente, qual seja, o arquétipo**. Na realidade, como nos mostram as confissões de fé, as **alusões do Novo Testamento à tríade divina foram desenvolvidas nos sínodos dos Padres, de uma forma inteiramente consequente, até desembocar na homoousia; isto ocorreu de modo inconsciente**, pois os Padres ignoravam a existência dos protótipos egípcios que já haviam atingido anteriormente o nível do *δμοούσως*. Estas influências na posteridade foram o resultado inevitável das intuições triádicas presentes no início do Cristianismo e significam ampliações do

arquétipo já cristalizado. O fato de terem ocorrido de forma ingênua e isenta de preconceitos constitui uma prova direta de que aquilo que o Novo Testamento indica era realmente a Trindade, como a própria Igreja o admite. (215)

E um pouco mais à frente, no cap. IV – Análise psicológica da Trindade, onde desenvolve a hipótese do arquétipo, disse Jung:

1. A HIPÓTESE DO ARQUÉTIPO

A ordem em que se sucedem os Símbolos de fé ilustra o modo pelo qual a ideia da Trindade evoluiu no decurso dos séculos. Tal evolução evitou de forma coerente, ou combateu com êxito todos os desvios racionalistas, como p. ex., a plausível heresia ariana. Ela levantou em torno das alusões trinitárias originais, contidas na Sagrada Escritura, um arcabouço de ideias que constitui uma *petra scandali* [pedra de escândalo] para os racionalistas liberais. Mas as proposições “religiosas” nunca são racionais em sentido corrente, pois elas têm sempre em mira aquele outro mundo, o *mundus archetypus* [mundo arquetípico] de que a inteligência comum, que só se ocupa do exterior, não toma consciência. **Assim, o desenvolvimento da ideia cristã da Trindade reconstituiu inconscientemente ad integrum [integralmente] o arquétipo da homoousia entre o Pai, o Filho e o Ka-mutef, que aparece pela primeira vez na teologia real egípcia.** Não que a concepção egípcia fosse como

que o arquétipo da ideia cristã. O arquétipo em si, como expliquei em outra parte ⁽²¹⁶⁾, não é um fator explícito, mas uma disposição interior que começa a agir a partir de um determinado momento da evolução do pensamento humano, organizando o material inconsciente em figuras bem determinadas ⁽²¹⁷⁾ ou, mais precisamente, reunindo e ordenando as representações divinas em tríades e trindades e um sem-número de usos rituais e mágicos em conjuntos ternários ou em grupos de três membros, como as fórmulas apotropaicas, as bênçãos, os louvores, etc. **O arquétipo, onde quer que se manifeste, tem um caráter compulsivo, precisamente por proceder do inconsciente; quando seus efeitos se tornam conscientes, se caracteriza pelo aspecto numinoso. É a este caráter numinoso compulsivo do arquétipo e à enorme dificuldade de enquadrá-lo no mundo da racionalidade humana que se deve a existência de todas as discussões vazias, sofisticações, disputas verbais, intrigas e violências, que empanam a face da história do dogma da Trindade; nunca porém são as sutilezas conscientes – muitas vezes responsabilizadas de ericar a especulação trinitária. Embora os Imperadores, por razões políticas, se tivessem apropriado da disputa trinitária, pondo-a a serviço de seus próprios objetivos, esta faixa singular da história do pensamento não deve ser atribuída a fatores de ordem política, como também sua origem não pode ser atribuída a causas sociais e econômicas. O único fator que a explica é o aparecimento da “mensagem” cristã que revolucionou psicologicamente o**

homem ocidental. Segundo nos dizem os Evangelhos e, de modo particular, as cartas de Paulo, ela se verifica com o aparecimento real e verdadeiro do Homem-Deus na esfera cotidiana do homem, acompanhado de todos os sinais miraculosos dignos de um Filho de Deus. Por mais obscuro que pareça o núcleo histórico deste fenômeno às exigências modernas de exatidão em relação aos fatos, não deixa também de ser verdadeiro que os efeitos psíquicos grandiosos que se prolongam através dos séculos não surgiram sem uma causa real. **Infelizmente, os relatos evangélicos que devem sua existência ao zelo missionário dos primeiros cristãos são uma fonte muito escassa, em termos de ideias, para os que tentam uma reconstituição histórica dos fatos;** mas eles oferecem informações abundantes sobre as reações psicológicas do meio ambiente daquela época. Tais reações e as informações anexas prosseguem dentro da história do dogma, onde continuam sendo vistas como efeitos da ação do Espírito Santo. Este modo de interpretar, cujo valor metafísico escapa ao psicológico, é de máxima importância; com efeito, ele nos revela que havia uma opinião ou crença dominante, segundo as quais o verdadeiro agente que operava no processo de formação das ideias não era o *intelecto humano*, mas uma *instância extraconsciente*. Motivo algum de ordem filosófica deve levar-nos a ignorar este fato psicológico. **Certos argumentos iluministas, como o de que “o Espírito Santo é uma hipótese indemonstrável”, são desproporcionais aos resultados da Psicologia. (Mesmo uma ideia absurda é real, apesar de seu conteúdo não ter**

sentido na ordem dos fatos). A Psicologia ocupa-se única e exclusivamente de fenômenos psíquicos. Estes podem ter o mero aspecto de aparições, que podem ser estudadas a partir de vários pontos de vista. Assim pois a afirmação de que o Espírito Santo é o inspirador do dogma significa que este não provém de uma sofisticação nem de meras especulações conscientes, mas é motivado por fontes extraconscientes e mesmo extra-humanas. Enunciados como estes e outros semelhantes ocorrem geralmente em acontecimentos de natureza arquetípica. Eles aparecem sempre associados ao sentimento de presença de algo numinoso. O sonho arquetipo, p. ex., pode fascinar o indivíduo a tal ponto, que ele se sente inclinado a tomá-lo como uma iluminação, uma advertência ou uma ajuda sobrenatural. Nos tempos atuais as pessoas em geral se acanham de revelar experiências desta natureza e com isto denunciam a existência de um medo sagrado diante do numinoso. Quaisquer que sejam as experiências com o numinoso, todas têm em comum a circunstância de assentar suas fontes num plano extraconsciente. A Psicologia utiliza aqui, como se sabe, o conceito de “inconsciente” e, de modo particular, de “inconsciente coletivo”, em oposição ao de *consciente individual*. Quem rejeita o primeiro, e só admite o segundo, vê-se obrigado a dar explicações personalísticas. **Mas as ideias coletivas e, de modo particular, as de caráter manifestamente arquetípico, nunca derivam de um fundo pessoal.** Ao apelar para Engels, Mary, Lenin e outros, como seus pais, o Comunismo simplesmente não percebe que está reavivando

uma ordem social arquetípica, que sempre existiu entre os primitivos. Assim se explica seu caráter “religioso” e “numinoso” (isto é, fanático). **Os Padres da Igreja também não sabiam que sua Trindade tinha um passado velho, de um milênio.**

É indiscutível que a doutrina trinitária corresponde originariamente a uma *ordem social de tipo patriarcal*. Mas não temos elementos para dizer se foram as condições sociais que provocaram a ideia ou se, inversamente, foi a ideia que revolucionou a ordem social. O fenômeno do Cristianismo primitivo e o aparecimento do Islão – para só darmos estes exemplos – mostram-nos o poder das ideias. O leigo que não tem a possibilidade de observar de que maneira se comportam os complexos autônomos, em geral se inclina a atribuir, em consonância com a tendência mais comum, a origem dos conteúdos psíquicos ao mundo ambiente. Em relação aos conteúdos representativos da consciência, não resta dúvida de que esta expectativa é legítima. Mas, além destes conteúdos, também existem as reações de caráter irracional e afetivo, bem como os impulsos para uma organização (arquetípica) do material consciente. Neste caso, quanto mais claro se torna o arquétipo, mais fortemente se faz sentir o seu “fascinsum” e sua respectiva formulação como algo “demoníaco” (no sentido de δαίμων [= ser sobrenatural]), ou como “divino”. Tal afirmação significa que se é dominado pelo arquétipo. As representações que estão na base desta afirmação são, por sua própria natureza, antropomórficas e por isto mesmo se diferenciam do arquétipo ordenador que, em si mesmo, não é evidente, pelo fato de ser

inconsciente. ⁽²¹⁸⁾ Tais representações mostram-nos, porém, que um arquétipo se tomou *ativo*. ⁽²¹⁹⁾

A história do dogma trinitário representa, portanto, a manifestação gradativa de um arquétipo, que organizou as representações antropomórficas de Pai, Filho, Vida, Pessoas distintas, numa figura arquetípica numinosa, ou seja, a “Santíssima Trindade”. Ela é vista, pelos contemporâneos, sob aquele aspecto que a Psicologia designa pelo nome de *presença psíquica extraconsciente*. Se existe, como aconteceu e acontece aqui, um consensus generalis a respeito de uma ideia, então é lícito falar de uma presença coletiva. Semelhantes presenças são, p. ex., em nossos dias, as ideologias fascista ou comunista, a primeira acentuando a posição de mando do chefe e a segunda, a comunhão de bens da sociedade primitiva. ⁽²²⁰⁾ (itálico do original)

Assim, a Trindade cristã, ainda que implantada de forma totalmente inconsciente, é, sem dúvida, um arquétipo, longe, portanto, da originalidade proveniente de alguma nova revelação sobre a divindade cristã.

Seria uma crença desde o início do cristianismo?

Vejamos para que lado as nossas fontes apontam, ao pesquisarmos sobre o cristianismo primitivo.

Dividiremos em tópicos para melhor compreensão dos fatos que venham a comprovar a existência da crença da Trindade nos primórdios do cristianismo.

1º) Dois Apócrifos do Cristianismo Primitivo

Em nossa pesquisa, acabamos por ver referências a dois documentos, nos quais dizem existir a Trindade, que são os apócrifos “*Pastor de Hermas*” e “*Didaqué (ou Didaquê)*”.

Da obra ***O Pastor de Hermas***, temos as seguintes informações:

Esta obra foi **escrita em meados do segundo século por Hermas, entre 142 e 155 d.C.**

Foi um dos escritos mais considerados da

antiguidade cristã; por muito tempo, tida como inspirada, inclusive alguns a colocavam no Cânon do N.T. As frequentes referências que se encontram dela em várias obras do período patrístico, demonstram a alta estima em que era tida. **A obra era muito usada no cristianismo primitivo para instruir aqueles que acabavam de entrar na Igreja e queriam ser instruídos na piedade**, como podemos comprovar no início do século IV no testemunho de Eusébio (HE, III,3:6).

Após larga difusão, especialmente, no Oriente, nas Igrejas gregas, inspirado para uns, apenas útil para todos e até mesmo recusado por outros, **o Pastor foi, definitivamente, colocado entre os apócrifos após o Concílio Ecumênico de Hipona em 393**, onde a Igreja definiu o catálogo bíblico. ⁽²²¹⁾

De fato, Eusébio de Cesareia, em sua obra ***História Eclesiástica: Os Primeiros Quatro Séculos da Igreja Cristã***, cita o *Pastor* por três vezes ⁽²²²⁾. Em uma delas, lemos:

[...] o mesmo apóstolo [Paulo] nas saudações no final da Epístola aos Romanos também menciona entre outros a Hermes, de quem dizem prover nosso **livro chamado Pastor**, deve-se observar que isso também **é questionado por alguns**, pelo que não é colocado entre os de autoridade reconhecida (*homologoumenoi*). **Outros porém, julgam-no muito útil**, especialmente para os que necessitam

de instrução elementar. Por esse motivo, sabemos que **já tem uso público em igrejas, e vejo, pela tradição, que alguns dos autores mais antigos fizeram uso dele.** [...]. ⁽²²³⁾

Percebe-se que havia dois lados, os que a consideravam sem autoridade e o dos que a viam útil, mas o fato é que era usada nas igrejas. Menciona ainda autores antigos que a utilizaram, entre eles podemos citar: Ireneu, Clemente de Alexandria, Orígenes, Tertuliano e São Jerônimo ⁽²²⁴⁾, listados no livro *Padres Apostólicos*.

Para Eusébio de Cesareia várias eram as obras espúrias, entre elas encontramos tanto o *Pastor*, quanto as *Instituições dos Apóstolos (Didaqué)* ⁽²²⁵⁾.

Em ***Padres Apostólicos***, parte dedicada a Hermas, no item 5. *Cristologia* da Introdução, encontramos esta importante informação:

Hermas não emprega nenhuma vez, ao longo de sua obra, os termos Jesus Cristo, ou Logos. Nomeia-o com os termos Salvador, Filho de Deus e Senhor. Na Paráb. IX,1, se lê que o anjo da penitência diz a Hermas: “Quero mostrar-te outra vez tudo o que te mostrou o Espírito Santo, que falou contigo sob a figura da Igreja; porque aquele

Espírito Santo é Filho de Deus!. **Aí se diz claramente que o Filho de Deus é o Espírito Santo e não Jesus Cristo.** Por isso a cristologia de Hermas suscitou muitas dificuldades. Segundo Hermas, teríamos **duas pessoas em Deus: Deus-Pai e Deus-Espírito-Filho**”, cujas relações se configuram como as de Pai e Filho. ⁽²²⁶⁾

Ora, ora, então temos que, em Hermas, a crença de um Deus em somente duas pessoas e não em três, como querem nos fazer crer.

Aliás, a nosso ver, sua obra está mais para apontar a existência de uma divindade, sem qualquer tipo de divisão, conforme se poderá comprovar em ***Padres Apostólicos***, parte Hermas, tópico “Primeiro mandamento”:

26. “Antes de tudo, **crê que existe um só Deus**, que criou e organizou o universo, fazendo passar todas as coisas do não ser para o ser, que contém tudo e ele próprio não é contido por nada. Crê nele e teme-o, e temendo-o, sê continente [...]” ⁽²²⁷⁾

Embora, em Hermas, cite a expressão Espírito Santo, não a emprega no sentido ordinário que se relaciona com a Trindade:

33. Ele me disse: “Sê paciente e prudente, e dominarás todas as ações más e realizarás toda a justiça. Se fores paciente, **o Espírito Santo, que habita em ti**, será límpido e não ficará na sombra de outro espírito mau. Encontrando grande espaço livre, ele ficará contente e se alegrará como o vaso em que ele habita e servirá a Deus com alegria, pois terá felicidade em si mesmo. **Se sobrevier acesso de cólera, imediatamente o Espírito Santo, que é delicado, se angustiará por não ter lugar puro, e procurará afastar-se do lugar.** Ele se sente sufocado pelo espírito mau e não tem mais lugar para servir a Deus como quer, porque está contaminado pela cólera. [...]” ⁽²²⁸⁾

41. Ele continuou: “Escuta, portanto, insensato, **como a tristeza expulsa o Espírito Santo** e depois salva. Quando o vacilante empreende uma ação e não colhe êxito por causa de sua própria dúvida, **a tristeza se insinua nele e entristece o Espírito Santo e o expulsa.** Em seguida, a cólera se apodera da pessoa por causa de qualquer coisa, e o amargura muito. De novo, a tristeza entra no coração do homem que se irritou, o qual se entristece pelo que fez e se arrepende de ter feito o mal. Essa tristeza, portanto, parece trazer a salvação, porque, depois de ter feito o mal, a pessoa se arrepende. Essas duas atitudes entristecem o espírito: a dúvida, porque não colheu êxito no empreendimento; e a cólera, porque fez o mal. **As duas entristecem o Espírito Santo.** Afasta, portanto, a tristeza de ti, para não entristecer o Espírito Santo que habita em ti, a fim de que ele não suplique a Deus contra ti e de ti se afaste. **Com**

feito, o Espírito de Deus, que foi dado ao teu corpo, não suporta a tristeza nem a angústia.”
(²²⁹)

59. Ele respondeu: “Escuta. [...] **Deus fez habitar na carne que ele havia escolhido o Espírito Santo preexistente**, que criou todas as coisas. Essa carne, em que o Espírito Santo habitou, serviu muito bem ao Espírito, andando no caminho da santidade e pureza, sem macular em nada o Espírito. Ela se portou digna e santamente, participou dos trabalhos do Espírito e colaborou com ele em todas as coisas. Comportou-se com firmeza e coragem e, por isso, Deus a escolheu como companheira do Espírito Santo. Com efeito, **a conduta dessa carne agradou a Deus, pois ela não se maculou na terra, enquanto possuía o Espírito Santo.** [...] Toda carne em que o Espírito Santo habitou e que for encontrada pura e sem mancha, receberá sua recompensa. [...]” (²³⁰)

Tomando-se de tudo que está dito, é fácil entender que para Hermas o Espírito Santo nada mais é o espírito do homem, enquanto esse age no bem.

Devemos, finalmente, ver isto que disse Hermas: “[...] **O Filho de Deus nasceu antes de toda a criação**, embora ele tenha sido o conselheiro de seu Pai para a criação. [...]” (²³¹) Ora, isso nos coloca diante da situação de que, em algum

momento, Deus criou o Filho, conseqüentemente, não é incriado, como o próprio Deus.

De Champlin e Bentes tomaremos um trecho da definição para o termo *Didache* constante da obra ***Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia - Vol. 2:***

O termo **didache** é grego e significa “ensinamento”. Como título, refere-se aos ensinamentos do Senhor, transmitidos pelos apóstolos. O livro é um breve manual que fornece informações sobre a vida eclesiástica, questões morais e crenças dos antigos cristãos. Presumivelmente foi escrito antes de 150 D.C. [...].
(²³²) (grifo do original)

É citado por Henry Bettenson, em *Documentos da Igreja Cristã*, na Secção VII – Igreja, o Ministério e os Sacramentos, no tópico III – Uma disciplina eclesiástica do segundo século, entretanto, preferimos transcreveremos o que tem a ver com o nosso assunto da obra ***Padres Apostólicos:***

7. ¹Quanto ao batismo, procedam assim: Depois de ditas todas essas coisas, **batizem em água corrente, em nome do Pai e do Filho e do**

Espírito Santo.

²Se você não tem água corrente, batize em outra água; se não puder em água fria, faça-o em água quente.

³Na falta de uma e outra, derrame água sobre a cabeça, **em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.** ⁽²³³⁾

9. 5 Ninguém coma nem beba da Eucaristia, se não tiver sido **batizado em nome do Senhor**, porque sobre isso o Senhor disse: “Não deem as coisas santas aos cães.” ⁽²³⁴⁾

Infelizmente, não temos como ver a *Didaqué* como um forte apoio à crença na Trindade, porquanto, se no item 7.1 é dito para se “batizar em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”, no 9.5, só se refere ao batismo “em nome do Senhor”, título esse, certamente, aplicado a Jesus.

E era justamente dessa forma que se batizava àquela época, como se vê em Atos dos Apóstolos, conforme já falamos, e não em nome das três pessoas da Trindade. Será que também adulteraram a *Didaqué*?

Sobre essa obra, esclarece-nos Bettenson, dizendo o seguinte: “Descoberta em Constantinopla

em 1875. Data incerta e autor desconhecido. **Procedência e importância controversas.** [...]”
(²³⁵)

Eusébio de Cesareia, em ***História Eclesiástica***, no Capítulo XXV, do Livro 3, intitulado “As Sagradas Escrituras reconhecidas como genuínas e as que não são reconhecidas”, menciona-a como pertencente ao último grupo:

[...] **Entre os espúrios devem ser alistados** ambos os livros chamados Atos de Paulo e aquele chamado **Pastor** e o Apocalipse de Pedro. Além desses, os livros chamados a Epístola de Barnabé e **as chamadas Instituições dos Apóstolos**. Além disso, como já afirmei, caso pareça correto, o Apocalipse de João, que alguns, como já disse, rejeitam mas outros colocam entre os genuínos. [...]. (²³⁶)

No livro ***Como os Teólogos Refutam...***, de Mário Cavalcanti de Mello (?-?), lemos o seguinte:

Atentemos na “Constituição dos Apóstolos”. Ela é, **no dizer de Voltaire, um autêntico monumento de dogmas do IIº século e que, apesar de ser obra de falsário**, rende homenagem à verdade, guardando um silêncio absoluto sobre inovações

que não podiam prever e que foram apresentadas com o correr dos tempos.

Não encontramos neste monumento do IIº século, nem Trindade, nem consubstancialidade, nem transubstanciação, nem confissão auricular. Não encontramos, ainda, que Maria haja sido mãe de Deus, que Jesus tenha tido duas naturezas e duas vontades e que o Espírito Santo proceda do Pai e do Filho. Todos esses singulares ornamentos da fantasia, estranhos à religião do Evangelho, foram acrescentados depois.

Aí ireis encontrar três pessoas, mas nunca três pessoas em um só Deus.

Analisemos com imparcialidade, sem espírito preconcebido, a prece comum que os cristãos faziam em suas assembleias, no IIº século, pela boca do bispo:

“Ó Deus poderoso, inacessível, não engendrado, único e verdadeiro Deus e pai de J. Cristo, teu filho único, Deus do Paracleto, Deus de todos, tu que constituíste doutores os discípulos por Cristo, etc... (Constituição Apostólica, liv. VIII, c. II)”.

Eis aí um só Deus que comanda o Cristo e o Paracleto e que não se assemelha à Trindade, à consubstancialidade estabelecida depois em Nice, malgrado as constantes reclamações de dezoito bispos e de dois mil padres. (Historie de l'Église de Constantinople et d'Alexandrie). (237)

Vejamos, na sequência, o que poderemos

encontrar no cristianismo primitivo.

2º) No Cristianismo Primitivo

É interessante que sempre procuraram nos passar que a crença na Trindade era uma coisa comum desde o início do cristianismo. Para justificar, também citam um ou outro teólogo como se todo mundo pensasse da mesma maneira que ele ou eles, conforme o caso.

Encontramos dados importantes que nos comprovam que, naquela época, tal crença não era comum; leiamos, por exemplo, o que disse um escritor católico prof. Felipe Aquino em ***Falsas Doutrinas: Seitas e Religiões***:

[...] chamam-se 'ortodoxos', porque nos tempos das controvérsias teológicas sobre a Santíssima Trindade e Jesus Cristo (séculos IV-VII) sempre tiveram a reta doutrina (ortodoxia). ⁽²³⁸⁾

Ora, se houve um período considerado como “os tempos das controvérsias teológicas” é porque tais controvérsias existiram. Logo, por lógica, há de se

deduzir que, nesse período, elas, ou seja, as controvérsias, só existiam porque não havia unanimidade de pensamento sobre essa crença.

Vejamos, inicialmente, o entendimento de alguns grupos dos primórdios do cristianismo, bem como de vários desses teólogos, visando saber se essa crença era mesmo dominante, como, geralmente, querem nos fazer crer.

Em ***Evangéhos Perdidos***, leiamos o que Ehrman diz:

A ampla diversidade do Cristianismo primitivo pode ser vista acima de tudo nas crenças teológicas abraçadas por pessoas que se viam como seguidores de Jesus. **Nos séculos II e III havia, é claro, cristãos que acreditavam em um único Deus. Mas havia outros que insistiam haver dois. Alguns diziam que havia trinta. Outros declaravam que havia 365. [...].**

[...].

Como poderiam algumas dessas visões até mesmo ser consideradas cristãs? Ou, colocando a questão de forma diferente, como as pessoas que se consideravam cristãs poderiam defender tais crenças? **Por que não consultavam suas Escrituras** para ver que não eram 365 deuses, ou que o verdadeiro Deus havia criado o mundo, ou que Jesus havia morrido? **Por que elas**

simplesmente não liam o Novo Testamento?

É porque não havia Novo Testamento. Com certeza, os livros que foram finalmente reunidos no Novo Testamento haviam sido escritos em torno do século II, mas **eles não tinham sido ainda agrupados em um cânone autorizado e amplamente reconhecido de Escritura.** E havia também outros livros tidos como de autorias igualmente impressionantes – outros Evangelhos, Atos, Epístolas e Apocalipses, que declaravam ter sido escrito pelos apóstolos terrenos de Jesus.

Tudo isso começou a mudar de modo significativo no século XIX, quando alguns estudiosos começaram a questionar a “objetividade” desses primeiros escritores cristãos, como, por exemplo, Eusébio, o autor ortodoxo do século IV, pretense Pai da História da Igreja, que reproduziu para nós o relato mais antigo do conflito. Esse questionamento inicial da exatidão de Eusébio acabou se tornando, em alguns círculos, um verdadeiro ataque a seu caráter, pois estudiosos do século XX começaram a submeter a obra de Eusébio a uma crítica ideológica que expôs a tendenciosidade do escritor e o quanto isso influenciou sua apresentação. [...].

Havia outros cristãos acusados de docetismo que tomaram um rumo ligeiramente diferente. **Para eles, Jesus era um ser humano real de carne e osso, mas Cristo era uma pessoa separada, um ser divino que, como Deus, não poderia experimentar a dor e a morte.** Nessa visão, o Cristo divino desceu do céu na forma de uma pomba no batismo de Jesus e entrou nele ⁽²³⁹⁾; esse

Cristo, então, tornou Jesus poderoso para realizar milagres e transmitir ensinamentos espetaculares até o fim, quando, antes de Jesus (já que o divino não pode morrer), o Cristo o deixou mais uma vez. [...].⁽²⁴⁰⁾

Já temos a ideia de que, no cristianismo primitivo, imperava a diversidade de pensamentos; muitos deles conquistaram os seus adeptos, que, obviamente, formaram grupos distintos uns dos outros. Em ***Evangelhos Perdidos***, Ehrman cita alguns; vejamo-los:

Ebionitas

Autores proto-ortodoxos concordam claramente que **os ebionitas eram e se compreendiam como judeus seguidores de Jesus**. Eles não eram o único grupo de judeus cristãos naquela época de cuja existência se tem conhecimento, mas eram o grupo que gerava algumas das maiores oposições. **Os cristãos ebionitas de quem temos mais informações acreditavam que Jesus era o Messias judeu, enviado pelo Deus judeu para o povo judeu, em cumprimento das escrituras judaicas**. Também acreditavam que, para alguém pertencer ao povo de Deus, precisava ser judeu. [...].

Um outro aspecto do Cristianismo dos ebionitas que os separou da maioria dos outros grupos

cristãos era seu entendimento acerca de quem era Jesus. **Eles não endossavam a noção da preexistência de Cristo ou de seu nascimento do ventre de uma virgem.** Essas ideias foram originariamente diferentes uma da outra. [...].

Os cristãos ebionitas, entretanto, não tinham nosso Novo Testamento e compreendiam Jesus de forma diferente. **Para eles, Jesus era o Filho de Deus não por causa de sua natureza divina ou de seu nascimento de uma virgem, mas devido à sua “adoção” por Deus.** Esse tipo de cristologia é, conseqüentemente, chamado às vezes de “adocionista”. Para expressar a questão de forma mais completa, **os ebionitas acreditavam que Jesus era um ser humano real, de carne e osso como todos nós, que nasceu como filho mais velho da união sexual de seus pais, José e Maria.** O que os distinguiu de todas as outras pessoas foi o fato de que ele guardou a Lei de Deus perfeitamente, e por isso foi o homem mais íntegro sobre a face da terra. [...]. ⁽²⁴¹⁾

Marcionitas

Vivendo na mesma época e experimentando a indesejada atenção de opositores proto-ortodoxos, embora localizados na outra extremidade do espectro teológico, estava um grupo de cristãos conhecidos como marcionitas. Neste caso, não há dúvida quanto à origem do nome. Eles eram seguidores de Marcião, o evangelista/teólogo do século II, conhecido no Cristianismo posterior como um dos arqui-hereses de sua época, mas, no final das contas, um dos mais significativos pensadores e escritores cristãos dos primeiros séculos. [...].

Os marcionitas, por outro lado, tinham uma religião altamente atrativa para muitos pagãos convertidos, pois era declaradamente cristã, sem nada judaico. De fato, tudo que era judaico foi retirado. [...].

[...] Marcião [...] **Concluiu que devia haver, na verdade, dois deuses: o Deus dos judeus, como se encontra no Velho Testamento, e o Deus de Jesus, conforme encontramos nos escritos de Paulo.**

Quando Marcião chegou a esse entendimento, todo o restante se encaixou naturalmente. O Deus do Velho Testamento era o Deus que criou este mundo e tudo que há nele, como está descrito no Gênesis. O Deus de Jesus, por isso, nunca tinha se envolvido com este mundo, mas só veio aqui quando o próprio Jesus surgiu do paraíso. O Deus do Velho Testamento era o Deus que chamava os judeus de seu povo e lhes deu a Lei. O Deus de Jesus não considerava os judeus seu povo (para ele, os judeus eram os escolhidos do outro Deus), e não era um Deus que outorgava leis. [...].

[...] **Marcião ensinava que Jesus não era verdadeiramente uma parte deste mundo material. Ele não tinha um corpo de carne e osso. Ele não nasceu realmente. Ele não era de fato humano. Ele apenas *parecia* um ser humano com uma existência material como todo mundo.** Em outras palavras, Marcião, assim como outros cristãos gnósticos, **era um docético que ensinava que Jesus apenas “parecia” ter um corpo carnal.**
(²⁴²)

Gnosticismo

Nenhuma forma de Cristianismo perdido tem intrigado tanto os leitores e confundido os estudiosos modernos quanto o Gnosticismo cristão primitivo. [...].

[...] Uma das características mais impressionante do Gnosticismo é o seu dualismo radical, no qual o mundo material é maligno e o mundo do espírito é bom. [...].

[...] os cristãos gnósticos **sustentavam que, no início, havia apenas Um. Esse Deus único era totalmente espírito, totalmente perfeito**, impossível de ser descrito, muito além de atributos e qualidades. Esse Deus não é somente desconhecido dos humanos; ele é incognoscível. Os textos gnósticos não explicam porque isso acontece, exceto quando sugerem que ele é tão “outra coisa” que as explicações – as quais requerem tornar conhecível algo que não é conhecível comparando-o a algo mais – simplesmente não podem funcionar. [...].

A maioria dos gnósticos, porém, adotou outra linha, **declarando que Cristo era um emissário divino do reino acima, totalmente espírito, e que temporariamente entrou no homem Jesus a fim de transmitir o conhecimento que pode libertar as centelhas de seu aprisionamento material**. Para esses gnósticos, o próprio Jesus era de fato um ser humano, embora alguns pensassem que ele *não* era constituído como o resto de nós, de modo que pôde receber o emissário divino; alguns, por exemplo, pensavam que ele era um “corpo-alma” em vez de um “corpo-carne”. De qualquer forma, no

batismo, Cristo entrou em Jesus (sob a forma de uma pomba, como nos Evangelhos do Novo Testamento); e, no fim, deixou o homem Jesus sofrer sua morte sozinho. É por isso que Jesus exclamou: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonastes?” (Literalmente: “Porque me deixastes para trás?”). [...]. ⁽²⁴³⁾

Montanismo

Esse não era o único “movimento profético” no Cristianismo proto-ortodoxo dirigido por estritas preocupações éticas. O mais famoso é particularmente interessante, pois embora completamente ortodoxo em suas visões teológicas, veio a ser considerado sectário por seus colegas proto-ortodoxos, em parte por causa de sua **confiança na revelação direta de Deus, e não na Escritura**. O movimento foi chamado de **montanismo** por seus oponentes e a ortodoxia fica óbvia pela sua constituição. Seu mais famoso convertido era ninguém menos que **Tertuliano**, um rígido moralista, cujas credenciais teológicas nenhum cristão proto-ortodoxo poderia negar. ⁽²⁴⁴⁾

Nenhum desses grupos, conforme se vê, defendia uma Trindade divina. Ela, segundo, Champlin, aparece no século II da E.C. Leiamos o que, em ***O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo - Vol. 4***, ele diz:

O vocábulo “trindade” evidentemente foi pela primeira vez usado por Tertuliano, na última década do século II D.C., mas não encontrou lugar na teologia formal da igreja até ao século IV D.C. Essa doutrina recebeu ampla expressão, pela primeira vez, em resultado da obra de pais capadóciós da igreja (meados do século IV D.C. e mais tarde), a saber, Basílio, Gregório de Nissa e Gregório Nazianzeno. Eles formularam as ideias de distinção hipostática e de unidade substancial; mas algumas de suas explicações são claramente triteístas, e não trinitárias, o que se verifica sempre quando alguém tenta “explamar” o que está em foco. **A doutrina da trindade recebeu declaração formal na carta sinodal do concílio realizado em Constantinopla, em 381 D.C.** (preservada por Teodoro, *História Eclesiástica*, v. 9). Ainda antes, tal como no credo de Niceia, em 325 D.C., e **nos escritos dos pais da igreja Inácio, Irineu, Tertuliano e Orígenes, podem ser encontradas fórmulas trinitárias.** O conceito da trindade, pois, é quase tão antigo como o “cânion” do próprio N.T., tendo surgido na história eclesiástica quase tão prontamente quanto qualquer teologia formal. Tertuliano falava de “uma substância, três pessoas”.

Após o século IV D.C., a posição trinitária se tomou o padrão da igreja, ainda que, periodicamente, tivesse sofrido ataques e negações. Os principais desses ataques foram o monoteísmo hebreu, o arianismo, o sabelianismo, o socinianismo e o unitarismo. A heresia gnóstica, naturalmente, antes disso, já vinha assediando a igreja por cento e cinquenta anos, desde os próprios dias apostólicos; essa heresia não tinha o conceito

trinitário. (Ver Col. 2:18 quanto a notas expositivas completas sobre esse sistema).

É verdade, naturalmente, que os primitivos cristãos, sem teologia sofisticada, não formularam qualquer “conceito trinitário”. Somente muitas décadas de reflexão desenvolveram esse pensamento. Tal “reflexão”, porém, foi frutífera, deixando transparecer certas verdades que a igreja primitiva não possuía e nem descreveu de modo formal. Crentes individuais têm negado, duvidado ou ignorado essa verdade, a qual não deve tornar-se base de nossa comunhão uns com os outros. É crente o indivíduo que reconhece a Jesus Cristo como Salvador (Col. 2:19). Um homem pode fazer isso sem mostrar-se sofisticado em sua teologia ao ponto de formular um conceito trinitário.
(²⁴⁵)

Então, se o vocábulo “Trindade” aparece pela primeira vez em Tertuliano, fica patente que essa crença não existia antes disso como algo em que todos acreditavam; entretanto, não é o que sempre querem dar a entender os que a justificam. Como declaração formal da Igreja a Trindade só aparece em 381, resultante do Concílio de Constantinopla.

Se os ditos “pais da Igreja” Inácio, Ireneu, Tertuliano e Orígenes, acreditavam nisso é o que veremos mais à frente quando os citarmos junto com

outros ícones da Igreja.

Uma coisa que fica bem clara para nós é o fato de que apenas citar nominalmente os três personagens que julgam integrantes da Trindade, isso, necessariamente, não quer dizer que se acredita nela, porquanto, só teremos essa crença se forem relacionados como uma tríade, na qual os seus membros estão no mesmo nível, em qualquer aspecto que se queira estabelecer.

Além desses movimentos, existiram vários outros que jogam por terra o argumento de que a crença na Trindade era algo pacífico, na qual todos acreditavam. Podemos citar as divergências existentes no cristianismo primitivo, especialmente as relacionadas à pessoa do Cristo: cristologia.

As principais correntes cristãs que participaram das disputas cristológicas nos primeiros séculos do Cristianismo, conforme a [Wikipédia](#), foram:

Adocionismo, ou adocianismo: (em Portugal, adopcionismo), é a doutrina segundo a qual Jesus era um simples ser humano, elevado a uma dignidade semelhante à de Deus, logo após a sua morte. Uma visão teológica do Cristianismo

Primitivo. No pensamento judaico, o messias era um ser humano escolhido por Deus na realização de seu propósito: conquistar os hebreus e torna-lhes conhecidos entre as nações. Ao mesmo tempo, o adocionismo era psicologicamente interessante para os primeiros cristãos, já que estes eram uma comunidade humilde e atrasada, e, por onde era fácil identificar-se com um herói como Jesus. Sendo humano como qualquer que fosse escolhido (“ungido”) por Deus, e que por onde dava esperança de salvação aos próprios cristãos, tão humildes, ao contrário tendo Deus como seu herói Maior.

Apolinarismo: Afirmava que no Cristo o espírito estava substituído pelo “Logos divino”, com o que implicitamente negava a natureza humana completa do Redentor, um dogma católico. Foi condenado no Concílio de Constantinopla, no ano 381 EC.

Sabelianismo: pregado por Sabélio um bispo de Cirene, hoje Líbia. Também chamado de *Modalismo*, pois fala que Deus se manifesta de modos distintos, mas não possui pessoas.

Arianismo: Condenado no Concílio de Niceia (325 EC), o arianismo, era diretamente oposto ao apolinarismo, negava a consubstancialidade do filho (Cristo) com o Pai (Deus) e como também a doutrina da Trindade católica. Nesta visão monoteísta, Cristo era uma criatura criada como todas as outras. Favorecida primeiramente pelo Imperador Constâncio (337-361 EC), esta escola foi repelida por Teodósio (379-395 EC). Adotada oficialmente pelo reino visigodo na Espanha até sofrer oposição pelo rei Recaredo I (589 EC), que se converteu à fé romana.

Monarquismo: Foi uma doutrina originada no segundo século que não reconhecia que em Deus havia mais de uma pessoa e considerava Jesus como um simples ser humano, no entanto, aceitava seu nascimento como milagroso. Os monarquistas se dividiram em modalistas, a quem afirmaram que Cristo fosse outro homem para o mesmo Deus ou uma emanção do Logos divino encarregado de transmitir sua mensagem, patripasianistas, a quem sustentavam que foi o mesmíssimo Deus Pai quem havia vindo a terra e havia morrido.

Monofisismo ou eutiquianismo: Afirma que em Cristo existe uma só natureza: a divina.

Nestorianismo: Proposta pela primeira vez no quinto século EC, esta doutrina afirmava que no “Verbo” (Jesus Cristo, tal como está descrito no evangelho de João 1:1) existiam duas pessoas: a divina (Cristo, filho de Deus) e a humana (Jesus, filho de Maria). No madeiro, por outro lado, só havia morrido um humano. Para o catolicismo, em contraste, o Filho era uma só pessoa das três que integram a Trindade. Foi condenada no Concílio de Éfeso (431 EC). Atualmente os cristãos assírios, no Iraque, mantiveram esta crença.

Origenismo: Proscrita no segundo Concílio de Constantinopla (553 EC), afirmava a imortalidade da alma humana (o catolicismo nessa época afirmava que a alma só é criada no momento da concepção biológica) Uma dessas almas havia sido a do Cristo, que se encarnou com o objetivo de proporcionar a salvação aos homens.

Priscilianismo: Agostinho, Turíbido de Astorga, papa Leão o Grande e Orósio difundiram a ideia que

Prisciliano, um pregador do quarto século EC baseado nos ideais de austeridade e pobreza, tido como herético por supostamente negar o dogma da Trindade, a encarnação do Verbo, atribuição que Jesus havia tido um corpo falso e maniqueísmo. Essas atribuições levaram a sua condenação no Sínodo de Braga em 563. Em 1885 Georg Schepss descobriu na Universidade de Würzburg alguns manuscritos de Prisciliano e provou que as acusações eram falsas e que a teologia dele modernamente seria considerada ortodoxa. ⁽²⁴⁶⁾

Alguns dos acima listados foram mencionados por Philip Jenkins (1952-), historiador e professor universitário, em sua obra ***Guerras Santas: Como 4 Patriarcas, 3 Rainhas e 2 Imperadores Decidiram em Que os Cristãos Acreditariam Pelos Próximos 1.500 anos***. Vejamos a sua lista por trazer novas informações, que, de uma certa forma, podem completar as anteriores:

Algumas antigas interpretações de Cristo

Durante os primeiros séculos do cristianismo, diversos eruditos tentaram explicar o papel de Cristo e a relação entre suas naturezas divina e humana. Certos estudos levaram a uma tendência pela Natureza Única, frisando sua divindade. Outros acentuaram que sua humanidade existia ao lado da divindade, aproximação passível de ser

categorizada como a teoria da Natureza Dupla. Entre alguns movimentos e pensadores importantes, incluem-se:

Adocionismo. – Abordagem das duas naturezas que coloca Cristo como homem tomado pelo espírito de Deus, mas essa divindade recaiu sobre ele apenas em algum momento no qual foi adotado, durante ou depois de sua vida terrena. As naturezas humana e divina existem separadamente.

Apolinário. – Bispo do século IV. Enfatizou a divindade de Cristo tão completamente que negou a presença de qualquer alma humana e racional em Cristo. Nessa concepção, Cristo possui natureza única, e esta é divina. O Primeiro Concílio de Constantinopla (381) condenou esse Conceito como herético.

Arianos. – Os seguidores de Ário negaram a plena igualdade de Deus Filho com o Pai, e assim negaram também a Trindade.

Basíledes. – Pensador cristão gnóstico do século II, ativo em Alexandria, no Egito. Ensinou uma complexa mitologia, na qual Cristo vinha ao mundo a fim de liberar as forças da luz do reinado material da ignorância e do mal. Cristo era a *Mente (noûs)* de Deus, que teria descido sobre Jesus por ocasião do batismo.

Cerinto. – Outro pensador gnóstico cristão (uns 100, aproximadamente), segundo o qual o ser espiritual de Cristo havia recaído sobre o homem Jesus durante seu batismo nas águas do Rio Jordão; esta constituiu uma pioneira (e radical) forma da Dupla Natureza.

Calcedônica. – A posição que se tornou a ortodoxia da Igreja da corrente principal após o Concílio de Calcedônia (451). Nessa visão, as duas naturezas estão unidas na pessoa única de Cristo, sem mistura: mudança, divisão ou separação. Cristo, assim, existe por inteiro em duas Naturezas.

Docetismo. – Crença primitiva na qual Cristo representa apenas uma forma ilusória, tomada por um ser puramente divino; não possuía, então, uma real natureza humana. Os sofrimentos de Cristo no Calvário e na cruz também foram ilusórios.

Ebionitas. – Antigo movimento judaico-cristão que dava Cristo como ser humano, filho de José e Maria; embora fosse o Messias, não possuía natureza divina.

Eutiques. – Filósofo monofisista, ativo na década de 440, que via Cristo como a fusão do divino e do humano. Mas críticos consideram que ele deixou pouco espaço aos elementos da identidade humana em Cristo.

Gnósticos. – Enxergavam Cristo como ser divino, vindo para redimir os crentes do mal e do contaminado mundo material. A verdadeira identidade ou natureza de Cristo sempre foi divina, e uma vez na Terra ele ocupou um corpo sobrenatural bastante distinto da humanidade.

Maniqueístas. – Originário do século III, este movimento transformou-se em religião independente. Seu fundador, Mani (ou Manés), defendia uma total e eterna guerra entre as forças da luz e das trevas. Cristo, como libertador, veio redimir os elementos de luz ocultos no mundo

material. Assim, foi um ser puramente sobrenatural ou divino, cujos elementos humanos seriam ilusórios – visão que se sobrepõe muito às ideias do docetismo e do gnosticismo.

Marcião. – (de 85 a 160, aproximadamente). Importante precursor do pensamento cristão, que argumentava em favor de uma radical distinção entre o falho Deus do Antigo Testamento e o verdadeiro Deus do Novo. Como Filho, Cristo representou o Deus maior, que o enviou para salvar o mundo do velho regime espiritual. Marcião foi condenado como herege.

Melquitas. – Originalmente, um termo insultante aos seguidores da ortodoxia calcedônia que viviam em áreas dominadas por monofisistas. Por seguirem sempre a religião do rei ou imperador, foram chamados de “Homens do Rei”.

Miafisistas. – Forma da cristologia da Natureza Única associada em particular com Cirilo de Alexandria e seus sucessores. Em seu conceito, Cristo encarnado tinha uma só natureza, embora esta fosse constituída de duas partes, a divina e a humana, compreendendo ainda elementos de ambas. Assim, Cristo combina duas naturezas.

Modalistas. – Ver Sabélio.

Monofisistas. – São os crentes na cristologia de Natureza Única. O termo é geralmente usado para cobrir outras aproximações menos extremas, incluindo o miafisismo.

Monotelismo. – No século VII, o Império Romano procurou superar a longa guerra entre as naturezas única ou dupla de Cristo. Ao contrário, os

Líderes civis e religiosos argumentaram que Cristo tinha uma única Vontade. Críticos chamaram essa visão de heresia monotelista (Uma Só Vontade), e como tal foi condenada oficialmente em 680.

Nestorianos. – Nestório foi acusado de ensinar que duas naturezas coexistiam dentro de Cristo, mas em uma conjunção que negava a verdadeira união. Maria assim foi a Mãe de Cristo, embora não pudesse ser considerada a Mãe de Deus. Eruditos tardios viram Nestório como mais próximo da ortodoxia dominante do que suas descrições sugerem, e por isso ele não era um “nestoriano”.

Paulo de Samósata. – Bispo de Antioquia no século III, Paulo acreditava que o homem Jesus tornou-se divino pelo batismo, O que foi rejeitado como uma forma de heresia das Duas Naturezas ou do adocionismo.

Sabélio. – Sábio e professor em Roma no começo do século III, defendia que Cristo tinha um corpo humano, mas era idêntico a Deus em sua natureza: não possuía real natureza humana. Nessa conceituação, Pai, Filho e Espírito não são pessoas, porém modos de um único ser divino. Cristo seria uno com o Pai, ao ponto de ter sido o Pai quem padeceu na cruz. Esta foi uma variante extrema da crença na natureza única.

Valentim. – Teólogo egípcio do século II, fundador de uma forma clássica da cristologia gnóstica, na qual o Cristo divino vem redimir o mundo do mal, sem exibir verdadeira natureza humana. Seu corpo sempre foi sobrenatural, e não humano na realidade.

Cristologia: Verbo/Carne. – Teólogos imaginaram, em termos de cristologia, que o Verbo de Deus, o *Logos*, encarnaria (*sarx*), e portanto o *Logos* seria o princípio condutor da carne ou do corpo de Cristo. Tal abordagem *Logos/Sarx* tendia a ver Cristo como representante da humanidade, mais do que, necessariamente, um indivíduo completo e desenvolvido.

Cristologia: Logos/Anthropos. – Nessa aproximação, tem-se que Verbo/Homem, o Verbo de Deus, o *Logos*, tornava-se humano na forma da pessoa (*anthropos*) de Jesus Cristo. Este não seria um representante genérico da humanidade, mas um ser humano pleno. ⁽²⁴⁷⁾

Em Ehrman, temos mais um autor falando sobre os vários grupos cristãos primitivos; leiamos em ***Evangelhos Perdidos***:

Falamos sobre **vários grupos cristãos primitivos**, mas, como vimos, **havia na verdade muitos mais**. Só os grupos gnósticos tinham tantas perspectivas, teologias e sistemas mitológicos que nem mesmo os caçadores de heresias puderam rastreá-las por completo. Além disso, havia misturas: cristãos judeus influenciados por gnósticos, gnósticos influenciados por marcionitas, proto-ortodoxos influenciados de uma forma ou de outra por todos.

Entretanto, apenas uma forma de Cristianismo, **esse grupo que temos chamado de proto-**

ortodoxos, emergiu como vitorioso, e é a essa vitória que devemos a maior parte dos traços conhecidos do que entendemos hoje por Cristianismo. Essa vitória nos legou quatro Evangelhos para contar praticamente tudo o que sabemos sobre a vida, morte e ressurreição de Jesus. Na verdade, transmitiu-nos o Novo Testamento inteiro, 27 livros, os únicos livros produzidos por cristãos que são aceitos como Escritura. Junto com essas “novas” Escrituras, estava o “Velho” Testamento, ainda aceito como cânone, embora às vezes considerado superado pelo Novo. A vitória proto-ortodoxa também transmitiu uma hierarquia eclesiástica – diferentes tipos de hierarquia em diferentes denominações. Mas, durante séculos (em partes da igreja), foi amplamente aceita e não problemática, tal como os ramos do governo federal nos Estados Unidos hoje, uma hierarquia de bispos, líderes, diáconos e, por fim, postos ainda mais altos, até o nível de Papa e subordinados.

Além disso, **a vitória proto-ortodoxa conferiu à história do Cristianismo um conjunto de práticas e crenças**, que incluem “sacramentos” praticados por cristãos em quase toda parte: o batismo e a Eucaristia. Além disso, incluem doutrinas familiares a qualquer pessoa em conformidade com o Cristianismo: **Cristo como divino e humano, completamente Deus e completamente homem, e a sagrada Trindade, o três-em-um: Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas, mas somente um Deus, o mistério no coração da fé cristã tradicional.** ⁽²⁴⁸⁾

Passemos ao tópico seguinte.

3º) Teólogos do Cristianismo Primitivo

Vejamos, então, conforme prometido, os teólogos de antanho, dentro de uma cronologia possível. Antes apenas é preciso esclarecer que a Enciclopédia Virtual **Wikipédia**, que, algumas vezes, foi citada, não é uma fonte de informação totalmente confiável do ponto de vista científico, uma vez que qualquer pessoa pode inserir dados nela, razão pela qual pedimos um pouco de reserva em tudo aquilo que transcrevemos dela.

Clemente de Roma

São Clemente I (Roma, c. 35 – Quersoneso, c. 100), também conhecido como **Clemente Romano** (em latim, *Clemens Romanus*), foi o quarto papa do Cristianismo da Igreja Romana, entre 88 e 97. Nascido em Roma, nos arredores do Coliseu, de família hebraica, foi um dos primeiros a receber o batismo de São Pedro. Foi sucessor de Anacleto I (ou Cleto) e autor da Epístola de Clemente aos Coríntios (segundo Clemente de Alexandria e Orígenes), o primeiro documento de literatura cristã, endereçada à Igreja de Corinto. [...]. ⁽²⁴⁹⁾

São Clemente de Roma, Papa no ano 96, ensinava: “Um Deus, um Cristo, um Espírito de graça” (Carta aos Coríntios 46,6). “Como Deus vive, assim vive o Senhor e o Espírito Santo” (Carta aos Coríntios 58,2). ⁽²⁵⁰⁾

Observa-se, claramente, que Clemente, embora tenha citado os três personagens, jamais os juntou para com elas se formar uma Trindade.

Inácio de Antioquia

Inácio foi bispo de Antioquia da Síria entre 68 e 100 ou 107, discípulo do apóstolo João, também conheceu São Paulo e foi sucessor de São Pedro na igreja em Antioquia. [...].

[...].

Jesus Cristo

Inácio revela-se conhecedor das processões divinas em Deus, ao reconhecer no Cristo a processão intelectual de Deus: “De fato, Jesus Cristo, nossa vida inseparável, é o pensamento do Pai”, o que seria mais tarde explicado à luz da filosofia por São Tomás de Aquino.

É interessante constatar como as comunidades cristãs no século I tinham um conhecimento aprofundado da natureza de Deus, Jesus Cristo é: “gerado e não criado, Deus existindo em carne”. Único filho gerado (unigênito).

Com este testemunho, Inácio trouxe para a construção do Dogma, pedras sólidas que ajudaram o Primeiro Concílio de Niceia (325) a fixar no Credo o genitum non factum, isto é, gerado e não criado. Embora Inácio ainda não tivesse esta precisão, Santo Atanásio de Alexandria, que colaborou na elaboração do vocábulo, reconheceu a perfeita ortodoxia no texto desta carta.

Inácio reconhecia a autoridade da Igreja de Roma sobre as demais igrejas. Para ele, Pedro e Paulo teriam pregado naquela cidade.

Santíssima Trindade

“Procurai manter-vos firmes nos ensinamentos do Senhor e dos apóstolos, para que prospere tudo o que fizerdes na carne e no espírito, na fé e no amor, no Filho, no Pai e no Espírito, no princípio e no fim, unidos ao vosso digníssimo bispo e à preciosa coroa espiritual formada pelos vossos presbíteros e diáconos segundo Deus. Sejam submissos ao bispo e também uns aos outros, assim como Jesus Cristo se submeteu, na carne, ao Pai, e os apóstolos se submeteram a Cristo, ao Pai e ao Espírito, a fim de que haja união, tanto física como espiritual”. (251)

O editor desse texto, preocupou-se em relacionar Inácio à crença da Trindade; entretanto, como apenas citas seus personagens, ficamos sem poder afirmar sua crença nela, fora o fato que temos a informação de que ela aparece pela primeira vez

em Tertuliano.

Justino

Justino, também conhecido como **Justino Mártir** (100-165 d.C.) foi um teólogo do século II.

[...].

Sobre o batismo

Vamos expor de que modo, renovados por Cristo, nos consagramos a Deus. Todos os que estiverem convencidos e acreditarem no que nós ensinamos e proclamamos, e prometerem viver de acordo com essas verdades, exortamo-los a pedir a Deus o perdão dos pecados, com orações e jejuns; e também nós rezaremos e jejuaremos unidos a eles. Em seguida, levamo-los ao lugar onde se encontra água; ali renascem do mesmo modo que nós também renascemos: recebem **o batismo da água em nome do Senhor Deus Criador de todas as coisas, de nosso Salvador Jesus Cristo e do Espírito Santo**. Com efeito, foi o próprio Jesus Cristo que afirmou: Se não renascerdes, não entrareis no reino dos céus (cf. Jo 3,3.5). É evidente que não se trata, uma vez nascidos, de entrar novamente no seio materno. (Justino – I Apologia Cap. 61: PG 6,419 – 422).

Os que são batizados por nós são levados para um lugar onde haja água e são regenerados da mesma forma como nós o fomos. **É em nome do Pai de todos e Senhor Deus, e de Nosso Senhor Jesus Cristo, e do Espírito Santo que recebem a**

loção na água. Este rito foi-nos entregue pelos apóstolos. (Justino, ano 151 d.C., I Apologia 61).
(²⁵²)

Conforme já demonstramos anteriormente, não se batizava citando esses três nomes, mas somente o nome de Jesus; portanto, é totalmente suspeito o que aqui se coloca a respeito do batismo. E, voltando à questão primordial, não há afirmação que os três sejam um, como se era de esperar para quem acredita nessa crença.

Entrementes vejamos em ***Os Evangelhos Perdidos: a Verdade Por Trás dos Textos Que Não Entraram na Bíblia***, outra referência a Justino:

Em Justino Mártir

Justino Mártir tem a mesma ideia central. Afirma ele sobre Jesus:

Nosso mestre nessas coisas é Jesus Cristo, que também nasceu para esse propósito e foi crucificado debaixo de Pôncio Pilatos, procurador da Judeia, nos tempos de Tibério César; nós o adoramos racionalmente, tendo aprendido que ele mesmo é o Filho do Deus verdadeiro e considerando-o no segundo lugar, e o Espírito profético no terceiro, nós provaremos. Pois eles proclamam nossa loucura que consiste nisso, que damos ao homem crucificado o segundo lugar em relação ao Deus imutável e eterno, o Criador de tudo; pois eles não conseguem discernir

o mistério contido aqui, ao qual, *como* deixaremos claro, oramos para que vocês deem atenção (*1 Apologia* 12-13).

Justino apresenta uma classificação da Trindade, mas também afirma que o homem que ensinou essas coisas é o Filho, Jesus Cristo. Esse Jesus também deve ser adorado, um ponto importante para um movimento que afirma venerar um único Deus verdadeiro.

No capítulo 7, destacamos a *2 Apologia* de Justino, trabalhando o relacionamento de Deus e de Jesus e explicando seus nomes, mas este texto também destaca a unidade da pessoa de Jesus:

Seu filho, que é o único corretamente chamado de Filho, a Palavra que também estava com ele e fora gerada antes das obras quando ele primeiramente criou e arranhou todas as coisas por ele, é chamado Cristo, em referência ao fato de ele ser o ungido e de Deus ter ordenado todas as coisas por meio dele..., pois ele foi feito homem também, como dissemos antes, tendo sido concebido de acordo com a vontade de Deus, o Pai, em favor dos homens que creem e para destruição dos demônios.

Em seu *Diálogo com Trifo*, capítulo 128, Justino envolve seu protagonista judeu em um comentário sobre como o Pai e o Filho estão relacionados. Ele declara que a essência do Pai não pode ser dividida, ao mesmo tempo em que fala sobre o Pai e seu Filho gerado. Para Justino, não há divisão na pessoa de Deus. Jesus é uma divindade tanto quanto Deus o é, assim como fogo é fogo, não importando as muitas maneiras diferentes que ele possa apresentar. ⁽²⁵³⁾

Apesar de o autor afirmar que Justino apresenta uma classificação da Trindade, não citou onde isso ocorre, o que nos leva a presumir que, por acreditar nela, tenta justificá-la em Justino.

Policarpo de Esmirna

Policarpo de Esmirna (70-160) foi um bispo de Esmirna (atualmente na Turquia) no segundo século. Morreu como um mártir, vítima da perseguição romana, aos 87 anos. É reconhecido como santo tanto pela Igreja Católica Apostólica Romana quanto pelas Igrejas Ortodoxas Orientais.

(²⁵⁴)

Em ***Documentos da Igreja Cristã***, Henry Bettenson ao narrar o martírio de Policarpo cita esta oração que o santo exclamou antes de ser queimado:

“Senhor, Deus Onipotente, Pai de Jesus Cristo, teu filho predileto e abençoado, por cujo ministério te conhecemos; Deus dos anjos e dos poderes; Deus da criação universal e de toda família dos justos que vivem em tua presença; eu te louvo porque me julgaste digno deste dia e desta hora; digno de ser contado entre teus mártires, e de compartilhar do cálice de teu Cristo, para ressuscitar à vida eterna da alma e do corpo na

incorrutibilidade do Espírito Santo. Possa eu hoje ser recebido na tua presença como uma oblação preciosa e aceitável, preparada e formada por ti. Tu és fiel às tuas promessas, Deus fiel e verdadeiro. Por esta graça e por todas as coisas eu te louvo, bendigo e glorifico, em nome de Jesus Cristo, eterno e sumo sacerdote, teu filho amado. Por Ele, que está contigo, e o Espírito Santo, glória te seja agora e nos séculos vindouros. Amém!” (255)

Mais um que cita os personagens; porém, como não relaciona os três como se fossem um, não há como se falar em Trindade.

Em **A Dramática História da Fé Cristã**, temos mais uma informação sobre Policarpo que nos interessa no presente trabalho:

[...] São Policarpo, bispo mártir de Esmirna, escreve uma carta, expressando a esperança de que seus correspondentes sejam “bem versados nas sagradas Escrituras e nada lhes seja oculto”; “mas”, escreve ele, “**para mim, o privilégio ainda não foi concedido**”, reconhecendo assim que ainda não estava pronto para receber uma iniciação completa nos Mistérios finais”. (256)

Como veremos um pouco mais adiante, era comum naquela época que os bispos não soubessem

muita coisa dos assuntos bíblicos e menos ainda dos teológicos; por isso nos fica a seguinte dúvida: como poderiam ter uma firme opinião sobre temas complexos em relação aos quais nem tinham mínima ideia?

Atenágoras de Atenas

Patrístico e filósofo apologista cristão grego nascido em local incerto, cujo local de seu nascimento, sua formação intelectual, suas origens, local e data de sua morte não são convincentes. Dados biográficos e de suas obras desapareceram completamente da literatura cristã até que o bispo **Aretas de Cesareia** mandou copiar (914) para o seu *Corpus apologetarum*, a sua *Apologia* e o tratado *Sobre a ressurreição dos mortos*, uma série de provas em favor da ressurreição de sua autoria. Suas obras, contudo, revelaram ser uma pessoa de boa cultura, alguém que frequentou cursos de retórica, como em, por exemplo, *Súplica pelos cristãos* (~150), um pedido em favor dos cristãos endereçada (177) aos imperadores **Marco Aurélio** e a seu filho **Cômodo**, inclusive defendendo os cristãos da acusação de antropofagia e falando da ressurreição. Seu estilo era moderado, bem mais sóbrio que o de **Taciano**, o *assírio* (~120-180), e mais ordenado que o de **Justino de Roma** (~100-165) e como este, simpático à filosofia e à cultura gregas. De notável habilidade em ordenar o material e muito preciso na linguagem, é certo que escreveu

a *Súplica* e o tratado *Sobre a ressurreição* e provavelmente morreu em Atenas. ⁽²⁵⁷⁾ (grifo do original)

Desse filósofo, encontramos o seguinte pensamento em sua obra ***Petição a Favor dos Cristãos***, dirigida aos imperadores Marco Aurélio Antonino e Lúcio Aurélio Cômodo:

Capítulo X – Afirmação da fé monoteísta e trinitária

Desse modo, fica suficientemente demonstrado que não somos ateus, pois **admitimos um só Deus**, incriado, eterno, e invisível, impassível, incompreensível e imenso, compreensível à razão só pela inteligência, rodeado de luz, beleza, espírito e poder inenarrável, pelo qual tudo foi feito através do Verbo que dele vem, e pelo qual tudo foi ordenado e se conserva. De fato, reconhecemos também um Filho de Deus. E que ninguém considere ridículo que, para mim, Deus tenha um Filho. Com efeito, nós não pensamos sobre Deus, e também Pai, e sobre seu Filho como fantasiam vossos poetas, mostrando-nos deuses que não são em nada melhores do que os homens, mas que o Filho de Deus é o Verbo do Pai em ideia e operação, pois conforme a ele e por seu intermédio tudo foi feito, **sendo o Pai e o Filho um só. Estando o Filho no Pai e o Pai no Filho por unidade e poder do espírito**, o Filho de Deus é inteligência e Verbo do Pai. Se, por causa da

eminência de vossa inteligência, vos ocorre perguntar o que quer dizer “filho”, eu o direi livremente: o Filho é o primeiro broto do Pai, não como feito, pois desde o princípio Deus, que é inteligência eterna, tinha o Verbo em si mesmo; sendo eternamente racional, mas como procedendo de Deus, quando todas as coisas materiais eram natureza informe e terra inerte e estavam misturadas as coisas mais pesadas com as mais leves, para ser sobre elas ideia e operação. E o Espírito profético concorda com o nosso raciocínio, dizendo: “O Senhor me criou como princípio de seus caminhos para suas obras.” Com efeito, dizemos que o mesmo **Espírito Santo, que opera nos que falam profeticamente, é uma emanção de Deus, emanando e voltando como um raio de sol.** Portanto, quem não se surpreenderá ao ouvir chamar de ateus indivíduos que **admitem um Deus Pai, um Deus Filho e um Espírito Santo**, que mostram seu poder na unidade e sua distinção na ordem? E a nossa doutrina teológica não para aqui, mas dizemos que existe uma multidão de anjos e ministros, aos quais Deus Criador e Artífice do mundo, por meio do Verbo que dele procede, distribuiu e ordenou, para que estivessem em torno dos elementos, dos céus, do mundo, do que há no mundo, e cuidassem de sua boa ordem.

[...].

Capítulo XII – Afirmação da fé monoteísta e trinitária (cont.)

[...] Nós, porém, homens que consideramos a vida presente de curta duração e de mínima estima, que nos dirigimos pelo **único desejo de conhecer o**

Deus verdadeiro e o Verbo que dele procede – qual é a comunicação do Pai com o Filho, que coisa é o Espírito, qual é a união de tão grandes realidades, qual a distinção dos assim unidos, do Espírito, do Filho e do Pai –; nós que sabemos que a vida que esperamos é superior a tudo quanto a palavra pode expressar, se chegarmos até ela puros de toda iniquidade; nós que vivemos a nossa caridade até amar não só os nossos amigos, como diz a Escritura: “Se amais os que vos amam e emprestais aos que vos emprestam, que recompensa tereis?”, a nós que somos tais e vivemos tal vida para fugirmos de ser julgados, não somos considerados religiosos?

[...].

Capítulo XXIV – Afirmação da fé monoteísta e trinitária (cont.)

[...] **De fato, assim como confessamos Deus, o Filho, que é o seu Verbo, e o Espírito Santo, identificados segundo o poder, mas distintos segundo a ordem: o Pai, o Filho e Espírito, porque o Filho é inteligência, Verbo e sabedoria do Pai, e o Espírito, emanção como luz do fogo, também entendemos que existem outras potências que rodeiam a matéria e a penetram, e uma contrária a Deus. [...].** ⁽²⁵⁸⁾ (grifo nosso, exceto os títulos)

Ao que nos parece não se pregava a Trindade, o que entendemos se pode comprovar no texto. Pelo seu pensamento, poderíamos dizer que acreditava, isto sim, em uma díade, já que considerava apenas

Deus Pai e Deus Filho como sendo um só, entretanto, quanto ao Espírito Santo apenas o considerava uma emanção do Pai, ao qual comparava aos raios do sol.

Teófilo de Antioquia

Teófilo de Antioquia (?-186). Teólogo, escritor cristão, apologista e Padre da Igreja que, segundo os dados que chegaram até aos dias de hoje, foi o sexto bispo de Antioquia, da Síria, reinando entre 169 e 182 ou 188.

[...].

Teófilo foi o primeiro autor cristão a ensinar explicitamente que os livros do Novo Testamento procedem de autores inspirados – à semelhança do que já era admitido a respeito dos do Antigo Testamento – afirmando que, assim, possuíam valor análogo às antigas Escrituras. **Doutrinariamente é de particular interesse a sua tentativa de exposição e explicação da doutrina trinitária:** foi, mesmo, o primeiro autor a apresentar a distinção na mesma Pessoa – que ao não ser, ainda hoje, entendida e aceita entre muitas denominações cristãs de periferia levam muitos a negar a plena divindade de Jesus Cristo – entre o “Logos endiáthetos” – na sua linguagem – isto é, o “Logos imanente” ou “eterno” (“imanente”, em linguagem teológica posterior), que está em e com Deus-Pai desde a eternidade, e o “Logos proforikós” – na sua linguagem – isto é, “Logos proferido” ou “emitido” (“econômico”, em linguagem teológica

posterior) como matriz e instrumento da criação desde o começo dos tempos. **Teófilo foi, ainda, o primeiro autor a usar a palavra “Τριάς” – “Tríás” – para se referir à unidade na diferença das três pessoas divinas.** ⁽²⁵⁹⁾

Desse teólogo, trazemos mais esta informação constante do portal **Veritatis Splendor**:

Cabe, todavia, ao leitor moderno retomar esta apologia e tentar compreendê-la em seu contexto e fazer seu próprio julgamento. Entre outros pontos, **o leitor encontrará, pela primeira vez, o emprego do termo trías para designar Deus.** J. Lebreton, estudando na apologia de Teófilo as referências ao dogma da Trindade, afirma: “Estes textos interessam à história da teologia; aqui aparece pela primeira vez a palavra trías, pela primeira vez também os dois termos técnicos de Verbo interior (Lógos endiáthetos) e proferido (Lógos profhorikós). Estas expressões vêm da psicologia estoica. Ao aplicá-las ao Verbo divino, **Teófilo dá-lhes um valor novo. Não se pode dizer, contudo, que tenha feito avançar por isso a teologia; criou-lhe antes um tropeço.** Por esta mesma data, **S. Ireneu já repudiava estas explicações psicológicas,** e mais tarde, na época das lutas antiarinas, esta distinção do Verbo interior e do Verbo proferido, será definitivamente proscrita. É curioso ressaltar esta influência estoica num escritor tão hostil a toda filosofia. Esta passagem nos mostra, uma vez mais que, contra as seduções da opinião pagã, a hostilidade e o desdém não constituem a melhor

salvaguarda”⁽²⁶⁰⁾.⁽²⁶¹⁾

Haja boa vontade para ver nesse autor qualquer tipo de defesa da Trindade.

Ireneu de Lião

Santo **Ireneu de Lião**, em grego Εἰρηναῖος [pacífico], transliterado [*Eirenaios*], em latim *Irenaeus*, (ca. 130-202) foi um bispo grego, teólogo e escritor cristão que nasceu, segundo se crê, na província romana da Ásia Proconsular – a parte mais ocidental da atual Turquia – provavelmente Esmirna.

[...].

Santíssima Trindade

“Já temos mostrado que o Verbo, isto é, o Filho esteve sempre com o Pai. Mas também a Sabedoria, o Espírito estava igualmente junto dele antes de toda a criação” (Contra as Heresias IV,20,4).

Irineu afirma a igualdade de essência e dignidade entre o Pai e o Filho e o Espírito Santo (Adv. Haeres., II, 13, 8).

Batismo trinitário

“Ao dar a Seus discípulos poder para que fizessem os homens renascer de Deus, o Senhor lhes disse: Ide e fazei discípulos Meus todos os

povos, **batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo**". (Mt 28,19). (Do Tratado Contra as heresias – Lib. 3,17,1-3: SCh 34, 302-306). ⁽²⁶²⁾

Ao que tudo indica, estamos novamente diante de uma situação em que se coloca a Trindade onde ela não existe, porquanto, parece não ser tão óbvia essa crença de Irineu (seu nome é também assim citado), vejamos do site ***Apologistas Católicos*** o seguinte trecho:

Capítulo V – Deus cria por meio do Verbo e do Espírito

Eis aqui a demonstração [desta doutrina]: **que há um só Deus**, Pai, não criado, invisível, criador do universo; nem acima d'Ele, nem abaixo d'Ele há outro Deus; que Deus é racional e, por isso, todos os seres foram criados por meio do Verbo; e Deus é Espírito e, com o Espírito, dispôs-Lhe tudo, segundo diz o profeta: "Pela palavra do Senhor, foram estabelecidos os céus, e por obra de seu Espírito, todas as suas potências" (Sal. 32,6). Pois bem, já que o Verbo estabelece, isto é, cria e outorga a consistência ao que é, ali onde **o Espírito põe em ordem e em forma a múltipla variedade de potências, justa e convenientemente o Verbo é denominado Filho, e o Espírito, Sabedoria de Deus**. Com este propósito, o apóstolo Paulo diz: "Um só Deus Pai, que está acima de tudo, com tudo e em todos nós" (Ef. 4,6). Porque sobre todas as

coisas está o Pai, porém, com tudo está o Verbo, visto que, por seu intermédio, o Pai criou o universo; e em todos nós está o Espírito que clama "Abbá" (Pai) e modelou o homem à semelhança de Deus. Assim, pois, o Espírito mostra o Verbo; por sua vez, os profetas anunciaram o Filho de Deus; mas o Verbo leva consigo o Espírito e, assim, é Ele mesmo que comunica aos profetas a mensagem e eleva o homem ao Pai.

Capítulo VI – Os três artigos da fé: Pai, Filho e Espírito Santo

Eis aqui a regra da nossa fé, o fundamento do edifício e a base de nossa conduta: **Deus Pai, não criado, ilimitado, invisível, único Deus, criador do universo.** Este é o primeiro e principal artigo. O segundo é este: **o Verbo de Deus, Filho de Deus, Jesus Cristo,** nosso Senhor, que apareceu aos profetas segundo o desígnio de sua profecia e segundo a economia disposta pelo Pai; por meio d'Ele foi criado o universo. Ademais, no fim dos tempos, para recapitular todas as coisas, fez-se homem entre os homens, visível e tangível, para destruir a morte, para manifestar a vida e restabelecer a comunhão entre Deus e o homem. E como terceiro artigo: o Espírito Santo, por cujo poder os profetas profetizaram, os Padres foram instruídos no que concerne a Deus, os justos foram guiados pelo caminho da justiça e que, no fim dos tempos, foi difundido de um modo novo sobre a humanidade, por toda terra, renovando o homem para Deus. ⁽²⁶³⁾

O que aqui vemos é apenas a crença em cada

uma dos personagens da Trindade; entretanto, como temos visto em outros autores, falta a afirmação de que constituem uma só entidade.

Aliás, a expressão “põe em ordem e em forma a múltipla variedade de potências”, nos conduz a uma ideia completamente diferente da Trindade como é normalmente aceita.

Tertuliano

Tertuliano (em latim: *Quintus Septimius Florens Tertullianus*; c. 160 – c. 220 (60 anos) foi um prolífico autor das primeiras fases do Cristianismo, nascido em Cartago na província romana da África. [...].

[...].

A Trindade

O maior contributo de Tertuliano para a teologia foi a sua reflexão acerca do mistério trinitário. Criou um vocabulário que passou a fazer parte da linguagem oficial da teologia cristã. **Foi ele que introduziu a palavra “Trinitas”,** como complemento da “Unitas”. **Segundo Tertuliano, Pai, Filho e Espírito Santo são um só Deus porque uma só é a substância.** Mas, por outro lado, distinguem-se, sem separação, pelo grau, pela forma e pela espécie (manifestação). Tertuliano introduz assim o termo “pessoa”, (persona), para

significar cada um dos três, considerados individualmente. Este vocabulário passou a vigorar, até hoje, para referir as realidades trinitárias. **No entanto, Tertuliano deixa transparecer alguma influência subordinacionista.** Ao falar da geração do Filho, sem querer comprometer a sua divindade, admite uma certa gradação, desde uma fase anterior à criação, em que o Logos de Deus se contempla a Si mesmo, para passar a contemplar a economia salvífica, e é engendrado de forma imanente em Deus, até à criação, em que a Palavra se realiza como tal ao ser proferida. Cristo é, assim, o primogênito do Pai, gerado antes de todas as coisas, mas não é eterno. **O Filho é como que uma porção ou emanção do Pai.**

Tertuliano, apesar de ter dotado a teologia trinitária dum vocabulário preciso, e de ter procurado a exatidão, não se livrou de algumas ambiguidades e deficiências. ⁽²⁶⁴⁾

A informação de que foi ele quem usou o termo Trindade pela primeira vez, que lemos em Champlin, parece-nos verdadeira. Entretanto, por deixar transparecer alguma influência subordinacionista, entre as pessoas da Trindade, compromete a ideia que se tem dela hoje para justificar a crença atual com a que acreditavam antigamente.

Cabe-nos transcrever a opinião de Victor Courdaveaux, numa citação de Leterre na obra **A**

Vida Oculta e Mística de Jesus:

Tertuliano, no seu surto africano, foi ainda mais longe, e foi ele realmente o primeiro organizador da Trindade, na qual acreditava, como em muitas coisas mais, *porque era absurdo – Credo quia ineptum.*

Foi ele quem introduziu na fórmula trinitária o termo de pessoas, pessoas ainda desiguais, aliás, pois não só o Filho é desigual ao Pai e o Espírito Santo ao Filho, mas o Espírito Santo e o Filho não existiram sempre, nascidos como eles são da vontade livre do Pai, num dia dado, conquanto tirados de sua substância.

E não é tudo: o tratado *Contra Praxeam*, em que Tertuliano apresentou, desenvolveu e defendeu o dogma da Trindade, é um livro que a Igreja de hoje considera como herético; o autor nele declara que esse dogma é da Igreja de então e era de uma simples minoria, e que a maioria era unitária, isto é, partidária da Unidade da pessoa em Deus, a começar pelo bispo de Roma.
(²⁶⁵) (itálico do original)

Se isso for verdade, então ficam num “beco sem saída”, pois citam Tertuliano como o primeiro a falar em Trindade, mas, simultaneamente, condenam a obra na qual ele fala isso.

Ainda vemos aqui a afirmação de que a maioria

era unitária; em outras palavras, que o dogma da Trindade era crença da minoria, confirmando-se o que facilmente percebemos ao longo de nossa pesquisa.

Clemente de Alexandria

Clemente de Alexandria ou **Tito Flávio Clemente**, (Atenas (?), a 150 – Palestina, 216) foi um escritor grego, teólogo e apologista cristão grego nascido em Atenas.

Pesquisador das lendas menos compatíveis com os valores cristãos. Sua abertura a fontes familiares aos não cristãos ajudou a tornar o cristianismo mais aceitável para muitos deles. ⁽²⁶⁶⁾

Não encontramos nenhuma informação pertinente ao nosso assunto.

Orígenes de Alexandria

Orígenes nasceu em 185 d.C., em Alexandria e morreu aos 69 anos, em consequência de maus tratos sofridos na prisão, na cidade de Tiro, por volta de 253 ou 254. ⁽²⁶⁷⁾

[...] Teólogo, exegeta, apologista, asceta e precursor dos Padres do deserto, é grande em toda ordem de coisas e deixou bem marcados todos os

domínios que tocou. Contudo, por causa de sua exegese alegórica e pela influência da filosofia platônica, sua ortodoxia foi questionada e pelos anos 400, as disputas se acirraram violentamente. As discussões e os ataques se acalmaram só a partir do edito do imperador Justiniano I, de 543, e do II Concílio de Constantinopla, em 553, que condenou nove proposições de Orígenes, o que provocou o desaparecimento sistemático de sua imensa obra. ⁽²⁶⁸⁾

Uma de suas obras mais citadas é a *Contra Celso*, escrita por volta de 248, em que Orígenes “refuta o filósofo platônico-eclético Celso, o qual, entre os anos de 170-185, publicara a obra (alguns dizem um panfleto) com o título *O discurso verdadeiro*.” ⁽²⁶⁹⁾

Nessa obra, ***Contra Celso***, lemos:

Honra única ao Pai e ao Filho

[...].

Se nos for dirigida a mesma réplica a respeito de Jesus, provaremos que o privilégio de ser honrado foi dado por Deus, **“a fim de que todos honrem o Filho, como honram o Pai”** (Jo 5,23). Já as profecias, antes de seu nascimento, afirmavam seu direito a essa honra. Mais tarde, os milagres que ele realizou, não por magia como acredita Celso, mas

por sua divindade predita pelos profetas, lucravam com o testemunho de Deus. Dessa forma, honrando o Filho que é Logos, o homem nada faz de insensato: tira proveito da honra que lhe é prestada e honrando-o a ele que é a Verdade, se torna melhor porque honra a verdade; assim ocorre quando se honra a Sabedoria, a Justiça e todas as outras prerrogativas que as divinas Escrituras atribuem ao Filho de Deus.

10. A honra que prestamos ao Filho de Deus, e da mesma forma a que tributamos a Deus Pai, consiste numa vida honesta. Não é acaso o que nos ensinam as palavras: “Tu, que te glórias na Lei, estás desonrando a Deus pela transgressão da Lei” (Rm 2,23), e estas outras: “Que castigo mais severo ainda merecerá aquele que calcou aos pés o Filho de Deus, e profanou o sangue da Aliança no qual foi santificado, e ultrajou o Espírito da graça?” (Hb 10,29). Se transgredir a Lei é ultrajar a Deus por essa transgressão, se recusar o Evangelho é calcar aos pés o Filho de Deus, é claro que observar a Lei é honrar a Deus, ser ornado com a palavra de Deus e com suas obras é adorar a Deus. Se Celso tivesse conhecido os que pertencem a Deus, e não existem outros senão os sábios, se tivesse conhecido os que lhe são estranhos, e são todos os homens maus que não têm nenhuma preocupação em adquirir a virtude, teria compreendido o verdadeiro sentido das palavras: A honra e a adoração prestados a todos os que pertencem a Deus não podem aborrecê-lo, pois eles pertencem todos a ele.

[...].

12. Poderíamos julgar plausível o ataque que

segue: *Além disso, se estas pessoas não prestassem culto a ninguém mais senão somente a Deus, talvez tivessem uma razão válida a opor aos outros. Mas não, elas prestam culto excessivo Àquele que acaba de aparecer, e todavia não acreditam ofender a Deus prestando igualmente culto a seu ministro.* Devemos responder: se Celso tivesse compreendido as palavras: “Eu e o Pai somos um”, e estas do Filho de Deus em sua oração: “Como tu e eu somos um”, ele não pensaria que prestamos culto a outro senão ao Deus supremo, pois Jesus disse: “O Pai está em mim e eu estou no Pai” (Jo 10,30; 17,21-22; 14,10-11; 17,21).

Se alguém acreditasse que estas palavras nos levam ao grupo dos que negam a existência de duas hipóstases, um Pai e um Filho, reflita sobre estas palavras: “A multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma” (At 4,32), a fim de compreender: “Eu e o Pai somos um”. **Portanto, é a um só Deus, como acabamos de explicar, o Pai e o Filho, que prestamos culto,** e temos ainda uma razão válida a opor aos outros. E não prestamos culto excessivo Àquele que acaba de aparecer como se ele jamais tivesse existido antes. Pois nele cremos quando diz: “Antes que Abraão existisse, eu sou”, e quando afirma: “Eu sou a Verdade” (Jo 8,58; 14,6). Ninguém de nós tem a estupidez de acreditar que a verdade não existia antes do tempo da manifestação de Cristo. **Por isso prestamos culto ao Pai da Verdade e ao Filho que é a Verdade: eles são duas realidades pela hipóstase,** mas uma só pela humanidade, pela concórdia, pela identidade da vontade; de modo que aquele que viu o Filho, resplendor da glória,

expressão da substância de Deus, viu a Deus nele que é a imagem de Deus (cf. Jo 14,9; Hb 1,3; Cl 1,15; 2Cor 4,4).

13. Ele julga a seguir que, por prestarmos culto ao mesmo tempo a Deus e a seu Filho, segue-se que, segundo o que acreditamos, não só Deus mas também seus ministros recebem culto. Sem dúvida, se ele tivesse pensado nos que são os verdadeiros ministros de Deus depois do Filho único de Deus, Gabriel, Miguel e os demais anjos, e se tivesse dito que se deve prestar culto a eles, talvez eu tivesse esclarecido o sentido da expressão “prestar culto”, e as ações daquele que o presta, e eu diria no tocante a esse assunto, que implica discussão de matérias difíceis, o que eu pude compreender a esse respeito. Mas, quando ele crê que os demônios adorados pelos pagãos são os ministros de Deus, não nos leva à consequência que devemos lhes prestar culto. Pois a Escritura os apresenta como ministros do Maligno, do Príncipe deste mundo (cf. 1Cor 2,6.8; Jo 12,31; 14,30; 16,11), que afasta de Deus os que ele pode. Portanto, como eles não são ministros, evitamos adorar todos os que os outros homens adoram e prestar-lhe culto. Pois se tivéssemos aprendido que eles eram ministros do Deus supremo, não diríamos que eles são demônios. **Por isso adoramos o Deus único e seu Filho único, Logos e Imagem, por nossas melhores súplicas e pedidos, oferecendo nossas preces ao Deus do universo por meio de seu Filho único.** E em primeiro lugar a ele que as oferecemos pedindo-lhe, sendo ele “propiciação pelos nossos pecados”, que apresente como Sumo Sacerdote ao Deus supremo nossas preces, nossos

sacrifícios e súplicas (1Jo 4,10; 2,2; Hb 2,17 etc.). Essa é a fé que temos em Deus por seu Filho que a fortifica em nós, e Celso não pode mostrar a menor facção a respeito do Filho de Deus. **Sim, adoramos o Pai admirando seu Filho, Logos e Sabedoria, Verdade, Justiça e tudo o que aprendemos daquilo que é o Filho de Deus:** admiramos então também Aquele que nasceu de tal Pai. Mas isto é bastante.

14. Em seguida Celso afirma: *Se acaso ensinamos que Jesus não é seu Filho, mas que Deus é o pai de todos e o único a quem se deve adorar verdadeiramente: eles se recusam a aceitar, a menos que associemos a ele aquele que é o chefe do grupo deles. Eles até o chamaram Filho de Deus, não para oferecerem a Deus adoração suprema, mas suprema exaltação a este.* Ora, aprendemos o que é o Filho de Deus: “o resplendor de sua glória e a expressão de seu ser”; “o eflúvio do poder de Deus, uma emanção puríssima da glória do Onipotente; um reflexo da luz eterna, um espelho nítido da atividade de Deus, e uma imagem de sua bondade” (Hb 1,3; Sb 7,25-26); sabemos que Jesus é o Filho de Deus e que Deus é seu Pai. Não há nada de inconveniente nesta doutrina, **nada de incompatível com Deus no fato de ele gerar tal Filho único.** E ninguém conseguirá demover-nos da convicção de que Jesus é o Filho do Deus supremo não gerado e Pai.

O fato de Celso se enganar no tocante à recusa de alguns em identificar o Filho de Deus com o do Criador deste universo é problema dele e dos adeptos desta doutrina. Jesus não é chefe de grupo, mas o autor de toda paz, que disse a seus

discípulos: “Deixo-vos a paz, a minha paz vos dou” (Jo 14,27). Em seguida, sabendo da guerra que nos seria feita pelos homens que são do mundo e não de Deus, acrescenta: “Não vo-la dou como o mundo a dá”. Desta forma, em todas as tribulações a que o mundo nos submete, nossa confiança repousa naquele que disse: “No mundo tereis tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo!” (Jo 16,33). É a ele que proclamamos Filho de Deus, mas para usarmos os termos de Celso, do Deus a quem oferecemos adoração suprema, e sabemos que é seu Pai que lhe deu exaltação suprema.

Na multidão dos fiéis, alguns podem ter opinião diferente, afirmando com precipitação que o Salvador é o Altíssimo Deus que reina sobre tudo. Mas esse não pode ser nosso pensamento, pois acreditamos naquele que disse: “O Pai é maior do que eu” (Jo 14,28). Dessa forma, contrariamente à calúnia de Celso, não podemos pôr abaixo do Filho de Deus Aquele a quem chamamos agora seu Pai. ⁽²⁷⁰⁾ (itálico do original)

Parece-nos que Orígenes acredita apenas em Deus e em Jesus, o Cristo; não vimos nada nesse livro para que possamos dizer que ele defendia a existência da Trindade. Inclusive no título “Honra única ao Pai e ao Filho”, que dá a um tópico do Livro Oitavo, não está incluída a terceira “pessoa”. Além disso, ele tinha Jesus na condição de um ser inferior a

Deus; senão vejamos:

[...] **Afirmamos claramente de fato**, nós para quem até o mundo sensível é obra do Criador de todas as coisas, **que o Filho não é mais poderoso do que o Pai, mas que lhe é inferior; e dizemos isto porque acreditamos nas palavras: “O Pai que me enviou é maior do que eu”** (Jo 14,28). ⁽²⁷¹⁾

Se aqui Orígenes defende que Jesus é inferior a Deus, não há lógica alguma que, ao mesmo tempo, ele também o admita como um igual.

Tomemos este trecho do tópico “O Anjo e os anjos”, do Livro Quinto:

53. [...].

Em seguida, ele [Celso] pensa fazer uma concessão dizendo a respeito do salvador: Admitamos que **ele foi um anjo verdadeiro. Nós dizemos: sem dúvida, admitimos este fato**, não porque Celso nos faça esta concessão, mas porque vemos a obra daquele que veio visitar todo o gênero humano por sua palavra e seu ensinamento, na medida em que cada um daqueles que o acolhem era capaz disso. **Era obra não apenas de um anjo mas, como o chama a profecia que a ele se refere, do anjo do “grande conselho” (Is 9,6)**. Pois ele anunciou aos homens o grande conselho que sobre eles formava o Deus e Pai do universo:

que aqueles que consentem em viver numa piedade pura se elevam por suas grandes ações até Deus, que aqueles que não o acolhem se afastam de Deus e caminham para a perdição pela recusa de acreditar em Deus.

Ele continua: Ainda que este anjo tenha vindo aos homens, terá sido o primeiro e único, ou terá havido outros anteriormente? E pensa responder a cada membro da alternativa por diversos argumentos. **De fato, nenhum cristão verdadeiro diz que Cristo é o único a ter vindo visitar o gênero humano.** Mas, como se alguém lhe respondesse que ele foi o único, Celso replica que outros apareceram aos homens.

54. Em seguida, ele se refuta a si mesmo a seu modo: *Estamos longe de afirmar que ele é o único a ter vindo ao gênero humano. Mas aqueles que sob pretexto de ensinar em nome de Jesus se afastaram do criador como de um ser inferior, e foram como a um ser superior ao Deus e Pai daquele que veio, reconhecem que mesmo antes dele alguns vieram da parte do criador visitar o gênero humano.* Examinando com lealdade a questão, direi que Apeles, discípulo de Marcião, que se tornou o autor de uma heresia e vê as escrituras judaicas como um mito, afirma que só Jesus veio visitar o gênero humano. Portanto, **à sua afirmação de que Jesus é o único a ter vindo aos homens da parte de Deus, Celso não poderia logicamente revidar que outros também vieram,** pois Apeles, como já se disse, não acredita nas escrituras judaicas que fala dos milagres: com tanto maior razão recusará admitir a passagem que Celso parece ter citado do livro de Enoc sem tê-lo compreendido. Portanto,

ninguém nos convence de mentira nem de contradição, como se disséssemos que nosso salvador veio sozinho, quando, na verdade, muitas vezes vieram outros. Quando ele discute a vinda dos anjos aos homens, faz total confusão ao citar passagens obscuras tiradas do livro de Enoc. Parece não tê-lo lido, nem sabe que o livro intitulado Enoc em geral não é considerado divino nas igrejas; poderíamos, porém, crer que ele tirou deste livro a afirmação: Desceram ao mesmo tempo sessenta e setenta anjos que se perverteram. ⁽²⁷²⁾ (itálico do original)

Dessas explicações de Orígenes, entendemos que ele não argumenta que Jesus seja Deus, ao contrário, coloca-o como um anjo entre outros que Deus teria enviado à Humanidade: “[...] É verdade, também outros foram enviados de Deus, e Jesus teve uma mensagem de uma outra importância; [...].” ⁽²⁷³⁾

Vejamos o que nos dizem, em **História da Filosofia - Vol. 1**, os filósofos Giovanni Reale (1931-2014) e Dario Antiseri (1940-), a respeito das ideias de Orígenes:

O pensamento de Orígenes coloca no centro Deus e a Trindade (não o *Logos*, como fizera Clemente). A chave filosófica em que pensa Deus é a da *incorporeidade*. Enganam-se aqueles que

(interpretando grosseiramente a *Bíblia*) pensam que Deus seja fogo ou sopro ou então que (como os estóicos) pensam o ser somente como corpo: “Deus não pode ser entendido como corpo”, mas sim como “realidade intelectual e espiritual” e “natureza intelectual simples”. Deus não pode ser conhecido em sua natureza: “Em sua realidade, Deus é incompreensível e inescrutável. Com efeito, podemos pensar e compreender qualquer coisa de Deus, mas devemos crer que ele é amplamente superior ao que dele pensamos. (...) Por isso, sua natureza não pode ser compreendida pela capacidade da mente humana, ainda que seja a mais pura e a mais límpida.” Podem-se ouvir ecos neoplatônicos nessas palavras: com efeito, em Alexandria, Orígenes frequentou as aulas de Amônio Sacas, cuja escola foi a forja do neoplatonismo. Orígenes chega inclusive a falar de Deus como de “mônadas e ênadas” e usa até a expressão “acima da inteligência e do ser”, que Plotino tornaria famosa. Entretanto, ele não hesita em considerar Deus também como “*Inteligência*, fonte de toda inteligência e de toda substância intelectual”, como *Ser* que dá o ser a todas as coisas, ou melhor, que “participa de tudo o que é ser”, e como *Bem* ou “Bondade absoluta”, do qual deriva todo outro bem.

[...] Combatendo gnósticos, adocionistas e modalistas, Orígenes sustenta que o Filho de Deus foi “gerado” *ab aeterno* pelo Pai e não “criado” como as outras coisas, nem “emanado”: foi gerado por via de atividade espiritual, como, por exemplo, a “vontade” deriva da mente. E “essa geração é eterna e perpétua, assim como o esplendor é

gerado pela luz, já que o Filho tornou-se tal não por adoção do Espírito, do exterior, mas é Filho por natureza". O *Filho* é "*da mesma natureza*" (*homooúsios*) do *Pai*. **Orígenes, entretanto, admite certa "subordinação" do Filho ao Pai, do qual é ministro.** Esse subordinacionismo reflete, indubitavelmente, influências da concepção hierárquica do inteligível do medioplatonismo e do nascente neoplatonismo. Enquanto o Pai é unidade absoluta, o Filho, embora também sendo unidade, desenvolve *múltiplas atividades* e por isso recebe *muitos nomes* na Escritura, conforme as atividades desenvolvidas. Cristo tem duas naturezas: é verdadeiro Deus e verdadeiro homem (não homem aparente, como pretende a heresia docetista) e, como tal, tem corpo e alma (a alma de Cristo desempenha papel mediador entre o *Logos* divino e o corpo humano).

Foi Orígenes quem estudou com atenção o Espírito Santo, pela primeira vez, identificando a sua função específica na ação santificante. Ao caracterizar o Pai, o Filho e o Espírito Santo como hierarquia, Orígenes revela mais influências platônicas do que em qualquer outro ponto do seu sistema, como demonstram estas afirmações suas: "Deus Pai, que tudo abrange, chega até cada um dos seres, fazendo-os participar do seu ser e fazendo-os ser o que são. **O Filho é inferior em relação ao Pai, alcançando somente as criaturas racionais; com efeito, ele é segundo depois do Pai. Ainda inferior é o Espírito Santo, que só chega aos santos. Por isso, o poder do Pai é maior do que o do Filho e o do Espírito Santo; o do Espírito Santo, por seu turno, é superior em**

relação ao dos outros seres santos. Por isso, considero que a ação do Pai e do Filho se dirija tanto aos santos como aos pecadores, aos homens dotados de razão e aos animais privados de palavra, bem como aos seres que não têm alma e, em geral, a todos os seres. **Já a ação do Espírito Santo não pode dirigir-se em absoluto a seres sem alma ou aos que, embora animados, são privados de palavra e nem mesmo aos que são dotados de razão,** mas estão em poder do mal, não se voltando, absolutamente, para o bem.” Deve-se observar, ademais, que o “subordinacionismo” de Orígenes foi exagerado por seus adversários, que dele tiraram conclusões indevidas. **É bom destacar que Orígenes traça essa hierarquia, mas, ao mesmo tempo, ressalta a identidade de natureza, substância ou essência entre Pai e Filho.** Ademais, o que é fundamental, afasta-se de modo bastante claro do neoplatonismo, colocando entre Deus-Trindade e as outras coisas uma separação ontológica através do conceito de *criação do nada*, de modo que o esquema metafísico segundo o qual a realidade é desenvolvida revela-se completamente diferente do esquema da processão neoplatônica, tanto mais que, na obra sobre *Os princípios*, ele nos fala de criação *ab aeterno* das ideias no Verbo e não de toda a realidade. ⁽²⁷⁴⁾ (itálico do original)

Até aqui, não conseguimos definir se, na verdade, Orígenes acreditava mesmo na Trindade, porém, duas coisas ficam claras dessa fala de Reale e Antiseri: a primeira é que, para ele, havia

subordinação entre as “pessoas” da Trindade: o Pai em primeiro lugar, o Filho em segundo e o Espírito Santo por último; a segunda é que a identidade de natureza e substância ele só via em relação ao Pai e o Filho; portanto, ficava de fora o Espírito Santo. Então, se ele acreditava na Trindade, ela era totalmente diferente do conceito pelo qual se crê nela hoje.

Para se justificar que Orígenes acreditava na Trindade será preciso tomar de sua obra *Tratado Sobre os Princípios* (título original *Peri Archōn*), onde por 21 vezes essa palavra é mencionada.

Em relação ao ***Tratado Sobre os Princípios***, informa-nos que sua “[...] redação pode ser colocada diacronicamente entre os antos de 220 e 230, [...]”⁽²⁷⁵⁾, portanto, é anterior à *Contra Celso*, datada em torno de 248. O que nos leva a concluir que o último pensamento de Orígenes se espelha em *Contra Celso*, e como foi um “gênio do cristianismo”⁽²⁷⁶⁾, não devemos tê-lo como contraditório, pois afirmara que “[...] na Trindade, não se pode falar de maior ou menor, [...]”⁽²⁷⁷⁾, posteriormente, como vimos, dizer que “[...] o Filho não é mais poderoso quando que o Pai, mas que Ihe é inferior [...]”⁽²⁷⁸⁾ ao Pai.

Particularmente, nós o achamos um tanto confuso, pelo fato de estabelecer uma função que o Espírito Santo não participa junto com “Deus Pai” e “Deus Filho”, o que, de uma certa forma, o colocaria numa posição inferior a ambos:

Parece correto investigar quais são as causas pelas quais quem é regenerado por Deus **para a sua salvação precisa do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, não podendo ser salvo senão por toda a Trindade**, e por que não se pode participar do Pai ou do Filho sem o Espírito Santo. **Discutindo tais coisas, sem dúvida seria preciso atribuir uma ação especial ao Espírito Santo, e também especial ao Pai e ao Filho.** Penso, pois, que a ação do Pai e do Filho se exerce tanto sobre os santos como sobre os pecadores, sobre os homens racionais e sobre os animais mudos, e mesmo sobre aqueles que não têm alma, absolutamente sobre tudo e o que existe. **A ação do Espírito Santo não se estende de nenhum modo sobre os que não têm alma**, nem sobre aqueles que, tendo alma, são mudos; **nem sequer se encontra naqueles que, sendo racionais, estão do lado do mal e de nenhum modo se voltam para as coisas melhores.** Julgo que a ação do Espírito Santo só se exerce sobre aqueles que se voltam para o bem e caminham nas vias de Jesus Cristo, isto é, aqueles que agem no bem e permanecem em Deus.

[...].

Enfim, nos tempos do dilúvio, quando todo o ser

carnal pervertera o caminho de Deus, está escrito que Deus disse como se se tratasse de indignos e pecadores: “O meu Espírito não ficará com esses homens para sempre, pois são carnis” (Gn 6,3). **Isso manifesta claramente que o Espírito de Deus se afasta de todos os indignos.** Também está escrito nos Salmos: “Tu Ihe tirarás teu Espírito, e eles se enfraquecerão e retornarão à sua terra. Enviarás a eles o teu Espírito e serão criados e renovarás a fase da terra” (Sl 103,29-30). **Isso se aplica claramente ao Espírito Santo, a fim de que, quando são retirados e destruídos os pecadores e os indignos,** ele mesmo crie um novo povo e renove a face da terra, quando, com a graça do Espírito, eles, deixando o homem velho e as suas ações, se conduzirão daí em diante segundo uma vida nova. Por isso se diz com razão que o Espírito Santo habita não nos que são carnis, mas naqueles com os quais a terra foi renovada (Sl 103,30). **O Espírito Santo era, por essa razão, transmitido pela imposição das mãos dos apóstolos, depois da graça e da renovação trazidos pelo batismo** (At 8,18; Tt 3,5). [...].

Dessa maneira, **a ação do poder de Deus, Pai e Filho, se estende sem distinção a toda criatura, mas achamos que só os santos possuem a participação no Espírito Santo.** É por isso que está dito: “Ninguém pode dizer – Jesus é o Senhor – a não ser no Espírito Santo” (1Cor 12,3). [...]. ⁽²⁷⁹⁾

Orígenes, portanto, limita a ação do Espírito Santo em relação a Deus Pai e Deus Filho, o que não é

o que, geralmente, se tem na Trindade, cujas “pessoas” são iguais em tudo.

Dionísio

IV. DIONÍSIO, BISPO DE ROMA (259-268), sobre A TRINDADE E A ENCARNAÇÃO

Atanásio, De decretis, 26

[Atanásio cita, criticando certas expressões, a carta de Dionísio Romano a Dionísio Alexandrino (247-265). A correspondência entre os dois Dionísios ilustra bem dois pontos de importância para a história da Teologia. 1.º: O caminho da ortodoxia é estreito: em muitos lugares costeia dois extremos opostos, entre duas heresias antagônicas. Assim, por desejar acabar com o monarquianismo sabeliano, Dionísio de Alexandria descamba para o triteísmo. 2.º: É imprescindível um vocabulário comum a todos e tecnicamente apropriado. Bem o demonstra a nota que encerra esta citação.]

Inclino-me naturalmente a combater os que dividem, retalham e destroem a doutrina mais veneranda da Igreja, isto é, a Monarquia de Deus, reduzindo-a a três poderes e a três substâncias separadas (*hypostáseis*), em suma a três divindades. Segundo me dizem, vários dos vossos catequistas e doutores da Palavra estão ensinando esta doutrina, colocando-se numa posição, por assim dizer, diametralmente oposta à de Sabélio. **Enquanto Sabélio afirma blasfematoriamente que o Filho é o Pai, e que o Pai é o Filho, eles, a seu modo, ensinam que há três deuses: dividem a sagrada Mônada em três substâncias**

estranhas entre si e absolutamente separadas. A verdade é que o Verbo de Deus deve, por necessidade, estar unido ao Deus do Universo e que o Espírito Santo deve habitar em Deus; **é absolutamente imprescindível, portanto, que a Trindade divina esteja absorvida e reunida numa só Unidade, que seja conduzida a um único ápice.** É por esta Unidade que eu entendo o criador Onipotente do Universo. ...Não menor censura merecem os que fazem do Filho uma criatura; os Divinos Oráculos em parte alguma declaram ser Ele criatura ou feitura, mas sempre afirmam ser o fruto de uma geração própria e conveniente ao Verbo. Pois se o Verbo viesse a ser um Filho, existiria um tempo em que Ele ainda não existia. Ora, Ele sempre esteve, pois, como Ele mesmo declara, Ele está no Pai. Aliás, conforme vedes nas Escrituras, Cristo é Verbo, sabedoria e Poder, atributos estes próprios de Deus. Logo, se o Filho tivesse começado a existir, haveria um tempo em que tais atributos não existiriam, em que Deus careceria deles; e isto é um grande absurdo... Não se deve, pois, dividir em três divindades a admirável Mônada de Deus. Tampouco se deve rebaixar a dignidade e majestade incomensuráveis do Senhor, apresentando-o como uma “criatura”. Porém, **devemos crer em Deus Pai todo-poderoso, em Jesus Cristo seu Filho, e no Espírito Santo, e tendo por certo que o Verbo está unido ao Deus do universo,** pois Ele mesmo diz: “Eu estou no Pai e o Pai em mim”, e ainda, “Eu e o Pai somos um”. Assim fazendo, tanto a **santa Trindade** como a santa pregação da Monarquia de Deus estarão preservadas.

[Nota relativa aos termos *hypóstasis* e *oysía*: Ambas as palavras significam em sua origem uma mesma coisa: o substrato de toda realidade, aquilo que constitui a realidade de seu próprio ser, sua essência. O uso, porém, conferiu-lhes dois sentidos, um geral, e outro particular. 1º Geral: essência universal da qual participam todos os particulares de uma espécie; p. ex., todos os homens participam da *hypóstasis* comum da “humanidade” em virtude da qual cada um deles é homem. 2.º Particular: a essência individual em virtude da qual o indivíduo é ele mesmo. Dizemos, preferentemente: ‘personalidade ou pessoa’. João Pereira é, portanto, João Pereira precisamente por causa de uma hipóstase que poderíamos chamar de “João Pereiridade”.

Ora, acontece que Dionísio Alexandrino usa *hypóstasis* no segundo sentido, enquanto Dionísio Romano o entende no primeiro. Sem dúvida, muitos cairão em heresia por não compreender a significação exata do vocabulário teológico de Dionísio Alexandrino.

Idêntica ambiguidade acompanha o termo *oysía* que era, no século quarto, sinônimo de hipóstase (no credo de Niceia e em Atanásio). Os três Capadócijs (Basílio Magno, Gregório Nisseno e Gregório Nazianceno) são os responsáveis pela distinção que, gradativamente, se tornará clássica entre *oysía*, reservada ao primeiro sentido, e *hypóstasis*, ao segundo. O termo *essentia*, equivalente exato de *oysía*, nunca chegou a ser popular. Assim se explica a posterior dificuldade entre os dois Dionísios – um pensando em grego, outro pensando em latim; dificuldade, aliás, generalizada entre Ocidente e Oriente. Os teólogos gregos tentaram evitar o termo *prósôpon* para traduzir o segundo sentido por causa de Sabélio que o usava para descrever uma função meramente temporal (ver pg. 71). Usaram, pois, o termo *hypóstasis* para traduzir o que os latinos podiam livremente expressar com a palavra bem mais natural de *persona*, equivalente exato, de *prósôpon*. Ver *Bethune-Backer Early Hist. of Chr. Doctr.* (116s.,/231-238).] ⁽²⁸⁰⁾ (Itálico do original)

Bom, aqui já é bastante clara a defesa da

Trindade, por parte de Dionísio, bispo de Roma, que, no período de 259 a 268, foi Papa da Igreja Católica.

Os padres capadócius

Basílio de Cesareia, também chamado **São Basílio Magno** ou **Basílio, o Grande** (em grego: Ἅγιος Βασίλειος ὁ Μέγας), foi o bispo de Cesareia, na Capadócia (atualmente a cidade de Kayseri, na Turquia), e um dos mais influentes teólogos a apoiar o Credo de Niceia. Foi também adversário das heresias que surgiram nos primeiros anos do cristianismo como religião oficial do Império Romano, lutando principalmente contra o arianismo e os seguidores de Apolinário de Laodiceia. Sua habilidade em balancear suas convicções teológicas com suas conexões políticas fez de Basílio um poderoso advogado da posição nicena.

[...].

As principais obras teológicas de Basílio são “Sobre o Espírito Santo”, um lúcido e edificante apelo às Escrituras e às tradições cristãs primitivas (para provar a divindade do Espírito Santo), e “Refutação da Apologia do Ímpio Eunômio”, escrita em 363 ou 364, em três volumes contra Eunômio de Cízico, o principal defensor da forma mais extremada do arianismo conhecida como anomoeanismo. ⁽²⁸¹⁾

São Gregório de Nissa (Cesareia, Capadócia: 330-395): Teólogo, místico e escritor cristão. Padre

da Igreja e irmão de Basílio Magno, faz parte, com este e com Gregório Nazianzeno, dos assim denominados Padres Capadócius. [...]. ⁽²⁸²⁾

Gregório de Nazianzo, ou **Gregório Nazianzeno** (perto de Nazianzo, Capadócia, Ásia Menor, 329-389), foi um Patriarca de Constantinopla, teólogo e escritor cristão. Conhecido também por **Gregório Teólogo** ou **Gregório, o Teólogo**, é amplamente considerado como o mais talentoso retórico da era patrística. Como um orador treinado nos clássicos e um filósofo, ele infundiu o helenismo na igreja antiga. ⁽²⁸³⁾

A vida dos três grandes padres capadócius, São Basílio, São Gregório de Nazianzo e São Gregório de Nissa foi profundamente marcada pela vida monástica florescente naquela época.

A vida monástica começou a florescer na Igreja pouco antes do Concílio de Niceia, quando Santo Antão resolveu dedicar-se a uma vida de oração como eremita no deserto do Egito. Seu exemplo foi tão edificante que, ao falecer, com mais de cem anos de idade, um terço da população do Egito era constituído por monges. Do Egito o monasticismo espalhou-se rapidamente pela Ásia e chegou também ao Ocidente.

Inicialmente os monges eram eremitas, mas aos poucos passaram a viver em comunidades sob a disciplina de regras que foram progressivamente se aperfeiçoando, vindo a alcançar a sua forma mais madura no Oriente com as regras monásticas de São Basílio e no Ocidente com a regra de São

Bento.

Os três padres capadócius eram bispos; antes disso, porém, tinham sido monges.

2. Introdução – II. Os Padres Capadócius

São Basílio nasceu na cidade de Cesareia, capital da Capadócia, região situada no centro da atual Turquia, no ano 330. Jovem, foi estudar em Constantinopla e Atenas, onde fez amizade com um rapaz da sua idade, Gregório, filho do bispo de Nazianzo da Capadócia, que para lá tinha ido estudar. Aos vinte e cinco anos ambos voltaram para a sua terra.

Dois anos depois Basílio, movido pelo exemplo de sua mãe e sua irmã, que haviam entrado para a vida monástica, recebeu o Batismo e pôs-se a viajar pelo Egito, Palestina e Síria para conhecer a vida dos monges. Ao voltar, vendeu seus bens e fundou uma comunidade monástica.

Quanto ao seu amigo Gregório de Nazianzo, recebeu também o Batismo e foi ordenado presbítero pelo seu pai, bispo de Nazianzo. Depois disso viveu ainda alguns períodos de tempo como monge.

O outro Gregório era o irmão caçula de São Basílio. Tinha estudado retórica e contraído matrimônio; influenciado mais tarde por Gregório de Nazianzo, abandonou o mundo e foi viver como monge na comunidade fundada pelo seu irmão.

Posteriormente o bispo de Cesareia ordenou sacerdote a Basílio e este, seis anos depois, o sucedeu na sede episcopal de Cesareia.

São Basílio, depois de bispo, ordenou bispo a seu amigo Gregório de Nazianzo e a seu irmão Gregório a quem confiou os cuidados pastorais da cidade de Nissa.

Em contraste com a maioria dos padres da Igreja Oriental, que pendem para o lado especulativo, Basílio revela em seus escritos um acentuado interesse pelas questões éticas e práticas da vida cristã. Semelhante é o caso de Gregório de Nazianzo, o qual não tinha propensões para especulações mais profundas, atendo-se rigorosamente, em suas exposições teológicas, à Sagrada Escritura e à tradição da Igreja; é tido como testemunha fidedigna da situação da fé na Igreja Oriental da época.

Totalmente diferente foi, porém, Gregório de Nissa. Mal soube enfrentar as dificuldades dos negócios eclesiásticos de uma cidade insignificante, mas foi um dos teólogos mais profundos dos primeiros séculos do Cristianismo.

3. As colocações da época acerca do Espírito Santo.

Em um sermão datado do ano 380, São Gregório de Nazianzo comenta os diversos pontos de vista que eram sustentados na época acerca do Espírito Santo. Alguns consideram o Espírito Santo como uma força, outros uma criatura, outros Deus; outros ainda desculpam-se alegando que a Sagrada Escritura não é clara a respeito e não tomam posição. Dentre aqueles que reconhecem a divindade do Espírito Santo, alguns têm esta afirmação apenas como uma opinião pessoal, outros a proclamam abertamente, enquanto que outros, finalmente, afirmam que as

três Pessoas possuem a divindade em graus diferentes.

Dos que negavam a divindade do Espírito Santo, sabemos de outras fontes que alguns afirmavam que “não chamariam o Espírito Santo de Deus, mas também não presumiriam chamá-lo de criatura”; outros afirmavam que o Espírito Santo ocupa “uma posição intermediária, nem sendo Deus, nem sendo uma das outras criaturas”.

Citavam uma multidão de textos da Escritura sugerindo a inferioridade do Espírito Santo e apontavam o silêncio da Bíblia a respeito de sua divindade.

Aqueles que negavam a divindade do Espírito Santo também diziam que somente é concebível em Deus uma relação como a existente entre Pai e Filho. Portanto, se o Espírito Santo fosse Deus, teria que ser ou um princípio não gerado paralelo ao Pai ou o irmão do Filho, e nenhuma destas alternativas seria aceitável. ⁽²⁸⁴⁾

Segundo os estudiosos R. N. Champlin e J. M. Bentes, conforme lemos em ***Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia - Vol. 6:***

Os *capadócius*, Gregório de Nissa e Gregório Nazianzeno, trabalharam em fórmulas ortodoxas da Trindade, e a declaração resultante foi oficializada pelo concílio de Constantinopla, em 381 D.C. Essa declaração asseverava que os membros da Trindade são três *hipóstases* de uma só e de uma

mesma essência divina. ⁽²⁸⁵⁾ (itálico do original)

Portanto, temos aqui mais três personalidades, ligadas a Igreja Católica, que advogavam a existência da Trindade.

Santo Agostinho

Agostinho de Hipona (em latim: *Aurelius Augustinus Hipponensis*), conhecido universalmente como **Santo Agostinho**, foi um dos mais importantes teólogos e filósofos dos primeiros anos do cristianismo cujas obras foram muito influentes no desenvolvimento do cristianismo e filosofia ocidental. **Ele era o bispo de Hipona**, uma cidade na província romana da África. Escrevendo na era patrística, ele é amplamente considerado como sendo o mais importante dos Padres da Igreja no ocidente. Suas obras-primas são “A Cidade de Deus” e “Confissões”, ambas ainda muito estudadas atualmente. ⁽²⁸⁶⁾

Na Introdução de sua obra ***A Verdadeira Religião: o Cuidado Devido aos Mortos***, podemos ler:

Em sua obra de crítica e revisão das obras produzidas: *Retractationes* (1,13.1):

“Nessa ocasião (últimos meses de 389 ou início de 390), eu também escrevi um livro, o '*De vera religione*’”. Demonstra-se aí com numerosos e abundantes argumentos que o único verdadeiro **Deus, isto é, a Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo** – deve ser honrado com religião verdadeira. Essa é a religião cristã, concedida aos homens pela imensa misericórdia de Deus, que se serviu de meios temporais. Decorre daí como o homem deve se dispor com docilidade (*suavitate*) a praticar esse mesmo culto a Deus. Contudo, é contra a teoria dos maniqueus, sobre duas naturezas (a do bem e a do mal), que esse livro é sobretudo dirigido. ⁽²⁸⁷⁾

Ainda nessa mesma obra, um pouco mais à frente, podemos confirmar essa sua crença na Trindade:

Adorar ao Deus trino unicamente

112. Quanto a mim, eis a quem adoro unicamente:

- a Deus, o princípio único de todas as coisas;
- à Sabedoria, graças a quem toda alma sábia é sábia; – e ao próprio Dom, que faz a felicidade de todos os que são felizes.

Todo anjo que ama a esse Deus, eu estou certo, que me ama a mim também. Todo aquele que em Deus permanece, pode nele perceber as orações dos homens e atendê-las. Todo anjo que possui seu bem nele, ajuda-me, sem poder ter inveja da minha

participação.

Que me digam, pois, os adoradores – ou antes, os aduladores dos elementos deste mundo – que melhor amizade podem conseguir aqueles que adoram a este único Deus, a quem todos os melhores amam, com cujo conhecimento se alegram e que recorrendo a ele, como ao Princípio, ainda se tornam melhores.

Contudo, todo anjo que ama seus sonhos orgulhosos, recusa-se a submeter-se à Verdade e pretende encontrar sua alegria em seu bem particular, esse perde o Bem comum oferecido a todos, a verdadeira felicidade. Todos os maus estão submetidos a eles, para que os oprima e tire. Mas não dominam os homens bons – salvo se for para serem provados. Sem alguma dúvida, esses anjos maus não merecem nenhum culto. Sua alegria é a nossa miséria; e seu castigo é a nossa volta a Deus.

Aderir ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo

113. Que a nossa religião nos ligue, pois, ao Deus único e onipotente. Entre o nosso espírito com o qual o conhecemos como Pai e a Verdade – isto é, a luz interior com que o conhecemos, criatura alguma se interpõe. ⁽²⁸⁸⁾

A mesma *Verdade* receba, ela também, nele e com ele, a nossa adoração, sendo ela em nada dessemelhante ao Pai. É a Forma de todos os seres que foram feitos pelo Uno e tendem ao Uno. Aparece, assim, às almas mais espirituais: tudo foi feito por essa Forma, e somente ela realiza o ideal a que todos aspiram.

Nenhuma delas viria ao Pai, pelo Filho, e não realizaria integralmente o seu verdadeiro fim, se Deus não fosse sumamente bom. Pois Deus nunca negou à natureza alguma os bens que ela poderia receber dele. O próprio Deus deu aos seres, o permanecer no Bem – a uns o quanto queriam, a outros o quanto podiam.

Convém-nos, pois, abraçar e adorar, juntamente com o Pai e o Filho, o *Dom de Deus*, igualmente imutável.

É a Trindade de substância única. Deus único de quem recebemos o ser, por quem existimos e em quem somos. Dele, porém, nós nos afastamos, deixando de lhe ser semelhantes. Mas ele não nos deixou perecer. Ele é o *Princípio* ao qual retornamos, o modelo que devemos seguir, a graça que nos reconcilia. Deus único, por cuja iniciativa fomos criados; por cuja semelhança somos formados para a Unidade; por cuja paz somos mantidos na Unidade. Deus que disse: “Faça-se!” (Gn 1,2).

Verbo, pelo qual foi feito tudo o que substancial e naturalmente se fez. É *Dom* de sua benignidade, por quem tudo foi agraciado e conciliado com o seu Autor, para que não perecesse o que foi feito pelo Verbo.

Único Deus por quem, como Criador, vivemos; por quem, reformados, vivemos com Sabedoria; e Aquele a quem amando e fruindo, vivemos felizes (o Dom). Um só Deus de quem, por quem e em quem, todas as coisas existem.

A Ele seja dada glória pelos séculos dos séculos!

Amém. (289)

Não resta dúvida quanto ao fato de que Santo Agostinho, bispo de Hipona de 396 a 430, data de sua morte, acreditava na Trindade. Inclusive, isso fica patente em sua outra obra *Confissões*; porém, acreditar é uma coisa, entender é bem outra: “Quem poderá compreender a Trindade onipotente? [...] É rara a pessoa que, ao falar da Santíssima Trindade, saiba o que diz”. (290)

Entretanto, resta-nos saber se ele desenvolveu sua própria teologia, ou se bebeu em alguma outra fonte. Sobre isso, informa-nos Lynne Faber Lorenzen (1945-), em ***Introdução à Trindade***:

[...] No Ocidente, a língua principal era o latim, não o grego, o que significa que **teólogos como Agostinho, que não sabiam grego, só podiam recorrer a autores latinos, como Tertuliano, para conhecer a tradição**. Assim, depois de Agostinho, que desenvolveu sua própria teologia, as tradições ocidental e oriental seguiram direções cada vez mais divergentes. **Agostinho desenvolveu uma doutrina da Trindade, mas para ele tratava-se de doutrina recebida que lhe caberia explicar; ela nunca foi o núcleo de sua própria teologia, e também não foi a doutrina que promoveu a**

integração da sua compreensão de Cristo, da salvação e do modo como Deus se relaciona com a salvação. O distanciamento da Trindade com relação às demais áreas da teologia cristã começou com Agostinho e continuou na tradição ocidental.
(²⁹¹)

Voltamos à questão da vitória dos proto-ortodoxos, citados por Bart D. Ehrman, que agora diz como se desenvolveu a teologia a qual denomina de proto-ortodoxa:

O desenvolvimento da teologia proto-ortodoxa

Nesta breve pesquisa das principais marcas definidoras da proto-ortodoxia, guardei para o final a questão que muitas pessoas consideram a mais importante, “Ortodoxia” e “proto-ortodoxia” são, é claro, categorias teológicas, assim como suas contrapartidas negativas, “heterodoxia” (outra opinião, ou opinião diferente) e “heresia”, Ortodoxia e heresia se referem a visões que são teologicamente corretas e teologicamente incorretas. Categorias teológicas não são necessariamente a melhor forma de descrever grupos sociais – presbiterianos e episcopais, por exemplo, são classificados não de acordo com quem é teologicamente certo e errado, mas de acordo com suas estruturas eclesiásticas, como igrejas que são governadas, em última instância, por conselheiros (presbíteros) ou bispos (episcopos), Os debates na Antiguidade cristã entre os vários

grupos cristãos também envolviam estruturas eclesiais, da mesma forma que envolviam ética, práticas litúrgicas, padrões de autoridade e muitas outras questões. No entanto, um componente principal desses debates era a teologia no sentido mais puro – doutrinas a serem atribuídas, crenças a serem afirmadas. Na realidade, provavelmente nada era mais importante nos primeiros séculos do Cristianismo proto-ortodoxo do que afirmar a crença adequada sobre Deus e Cristo.

Foram o desenvolvimento e o refinamento dessas crenças específicas que finalmente levaram à doutrina ortodoxa de Cristo como totalmente Deus e totalmente homem, e à **marca da crença ortodoxa, a doutrina da Trindade, um Deus em três pessoas, distintas em número, mas iguais em essência.**

Podemos rastrear os debates sobre doutrina até os estágios mais antigos da proto-ortodoxia, novamente começando com Inácio. **Inácio falava de Cristo como divino**, por exemplo, referindo-se a “nosso Deus Jesus Cristo, [que] está no Pai” (Inác. Rom. 8:3), ou como “Deus feito carne” (Inác. Ef. 7:2), ou ainda “o sangue de Deus”, com o que ele quer dizer o sangue de Cristo (Inác. Ef. 1:1). No entanto, ele estava igual e apaixonadamente engajado na ideia de Cristo ser humano, como fica evidente em duas de suas cartas, uma enviada aos cristãos de Trales, e outra aos de Esmirna. Ele sabia que em ambas as cidades havia oposição à visão proto-ortodoxa de que Jesus era de alguma forma tanto humano quanto divino; os oponentes eram docéticos, que sustentavam que Jesus era divino e em nada humano.

Assim, em sua carta para os cristãos de Trales, Inácio alerta contra aqueles que declaram que Jesus “apenas parecia sofrer” (10:1), e em resposta insiste que Jesus “verdadeiramente nasceu, e comia e bebia; foi verdadeiramente perseguido na época de Pôncio Pilatos, foi verdadeiramente crucificado e morreu... E também foi verdadeiramente ressuscitado dos mortos” (9:1-2). Assim também na carta aos cristãos de Esmirna, Inácio ataca aqueles que declaravam que a paixão de Jesus era um fingimento, que ele não era um ser humano real de carne e osso que realmente sofrera (2:1). Inácio novamente nega que essas pessoas sejam “crentes” (2:1) e alerta os leitores a nem mesmo encontrar-se ou conversar com elas (4:1). Opondo-se àquelas visões, ele insiste que Jesus “realmente nasceu” (1:1), que foi “realmente crucificado... na carne”. (1:2), que “genuinamente sofreu” e “genuinamente se levantou” (2:1). Mesmo após a ressurreição, Jesus estava “na carne” (3:1), como foi evidenciado pelo fato de que seus discípulos o tocaram e o viram comer e beber (3:2-3).

Algumas pessoas sugerem que Inácio pode ter ficado pessoalmente perturbado por essa questão cristológica devido à relação com sua própria situação. ⁽²⁹²⁾ Ele mesmo estava a caminho do martírio. Se Cristo não sofreu de verdade na carne, haveria poucas razões para que o próprio Inácio tivesse de sofrer: “Se o que o nosso Senhor fez foi uma simulação, então o meu ser está acorrentado. Por que então me entrego completamente a morte, fogo, espada e feras selvagens?” (4:2) Isso parece ser parte integrante do amplo programa proto-ortodoxo: a ênfase na existência real, em carne e

osso, de Jesus e, conseqüentemente, seu sofrimento real está ligado à declaração de que a disposição de sofrer martírio físico é, de alguma forma, uma prova das visões teológicas de uma pessoa.

Alguns proto-ortodoxos, porém, levaram ao extremo a humanidade de Jesus e conseqüentemente vieram a ser expulsos da igreja. Já vimos os que pensavam assim fora da igreja, como por exemplo os ebionitas, que compreendiam Jesus como totalmente humano e não divino. Jamais conseguiremos saber ao certo o que os levou a insistir nesse ponto, embora possamos suspeitar que seu resistente Judaísmo os forçava a afirmar o monoteísmo a tal ponto que eles não podiam conceber Jesus também como Deus. Os ebionitas, porém, não eram os únicos nesse campo específico. **Em alguma época perto do fim do século II, apareceu em Roma, entre as esferas proto-ortodoxas, um homem chamado Teódoto, sapateiro por profissão, mas um pensador evidentemente incomum e erudito.** Declarando que suas visões representavam aquelas transmitidas pelos discípulos de Jesus aos verdadeiros crentes desde então, **Teódoto afirmava que Jesus era “simplesmente um homem”, nascido da união sexual de José e Maria, mas escolhido por Deus em seu batismo para ser o salvador do mundo.** Teódoto conseguiu um número de seguidores bastante razoável em Roma, especialmente, como se sabe, entre intelectuais que conheciam a filosofia, a matemática e a lógica secular de Teódoto, e as aplicavam às suas perspectivas teológicas. A declaração dos

teodocianos de que representavam a opinião de cristãos no topo da hierarquia romana desde a época do bispo Victor (189-198 d.C.) foi levada bastante a sério, a ponto de ser atacada pelos principais heresiólogos romanos da época. ⁽²⁹³⁾

Esses “adocionistas” romanos foram finalmente extirpados, e suas visões censuradas por aqueles que insistiam que, embora Jesus Cristo fosse um homem, não era “simplesmente um homem”; ele também era Deus. Com isso Inácio também teria concordado.

Mas, se Cristo é Deus e Deus é Deus, como pode haver somente um Deus? Isso causou grandes problemas para os proto-ortodoxos em Roma e outros lugares, trazendo dissensão considerável em suas alas. Ninguém era mais central nessa disputa do que Hipólito de Roma, que afirmava em sua obra *Contra Noeto* que, após os teodocianos, a liderança da igreja romana tinha ido longe demais na outra direção, ao afirmar a divindade de Jesus e sua íntima conexão com Deus; até mesmo o bispo de Roma (o “Papa”) foi incluído em seu ataque. O resultado desse desfecho foi notável. Essa foi a primeira fissura conhecida nos altos escalões da liderança da igreja romana. Hipólito, apoiado por seus próprios seguidores, estabeleceu-se como o primeiro anti-Papa – ou seja, o primeiro a declarar que as visões teológicas do verdadeiro Papa o haviam desqualificado como tal, impedindo-o de manter, então, os serviços papais.

Os bispos romanos em questão eram Zeferino (bispo 198-217 d.C.), sucessor de Victor, e Calisto

(217-222 d.C.), sucessor de Zeferino. O próprio Hipólito é uma de nossas principais fontes de informação sobre o conflito, e ele tem a honestidade de admitir que a maioria dos cristãos em Roma apoiava a visão cristológica a que ele se opunha. Ambos os lados da disputa, devemos realçar, concordavam com a essencial noção proto-ortodoxa de que Cristo era tanto Deus quanto homem. Da mesma forma, ambos os lados eram firmemente comprometidos com o monoteísmo: há somente um Deus. Mas como pode Cristo ser Deus, e Deus Pai ser Deus, se Deus é único? Os oponentes de Hipólito resolveram o problema com bastante exatidão. Cristo era o próprio Deus Pai, feito carne para salvar o mundo que ele criou.

Hipólito não era o único cristão proto-ortodoxo a achar essa visão indefensável. Igualmente vociferante na oposição era Tertuliano. Juntos, eles levantaram algumas objeções bíblicas e lógicas: por que a Escritura diz que Deus enviou seu filho, em vez de dizer que ele enviou a si próprio? Como pode alguém ser pai de si mesmo? Com quem Jesus está falando quando reza? Como Jesus pode falar sobre ir ao Pai (João 20:17) se ele é o Pai? E é realmente concebível que Deus Pai tenha sido morto? Essa última questão tornou-se um ponto de zombaria para aqueles que se opunham à visão. Eles escarneciam daqueles que pensavam que “o Pai sofreu”, e cunharam o termo “patripassionista” (sofredores do Pai) para se referir a qualquer um que endossasse essa ideia. ⁽²⁹⁴⁾

O outro lado, naturalmente, recusou-se a ser escarnecido e destacou que a alternativa não era aceitável de forma alguma. A Escritura afirma

repetidamente que há somente um Deus (por exemplo, Isa. 44:6, 45:18). Se Cristo é Deus, ele deve ser esse único. Se ele é um Deus diferente, então na verdade há dois deuses. Quem pensar assim não é mais um monoteísta, mas um diteísta.

Como se sabe, Zeferino e Calisto perderam essa disputa, uma vez que os pensadores proto-ortodoxos terminaram por considerar que a relação de Deus Pai e Deus Filho era mais complicada que uma identificação exata. Cristo pode ser igual ao Pai, mas não é idêntico ao Pai. E isso é uma grande diferença. Mas como ele poderia ter igualdade com Deus, de modo que ele também é Deus, se há apenas um Deus?

Os teólogos que começaram a trabalhar nesse problema foram aqueles que desenvolveram as doutrinas tradicionais da Trindade. Não só Cristo e o Pai eram pessoas separadas, ambas igualmente divinas, como também havia o problema do Espírito, de quem Jesus falava como um “outro Consolador” que viria em seu lugar (Jo 14:16-17; 16:7-14), e que era visto como o Espírito de Deus já no início do Gênesis, onde “o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas” (Gn 1:2). **As passagens da Escritura que tratam de Cristo, do Pai e do Espírito foram cuidadosamente examinadas, combinadas, amalgamadas – tudo a fim de compreender o mistério trinitário.** Portanto, afirma a Escritura, Cristo e o Pai eram “um” (Jo 10:30), de modo que “aquele que me vê a mim, vê o Pai” (João 14:9), o Pai estava “em” Cristo, tal como Cristo estava “no” Pai (Jo 14: 11). O Pai “enviou” Cristo tal como mais tarde ele “enviaria” o Espírito (Jo 14:26). De uma

forma ou de outra, há três entes – não apenas um e não apenas dois – intimamente relacionados e, no entanto, distintos. Iguais, mas não idênticos.

Mas como isso pode funcionar? Os cristãos proto-ortodoxos mais antigos desenvolveram modelos para compreender Deus que impressionaram seus descendentes intelectuais, pois se moviam na direção certa, mas completamente sem nuances. Inácio, por exemplo, parece nunca ter trabalhado um entendimento preciso de como Cristo poderia ser tanto divino quanto humano. Possivelmente, ele não tinha os dons intelectuais necessários, pois este é um difícil enigma filosófico. De qualquer forma, a própria formulação paradoxal de Inácio pareceria irreversivelmente crua para gerações posteriores de proto-ortodoxos:

Pois há um médico, tanto carnal quanto espiritual, nascido e não-nascido, Deus feito carne, verdadeira vida na morte, oriundo tanto de Maria quanto de Deus, primeiramente sujeito ao sofrimento e depois acima do sofrimento, Jesus Cristo nosso Senhor. (Inác. Ef. 7:2)

Épocas posteriores viram muitas tentativas de se resolver o problema, algumas das quais completamente aceitáveis para os proto-ortodoxos da época, mas condenadas como heréticas por teólogos ortodoxos em séculos posteriores. **O melhor exemplo vem do mais erudito, prolífico e famoso teólogo dos três primeiros séculos cristãos, Orígenes de Alexandria (185-254 d.C.).** ⁽²⁹⁵⁾ Orígenes era um verdadeiro gênio, cuja vasta erudição e talento incomum foram reconhecidos por

um rico cristão em Alexandria, Ambrósio, que se tornou seu patrono, provendo-o com muitos recursos que possibilitaram ao teólogo prosseguir em seus esforços teológicos. Orígenes escreveu imensos comentários sobre a Escritura, tanto o Velho quanto o Novo Testamento, homilias copiosas sobre textos específicos, uma longa “apologia” defendendo a fé contra seus desprezadores intelectuais, trabalhos anti-heréticos contra aqueles que desposavam falsas doutrinas, e tratados teológicos eruditos lidando com as principais questões da época. Ao que parece, ele escreveu cerca de mil livros assistido por Ambrósio, que lhe forneceu um pequeno exército de estenógrafos para registrar suas reflexões ditadas e calígrafos para prepará-las para publicação. A maioria desses livros, lamentavelmente, está perdida ou destruída. **Embora Orígenes fosse o paladino da ortodoxia em sua própria época, acabou condenado como herege tempos depois, e seus trabalhos foram banidos** – o que não é surpresa, pois Orígenes tentava, pela primeira vez, trabalhar os mistérios do universo em uma nova base teológica.

A teologia de **Orígenes** era bíblicamente enraizada do início ao fim. **Ele endossava a ideia de que Deus era o criador de todas as coisas, e acreditava que isso significava todas as coisas, incluindo Cristo.** A essência de Cristo passou a existir em algum ponto no passado da eternidade. Na verdade, ela veio a existir quando todos os seres inteligentes do reino divino vieram a existir – anjos, arcanjos, demônios, o diabo, almas humanas. Todas essas criaturas de Deus eram originalmente mentes desencarnadas, criadas para adorar a Deus

eternamente, e ainda assim, com o livre-arbítrio para escolher agir diferentemente. Algumas mentes escolheram separar-se de Deus – por exemplo, o diabo e seus demônios, cuja cobiça pelo poder levou à sua “queda”. Outros simplesmente não conseguiram manter a adoração de Deus pela eternidade; estes também caíram de seu lugar divino e se tornaram almas que foram colocadas em corpos humanos como uma forma de disciplina e punição, antes de serem redimidos. **Houve uma mente, porém, que se manteve em contato direto e intensamente focalizado em Deus, desde o passado da eternidade. Essa mente estava tão conectada com Deus que se tornou um com Deus.** Da mesma forma que o ferro colocado no fogo adquire finalmente todas as características do fogo, essa mente adquiriu todas as características de Deus, ficou tão mergulhada na sabedoria de Deus que se tornou a própria sabedoria de Deus, de tão mergulhada na palavra de Deus, tornou-se a própria palavra de Deus. Em um sentido muito real, então, por todas as aparências externas e pela profundidade de seu ser, essa mente era Deus. Essa mente, então, tornou-se uma alma que se fez carne humana e habitou entre nós em forma humana. Cristo é a encarnação desse ser divino que veio a existir no passado da eternidade; Cristo é a Palavra de Deus feita carne; **Cristo é Deus, um com o Pai, diferente em pessoa mas igual em substância, aquele por meio de quem Deus fez o mundo** (Orígenes, *Sobre os Primeiros Princípios* 2:6). No entanto – este é um ponto-chave –, ele é igual a Deus pela *transferência* do ser de Deus; em última instância, **ele é subordinado a Deus e é “menos**

que o Pai” (*Sobre os Primeiros Princípios* 1:3).

Orígenes foi finalmente condenado por essa solução inovadora da relação de Deus e Cristo quando pensadores ortodoxos em séculos posteriores refinaram suas categorias e rejeitaram qualquer noção da subordinação de Cristo a Deus, o que para eles significava necessariamente que, em essência, Jesus não era igual a Deus. Orígenes veio a ser condenado também por outras ideias, especialmente por suas visões de que as almas pre-existiram e que toda criação, incluindo o diabo, render-se-á, finalmente à soberania de Deus, e assim será salva. ⁽²⁹⁶⁾

No mínimo, Orígenes demonstra que, nos séculos II e III, não apenas há fronteiras claramente definidas entre os proto-ortodoxos e os “hereges”; há também algumas vagas fronteiras entre o que se considera ortodoxo ou não. A ortodoxia de uma época pode se tornar a heresia da próxima. Os ebionitas foram discutivelmente os primeiros a aprender essa máxima teológica, como aqueles que representavam uma forma muito antiga de Cristianismo, possivelmente enraizada nas crenças dos próprios apóstolos judeus de Jesus. Eles tiveram numerosos sucessores sem êxito, defensores de visões um dia aceitáveis e mais tarde condenadas como heréticas.

O início da Trindade

Nem Tertuliano nem Hipólito abordaram as questões sobre a natureza de Cristo como Deus e homem e sobre a relação dos membros divinos de Deus com a erudição, a sutileza e a

perspicácia de Orígenes. Porém, em alguns aspectos, suas abordagens menos ousadas se tornaram mais úteis a pensadores ortodoxos de épocas posteriores. **A oposição a entendimentos patripassionistas (a crença de que “o Pai sofreu”) forçou-os a pensar em termos trinitários,** Deus sendo distintamente três em expressão, embora um em essência. **Conforme Hipólito expressa, “quanto ao poder, Deus é um; mas quanto à economia [isto é, a forma como esse poder se expressa] a manifestação é tripla” (Refutação 8:2). Na formulação de Tertuliano, Deus é três em grau, não em condição; em forma, não em substância; em aspecto, não em poder (Contra Praxeias, 2). Tertuliano foi o primeiro teólogo latino a usar o termo *Trindade*.**

Dentro dos amplos contornos da proto-ortodoxia, então, pode-se ver desenvolvimento e variedade. Com o passar do tempo, **os teólogos se tornaram mais fascinados com o mistério da Trindade e desenvolveram um vocabulário muito mais refinado para lidar com esse tema. Entretanto, isto se deu muito tempo depois que os principais pontos já haviam sido resolvidos:** se Cristo era homem, e não Deus (ebionitas, teodocianos); Deus, e não homem (marcionitas, alguns gnósticos); ou dois seres, um homem e um Deus (a maioria dos gnósticos). Os proto-ortodoxos não optaram por nenhum desses entendimentos. Cristo era Deus e homem, e ainda assim era um ser, e não dois. ⁽²⁹⁷⁾

Uma vez que isso foi reconhecido, os detalhes ainda tinham de ser trabalhados, e o foram durante séculos. Se fosse fácil, não seria um mistério. Os

teólogos tornaram-se obcecados com a questão de como e de que forma Cristo poderia ser tanto humano quanto divino, completamente ambos. Ele teve uma alma humana, mas um espírito divino? Ele teve uma alma divina em vez de uma alma humana? Seu corpo era realmente como o corpo de todas as pessoas? Como Deus poderia ter um corpo? **Ele era subordinado ao Pai, como queria Orígenes?** ⁽²⁹⁸⁾ Se não era, por que *ele* foi o enviado, e não o contrário? E assim por diante, quase *ad infinitum*.

Nesse período mais antigo, entretanto, os debates eram igualmente mais básicos e mais fundamentais. Conseqüentemente, as alternativas *dentro* da tradição proto-ortodoxa – enquanto opostas às alternativas que os separavam de tudo o mais – eram menos claras e menos óbvias. Tudo mudou quando os proto-ortodoxos se viram vitoriosos, sendo forçados então a se mover em direção às formas ortodoxas de Cristianismo dos séculos IV e V. ⁽²⁹⁹⁾ (itálico do original)

Achamos prudente colocar o que acabamos de transcrever, visto Ehrman citar vários nomes dos quais falamos alguma coisa. Esta sua afirmativa de que “Orígenes foi finalmente condenado por essa solução inovadora da relação de Deus e Cristo”, fez-nos pensar sobre qual deve ter sido o motivo que sempre o citam como um dos que aceitavam a

Trindade.

São Jerônimo

São Jerónimo (português europeu) ou **Jerônimo** (português brasileiro) (Strídon, c. 347 – Belém, 30 de Setembro de 420), nascido Eusébio Sofrônio (Sofrônio) Jerónimo (em latim: Eusebius Sophronius Hieronymus; em grego: Εὐσέβιος Σωφρόνιος Ἱερώνυμος) foi um padre e apologista cristão ilírio. [300] É conhecido sobretudo como tradutor da Bíblia do grego antigo e do hebraico para o latim. É o padroeiro dos bibliotecários e dos tradutores, e patrono das secretárias (inclusive ambos comemorados no dia 30 de setembro).

A edição de São Jerônimo, a Vulgata, é ainda o texto bíblico oficial da Igreja Católica Romana, que o reconhece como Padre da Igreja (um dos fundadores do dogma católico) e ainda doutor da Igreja. Nasceu em Strídon, na fronteira entre a Panônia e a Dalmácia (motivo pelo qual também é chamado de Jerônimo de Strídon), no segundo quarto do século IV e faleceu perto de Belém, em sua cela, próximo à gruta da Natividade.

A Vulgata foi publicada cerca de 400 d.C., poucos anos depois de Teodósio I ter feito do cristianismo a religião oficial do Império Romano (391).

É reconhecido pela Igreja Católica como santo e Doutor da Igreja, e como santo pela Igreja Ortodoxa Oriental, onde é conhecido como São Jerônimo de Stridonium ou Abençoado Jerônimo. (301)

Deixamos, propositalmente, São Jerônimo fora da ordem cronológica, devia vir antes de Santo Agostinho, visto ser ele um defensor da Trindade.

A informação sobre ele nós fomos encontrar na obra **A Igreja Católica** de Hans Küng, da qual transcrevemos o tópico “A Trindade reinterpretada”:

Por muitos anos, Agostinho trabalhou incansavelmente numa grande obra de sua velhice, estimulado não por uma heresia, mas antes por uma necessidade interna de esclarecimento: estava preocupado em apresentar uma reinterpretação mais profunda e convincente da doutrina da Trindade. Sua interpretação acabaria tendo tantos seguidores no Ocidente latino que quase não se teria conhecimento de outra. Mas, até hoje, ela é categoricamente rejeitada pelos gregos. Por quê?

Os padres da igreja gregos sempre partiram do Deus único e Pai, que, para eles, como para o Novo Testamento, era “o Deus” (*ho theos*). Eles definiam a relação de Deus Pai com o Filho e o Espírito à luz deste Deus único e Pai. É como se tivéssemos uma estrela que dá sua luz a uma segunda estrela (“luz de luz, Deus de Deus”) e finalmente a uma terceira. Mas a nossos olhos humanos, todas as três estrelas aparecem uma após a outra só como uma estrela.

Agostinho diferia completamente: em vez de começar de um Deus Pai, começou de uma natureza de Deus, ou substância divina, que era comum ao Pai, ao Filho e ao Espírito. Para os

teólogos latinos, o princípio de unidade não era o Pai, mas a natureza divina única, ou substância. Para desenvolver a ilustração dada acima: três estrelas não brilham uma após a outra, mas lado a lado num triângulo no mesmo nível – aqui, a primeira e a segunda estrelas juntas dão luz à terceira.

Para explicar mais precisamente, Agostinho usou categorias psicológicas de uma maneira nova: ele viu uma semelhança entre o Deus em três pessoas e o espírito humano tridimensional: entre o Pai e a memória, entre o Filho e a inteligência, e entre o Espírito e a vontade. À luz desta analogia, a Trindade poderia ser interpretada da seguinte maneira:

O Filho é “gerado” a partir do Pai “segundo o intelecto”. O pai sabe e gera no Filho sua própria palavra e imagem. Mas o Espírito “procede” do Pai (como o amante) e o Filho (como o amado) “segundo a vontade”. O Espírito é a personificação do amor entre o Pai e o Filho: procede tanto do Pai como do Filho. (Foi o termo latino denotando esta procedência também do Filho, *filioque*, que acabou sendo o grande obstáculo para os gregos. Sua visão era que o Espírito procedia apenas do Pai.)

Assim, Agostinho fizera uma construção intelectual da Trindade com categorias filosóficas e psicológicas de uma maneira extremamente sutil como um Deus que se auto desdobrava. Aqui, a expressão “e do Filho” pareceu tão essencial que, no Ocidente, a partir dos séculos VI e VII, ela aos poucos foi inserida no credo. Muitas vezes foi exigida pelos imperadores germânicos após Carlos

Magno e, em 1014, foi definitivamente inserida por Roma no credo antigo. **Mas, mesmo hoje, o Oriente ainda considera este *filioque* uma falsificação do antigo credo ecumênico e uma heresia flagrante. Entretanto, do mesmo modo, até hoje, aqueles teólogos dogmáticos católicos e protestantes do Ocidente que tentam tornar o que se afirma ser o “dogma central” do cristianismo crível para seus contemporâneos com cada modernização e cada novo argumento possível (em geral em vão) parecem não saber que estão interpretando a relação entre Pai, Filho e Espírito não tanto à luz do Novo Testamento, mas à luz de Agostinho.** ⁽³⁰²⁾ (itálico do original)

Hans Küng, em outra obra intitulada ***Religiões do Mundo - Em Busca dos Pontos Comuns***, argumenta:

DA FÉ CRISTÃ PARA O DOGMA ORTODOXO

Nessa nova constelação imperial de estado e igreja, desenvolve-se agora também o dogma eclesiástico. Ao se ocupar com todas as opções teológicas possíveis, é-se forçado a interpretar intelectual e conceitualmente, com uma precisão cada vez maior, a relação de Jesus com seu Deus e Pai, e isso dentro de categorias da física e da metafísica gregas (em grego *physis*, *usía*, *hypóstasis*; em latim *natura*, *substantia*, *persona*). Com isso a teologia dos padres da igreja grega envolve-se em problemas intelectuais quase

insolúveis, já bem cedo dividindo os teólogos e, mais tarde, a igreja.

Paulo e todos os teólogos cristãos dos três primeiros séculos aderiam com grande clareza à fé judaica no Deus único, sempre subordinando Cristo ao único Deus e Pai. Mas em 325, no primeiro concílio ecumênico – convocado por Constantino (sem consultar o bispo de Roma) para sua residência de Niceia –, Cristo foi declarado igual a Deus: ele seria *homo-úsios*, ou seja, “da mesma essência com Deus Pai”. Uma fórmula com a qual o imperador pretendia encerrar as disputas sem fim, sobretudo com os adeptos de um certo Ario, mas que levantou mais problemas do que resolveu. Por último ela revelou-se como infeliz. Os judeu-cristãos, que sem dúvida alguma a teriam rejeitado, se não impedido, no concílio, veem-se agora definitivamente excomungados. Para os judeus, e mais tarde para os muçulmanos, a fórmula permaneceu incompreensível. E mesmo os cristãos contemporâneos encontraram nela insuperáveis problemas, assim como no **dogma da Trindade, de um Deus em três pessoas, que mais tarde se desenvolveu a parte daí. ⁽³⁰³⁾ (itálico do original)**

É importante a afirmação desse padre teólogo católico de que a Trindade é algo tirado de Agostinho e não do Novo Testamento. Os dados biográficos de Hans Küng:

Hans Küng nasceu na Suíça, em 1928, estudou

na Universidade Gregoriana em Roma e Paris e foi ordenado padre católico-romano em 1954. Lecionou na Universidade de Tübingen (1960-96), onde também dirigiu o Instituto de Pesquisa Ecumênica a partir de 1963. Em 1962, foi nomeado pelo papa João XXIII *peritus* (consultor teológico) para o Concílio Vaticano II. Teve papel fundamental na redação do Vaticano II que, de 1962 a 1965, modernizou radicalmente áreas essenciais de ensino e da prática católicos. ⁽³⁰⁴⁾

Portanto, é alguém de dentro da Igreja que dá sua opinião, pela qual não abona a Trindade como tendo uma base bíblica.

Transcrevemos, agora, as considerações de Pepe Rodríguez, que, inclusive, cita Küng, constante do capítulo XV, da obra ***Mentiras Fundamentais da Igreja Católica***:

XV

A “SANTÍSSIMA TRINDADE”,

O MISTÉRIO QUE NOS VEIO DO ORIENTE

A dada altura, na sua já citada obra, o teólogo católico Hans Küng interroga-se sobre o facto de a Trindade não constar do credo enquanto artigo de fé. E ele próprio responde: “A investigação histórica depara, de facto, com uma realidade curiosa: a

palavra grega *trias* só aparece, pela primeira vez, no século II (na apologia de Teófilo), o termo latino *trinitas*, no século III (no africano Tertuliano), a **doutrina clássica trinitária de 'uma natureza divina em três pessoas' não antes de finais do século IV** (formulada pelos três padres capadóces Basílio, Gregório de Nazianza e Gregório de Niza). A festa da Trindade – que teve a sua origem na Gália, sendo então recusada por Roma por se tratar, a seus olhos, da 'celebração de um dogma' – só foi declarada universalmente obrigatória em 1334, quando o papa João XXII se encontrava desterrado em Avinhão”.

“Ora bem”, prossegue o teólogo, “quem quer que leia o Novo Testamento, não pode negar que nele são sempre referidos o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Não é, aliás, por acaso, que a fórmula litúrgica baptismal do Evangelho de Mateus diz claramente: 'Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo' (Mt 28,19). Toda a questão reside, pois, no modo como se relacionam entre si o Pai, o Filho e o Espírito Santo. E, curiosamente, em todo o Novo Testamento, não há uma única passagem que refira que o Pai, o Filho e o Espírito Santo sejam 'da mesma essência', isto é, que possuam em comum uma única natureza (*physis*, substância). Sendo assim, não é de admirar que o Símbolo dos Apóstolos não inclua qualquer afirmação nesse sentido”.

“Temos de fazer o esforço de passar em revista o Novo Testamento”, acrescenta Küng, “porque este, em muitos aspectos, ainda está arraigado ao judaísmo, enquanto noutros se encontra já mais próximo de nós. **Dar-nos-emos então conta de**

que no Novo Testamento o Pai, o Filho e o Espírito Santo não só são três grandezas muito diferentes, como não surgem pura e simplesmente identificadas, de uma maneira esquemático-ontológica, a uma natureza divina. E o facto é que Jesus é absolutamente omissivo quanto ao 'mistério central' ou quanto a um 'dogma fundamental', segundo o qual 'três pessoas divinas' (hipóstases, relações, formas de ser...), ou seja, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, teriam em comum 'uma natureza divina'.⁽³⁰⁵⁾

Na realidade, Jesus, os apóstolos e a Igreja cristã dos primeiros séculos estavam longe de suspeitar que Deus fosse trino. Não duraram, aliás, o suficiente para assistir às deliberações delirantes dos concílios em que se fabricou o dogma trinitário.

Segundo o catecismo católico vigente, “a Trindade é una. Não confessamos três deuses mas apenas um Deus em três pessoas: 'a Trindade consubstancial' (Cc. Constantinopla II, em 553: DS 421). As pessoas divinas não repartem entre si essa divindade única, pelo contrário, cada uma delas é inteiramente Deus: 'O Pai é o mesmo que o Filho, o Filho é o mesmo que o Pai, o Pai e o Filho o mesmo que o Espírito Santo, ou seja, um só Deus por natureza' (Cc. de Toledo XI, em 675: DS 530). 'Cada uma das três pessoas é esta realidade, isto é, a substância, a essência ou a natureza divina' (I Latrão IV, em 1215: DS 804)”⁽³⁰⁶⁾.

Para a doutrina católica actual, o Pai, o Filho e o Espírito Santo são, pois, três pessoas que têm em comum a mesma substância (*ousia*) e a mesma

energia (*energeia*). Mas até chegar a esta conclusão – como vimos no capítulo VI, a propósito da consubstancialidade –, os seus defensores tiveram de batalhar duramente contra quem professava teses teológicas diferentes.

Com efeito, o problema fundamental – ou seja, a **definição do tipo de hierarquia existente entre as três pessoas – foi abordado de pontos de vista muito diferentes.** Assim, por exemplo, **subordinacionismo**, Cristo era inferior ao Pai; para o **pneumatomaquismo**, o Espírito Santo era inferior ao Pai e ao Filho; para **modalismo**, o Pai, o Filho e o Espírito Santo eram uma mesma única pessoa, sob três nomes distintos; para o **patricianismo** o Pai padecera e morrera na cruz, exactamente como o Filho, dado este ser Deus... etc.

No Concílio de Niceia (325), foram apresentados mais de vinte evangelhos, cada um deles com o seu modelo trinitário, mas todos eles, salvo o de João, foram considerados apócrifos. É verdade que nesse Concílio, a maioria dos bispos votou a favor da doutrina da Trindade, mas não é menos verdade que muitos foram os que se opuseram a esse escândalo, de tal modo que, anos depois, no Concílio de Antioquia (341), a *inspiração* divina, corrigindo-se a si própria negou o proclamado em Niceia para logo em seguida, noutro Concílio, voltar a emendar-se e assim sucessivamente até se chegar formulação dogmática actualmente defendida pela Igreja ⁽³⁰⁷⁾.

A Trindade é definida pelos teólogos como sendo o mistério fundamental da fé cristã e como o

exemplo do verdadeiro mistério em estado puro, ou seja, de uma verdade de que o homem, sem a fé numa revelação divina, não pode ter qualquer certeza e cujo conteúdo lhe é acessível apenas por via analógica ⁽³⁰⁸⁾. No entanto, o que parece constituir um mistério altamente revelador é o facto de **o principal testemunho sobre a tríplice personalidade de Deus repousar apenas e tão-só sobre um único versículo – Mt 28,19 –, ou seja, num versículo inserido, além do mais, no fantasioso e traficada Evangelho de Mateus.**

Quando, neste evangelho, Jesus ressuscitado aparece na Galileia – passagem, aliás, que figura igualmente em Mc 16,15-18 (embora este último relato refira outras circunstâncias e transmita uma mensagem substancialmente diferente) –, o Nazareno tem as seguintes palavras: “Foi-me dado todo o poder no céu e na terra; ide, pois ensinaí a todas as gentes, baptizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28,19). **É óbvio que o texto menciona três pessoas diferentes. E é tudo. Se formam ou não uma única pessoa e quais as relações que mantêm entre si, o texto é totalmente omissivo. Não se vê, pois, como pode ler-se nele a afirmação do dogma católico da Trindade.**

Se partirmos, no entanto, do princípio de que se trate de três deuses, a referida frase de Mateus indicaria que as gentes deveriam ser baptizadas em nome dessas três divindades. O que posto na boca de um judeu monoteísta como Jesus é um absurdo e uma blasfémia absolutamente terrível. Por outro lado, **como se explica que uma revelação tão fundamental apareça apenas neste versículo**

isolado de Mateus e em nenhum outro dos demais sinópticos? Será razoável admitir que a inspiração de Deus tenha escondido de Marcos uma tão grande revelação, ele que escreveu o seu evangelho baseando-se na pregação de Pedro?

O *quid* do *mistério* não é, no entanto, difícil de resolver. Na realidade, quando se analisa a natureza e a estrutura dos versículos em questão, **é óbvio que o texto em que se inserem é um acréscimo posterior à redação do evangelho original. Para a maioria dos peritos independentes, o Evangelho de Mateus original termina, de facto, em Mt 28,15; os restantes versículos que, no seu conjunto, formam o capítulo final, são uma interpolação.**

Como explicar este facto e, sobretudo, como explicar que a *base* do dogma trinitário apareça apenas em Mateus, e não em Marcos nem em Lucas? **A explicação encontra-se na geografia e nos mitos; próprios da área cultural em que esse evangelho foi escrito.** Senão, vejamos: **o texto de Mateus foi redigido à volta do ano 90, no Egipto, zona influenciada pela mesma cultura oriental em que, nem por acaso, viverão mais tarde os artífices do dogma trinitário – Teófilo, Tertuliano, Basílio, seu irmão Gregório de Niza e o companheiro de ambos, Gregório de Nazianza.** Pelo seu lado, Marcos foi escrito entre os anos 75-80, e Lucas, no final do século I. O que é, entanto, relevante é que ambos foram redigidos em Itália, dominada por um impulso cultural diferente e por uma mentalidade religiosa menos *florida* que a oriental. Como vimos, **a festa da Trindade foi, por exemplo, rejeitada por Roma até ao século XIV.**

As sociedades orientais eram ricas em antigas tradições religiosas trinitárias e o cristianismo, como vimos precedentemente, elaborou uma grande parte dos seus mitos fundamentais nas suas Igrejas do Oriente.

Se passarmos os olhos pela história das religiões pré-cristãs, veremos que em quase todas elas era absolutamente corrente a ideia de trindade divina. Por exemplo, os panteões trinitários há muito que eram uma das características da religião do Antigo Egito. Três mil anos antes do aparecimento do cristianismo, o sistema cosmogónico de Mênfis era dominado por uma tríade: Pta (criador dos deuses e dos homens), Sejmet (esposa) e Nefertem (filho). Por seu lado, o de Tebas era dominado por Ámon, Mut (esposa, deusa do céu) e Jonsu (filho). O sistema osirista era dominado, como se sabe, por Osíris, Ísis (esposa) e Hórus (filho), sem esquecer outras trindades menos influentes como Knef, Fre e Ftah, ou Jnum, Anukis e Satis, etc.

O antigo deus egípcio Ámon, por exemplo, era tanto venerado sob o aspecto de Nouf (Noum ou Chnoufis em grego) – que personificava o seu poder gerador *in actu* –, como sob o aspecto de Knef (ou Chnoumis) – que personificava o mesmo poder, mas *in potentia*. Em ambos os casos, era representado iconograficamente com um corpo de homem e cabeça de carneiro e se, enquanto Knef, simbolizava o Espírito de Deus (em certa medida, o equivalente do Espírito Santo cristão), com a ideia criadora que nele incubava, enquanto Nouf, era o *anjo* que *entrava* na carne da Virgem para nascer como divindade. **Num antiquíssimo papiro**

egípcio – traduzido pelo egiptólogo Chabas –, deparamos com uma prece que é, na prática, uma autêntica antecipação ideológica do modelo trinitário cristão que, muitos séculos mais tarde, se limitará a imitá-lo: “Ò Sepui, Causa de existência, que formaste o teu próprio corpo! Ó Senhor único, procedente de Noum! Ó substância divina, criada de ti mesma! Ó Deus, que fizeste a substância que está nele! Ó Deus, que fizeste o seu próprio pai e fecundaste a sua própria mãe!”.

Os Babilónios e os Caldeus (c. 2100 a. C.) veneravam quatro grandes deuses ou Arba-il – três divindades masculinas e uma feminina, que era virgem, sem deixar de ser reprodutora. Esta primitiva trindade era composta por Bel (“Senhor do Mundo”, Pai dos deuses, Criador), Hea (forjador do Destino, Senhor do Abismo, Deus da Sabedoria e do Conhecimento) e Anu (“Rei dos Anjos e dos Espíritos”, Governador dos céus e da terra). A esposa de Bel, ou o seu aspecto feminino, era Belat ou Beltis (“Mãe dos grandes deuses”).

Segundo a *Teogonia* de Hesíodo (século VIII a. C.), a primitiva trindade helénica era constituída por Úrano, Gaia e Eros. Úrano equivalia a Cœlus (Céu), o mais antigo de todos os deuses e pai dos titãs divinos: Gaia, ou Gea, era a Matéria primordial, a Terra, a esposa de Úrano (ou firmamento ou o céu); Eros era o deus que personificava a força procriadora da Natureza, enquanto conceito impulsor da criação e da procriação.

O Trimúrta, a trindade hindu, era constituída por Brama, Vixnu e Xiva. A sílaba mais sagrada do hinduísmo, AUM, em que o A e o U se conjugam

para formar o O (razão por que a referida sílaba também é grafada OM), é o emblema da divindade ou, mais exactamente, da Trindade na Unidade. Através dela, Brama, o Ser supremo, é apresentado na sua tríplice condição de Criador (Brama, A), de Conservador (Vixnu, U) e de Renovador (Xiva, M). Existe ainda uma tríade mais antiga, de origem persa, formada por Varuna, Indra e Naatyá.

E inútil continuar a recensear outras trindades *pagãs*. O que importa sublinhar é a presença substantiva e maciça de concepções trinitárias no quotidiano pré-cristão e o peso cultural drenado mais de dois milênios dessas concepções. Só assim se compreende como a então ainda jovem religião cristã delas se socorreu (e a tal foi forçada) no momento em que teve de construir o seu *mistério* central, ou seja, a conformação dos atributos míticos de Jesus Cristo, como vimos mais em pormenor no capítulo III deste livro.

À medida que a ideia do dogma trinitário, desconhecido, enquanto tal, dos cristãos dos primeiros séculos, foi ganhando terreno e aceitação, houve, de certeza, alguém – como era hábito nesses tempos – que acrescentou umas tantas linhas ao texto egípcio Mateus. Com toda a probabilidade, foi assim que surgiu o versículo de Mt 28,19, *pedestal* sobre o qual assenta um dos “mistérios escondidos de Deus, que não podem ser conhecidos se não forem revelados pelo alto” ⁽³⁰⁹⁾. Entretanto, em Itália, os documentos de Marcos e Lucas, protegidos pela cultura ambiente, estavam imunes do que foi, sem dúvida alguma, uma modernice teológica oriental. Razão por que não se encontra neles o mais leve rasto do mistério

fundamental da Trindade. O que não impediu que no Concílio de Niceia – onde foi aprovada a consubstancialidade de Jesus com Deus – o Evangelho de Mateus, conjuntamente com os de Marcos, de Lucas... e de João, tivesse sido declarado texto *autêntico* e *inspirado*.

O Evangelho de João tinha sido escrito, em finais da primeira década do século II, por João, o Ancião, um grego que teve o descaramento de pôr Jesus a falar no seu evangelho como se se tratasse de um heleno antijudeu, anacronismo que tivemos oportunidade de sublinhar no capítulo II deste livro. Nesse evangelho, Jesus identifica-se a si mesmo com o Pai ⁽³¹⁰⁾ – presunção que teria, aliás, horrorizado o próprio Jesus dos sinópticos –, deixando assim semeada, a partir igualmente de algumas afirmações *inspiradas* e de ditos atribuídos a Jesus, a semente que ajudaria a teologia posterior a orientar-se num sentido *trinitário*.

O Jesus do Evangelho de João assume uma postura e uma mensagem manifestamente apócrifas, em tudo contrárias ao que nos é dado ler nos evangelhos sinópticos, bem mais próximos do nazareno em termos cronológicos e de vivência histórica. Assim, por exemplo, no quarto evangelho, Jesus afirma-se claramente como o “Filho de Deus” ou o “Verbo encarnado” (Jo 1,14-18; 3,16), assume a sua consubstancialidade com Deus (Jo 10,30), declara a continuidade da sua obra por parte do Espírito Santo ao 14,26), etc. **O Jesus do Evangelho de João é, sem dúvida alguma, infinitamente mais místico, formoso e complexo – enquanto elaboração mítico-religiosa – que aquele que nos é mostrado pelos três outros**

evangelhos, mas é também infinitamente menos histórico ou, o que vem a dar no mesmo, infinitamente mais falso ⁽³¹¹⁾.

O que, de facto, não nos deve surpreender, se nos lembramos que João, *o Ancião*, viveu na Ásia Menor, onde escreveu o seu Evangelho de João. Decididamente, a Santíssima Trindade foi um mistério que nos veio do Oriente. ⁽³¹²⁾ (itálico do original)

Tudo quando Rodríguez aqui fala, pode ser confirmado em outros estudiosos, mencionados na presente pesquisa.

Apoiar-se nos concílios para confirmar a Trindade

Essa é a mais comum das justificativas para a crença da existência da Trindade, como se fosse verdadeiro tudo que os Concílios decidem.

Uma coisa é certa: os católicos tornam-se obrigados a aceitar as suas decisões sem questionar, pois pressupõe-se que os membros são inspirados pelo “Espírito Santo”. Óbvio que tal afirmativa visa apenas “enquadrar” os fiéis nas deliberações deles emanadas.

O que se torna cada vez mais claro para nós é que tudo quanto se é imposto não contém a verdade, pois aquilo que é verdadeiro não precisa desse expediente, uma vez que a verdade é algo tão cristalino que prescinde de qualquer tipo de imposição para que seja percebida e aceita.

Mário Curtis Giordani (1921-2014), em ***História do Império Bizantino***, nos informa que:

Talvez nem todo o cristão, quando proclama solenemente sua crença na SS. Trindade, tenha plena consciência do quanto essa profissão de fé, escoimada de absurdas aberrações, deve aos primeiros grandes concílios ecumênicos realizados no Oriente. ⁽³¹³⁾

Então, podemos perceber que é fruto de algo mais localizado, não sendo, portanto, uma coisa genérica, na qual todos os prelados da Igreja Católica participaram para sua implantação.

Em **Mentiras Fundamentais da Igreja Católica**, Pepe Rodríguez apresenta-nos informações sobre o desenvolvimento do dogma da Trindade, diz ele que:

O processo da formação da cristologia, das origens até às crenças católicas oficiais de hoje, foi, de facto, um processo alucinante, como se pode ver no quadro que se segue:

Evolução histórica da definição e características da suposta personalidade divina de Jesus

Fonte	Ponto de vista sobre a personalidade de Jesus-Cristo
--------------	---

Jesus de Nazaré	Nunca se definiu a si próprio como divino ou filho de Deus, a não ser como “Filho do homem”.
Apóstolos	Consideraram-no como ser humano, profeta e messias, sem personalidade divina.
Paulo Epístolas (anos 51-63)	Apesar de o Cristo celestial ter assumido a sua presença física no corpo de Jesus, este não manteve atributos divinos e só os recuperou depois da ressurreição.
João (Evangelho) (fim 1ª década séc. II)	Em Jesus, o divino e o humano estiveram simultaneamente presentes, o Jesus humano nunca tendo deixado de ter consciência de sua substância divina.
Marcionismo (Marcião, c. 85-160)	Cristo não teve um nascimento humano; o Deus do Velho Testamento não pode ser de modo algum o mesmo Deus que aparece no Novo Testamento.
Adopcionismo (séc. II)	Cristo, a partir do baptismo, tornou-se filho adoptivo de Deus e passou a estar dotado de divindade, sem, no entanto, ter sido Deus, em sentido próprio.
Orígenes (c. 185-253)	Só o Pai é Deus, em sentido estrito; o Filho foi gerado pelo Pai e é, portanto, um deus secundário.
Arianismo	Deus é único. O Filho é uma

Ario (256-336)	criatura gerada pelo Pai e só pode ser dito Deus na medida em que participa na graça divina; razão por que o Filho não é da mesma substância do Pai.
Concílio de Niceia (325)	O Filho é consubstancial ao Pai.
Apolinarismo Apolinário (c. 310-390)	O Verbo divino uniu-se em Jesus Cristo a uma humanidade incompleta, isto é, usando o corpo de Jesus mas não a sua alma racional, já que o Verbo a vinha substituir.
Nestorianismo Nestório (m. em 451)	As duas naturezas de Cristo encarnado permaneceram inalteradas e separadas durante a sua “conjunção”.
Monofisismo Eutiques (c. 378-454)	Cristo procede das duas naturezas, a divina e a humana; no entanto, dado que aquela absorveu esta, Cristo subsistiu apenas na natureza divina.
Monofismo (meados séc. VII)	Cristo teve duas naturezas, a divina e a humana, mas apenas uma vontade.
Concílio de Latrão (649) e de Constantinopla (680)	Cristo teve sempre duas naturezas e duas vontades.
Fonte: (314)	

E, além disso, veremos que a imposição da

crença na Trindade se desenvolveu com o tempo, no decorrer dos Concílios, como fruto do pensamento de leigos, no caso os imperadores bizantinos, que, no início, foi, coercitivamente, anuída por alguns religiosos, que nem sabemos se poderíamos classificá-los como teólogos, mas está longe se ser, como querem demonstrar, uma unanimidade entre os exegetas e estudiosos bíblicos.

Ademais, como se pode ver, no que já colocamos anteriormente, o número dos que defenderam essa ideia é pequeno, se o compararmos com o número de religiosos católicos que participaram desses Concílios. Um bom argumentador, exímio em retórica, certamente, fará pender para o seu lado a decisão de muitos, mormente, quando aqueles para quem fala não possuem erudição e conhecimento do assunto tratado. Em ***Introdução à Trindade***, lemos:

[...] Os imperadores se consideravam guardiães da fé e por isso tomavam partido nos debates teológicos, influenciando os resultados. Eram os imperadores que convocavam os concílios de bispos para tomarem decisões relacionadas com a doutrina da Igreja, **de modo que a pressão para**

desenvolver a doutrina veio de fora da Igreja e inicialmente para fins políticos. ⁽³¹⁵⁾

Assim, fica clara a influência política em alguns dos Concílios, exercida pelos líderes políticos, que também se considerando teólogos, agiam coercitivamente, fazendo com que os resultados fossem os que lhes agradava. E, especificamente, os concílios relacionados ao nosso assunto foram “convocados e presididos pelo imperador bizantino (Niceia, Éfeso, Calcedônia) [...].” ⁽³¹⁶⁾

Veja-se o que também nos informa Rubenstein, em ***Quando Jesus se Tornou Deus***:

[...] No esforço de terminar de vez com a controvérsia e unificar o mundo cristão, Constâncio convocou no mínimo nove concílios de igreja, a maioria deles no Ocidente. Grupos de bispos se encontraram sob os olhos vigilantes de Constâncio em Sirmione (351), Arles (353), Beziers (353) e Milão (355); em Sirmione foram realizados mais três encontros (em 357, 358 e 359); depois no imenso concílio conjunto em Rimini-Selêucia (359) e, finalmente, em Constantinopla (360). Houve outros concílios sem a presença do imperador, mas com seu consentimento; vários foram proibidos; e outros não sancionados foram convocados secretamente. ⁽³¹⁷⁾

Ainda poderemos acrescentar, a fim de corroborar o que estamos afirmando, mais estas duas opiniões:

1ª) Charles Diehl, *Os Grandes Problemas da História Bizantina*:

[...] **Constantino**, desde o dia em que elegera o cristianismo como religião de estado, tomara o cuidado de dar ao governo imperial o direito de intervir em todos os negócios eclesiásticos, assegurando para si os meios de governar despoticamente a Igreja, tanto em relação às coisas como às pessoas. A autoridade do imperador em matéria de religião, parecia portanto, quase absoluta. O imperador convocava os concílios, onde se fazia representar por altos funcionários, quando não comparecia pessoalmente, ratificando as decisões dos padres, decisões de sua ratificação. **Muitos imperadores vangloriavam-se, aliás, de serem excelentes teólogos**, e a esse título arrogavam-se o direito de legislar sobre a disciplina e o dogma; e alguns dentre eles, Justiniano, por exemplo, chegaram até a escrever longos tratados para expor e defender sua opinião sobre esta ou aquela questão essencial, e, se necessário, para impô-la.

O imperador intervinha também na nomeação dos altos dignitários da Igreja. Quando se tratava de escolher o patriarca de Constantinopla, o sínodo remetia ao soberano uma lista de três pessoas entre as quais deveria escolher; mas o imperador reservava-se o direito de acrescentar uma quarta

pessoa de sua preferência, caso os nomes propostos não fossem de seu agrado, de tal sorte que na verdade era o imperador quem escolhia o patriarca. **Do mesmo modo que o nomeava, tinha meios para livrar-se dele, quer mandando-o depor, por motivos religiosos ou políticos, quer constringendo-o a abdicar.** [...] A Igreja, aliás, aceitava essa constante intervenção do soberano como coisa perfeitamente legítima. [...]. ⁽³¹⁸⁾

2ª) Pepe Rodríguez, *Mentiras fundamentais da Igreja Católica*:

A “votação maioritária” do Concílio de Niceia, como teremos oportunidade de ver num capítulo posterior, **foi imposta pelo imperador Constantino que ameaçou os bispos presentes com destituição e desterro**, caso não aceitassem que Jesus Cristo era “consustancial ao Pai” (*homoousios*). **Não foi, portanto, a inspiração do Espírito Santo que elevou à categoria de “verdade revelada” a crença oficial da Igreja Católica actual quanto à consustancialidade do Pai e do Filho, mas a vontade caprichosa de Constantino** – um monarca cruel que, apesar de ter contribuído decisivamente para o nascimento do cristianismo, acabou por abraçar o arianismo, em cuja fé veio a morrer. ⁽³¹⁹⁾

Diante de uma situação como essa aqui descrita, como não votar com o Imperador? Aliás, uma coisa que encontramos e nem sabíamos que o

imperador Constantino (272-337) era o “culpado”.
Transcrevemos de **Documentos da Igreja Cristã**:

Reconhecimento oficial do domingo

Cod. Justin, III.XII.3 (Corpus Juris Civilis, II.127)

Constantino a Elpídio. Todos os juizes, cidadãos e artesãos descansarão no venerando dia do sol. Os camponeses poderão, porém, atender à agricultura, por ser este o dia apropriado para fazer a sementeira ou plantar vinhas, pois não se deve desperdiçar a oportunidade concedida pela divina Providência, visto ser de curta duração a estação própria. 7 de março de 321. ⁽³²⁰⁾

Assim, o “guardar o sábado”, passou para “guardar o domingo” graças a sua intervenção nos assuntos teológicos.

Constantino morreu em 340 no campo de batalha, em Aquileia, na Itália, sendo sucedido pelos seus dois filhos; Constâncio, que governou no Leste e Constante, que governava o Oriente, com sua morte em 350, o seu irmão tornou-se senhor de todo o império. Em **Santos e Pecadores: História dos Papas**, o autor Prof. Eamon Duffy (1947-), historiador irlandês, informa-nos que:

Foi um desastre para a fé nicena e o papado.

Como o pai, Constâncio via no cristianismo uma força unificadora essencial. Os debates sobre a pessoa de Cristo deviam cessar, e ele se propôs cessá-los suprimindo todo apoio a Atanásio e ao credo de Niceia. O papa Júlio, que enfrentara os distúrbios arianos com firmeza e coragem, mas também com tato e cortesia para com os adversários, morreu em 352. Seu sucessor, Libério (352-366), um clérigo com seguidoras entusiastas entre as piias matronas de Roma, embora igualmente partidário da causa de Niceia, não dispunha de tanta firmeza nem de habilidade. Pressionado pelos bispos orientais a repudiar Atanásio, teve a imprudência de solicitar a Constâncio que convocasse um concílio geral a fim de reafirmar a fé de Niceia. **Em vez disso, em dois sínodos realizados em Arles (353) e em Milão (355), o imperador obrigou os bispos reunidos a condenar Atanásio.** Os poucos que se recusaram foram afastados de suas sés. ⁽³²¹⁾

Vê-se que também o filho de Constantino, conseguiu impor-se aos bispos. Aliás, foi mais além, pois até o Papa Libério (352-366), sentiu o peso de seu poder:

A conduta corajosa de Libério ante a pressão imperial prefigurou as lutas entre o papado e o império que haveriam de dominar a história da Europa medieval. Mas sua determinação foi

efêmera. Embora o detestasse, Constâncio sabia que não conseguiria controlar a Igreja sem o apoio do papa: e manteve a pressão. Nas vicissitudes do exílio, cercado de um clero imperial e distante da terra natal, **Libério fraquejou. Acabou concordando em excomungar Atanásio e assinou uma fórmula que, conquanto não chegasse a repudiar o Credo Niceno, debilitava-o com a declaração vazia segundo a qual o Logos era, “no ser e em todas as coisas, como o pai”**. Em 358, ele finalmente recebeu autorização para voltar a Roma.

Encontrou a cidade profundamente dividida. **Durante seu exílio, em 355, o imperador havia instalado um novo papa, Félix**, antigo arcebispo de Libério. Consagrado por bispos arianos no palácio imperial de Milão, ele era um óbvio simpatizante, contudo a patronagem imperial persuadia muito, e inúmeros clérigos romanos a ele se uniram. Pouco disposto a simplesmente desfazer-se de Félix agora, **Constâncio ordenou-lhe que exercesse a função conjuntamente com Libério**. A população de Roma não aceitou. Houve tumulto nas ruas em apoio ao antigo papa, a multidão a gritar “Um só Deus, um só Cristo, um só bispo”, e Félix se viu obrigado a renunciar. [...]. ⁽³²²⁾

Por outro lado, é sabido que muitos dos bispos, que participaram desses concílios, não tinham capacidade de argumentação para tratar de assuntos teológicos tão complexos; com isso, os que agiam

com maior desenvoltura e, especialmente, os especialistas em apologética, sempre os venciam com as suas ideias, por mais absurdas que fossem. Fora isso ainda resta ressaltar a pouca cultura bíblica dos bispos de antigamente, como poderiam decidir sobre questões teológicas, se talvez a sua maioria nem mesmo conhecia a Bíblia?

Veja-se, por exemplo, o que diz Huberto Rohden, na obra **Agostinho**, sobre Ambrósio:

Era pagão, mas de costumes tão irrepreensíveis e dotes tão invulgares que, por ocasião da vacância de sede episcopal de Milão, o povo o aclamou unânime como pastor da diocese.” e “Mas Ambrósio quase **só conhecia o livro sagrado desde o dia da sua iniciação no Cristianismo.**” ⁽³²³⁾

Uma boa ideia do que ocorria naqueles tempos, veremos em **História da Filosofia Ocidental** de Bertrand Russell (1872-1970):

O governo da Igreja, desenvolveu-se lentamente durante os primeiros três séculos, e rapidamente depois da conversão de Constantino. **Os bispos eram eleitos popularmente;** aos poucos, adquiriram considerável poder sobre os cristãos de

suas dioceses, mas antes de Constantino era difícil qualquer forma de governo central sobre toda a Igreja. **O poder dos bispos, nas grandes cidades, era aumentado pela prática de dar esmolas:** as oferendas dos fiéis eram administradas pelo bispo, que podia conceder ou recusar caridade aos pobres. **Formou-se, logo, uma multidão de pobres, pronta a obedecer ao bispo.** Quando o Estado se tornou cristão, foram concedidas aos bispos funções judiciais e administrativas. [...]. ⁽³²⁴⁾

Assim, nos primórdios do cristianismo, o povo é quem elegia os bispos, cujo poder sobre as massas é inegável; entretanto, a não ser um ou outro, a grande maioria nada sabia de teologia, e alguns nem mesmo a Bíblia foram apresentados, nada dela conheciam. Essa é que era a realidade, da qual não adianta fugir ou querer negar, pois basta voltar os olhos para o passado que facilmente se comprovará isso.

E, aproveitando a oportunidade, é bom seja lembrado que o Concílio de Toulouse, no sul da França, “proibiu que os leigos possuíssem e lessem a Bíblia” ⁽³²⁵⁾. Leiamos, em **O Livro Negro do Cristianismo: Dois Mil Anos de Crimes em Nome de Deus**, parte de um texto escrito por uma comissão de prelados, em um relatório enviado ao

papa; isso em 1553:

É preciso fazer todos os esforços possíveis para que a leitura do Evangelho seja permitida o mínimo possível... O pouco que se lê na missa já basta, que ler mais do que aquilo não seja permitido a quem quer que seja. Enquanto os homens se contentaram com aquele pouco, os interesses de Vossa Santidade prosperaram, mas quando se quis ler mais, começaram a ficar prejudicados.

Em suma, aquele livro [o Evangelho] foi o que, mais que qualquer outro, suscitou contra nós aqueles turbilhões e tempestades em que por pouco não nos perdemos inteiramente.

E se alguém o examinar inteira e cuidadosamente e depois comparar as instruções da Bíblia com o que se faz nas nossas igrejas, perceberá logo as divergências e verá que nossa doutrina muitas vezes é diferente e, mais ainda, contrária ao texto: o que quer que o povo entendesse, não pararia de reclamar de nós até que tudo fosse divulgado, e então nos tornaríamos objeto de desprezo e de ódio de todo o mundo.

Por isso, é preciso tirar a Bíblia da vista do povo, mas com grande cautela, para não dar ensejo a tumultos. ⁽³²⁶⁾ ⁽³²⁷⁾

Estavam completamente certos; inclusive, é o que, de certa forma, se faz ainda hoje: manter o povo

na ignorância é o meio mais fácil para dominá-lo. É certo que quanto menos se sabe, maior facilidade para inculcar aquilo que se quer. Talvez seja essa uma boa razão para que certos governantes não dão o mínimo apoio para criação de novas Universidades.

No seguimento religioso é notório o fato de não se permitir o questionamento, que, em última instância, conduz ao conhecimento.

Um pouco mais à frente, citando a professora Gigliola Fragnito (?-), informam-nos Jacopo Fo (1955-), Sergio Tomat (?-) e Laura Malucelli (?-), autores de *O Livro Negro do Cristianismo; Dois Mil Anos de Crimes em Nome de Deus*, que, em 1605, o papa Paulo V, rebatendo ao embaixador veneziano Francesco Contarini, disse-lhe: “Não sabeis (como) a leitura da Escritura estraga a religião católica?” (328)

Diante disso, facilmente se percebe que o dogma da Trindade foi, sem resistência, inculcado na cabeça do povo, pois ninguém tinha conhecimento bíblico para contestá-lo, não é mesmo?

Sobre o processo de escolha dos bispos, Edward Gibbon (1737-1794), historiador inglês do século

XVIII, em **Declínio e Queda do Império Romano**, nos informou que:

“Sempre que a presidência episcopal vagava por morte, escolhia-se um novo presidente entre os presbíteros pelo sufrágio de toda a congregação, cada um de cujos membros se julgava investido de caráter sagrado e sacerdotal” ⁽³²⁹⁾.

E, um pouco mais à frente, lemos:

As mesmas causas que haviam inicialmente destruído a igualdade dos presbíteros suscitaram, entre os bispos, uma primazia de posição e, em consequência, uma superioridade de jurisdição. Quanto, na primavera ou no outono, se reuniam eles num sínodo provincial, a diferença de mérito e de reputação pessoal se fazia sentir agudamente entre os membros da assembleia, e **a multidão era dominada pela sabedoria e eloquência de uns poucos.** ⁽³³⁰⁾

Ainda em Gibbon, encontramos esta fala muito interessante:

[...] Invectivas e excomunhões eram suas únicas armas, que, durante o curso de toda a controvérsia, brandiram uns contra os outros com a mesma fúria e devoção. A dura

necessidade de censurar um papa ou um santo mártir aflige os católicos modernos sempre que se veem obrigados a **narrar os pormenores de uma disputa em que os campeões da religião se entregaram a paixões que parecem ser mais próprias do Senado ou do campo de batalha.** ⁽³³¹⁾

Confirma que as coisas eram conquistadas na “porrada” mesmo e não como resultado de consenso, após exaustivas e profícuas discussões.

Ardemos de curiosidade em saber como os papas eram escolhidos. Leiamos o que nos dizem sobre isso Jacopo Fo, Sergio Tomat e Laura Malucelli:

A corrupção do poder: a pornocracia romana

Observando a solenidade e a retidão dos conclaves atuais, é difícil imaginar que, nos primeiros séculos do cristianismo, as eleições dos bispos de Roma acontecessem em um clima bem diferente: com brigas, confrontos em praça pública, contestação de resultados, eleições de contrabispos. Quando o cristianismo se tornou religião de Estado, e o cargo de bispo de Roma passou a ser um dos mais cobiçados do Império, as lutas entre as facções dos candidatos rivais, por vezes, chegaram a níveis sangrentos. Durante a eleição episcopal de 336, por exemplo, **os confrontos** entre os que apoiavam Damaso, de base popular, e os que apoiavam seu rival Ursino, a

aristocracia, **deixaram um saldo de 136 mortos em um único dia.** O próprio Damaso, eleito papa, foi intimado para responder no tribunal pela acusação de homicídio, mas foi absolvido. ⁽³³²⁾

Os séculos seguintes presenciaram uma situação aparentemente paradoxal: o papado aumentava cada vez mais seu poder e sua influência, pelo menos no Ocidente. Mas justamente por isso, muitos tinham interesse em colocar no trono de Pedro um homem de sua confiança. Nobres romanos, grandes senhores feudais itálicos, prelados ambiciosos, imperadores legítimos e seus rivais... cada um jogava com as próprias cartas, que podiam ser intriga, homicídio, revoltas populares ou invasões militares. **Nos 130 anos entre a eleição de João VIII (873) e a morte de Silvestre II (1003), houve 33 papas mais quatro antipapas. Dez deles morreram assassinados. Muitos foram presos ou exilados. Poucos governaram por muito tempo, muitos ficaram menos de um ano ou até poucos dias. Nobres romanos e grandes senhores feudais itálicos, imperadores legítimos e seus rivais: todos procuravam colocar no trono de Pedro um homem de sua confiança.**

Talvez isso possa explicar o que os historiadores chamam de período da **pornocracia** (ou seja, do “governo das prostitutas”) ⁽³³³⁾, um dos mais negros da história da Igreja.

De fato, **por décadas, o poder de Roma esteve nas mãos das mulheres da poderosa família Teofilatto**, que teve grande influência sobre a vida pública e o papado, utilizando como instrumento de

poder qualquer meio à sua disposição, incluindo os ilícitos e imorais. Aqui nos limitaremos a narrar as saliências de alguns papas cuja conduta pode ser definida como licenciosa. [...]. ⁽³³⁴⁾

E ainda aparecem os que dizem que esses líderes, eram homens inspirados... Resta-nos saber por quem.

Em nossas pesquisas na Internet, encontramos no portal **Monografias**, este quadro elaborado por Erick Fernando Veliz Victorio, na sua monografia junto à Universidad Peruana Unión - Facultad de Teología, Abril 2005, em que relaciona os Concílios ecumênicos promovidos pela Igreja Católica, que trataram de assuntos relacionados à Trindade:

Esquema de los tres concilios ecuménicos que tienen relación con la trinidad

Lugar	Tiempo	Sesiones
1º Nicea I	20, V-25 VII (?) del 325	
2º Constantinopla I.	May/Jul 381	5
3º Efeso	22, VI-17, VII 431	17

4° Calcedonia	8, X-1, XI 451	18
Fonte: ⁽³³⁵⁾		

Para melhor entendimento, é necessário transcrevermos a definição que encontramos no **Dicionário Barsa** para “Concílio Ecumênico”:

Concílio Ecumênico ou **Geral**. Reunião de todos os bispos do mundo. Para que um concílio seja verdadeiramente ecumênico, deve: 1) ser convocado pelo papa; 2) incluir todos os bispos do mundo pelo menos moralmente; 3) ser presidido pelo papa ou seu legado; 4) receber confirmação do papa pela aprovação de seus decretos. As definições dogmáticas de um concílio ecumênico também gozam da infalibilidade; suas decisões de caráter disciplinar, embora obriguem em consciência podem ser modificadas pelo papa. [...]. ⁽³³⁶⁾

Vamos, na sequência, falar sobre cada um dos Concílios citados acima e veremos que, com base nessa definição, não poderíamos classificá-los como “verdadeiramente ecumênico”. Além desses, outros sínodos e concílios serão também citados quando, de alguma maneira, se relacionarem ao nosso assunto.

Concílio Ecumênico de Niceia 325

Sempre ouvimos falar que foi nesse Concílio que a Igreja Católica instituiu a Trindade; entretanto, não é bem isso uma verdade, pois a questão tratada não foi essa, mas o pensamento de Ario é que foi o seu objeto, como veremos.

Tudo tem início com o imperador Constantino (Flavius Valerius Constantinus - 272-337 d.C.), em cujo governo surge séria controvérsia religiosa a respeito da natureza de Jesus. De um lado, aparece Ário sustentando que o Cristo era um ser criado e de outro, Atanásio, que negava, tendo-o como um ser não criado.

Ambos conseguiram adeptos e a “guerra teológica”, entre partidos tornou-se acirrada. Constantino não satisfeito com essa querela toda resolve intervir para manter seu império coeso, e passa a pressionar a Igreja para que entrassem em um acordo.

Em ***Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo***, a autora Karen Armstrong, relata:

POR VOLTA DE 320, uma ardente paixão

teológica tomou conta das igrejas do Egito, da Síria e da Ásia Menor. Marinheiros e viajantes cantavam modinhas proclamando que só o Pai era o verdadeiro Deus, inacessível e único, **mas o Filho não era nem coeterno nem incriado, pois recebeu a vida e o ser do Pai.** [...] **A controvérsia foi atizada por Ario, um belo e carismático presbítero de Alexandria,** que tinha uma voz macia e cativante e um rosto extremamente melancólico. [...].

A controvérsia se acirrou tanto que o próprio imperador Constantino interveio e convocou um sínodo em Niceia, na atual Turquia, para decidir a questão. Hoje o nome de Ario é sinônimo de heresia, mas **quando o conflito explodiu não havia posição ortodoxa oficial,** e não se sabia ao certo por que ou mesmo se Ario estava errado. Ele não dizia nada de novo: **Orígenes,** a quem ambos os lados tinham em alta conta, **ensinara uma doutrina semelhante.** [...]. ⁽³³⁷⁾

Aqui se confirma que, antes de 320, não se falava em Trindade, que foi nesse ano que se iniciou toda uma controvérsia sobre a questão da divindade ou não, de Jesus. Teve como protagonista Ário, presbítero (padre ou sacerdote) de Alexandria e o seu oponente bispo Alexandre. Na obra ***Todos os Jeitos de Crer***, veremos que Ário tinha a opinião de que Jesus não era Deus; dizia ele:

“Ninguém pode duvidar de que o Pai é maior do que o filho, em honra, dignidade, esplendor e majestade, e em nome do Pai, o próprio filho testemunhou: 'Aquele que me enviou é maior do que eu'”.

Também definia que:

“O Pai apenas é eterno e merece em sentido próprio o nome de Deus. Tirado do nada, o filho é a primeira, mas a mais excelente das criaturas; ele foi instrumento do Pai para a Criação do mundo. Ele encarnou em Jesus Cristo... ⁽³³⁸⁾

Voltando a Karen Armstrong sua opinião é que

Ário queria enfatizar a diferença essencial entre o Deus único e todas as suas criaturas. Como escreveu ao bispo Alexandre, Deus era “o único não gerado, o único eterno, o único sem princípio, o único verdadeiro, o único que tem imortalidade, o único sábio, o único bom, o único potentado”. (Ario, *Epístola a Alexandre*, 2). **Ario conhecia bem as Escrituras e providenciou um arsenal de textos para embasar sua teoria de que Cristo, o Verbo, só podia ser uma criatura como nós.** [...] ⁽³³⁹⁾

Oportuno, para evidenciar como as coisas aconteciam, colocarmos a carta de Ário a Eusébio, bispo de Nicomédia, citada, em ***Documentos da Igreja Cristã***, por Henry Bettenson, quando fala do

arianismo:

d. O arianismo

1. Carta de Ário a Eusébio, Bispo de Nicomédia,
c.321

Teodoreto, Bispo de Ciro (423-458), *H. E. I. V*

Ao seu queridíssimo, homem de Deus, cheio de fé e ortodoxia, Eusébio, saudações no Senhor **da parte de Ário, injustamente perseguido pelo Papa Alexandre**, sabendo que a verdade que de tudo triunfa tem em Eusébio seu defensor.

Desde que meu pai Amônio está de saída para Nicomédia, creio de meu dever enviar por seu intermédio minhas saudações e, confiando na vossa natural inclinação para acolher os irmãos por amor de Deus e de Cristo, **avisar-vos quão gravemente somos atacados e perseguidos pelo bispo, que se volta contra nós chegando ao extremo de nos expulsar da cidade como ateu, porquanto não concordamos com ele nas suas pregações:** “Deus sempre, o Filho sempre; ao mesmo tempo o Pai, ao mesmo tempo o Filho; o Filho coexiste com Deus, não sendo gerado no tempo; gerado desde a eternidade, Ele não nasceu por geração; o Pai não é anterior ao Filho, nem por pensamento nem por um momento de tempo; Deus sempre, o Filho sempre; o Filho existe desde que existe o próprio Deus”.

Vosso irmão **Eusébio, Bispo de Cesaréia, Teodoto, Paulino, Atanásio, Gregório, Aécio e os demais bispos do Oriente foram condenados** porque diziam que Deus existe sem começo, antes do Filho; apenas discordaram Filogônio, Helânico e

Macário, os quais são hereges e ignorantes na fé; não falta entre eles quem afirme ser o Filho uma efluência, outros uma projeção do Pai, outros ainda que é co-ingênito com o Pai.

Mas não podemos dar ouvidos, nem mesmo pensar em debelar estas heresias sem que nos ameacem com mil mortes. Nós pensamos e afirmamos como temos pensado e continuamos a ensinar; que o Filho não é ingênito, nem participa absolutamente do ingênito, nem derivou de alguma substância, mas que por sua própria vontade e decisão existiu antes dos tempos e eras, inteiramente Deus, unigênito e imutável.

Mas antes de ter sido gerado ou criado ou nomeado ou estabelecido, ele não existia, pois ele não era ingênito. **Somos perseguidos porque afirmamos que o Filho tem um início, enquanto Deus é sem início.** Eis por que somos perseguidos, e também por que afirmamos que ele é do que não é, justificando essa afirmação porquanto ele não é parte de Deus nem deriva de substância alguma. Por isso somos perseguidos. Vós sabeis o resto.

Confio, caro Eusébio, fiel discípulo de Luciano, que permaneçais firmes no Senhor e lembrado de nossas aflições. ⁽³⁴⁰⁾

Ameaças de morte, condenações e o exílio eram os instrumentos de pressão para vencer os que não pensavam como eles. E ainda nos aparecem os que acreditam que as decisões dos concílios foram

fruto de “intensos debates”, dizendo coisas deste tipo:

A Igreja estudou este mistério com grande solicitude e, depois de quatro séculos de investigações, decidiu expressar a doutrina deste modo: Na unidade da divindade há três Pessoas – o Pai, o Filho e o Espírito Santo – realmente distintas uma da outra. ⁽³⁴¹⁾

Pobres coitados: “da missa não sabem nem a metade”.

A participação do imperador Constantino é evidente, segundo Will Durant, em ***História da Civilização: 3ª Parte: César e Cristo***, tomando de Eusébio, ele escreve uma carta ao bispo Alexandre e a Ário, visando acabar com a contenda dos dois, na qual se lê:

Eu me propus a fixar numa só forma as ideias que toda gente possui a respeito da deidade; porque sinto fortemente que se pudesse unir os homens nesse ponto, a condução dos negócios públicos ficaria muito facilitada. [...].

Conclui Durant que isso

[...] mostra ausência de teologia em Constantino

e trai a intenção política de sua conduta religiosa.
(³⁴²)

Não obtendo resultado positivo, convoca, então, o Concílio de Niceia, cujo móvel foi totalmente político.

Armstrong, em ***Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo***, também ressalta a influência do imperador:

Quando os bispos se reuniram em Niceia, em 20 de maio de 325, para resolver a crise, bem poucos concordavam com Atanásio. A maioria adotava a posição intermediária entre Atanásio e Ario. Apesar disso, Atanásio conseguiu impor sua teologia, e, **estritamente vigiados pelo imperador**, só Ario e dois bravos companheiros se recusaram a assinar seu credo. [...]. (³⁴³)

Embora encontraremos muitas pessoas que advogam que a iniciativa para a realização do Concílio de Niceia tenha sido da Igreja, é bom que se saiba que, na obra ***2000 Anos de Cristianismo***, a verdade é bem outra:

Convocado pelo imperador Constantino, o **Concílio de Niceia** (atual Iznik, na Turquia), o primeiro concílio ecumênico, condena o arianismo como heresia e **estabelece que Deus e Cristo são da mesma substância, iguais e eternos.** ⁽³⁴⁴⁾

Em ***A Dramática História da Fé Cristã***, autoria de J. J. Van Der Leeuw (1893-1934), temos também essa importante e curiosa informação:

[...] A propósito, este concílio marcou a primeira interferência definida da autoridade mundana nos assuntos da Igreja. A atitude pessoal de **Constantino** a esse respeito está claramente expressa nas **palavras que dirigiu aos bispos** reunidos em Niceia, ao dizer: “Estais encarregados dos negócios internos da Igreja; **eu sou designado por Deus para ser o bispo de suas relações como o mundo em geral**”. ⁽³⁴⁵⁾

Portanto, está aí a posição na qual Constantino se coloca e como seriam levadas a efeito as discussões nesse Concílio. Aproveitando, eis outra informação de J. J. Van Der Leeuw:

Ao tentar compreender a atuação do concílio, devemos estar cômicos do fato de que **a maioria dos presentes era constituída de homens de**

mentalidade simples, para os quais toda a controvérsia era estranha e que estavam prontos a deixar-se convencer pelos que possuíam pontos de vista definidos. O líder desse grande grupo era Eusébio de Cesareia, o historiador, que teria usado de influência ainda maior se fosse tão grande em Teologia como o era em seus conhecimentos literários e escolásticos. [...]. ⁽³⁴⁶⁾

Corroborando essa informação, em ***Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo***, lemos:

Só três teólogos latinos estiveram em Niceia. A maioria dos cristãos ocidentais não estava à altura desse nível de discussão, e, como não entendiam parte da terminologia grega, muitos ficaram insatisfeitos com a doutrina da Trindade. Talvez não fosse inteiramente traduzível para outro idioma. Toda cultura tem de criar sua própria ideia de Deus. Se achavam estranha a interpretação grega da Trindade, os ocidentais teriam de produzir sua própria versão. ⁽³⁴⁷⁾

Exatamente como, um pouco mais atrás, falamos sobre a capacidade intelectual e teológica dos bispos que participaram desse Concílio.

Alguns autores, como Will Durant, por exemplo,

informam que nele compareceram 318 bispos ⁽³⁴⁸⁾; porém, esse número não é tão pacífico assim. Vejamos no livro ***De Niceia (325) a Calcedônia (451)***, de autoria de Lorenzo Perrone (1904-1952):

O número de participantes não é fornecido pelas nossas fontes. A lista dos membros do concílio – reconstituída mais tarde no sínodo de Alexandria (362) – chegou até nós mediante várias recensões (CPG 8516). Conseqüentemente, os estudiosos modernos que enfrentam esse tema fazem avaliações bem diferentes: há quem limite o número a 194 (Honigmann) e quem o eleve a 220 ou 237 (Gelzer). Mas os próprios contemporâneos do concílio oferecem cifras discordantes. Elas oscilam entre os 250 de Eusébio de Cesareia (V. Const. III 8), os 200 ou 270 de Eustáquio de Antioquia (Teodoreto, HE I 8,1) e os 300 de Constantino (Sócrates HE I 9,21) e Atanásio (Apol. sec. 23,2), até o número altamente simbólico de 318, que depois se tornou tradicional. Inspirando-se nos 318 servidores de Abraão de Gn 14,14, a partir da segunda metade do séc. IV o Concílio de Niceia está comumente indicado com o “concílio dos 318 padres” (Hilário de Poitiers, De syb. 86). ⁽³⁴⁹⁾

A grande questão é: será que os bispos participantes, que, segundo apuramos, eram em maior parte orientais (sírios, cilícios, fenícios, árabes,

palestinoses, egípcios, mesopotâmicos e outros ⁽³⁵⁰⁾ –, seja lá em que quantidade for, manifestaram livremente a sua opinião sobre o assunto debatido, ou houve “forças ocultas” que os impediram? Leiamos esta curiosa narrativa de Durant, em ***História da Civilização: 3ª Parte: César e Cristo***:

Unicamente cinco bispos, e em seguida dois apenas, deixaram de assinar. **Foram juntamente com Ário excomungados pelo Concílio e exilados pelo imperador.** Um edito imperial determinou que todos os livros de Ario fossem queimados, sendo punidos com a morte quem os ocultasse. ⁽³⁵¹⁾

Certamente que não nos resta pensar senão que muitos bispos, prevendo o que poderia acontecer a eles, devem ter votado naquilo que representava a opinião de Constantino; portanto, o resultado, como deliberação coletiva dos eclesiásticos, que dele participaram, fica, totalmente, comprometido pelas atitudes do Imperador. Tal fato é reconhecido por muitos estudiosos, embora, sempre encontrar-se-ão os que querem amenizar o papel de Constantino. Vejamos no portal ***Veritatis Splendor***:

Constantino exerceu um importante papel no Concílio. Eusébio de Cesareia relata que ele teve uma participação chave em acalmar, convencer e conduzir todos à concórdia nos pontos controversos. O relato de Eusébio joga luz sobre o imperador e o retrata como figura-chave. Contudo, em nenhum lugar Eusébio sugere que ele votou juntamente com os bispos, nem que usou qualquer espécie de força para obter certo resultado.

Pode ser que a eloquência e glória do imperador tenham influenciado alguns, porém devemos recordar que Constantino, anos após o Concílio, eventualmente favoreceu os arianos. Alguns anos depois do Concílio de Niceia, Ário descobriu uma nova forma de interpretar o termo “homoousius” que concordava com as suas doutrinas particulares. Ele, então, pediu para ser readmitido à comunhão, mas a Igreja recusou. Ário então apelou para o imperador. A irmã favorita do imperador, Constância, em seu leito de morte, implorou a Constantino para que favorecesse Ário e assim ele agiu. **Uma data foi estabelecida para a Igreja readmitir Ário obrigatoriamente,** mas enquanto ele aguardava a chegada de Constantino, acabou morrendo (v. “Arianos do Século IV”, capítulo III, seção II, de John Henry Newman). ⁽³⁵²⁾

Oportuna a opinião de Victor Courdaveaux, já mencionado por nós, citado por Leterre, em ***A Vida Oculta e Mística de Jesus***, onde disse o seguinte:

Quando **Constantino** interveio na querela, em nome da paz pública, **nada entendia da questão; e seus conselheiros eclesiásticos, todos saídos do Ocidente, pouco ou menos do que ele entendiam da matéria.** Constantino pensava que **lhe era suficiente uma palavra para fazer calar todo o mundo, na sua qualidade de chefe da religião,** e enviou o bispo espanhol Osius, o mais íntimo dos seus conselheiros, levar aos dois partidos uma carta que nos foi conservada, e em que tratava a questão de *inútil, ociosa e insolúvel* e suplicava a todos de não mais perturbar a paz pública por coisa de tão pouca importância.

Ele desconhecia aqueles a quem se dirigia!

[...].

Constantino aceitou com agrado esse meio assaz natural de pôr fim aos debates; e, com sua autoridade privada, reuniu o Concílio de Niceia, **por ele mesmo presidido.**

O Concílio estatuiu uma primeira questão: 'O Filho é da mesma substância que o Pai?' Isso, segundo pensavam, estabelecia seu *co-eterno necessário* e seu *igual*.

A maioria dos Membros do Concílio pensava tanto nisso quanto o próprio Osius. O fato está provado pelo discurso que a história nos conservou de um deles. **Mas Constantino tinha tomado o partido de Atanásio e o apoiava com sua autoridade imperial, ameaçando bem alto da sua cólera a quem não se arregimentasse a uma opinião tão favorável ao Cristo.** O Concílio decretou, pois, com imensa maioria, que seria

anátema quem dissesse que o *Filho é de uma outra hipóstase ou substância que o Pai*, as duas palavras sendo tomadas por sinônimas.

Era a condenação de *Arius*. ⁽³⁵³⁾ (itálico do original)

Não podemos deixar de pedir também a sua atenção, caro leitor, ao que Courdaveaux fala a respeito do conhecimento sobre o assunto tanto de Constantino quanto dos seus conselheiros eclesiásticos.

Em ***De Niceia (325) a Calcedônia (451)***, Lorenzo Perrone, discorrendo sobre o problema que causou a palavra *homoousios*, diz:

A rejeição do arianismo apoiava-se essencialmente nesse termo, um vocábulo novo para uma profissão de fé e, além disso, de caráter controverso. Demonstra-o a explicação redutiva oferecida por Eusébio na carta à Igreja de Cesareia, que traz **a interpretação dada por Constantino em resposta às dúvidas expressas pelos padres conciliares**. O imperador lhes assegurou que *homoousios* não devia ser entendido em sentido materialista, tal como ocorre em relação aos corpos; como se tratava de realidades incorpóreas e espirituais, a geração do Filho pelo Pai não produziu cisão ou divisão na Divindade (Ep. Ad Caes. 7). [...].

Não se pode deixar de ver nesse resultado um aspecto enigmático, **que só parcialmente é esclarecido pela pressão que o imperador deve ter exercido sobre os bispos**. Isso pesara sem dúvida na recepção do dogma de Niceia, que no momento do concílio registrava a adesão quase que completa do episcopado presente. Só dois bispos – companheiros de primeira hora de Ário – recusaram-se, junto com este, a aderir ao símbolo, e foram condenados e depostos. ⁽³⁵⁴⁾

Mais um autor que evidencia a influência do Imperador sobre os bispos participantes do Concílio, que, muito provavelmente, votaram a favor dessa sua interpretação, para não serem condenados e deportados; salvar a própria pele era, para eles, o mais importante.

Sobre a participação do Papa nesse Concílio, encontramos esta informação no portal **[Cristianismo Wiki](#)**:

O papa em exercício na época, Silvestre I, não compareceu ao Concílio. A causa de seu não comparecimento é motivo de discussões: uns falam que recusou o convite do imperador esperando que sua ausência representasse um protesto contra a convocação do sínodo pelo imperador, outros que Silvestre já era ancião estava, impossibilitado,

portanto de comparecer. Silvestre já fora informado da condenação de Ário ocorrida no Sínodo de Alexandria (320 a 321) e para o Concílio de Niceia enviou dois representantes Vito e Vicente (presbíteros romanos). ⁽³⁵⁵⁾

Seria interessante trazer alguns dados sobre o próprio Papa Silvestre I (285-335), transcrevemos de ***Os Crimes dos Papas: Mistérios e Iniquidades da Corte de Roma:***

Tudo quanto acabamos de referir é mais do domínio da história eclesiástica do que da vida do **papa Silvestre**. As ações desse pontífice ficaram no esquecimento, e as lendas transmitidas pelos frades sobre o quinto século são menos próprias para nos fazer conhecer a verdade do que para nos convencer de que a história de um homem tão célebre foi corrompida tão perto da sua origem. **Não devem adotar as ficções dos autores que apresentam Silvestre como o catequista de Constantino** e pretendem que esse príncipe fora curado de uma lepra e batizado pelo pontífice. Acrescentam que o imperador, em prova de reconhecimento, fizera-lhe uma doação da cidade de Roma e ordenara a todos os bispos do mundo que se submetessem à sede pontifical. **Afirmam que o concílio de Niceia foi reunido por ordem de Silvestre, e que foi ele o primeiro a conceder o direito de asilo às igrejas.**

Romualdo e alguns compiladores sem

discernimento dão-nos por fatos reais todas essas fábulas ridículas, das quais os historiadores célebres provaram suficientemente a falsidade.

No concílio de Roma, reunido no ano 378, no tempo do papa Damásio, os padres escreviam ao imperador Graciano que, tendo Silvestre sido acusado por homens sacrílegos, advogara a causa perante Constantino, porque não existia concílio no qual pudesse comparecer. Alegavam esse exemplo para mostrar que Damásio e os papas, seus sucessores, podiam defender-se no conselho dos imperadores. Era isso uma outra prova de que nos primeiros séculos os pontífices se julgavam submetidos à autoridade secular.

Faremos observar igualmente que o **concílio de Niceia** concedeu ao bispo de Alexandria os mesmos privilégios que ao pastor de Roma. **A autoridade do papa resumia-se, então, à extensão da sua diocese; não tinha grau algum de jurisdição nem de poder sobre os outros bispos; pelo contrário, era obrigado a submeter-se aos decretos dos concílios e ao julgamento dos seus colegas.**

Em todas as perseguições que Santo Atanásio experimentou, por parte dos arianos, o bispo de Roma não foi consultado nunca, e não foram submetidos à sua aprovação os artigos de fé que causavam desordem no Oriente, porque **o papa era considerado como um outro qualquer bispo metropolitano, e apenas lhe deferiam uma primazia de ordem e de sede.**

As liberalidades do imperador Constantino causaram grandes males à Igreja, como no-lo diz a lenda de Silvestre; afirma ela que, no dia da

pretensa doação de Constantino, ouviu-se uma voz do céu que bradava: “Espalhou-se hoje o veneno na Igreja.”

Os donatistas, que perseveravam no seu cisma, mancharam a memória de Silvestre; acusaram-no de ter desonrado o sacerdócio no reinado do papa Marcelino, entregando as Sagradas Escrituras aos pagãos e oferecendo incenso aos ídolos. As suas acusações eram apoiadas em provas terríveis e irrecusáveis. [...]. ⁽³⁵⁶⁾

Desse Concílio nasce o Credo Niceno, do qual Bettenson, em **Documentos da Igreja Cristã**, relata-nos esta evolução:

II. O CREDO NICENO

a. O Credo de Cesareia

Epístola Eusebii, apud Sócrates, H. E. I. 8

[No Concílio de Niceia (325), Eusébio de Cesareia, o famoso historiador, sugeriu a adoção do credo de sua própria igreja, cujo teor é o seguinte:]

Creemos em um só Deus, Pai onipotente, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis;

e em um só Senhor Jesus Cristo, Verbo de Deus, Deus de Deus, Luz de Luz, Vida de Vida, Filho unigênito, primogênito de toda a criação, por quem foram feitas todas as coisas; o qual foi feito carne para nossa salvação e viveu entre os homens, e sofreu, e ressuscitou ao terceiro dia, e subiu ao Pai e novamente virá em glória para julgar os vivos e os

mortos;

cremos também em um só Espírito Santo.

b. O Credo de Niceia

[O credo de Eusébio era ortodoxo, porém não resolvia explicitamente a posição de Ário. Contudo, serviu de base e foi aperfeiçoado pelo concílio e publicado em forma revisada, cujas alterações e adições aqui vão grifadas.]

Creemos em um só Deus, Pai onipotente, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis;

e em um só Senhor Jesus Cristo, o *Filho* de Deus, *gerado pelo Pai, unigênito, isto é, da substância* ⁽³⁵⁷⁾ *do Pai*, Deus de Deus, Luz de Luz, *Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado não feito, de uma só substância* ⁽³⁵⁸⁾ *com o Pai*, pelo qual foram feitas todas as coisas, *as que estão no céu e as que estão na terra*; o qual, por nós homens e por nossa salvação, *desceu, se encarnou e se fez homem* ⁽³⁵⁹⁾ *e sofreu e ressuscitou* ao terceiro dia, subiu ao céu, e novamente deve vir para julgar os vivos e os mortos;

e no Espírito Santo.

E a quantos dizem: “Ele era quando não era”, e “Antes de nascer, Ele não era”, ou que “Foi feito do não existente”, ⁽³⁶⁰⁾

bem como a quantos alegam ser o Filho de Deus

“de outra substância ou essência”, ou “feito”, ou “mutável” ⁽³⁶¹⁾, ou “alterável” ⁽³⁶²⁾,

a todos estes a Igreja Católica e Apostólica anatematiza. ⁽³⁶³⁾

O primeiro, Credo de Cesareia, é a proposta de Eusébio, que, então, sofre alterações e é aprovado no Concílio. Percebe-se, claramente, que a preocupação central era definir sobre a natureza de Jesus, igualando-o à divindade; entretanto, com relação ao Espírito Santo nada foi discutido; obviamente, que, também, nada foi decidido, o que será feito em outra oportunidade.

Sobre isso, em ***De Niceia (325) a Calcedônia (451)***, nos informa Perrone:

Na primeira metade do séc. IV, a controvérsia ariana não tinha se estendido ainda à pessoa do Espírito Santo. A primeira menção de um debate sobre esse ponto se encontra na terceira carta de Atanásio ao bispo Serapião de Thmuis (± 360). ⁽³⁶⁴⁾

Em nossa modesta opinião, dizer que o Concílio de Niceia firmou a Trindade é extrapolar o que, de fato, ocorreu, de acordo com os registros históricos. O que podemos aceitar como verdade é que nele se coloca uma importante base na qual, futuramente, noutro Concílio, se afirmará claramente a respeito da Trindade como ponto de fé, oportunidade, então, que

esse credo será adaptado à “nova crença”.

Para se ter uma ideia da evolução do credo, vamos colocar os que fatos temos notícias de terem acontecido, segundo Bettenson, em **Documentos da Igreja Cristã**, como esforços por desvirtuar as fórmulas de Niceia:

e. Esforços por desvirtuar as fórmulas de Niceia

[Na realidade as decisões de Niceia foram fruto de uma minoria. Foram mal entendidas e até rejeitadas por muitos que não eram partidários de Ario. Especialmente os termos *ektêsaysías* e *homoóysios* levaram muita oposição por serem desconhecidos da Escritura, novos, favoráveis ao sabelianismo (*oysía* era suscetível de ser interpretado no sentido de uma realidade particular: ver nota da pg. 64.) e metafisicamente falsos. **Por duas vezes Atanásio foi desterrado.** Ulteriormente, **noventa bispos, convocados para a dedicação da famosa 'Igreja Dourada' construída por Constantino, celebraram um concílio que elaborou o credo chamado 'da Dedicção' para substituir o de Niceia, a despeito de, ou talvez por causa de uma carta do Papa Júlio solicitando a reabilitação de Atanásio.]**

1. O Credo da Dedicção, 341

Atanásio, *De synodis*, 23 (P.G. XXVI. 721)

Conforme a tradição dos Evangelhos e dos Apóstolos ⁽³⁶⁵⁾, nós cremos em um só Deus, Pai todo-poderoso, autor, criador e ordenador providente do universo, de quem todas as coisas adquirem existência.

E num só Senhor, Jesus Cristo, seu Filho, Deus unigênito, mediante o qual tudo existe, o qual foi gerado pelo Pai antes de todas as épocas, Deus de Deus, tudo de tudo ⁽³⁶⁶⁾, único de único, completo de completo, rei de rei, senhor de senhor, Verbo vivo, sabedoria viva, luz verdadeira, verdade, ressurreição, pastor, porta, inalterável e imutável; invariável imagem da Divindade ⁽³⁶⁷⁾, essência, propósito, poder e glória do Pai, primogênito antes de toda criatura [ou de toda criação] ⁽³⁶⁸⁾, o qual no princípio estava com Deus, Deus Verbo, conforme declara o Evangelho “E o Verbo era Deus”; através do qual tudo foi feito e no qual tudo subsiste; o qual, nos últimos dias, desceu, sendo gerado de uma Virgem, conforme as Escrituras, e foi feito homem, mediador entre Deus e os homens, Apóstolo de nossa fé e Príncipe da Vida, conforme declara: “Desci do céu não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou” ⁽³⁶⁹⁾; o qual sofreu por nós e ressuscitou ao terceiro dia, e subiu ao céu e está assentado à direita do Pai e novamente há de vir com glória e poder para julgar os vivos e os mortos.

E no Espírito Santo, que é dado àqueles que creem para consolação, santificação e perfeição, como **o Senhor declarou enviando seus discípulos: “Ide e fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”**; a saber, de um Pai que é verdadeiramente Pai, de um Filho que é verdadeiramente Filho, e de um Espírito Santo que é verdadeiramente Espírito Santo, não sendo esses títulos dados indistintamente ⁽³⁷⁰⁾ ou sem sentido, mas denotando cuidadosamente a peculiar

existência ⁽³⁷¹⁾ [ou personalidade], a dignidade e a glória de cada um dos assim denominados, de tal modo que ali há três em existência [personalidade], embora um só em harmonia.

Essa é a fé que professamos, do início até o fim, em presença de Deus e de Cristo. Portanto, anatematizamos toda opinião falsa dos hereges. Se alguém, contrariando a fé sã e exata das Escrituras, ensinar que houve um tempo, uma época ou uma idade anterior à geração do Filho de Deus, seja anátema.

E se alguém disser que o Filho é uma criatura como qualquer outra, ou uma prole como qualquer outra, ou uma obra como qualquer outra ⁽³⁷²⁾, seja anátema.

[Uma versão reduzida deste credo foi feita pouco depois e se tornou a base das confissões arianas no Oriente. Os bispos ocidentais, porém, reunidos em Sárdica, 343, apoiaram Atanásio e o credo de Niceia, denunciando toda tentativa de o perverter.

Em 344/5, outro sínodo de Antioquia divulgou uma nova edição com explicações elaboradas, para conciliar o Ocidente. Essa fórmula recebeu o nome de “macróstica” (credo de longo hálito). Seu teor aproxima-se mais do credo de Niceia, mas ainda guarda algo suscetível de uma interpretação 'semi-ariana', especialmente no emprego do inciso, 'como o Pai' (*homois tō Patrí*).]

2. A blasfêmia de Esmirna, 357

Sócrates, *H. E.* II. 30

[Atanásio partiu para o desterro em 356. No ano seguinte **um concílio em Esmirna aceitou um credo**

autenticamente ariano ao qual Hilário de Poitiers, o Atanásio ocidental, deu o nome, que lhe ficou inseparável, de “Blasfêmia de Esmirna”. (Hil. *De synodis*, II).]

Visto que surgiram numerosas disputas acerca da fé, todas as questões foram examinadas e debatidas no Sínodo de Esmirna, na presença de Valente, Ursácio, Gemínio e os demais.

Concordamos em que há um Deus, o Pai onipotente, conforme a fé universal, e Seu único Filho, Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador, gerado antes de todas as idades pelo Pai. Não se deve, porém, falar em dois deuses, já que o Senhor mesmo declarou: “Eu vou para o meu Pai e para o vosso Pai, para o meu Deus e para o vosso Deus” (Jo 20.17)...

Alguns, no entanto, se deixam perturbar por questões relativas à “substância”, ou em grego *oysía*, e, querendo tornar o assunto mais claro, impressionam-se com os termos *homooyision* [da mesma substância] e *homoioyision* [de substância semelhante]. Não se deve, pois, mencionar nenhum deles, nem explicá-los na Igreja; pela razão de que não figuram nas divinas Escrituras e porque estão além da inteligência do homem. Também porque ninguém pode explicar o nascimento do Filho, de quem está escrito: “Quem explicará sua geração?” (Is 53.8)... Não há dúvidas de que o Pai é maior... que o Filho em honra, nome, divindade, além do genuíno título de Pai, pois o próprio Filho testifica: “Aquele que me enviou é maior do que eu” (J o 14.18). Aliás, **todos sabem que esta é a doutrina católica: que há duas pessoas, a do Pai e a do Filho; que o Pai é maior e que o Filho lhe é**

sujeito juntamente com todas as coisas que o Pai lhe confiou; que o Pai não tem princípio, é invisível, imortal e impassível; que o Filho foi gerado pelo Pai, Deus de Deus luz de luz... que ele, o Filho de Deus, nosso Senhor e Deus... tomou da Virgem Maria a humanidade mediante a qual compartilhou do sofrer.

3. Uma tentativa, de compromisso: O 'Credo Datado', 359

Sócrates, *H. E.* II. 37; Atanásio, *De syn.* 8

[Os 'moderados' (conhecidos por acacianos – de Acácio, Bispo de Cesareia – semi-arianos, ou 'homoeanos') **celebraram um sínodo em Esmirna para elaborar um credo aceitável para um concílio ecumênico.** Foi alcunhado de “Credo Datado” em virtude de seu prefácio: “A fé católica deu-se à publicidade... a 22 de maio”. Os atanasianos acharam a data, bem como qualquer data coisa divertida e pretensiosa: a fé não se data (ver Atan. *De syn.* 8).]

Cremos em um único Deus, o único e verdadeiro Deus, Pai todo-poderoso, criador e artífice de todas as coisas;

e em um unigênito Filho de Deus, o qual, antes de todas as épocas, antes de todo começo, antes de todo tempo concebível e antes de qualquer ser [substância] inteligível, foi gerado por Deus de modo impassível; por meio do qual as épocas foram ordenadas e todas as coisas vieram a ser; gerado como unigênito, único do único Pai, Deus de Deus, semelhante ao Pai que o gerou, conforme as Escrituras. Ninguém conhece sua geração, salvo o Pai que o gerou. Sabemos que este unigênito Filho de Deus, por disposição do Pai, veio dos céus para remoção dos pecados, nasceu da Virgem Maria,

peregrinou com os discípulos, cumpriu toda sua dispensação [economia] segundo a vontade do Pai, foi crucificado e morreu; desceu às regiões inferiores ordenando lá todas as coisas, e os porteiros do Hades, vendo-o, se espantaram (Jó 38.17, versão dos LXX); e ressurgiu dos mortos ao terceiro dia, e conversou com os discípulos, cumprindo toda sua dispensação; passados trinta dias subiu aos céus, e está assentado à direita do Pai, e voltará ao último dia na glória do seu Pai, para dar a cada um conforme suas obras...

Os padres usaram o termo essência (*oysía*); um tanto imprudentemente, causando **certa confusão por não ser compreensível ao povo. Também não está contido nas Escrituras. Por estes motivos decidimos eliminá-lo e condenar seu uso no futuro em se tratando de Deus, pois as Escrituras em parte alguma o usam com relação ao Pai e ao Filho.** Afirmamos, porém, que o Filho é semelhante ao Pai em tudo, conforme expressam e ensinam as Sagradas Escrituras.

[Esta fórmula de compromisso foi aceita pelo Oriente e Ocidente, em sínodos separados. No Ocidente omitiu-se 'em tudo' depois do 'semelhante ao Pai'. Assim formulado, esse credo foi publicado e aceito em 360 como símbolo da fé católica, depois de um concílio em Constantinopla. Podia Jerônimo escrever: "O mundo gemeu e se maravilhou vendo-se ariano" (*Dial. adv. Lucif. 19*). Hilário e Atanásio (reconduzido à sua sede em 362) operaram gradualmente a conversão dos 'moderados". Finalmente o Concílio de Constantinopla, 381, reivindicou a fé e o credo de Niceia.

Basílio de Ancira, membro da conferência de Esmirna, deu-se ao trabalho de demonstrar que o 'semelhante ao

Pai em tudo' comporta necessariamente a igualdade na *oysía*, excluindo forçosamente qualquer diferença entre Pai e Filho (Epif., *Haer.* LXXIII. 12-22). Tanto Atanásio quanto Cirilo usaram o termo. Assim o entendeu também o Concílio de Ancira, 358, convocado sob a presidência de Basílio para protestar contra a 'Blasfêmia de Esmirna'. Contudo, essa providência tardia se tomou evidentemente para oferecer uma ponte aos semi-arianos; mas não satisfez aos partidários de Niceia, pois omitia a cláusula *em tudo* depois do 'semelhante ao Pai'.]
(³⁷³) (itálico do original)

Ressaltamos alguns pontos para evidenciar que as coisas não foram tão tranquilas como dizem terem sido. Um destaque a mais para este ponto: “Na realidade as decisões de Niceia foram fruto de uma minoria”. O que pode ser confirmado também em Karen Armstrong, no livro ***Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo***:

A demonstração de concordância agradou a Constantino, que não compreendia as questões teológicas, mas, **na verdade, não houve unanimidade em Niceia. Após o concílio, os bispos continuaram ministrando os mesmos ensinamentos de antes e a crise persistiu por mais sessenta anos. [...].** (³⁷⁴)

Interessante é que no Credo da Dedicção já lemos o passo Mateus 28,19-20: *“ide e fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo”*, divergente do que consta de alguns manuscritos, aqui incluído o acréscimo mencionado por nós.

Para finalizar, transcrevemos da obra **Jesus, o Profeta do Islão** uma das consequências imediatas do resultado desse Concílio:

Em 325 D.C., foi convocado o famoso Concílio de Niceia, que declarou a Doutrina da Trindade como a Doutrina oficial da Igreja de Paulo. Ora uma das consequências desta decisão foi **a escolha de quatro Evangelhos oficiais, de entre os cerca de trezentos existentes nessa altura na Igreja; foi também ordenado que os restantes Evangelhos, incluindo o de Barnabé, fossem completamente destruídos**, assim como os Evangelhos escritos em Hebraico; foi ainda publicado um édito, declarando que **quem fosse encontrado na posse de um Evangelho não autorizado seria condenado à morte**. Essa foi a primeira tentativa bem organizada para fazer desaparecer todos os registros existentes relativos à Doutrina original de Jesus, quer em seres humanos, quer nos livros que contradissem a Doutrina da Trindade. [...]. ⁽³⁷⁵⁾

Certamente, não pouparam esforços para realizar uma autêntica queima de arquivo, visando...

[...] **fazer desaparecer todos os registros existentes** relativos à Doutrina original de Jesus, quer em seres humanos, quer nos livros **que contradissem a Doutrina da Trindade.** ⁽³⁷⁶⁾

Concílio de Sárdica 343

Giuseppe Alberigo (1926-2007), importante historiador da Igreja Católica, em ***História dos Concílios Ecumênicos***, citando esse Concílio, diz:

[...] Um sínodo convocado para Serdica (sic) no outono de 342 (343), com o intuito de chegar a um acordo sobre os bispos depostos e sobre as divisões doutrinárias, **desembocou, ao contrário, numa discórdia que prolongaria por muitos anos a controvérsia ariana** (Sócrates, HE II 20; Sozomeno, HE III 12). **Orientais e ocidentais excomungavam-se mutuamente.** Enquanto os primeiros reconfirmaram a fórmula de fé de Antioquia, os segundos – sob a presidência de Ósio de Córdoba – condenaram a doutrina das três hipóstases e proclamaram a unidade hipostática, embora sem querer negar a diferença das pessoas (Teodoreto, HE II 8, 37-52; CPG 8561). Em relação às tradições teológicas que tinham se

confrontado em Niceia, encontrando ambas naquele concílio um reconhecimento de fato, em Serdica (sic) os ocidentais optaram decididamente por uma *substantia*, contra as três *hypostaseis*.

A partir daí as duas teologias trinitárias tradicionais se confrontam e se opõem através dos “símbolos sinodais”. A partir da metade do séc. IV far-se-á sentir cada vez mais a influência da minoria com tendências arianas. De fato, a situação evolui em sentido francamente favorável aos semi-arianos, tão logo Constâncio II estende o seu domínio também ao Ocidente. Sínodos realizados em Arles (353), Milão (355) e Béziers (356) quebraram as resistências dos ocidentais, que foram obrigados a subscrever a deposição de Atanásio. **Os oponentes mais em vista foram mandados para o exílio, a começar pelo papa Libério (352-366) e por Ósio de Córdoba.** Todavia, no fronte dos adversários do concílio não reinava a unanimidade: a maioria moderada, resíduo do grupo dos eusebianos, ia cada vez se diferenciando mais das correntes arianas propriamente ditas, que se identificavam com o grupo dos “homeus” (de *hómoios*, “semelhante”, dito do Filho em relação ao Pai), e mais ainda do grupo dos “anomeus”. Estes, guiados por Aécio e Eunômio, tinham tirado consequências radicais do arianismo, desenvolvendo uma teologia de matriz fortemente dialética e racionalista, que declarava o Filho “não semelhante” (*anómoios*) ao Pai, por quanto gerado. O surgimento dessa corrente radical deu impulso também à ênfase sobre as posições dos homeus. Em 357, alguns bispos – entre os quais destacavam-se, porém, os inspiradores da política

religiosa de Constâncio, como Valente de Mursa e Ursácio de Singidunum – se reuniram em Sírmio, onde publicaram uma fórmula de fé que passou a ficar conhecida, na tradição nicena, como *blasphemia Sirmiensis*. Ela não fazia referência às teses dos anomeus, e condenava o uso tanto de *homoousios* quanto de *homoiousios* (*homoioúsios*, “semelhante na substância”), sublinhando a inferioridade do Filho em relação ao Pai (Hilário de Poitiers, De syn. 11).

Essa tomada de posição tinha tudo para atrair as críticas dos nicenos (“homousianos”) e dos eusebianos (“homeousianos”), cujo expoente de mais relevo, agora, era Basílio de Ancira. Ela facilitará, de fato, a aproximação entre os defensores de Niceia e os homeousianos. A disponibilidade nesse sentido da parte nicena encontrará expressão no sínodo alexandrino de 362, no qual se admite a possibilidade de recorrer a terminologias diferentes para a profissão de fé trinitária. A reação antiariana, apoiada nessa ampla frente de opositores, se torna vitoriosa por longo tempo, apesar dos muitos obstáculos de natureza política, doutrinária ou disciplinar que se oporão a esse resultado.

Com a morte de Constâncio II, a obra do primeiro concílio ecumênico parecia condenada ao fracasso; mas o triunfo do homoeísmo – que fora sancionado com a força dos concílios de Rimini (verão de 359), Selêucia (início de 360) e Constantinopla (fevereiro de 360) – revelou-se passageiro. Cada vez mais os adversários do arianismo se apropriavam da fé de Niceia. ⁽³⁷⁷⁾ (itálico do original)

Os autores da obra **O Livro Negro do Cristianismo** nos informam que:

O Concílio de Sárdica (Sófia), em 343, que se encerrou com a reiteração do que foi deliberado em Niceia, **foi abandonado pelos bispos orientais**, que organizaram um contraconcílio em Filipópolis.
(³⁷⁸)

Percebe-se, mais uma vez, que as decisões de Niceia não agradaram a todos, o que confirma a total falta de harmonia entre os líderes religiosos da época.

Concílio de Rimini (359-360)

Em **Declínio e Queda do Império Romano**, Gibbon afirma que esse Concílio...

[...] ultrapassou em número de participantes o Concílio de Niceia, visto compor-se de mais de quatrocentos bispos da Itália, da África, da Hispânia, da Gália, da Britânia e da Ilíria. (³⁷⁹)

Assim o descreve:

[...] Desde os primeiros debates, evidenciou-se

que apenas quatro vintenas de prelados tomavam o partido de Ario, embora fingissem anatematizar-lhe o nome e a memória. Tal inferioridade se compensava porém pelas vantagens de habilidade, experiência e disciplina: a minoria era dirigida por Valente e Ursácio, dois bispos da Ilíria que tinham passado a vida nas intrigas das cortes e concílios e se haviam adestrado, sob a bandeira de Eusébio, nas guerras religiosas do Oriente. **Com seus argumentos e discussões de termos, eles perturbaram, confundiram e por fim iludiram a honesta simplicidade dos bispos latinos**, os quais permitiram que **o paládio da fé lhes fosse arrebatado das mãos pela fraude e pela insistência mais do que pela violência ostensiva**. Ao Concílio de Rimini não foi dado dissolver-se antes de seus membros terem imprudentemente subscrito um credo capcioso no qual algumas expressões suscetíveis de serem interpretadas como heréticas apareciam no lugar de Homoousiano. [...]. ⁽³⁸⁰⁾

Vê-se, portanto, que a questão ariana não foi totalmente resolvida apesar da sua condenação pelo Concílio de Niceia, pois ainda causava controvérsias intermináveis, como estamos vendo.

Sínodo de Alexandria 362

LORENZEN, em ***Introdução à Trindade***,

esclarece:

No Sínodo de Alexandria, em 362, Atanásio propôs que a fórmula “três hipóstases” (instâncias concretas) seria legítima desde que fosse entendida não com o significado de “três essências” (*ouías*), diferente em essência, mas “simplesmente expressasse a substância separada das três Pessoas na Tríade consubstancial (*homooúision*)”⁽³⁸¹⁾. Isso foi suficiente para acalmar o medo dos que pensavam que “três hipóstases” significava realmente “três *ouías*” e assim três deuses. Pouco depois desse sínodo, o Império Romano se dividiu em Império Romano do Oriente e do Ocidente. **O Ocidente manteve a posição da “*homooúision*”, mas o Oriente continuou enfrentando os arianos e um imperador que os apoiava.** ⁽³⁸²⁾ (itálico do original)

O problema do arianismo continuava causando divisão. Vejamos, em ***História dos Concílios Ecumênicos***, os acontecimentos desse concílio numa outra versão, porquanto a primeira está bem resumida:

Atanásio percebeu isso, e logo que o advento ao trono de Juliano, o Apóstata (361-363), permitiu uma breve trégua aos nicenos, reuniu em Alexandria um grande sínodo (362), com a participação – além dos bispos egípcios – de expoentes do episcopado tanto

do Ocidente (Eusébio de Vercellas, os delegados de Lucífer de Cagliari) quanto do Oriente (Astério de Petra e os representantes de Apolinário de Laodiceia e de Paulino de Antioquia, da comunidade “veteronicena” que permaneceu fiel à memória de Eustáquio). Nesse concílio – convocado para examinar as posições dos “veteronicenos” e dos “homeousianos” de Antioquia, que tinham como bispo Melécio (que depois se tornou um dos representantes mais significativos desse partido) – **Atanásio levou os dois grupos a reconhecer a ortodoxia básica um do outro e, assim, a legitimidade, em linha de princípio, das duas fórmulas rivais: *una substantia e tres hypostaseis***. De fato, a carta à Igreja de Antioquia (*Tomus ad Antiochenos*) admitia a presença de incertezas terminológicas, em particular para a noção de “hipóstase”, permitindo então uso diversificado desse conceito (para indicar, justamente, a unidade da substância ou então a trindade das pessoas).

Se o acordo pensado por Atanásio não funcionou plenamente a contento naquele momento, o efeito mais importante do concílio alexandrino, na história da recepção de Niceia, é representado provavelmente pelo princípio da suficiência da fé nicena como condição para a aliança antiariana, sem que isso implicasse necessariamente a fidelidade exclusiva à letra do símbolo. A lógica da suficiência nicena leva o sínodo alexandrino a afirmar que em Serdica os ocidentais não tencionavam fazer nova definição, sendo Niceia a expressão da plenitude da fé. Isso permitia fundar o princípio da suficiência de Niceia numa tradição

sinodal de âmbito pretensamente ecumênico.

A dupla proposta do sínodo de 362 só terá sequência no curso do decênio seguinte, graças aos padres capadócijs. Basílio de Cesareia (330-379) concilia o *homoousios* niceno com a tradição origeniana das três hipóstases, graças à distinção terminológica entre *ousia* e hipóstase: a primeira é expressão daquilo que é “comum”, a segunda do que é “particular”. Por outro lado, a fidelidade a Niceia não implicava, no julgamento de Basílio (Ep. 125), a repetição servil dos seus enunciados dogmáticos: diante de novos problemas, como o reconhecimento da divindade do Espírito Santo, tornava-se necessário abater com o anátema posições que se opunham ao espírito do concílio. Era preciso, pois, interpretar Niceia não só segundo a letra, mas também segundo o espírito, tirando dele todas as necessárias implicações.

Nessa perspectiva, Basílio negava que se pudesse extrair de N a identidade dos conceitos de *ousia* e hipóstase. Se de fato os padres nicenos tivessem entendido as expressões em sentido único, não teriam usado duas palavras diferentes. O raciocínio era um tanto sofista, pois Niceia não tinha feito uma opção entre as duas diferentes tradições – da *una substantia* ou das *treis hypostaseis* – nem tinha pensado em conciliá-las; quando muito, sua formulação tendia mais a favorecer os “veteronicenos”; adversários de Basílio. De qualquer modo, o aspecto decisivo de toda a argumentação é que Basílio entende a sua fórmula “uma *ousia*, três hipóstases” em plena continuidade com Niceia. Sobre a mesma linha se colocará, alguns anos depois, o concílio de Constantinopla de 381, que se

apropria da solução. ⁽³⁸³⁾ (itálico do original)

Com mais detalhes vemos que o problema da divergência continuava causando seus estragos, dividindo os bispos em partidos de opiniões contrárias.

Concílio Ecumênico de Constantinopla 381

Esse Concílio foi convocado pelo imperador Teodósio I, sobre o qual, em ***De Niceia (325) a Calcedônia (451)***, nos informa Perrone:

A subida ao trono de Teodósio I (379-395) e a convocação do concílio.

O advento de Teodósio I, inicialmente só como imperador do Oriente e, após o assassinio de Graciano (383), de todo o território romano, modificou profundamente a situação em relação à linha seguida pelo imperador Valente. A nova orientação se apresentou com toda clareza no edito de religião *Cunctos populos*, promulgado em Tessalônica a 28 de fevereiro de 380 (Cod. Theod. XVI 1,2). Com esse ato, **Teodósio pretendia, antes de tudo, manifestar a sua determinação de restaurar a unidade religiosa do império sobre a base da ortodoxia nicena, superando assim a divisão entre Oriente e Ocidente.** Ao mesmo tempo, o edito marcava o fim oficial do arianismo. É,

porém, muito improvável que o imperador pretendesse agir sozinho, limitando-se a impor, mediante a lei, a fé por ele considerada ortodoxa, sem cooptar diretamente as instâncias eclesiais.

Assim, Teodósio recorreu a uma solução sinodal, mas se esforçando para não ficar na simples acomodação às posições de Roma e Alexandria quanto ao conteúdo da ortodoxia a ser promovida. O fato de, no edito, ele se reportar também à Igreja de Alexandria, além de Roma, não significa que ele já tivesse feito a sua escolha. Na realidade, Teodósio logo percebeu que a unidade religiosa do Oriente não podia ser restabelecida contra a maioria do episcopado, o qual, depois da morte de Basílio (1º de janeiro de 379), adotara Melécio de Antioquia como seu porta-voz.

O projeto de um concílio ecumênico – que visava a reconstruir a unidade religiosa entre as duas partes do império e pôr ordem na disciplina eclesiástica – talvez já tivesse sido examinado por Graciano e Teodósio no outono de 378. Todavia, temendo que as asperezas da controvérsia, ainda vivas, comprometessem o resultado, preferiu-se convocar dois sínodos separados, um para o Oriente e outro para o Ocidente. **Isso confirma a dificuldade, sempre presente nos concílios ecumênicos da antiguidade, de realizar a plena universalidade, com a participação efetiva das Igrejas ocidentais, mesmo esta mantendo como referência a intervenção dos legados de Roma. O plano próximo de um concílio oriental deve ter sido preparado por Teodósio a partir do verão de 380. Infelizmente, junto a outros documentos oficiais não encontramos a carta de convocação,**

embora não haja dúvidas de que foi assinada pelo imperador, como ocorreu em relação aos outros concílios. ⁽³⁸⁴⁾ (itálico do original)

E em relação aos participantes, diz Perrone que a tradição lembra o Constantinopolitano I como o “concílio dos 150 padres”, o que se pode confirmar com as listas episcopais, com as quais é possível se chegar a um elenco de cerca de 140 bispos ⁽³⁸⁵⁾ e temos a informação de que esses padres eram “todos do Oriente” ⁽³⁸⁶⁾.

O imperador Teodósio I (347-395) atribuiu a Melécio de Antioquia (?-381) a função de seu porta-voz. Antes da abertura do Concílio o Imperador faz homenagem especial a Melécio; estaria, com isso, dando um recado aos membros do Concílio? É bem provável, diante do que, em ***De Niceia (325) a Calcedônia (451)***, Perrone diz do Imperador:

[...] Mais significativa, porém, é a ausência de participação mais direta do imperador nos debates da assembleia. Isso não significa que ele se desinteressou pelos trabalhos do concílio. Ao contrário, **é plenamente verossímil que Teodósio acompanhasse tudo atentamente e procurasse influenciar seus resultados, embora de modo**

mais indireto do que o fizera Constantino em Niceia. Além disso, diversamente dos concílios ecumênicos seguintes de Éfeso e de Calcedônia, não parece que Teodósio tenha entregue a presidência do concílio a comissários imperiais. A condução do sínodo ficou nas mãos dos bispos: **no início, o presidente foi Melécio**; depois da sua morte, a tarefa passou para Gregório Nazianzeno e depois para Nectário de Constantinopla. ⁽³⁸⁷⁾

O certo é que a homenagem a Melécio, portavoz do imperador, acabou por torná-lo presidente do sínodo; mas, com a sua morte, assumiu Gregório Nazianzeno (329-389), um dos padres capadócius que, como já vimos, acreditava na Trindade.

Muito interessante esta informação de Perrone sobre Nazianzeno:

Graças à sua envolvente eloquência – que se demonstra particularmente nos cinco grandes Discursos teológicos feitos entre o verão e o outono de 380 –, Gregório conquista logo muitos seguidores. ⁽³⁸⁸⁾

Exatamente, conforme nós dissemos sobre a possibilidade de os grandes apologistas vencerem apenas pela retórica, mesmo que seus argumentos

pudessem ser falaciosos ou sofistas.

Perrone também nos informa da conclusão desse Concílio:

O texto do *Tomus* não chegou até nós, mas dele temos notícia por documento análogo do concílio constantinopolitano de 382 (CPG 8602), onde se recapitula a fé dos orientais tal como se expressara na declaração doutrinária do ano anterior. Abordando esse ponto, o concílio teve a ocasião para reconciliar as posições dos melecianos com as dos egípcios e macedônios. De fato, segundo a nossa fonte, a assembleia não só renovou sua plena adesão a Niceia, mas, de maneira diferente da atitude mantida nos colóquios de união com os macedonianos, estendeu o reconhecimento da homousia divina também ao Espírito Santo. Assim, **segundo o testemunho de 382, declarou o Pai, o Filho e o Espírito Santo “uma só divindade, poder e substância”, afirmando ao mesmo tempo a realidade das três hipóstases ou pessoas** (Teodoreto, HE V 9,10-12). Com essa formulação – que marcava a superação das diversidades doutrinárias entre Oriente e Ocidente, homologando os conceitos de *hipóstasis* e *prósopon*, o concílio recebia a doutrina trinitária dos capadóciolos, integrando-a ao dogma niceno. Além disso, a assembleia distanciou-se claramente das heresias trinitárias e, entre essas, de modo particular dos macedonianos, que são postos no mesmo plano dos eunomianos e arianos. O *Tomus* não se limitava, porém, ao pronunciamento em torno

da doutrina trinitária, mas acrescentava a condenação do apolinarismo, embora sem conseguir responder adequadamente ao problema levantado pela nova heresia. Segundo o texto de 382, rejeitou-se a ideia de que o *Logos* assumiu “uma carne sem alma, sem inteligência” e, por isso, seria imperfeita; positivamente, afirmou a perfeição da humanidade de Cristo, junto com a perfeição da sua divindade, abrindo assim o caminho para as formulações de Éfeso e Calcedônia. ⁽³⁸⁹⁾ (itálico do original)

Agora, sim, parece-nos clara a implantação da Trindade como também podemos ver nesse Concílio a evolução do credo Niceno. Na obra **Documentos da Igreja Cristã**, lemos:

c. O Credo “Niceno”

[Encontra-se em Epifânio, *Ancoratus*, 118, c. 374 a.D., e parece ter sido extraído por estudiosos, quase palavra por palavra, das *leituras catequéticas* de Cirilo de Jerusalém. **Foi lido e aprovado em Calcedônia, 451, como sendo o credo dos 318 padres conciliares de Niceia e dos 150 padres que “se reuniram em outra oportunidade” (isto é, em Constantinopla, 381).** Daí ser frequentemente mencionado como “credo de Constantinopla” ou “credo niceno-constantinopolitano”. Muitos críticos opinam ser a revisão do credo de Jerusalém transmitido por Cirilo. Para esta questão, consulte Hort, *Two Dissertations* (1876), Burn, *Introduction to the Creeds* (1899), e Kelly, *Early Christian Creeds* (1950).]

Creemos em um Deus, Pai todo-poderoso, criador do céu e da terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis;

e em um Senhor Jesus Cristo, o unigênito Filho de Deus, gerado pelo Pai antes de todos os séculos, Luz da Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, gerado não feito, de uma só substância com o Pai, pelo qual todas as coisas foram feitas; o qual, por nós homens e por nossa salvação, desceu dos céus, foi feito carne do Espírito Santo e da Virgem Maria, e tornou-se homem, e foi crucificado por nós sob o poder de Pôncio Pilatos, e padeceu e foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia conforme às Escrituras, e subiu aos céus e assentou-se à direita do Pai, e de novo há de vir com glória para julgar os vivos e os mortos, e seu reino não terá fim;

e no Espírito Santo, Senhor e Vivificador, que procede do Pai ⁽³⁹⁰⁾, que com o Pai e o Filho conjuntamente é adorado e glorificado, que falou através dos profetas;

e na Igreja una, santa, católica e apostólica;

confessamos um só batismo para remissão dos pecados. Esperamos a ressurreição dos mortos e a vida do século vindouro. ⁽³⁹¹⁾ (itálico do original)

A frase “e no Espírito Santo, Senhor e Vivificador, que procede do Pai, que com o Pai e o Filho conjuntamente é adorado e glorificado” deixa nítida a crença trinitária; porém, à custa de que isso se deu? Vejamos, em ***Documentos da Igreja Cristã***:

u. *Teodósio I (379-395): Católicos e hereges*
Cunctos populos, 380. (God. Theod. XVI.1.2)

Queremos que as diversas nações sujeitas à nossa Clemência e Moderação continuem professando a religião legada aos romanos pelo apóstolo Pedro, tal como a preservou a tradição fiel e tal como é presentemente observada pelo pontífice Dámaso e por Pedro, Bispo de Alexandria e varão de santidade apostólica. De conformidade com a doutrina dos apóstolos e o ensino do Evangelho, creiamos, pois, na única divindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo em igual majestade e em Trindade santa. Autorizamos aos seguidores desta lei a tomarem o título de Cristãos Católicos. **Referentemente aos outros, que julgamos loucos cheios de tolices, queremos que sejam estigmatizados com o nome ignominioso de hereges**, e que não se atrevam a dar a seus conventículos o nome de igrejas. **Estes sofrerão**, em primeiro lugar, o castigo da divina condenação e, em segundo lugar, **a punição que nossa autoridade, de acordo com a vontade do céu, decida infligir-lhes.** ⁽³⁹²⁾

A força dominava tudo, não só dentro dos Concílios, mas também do lado de fora, contra todo o povo.

Ainda sobre o credo desse concílio vejamos o que nos informa Lynne Faber Lorenzen, em ***Introdução à Trindade:***

A doutrina enunciada no Credo de Constantinopla reafirmou o uso do termo *homooúision* ao descrever a relação do Filho com o Pai, de modo que o Filho é “Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado não criado, consubstancial ao Pai”. **O imperador Teodósio era a favor de Niceia, e portanto da posição “*homooúision*”**. A obra dos Padres capadócijs e de Atanásio, que defendera esse termo desde 325, foi de importância crucial para promover a *homooúision*.

Os capadócijs escreveram a favor da divindade do Espírito Santo. **O credo de 325 apenas mencionara o Espírito Santo, não lhe atribuindo nenhuma função**. Basílio foi o primeiro a insistir na divindade do Espírito Santo. [...]. ⁽³⁹³⁾ (itálico do original)

Um importante detalhe é que, sendo Teodósio a favor de Niceia, certamente, deve ter pressionado os bispos para acompanhá-lo nisso. Vejamos o seguinte trecho do livro ***Quando Jesus se Tornou Deus***:

[...] Teodósio não deixou nenhuma dúvida que pretendia reforçar a condenação. Imediatamente após o término do concílio, ele esbravejou:

Ordenamos que a partir de agora todas as igrejas sejam entregues aos bispos que professam a crença no Pai, no Filho e no Espírito Santo de uma única majestade, com a mesma glória, com o mesmo esplendor, que não apresentam nenhuma diferença por separação sacrílega, mas (que a firmam) a ordem

da Trindade, reconhecendo as Pessoas unidas pela natureza essencial e divina de Deus. ⁽³⁹⁴⁾

Pouco depois, da defesa dos conceitos arianos (pelo menos dos radicais) e a posse de escritos arianos se tornariam crimes puníveis com a morte. ⁽³⁹⁵⁾

Por outro lado, confirma-se aqui que Niceia não pode ser tido como onde se formou a Trindade, pois nenhuma função foi atribuída ao Espírito Santo, exatamente de acordo com o que dissemos anteriormente. Somente no Concílio de Constantinopla é que o Espírito Santo passa a ser a terceira pessoa da Trindade. Sobre isso, em **A Face Oculta das Religiões: Uma Visão Racional da Bíblia**, diz-nos o ex-católico José Reis Chaves:

O Espírito Santo

Foi o **Concílio Ecumênico de Constantinopla (381) – primeiro desta cidade – que estabeleceu as bases do que hoje se pensa sobre o Espírito Santo**, ou seja, que Ele é uma Pessoa Divina como o é o Pai e o Filho.

Também o Concílio Ecumênico de Constantinopla (869 a 870) estabeleceu mais algumas coisas sobre o Espírito Santo, isto é, o princípio, ainda elementar naquela época, de que Ele procede do Pai, como Jesus Cristo, mas que procede também de Jesus

Cristo, instituindo, assim, a base inicial da doutrina do *Filioque* (e do Filho), com o que não concordou a Igreja Ortodoxa Oriental, que, mais tarde, a saber, em 1054, por causa, principalmente, dessa divergência teológica, mas também por causa de questões políticas, decretou sua separação da Igreja Católica Apostólica Romana. Com isso, a nova igreja foi excomungada pela Igreja de Roma, enquanto que esta, por sua vez, excomungou-a também.

Cerca de dois séculos depois, e oito séculos depois de instituídos o Espírito Santo e a Santíssima Trindade, o Concílio Ecumênico de Lion (1274), determinou quanto ao Espírito Santo, a presença Dele “como de único princípio” e “também a do Filho” – numa reafirmação da doutrina do *Filioque*, que se tornou um dogma.

[...].

E, retomando o assunto do Espírito Santo, vamos ver agora **a origem e o significado dessa palavra. No original grego do Novo Testamento espírito é *pneuma*, que São Jerônimo traduziu para o latim da *Vulgata* como *spiritus*. E santo, em grego, é *hagion*, que São Jerônimo verteu para a *Vulgata* com o termo latino *sanctus*.** Acontece que Espírito Santo ou Santo Espírito não existia no Velho Testamento, nem nas primeiras gerações cristãs, pois só existia (e só existe, é óbvio) um Deus, o Javé do Velho Testamento. E como vimos, o Espírito Santo só foi instituído mais tarde, no Concílio Ecumênico de Constantinopla (381).

Destarte, na *Septuaginta* (“Versão Alexandrina” ou “Versão dos Setenta”), ou o Velho Testamento

traduzido para o grego, cerca de 250 a. C., e nos textos gregos do Novo Testamento, quando temos a expressão “Espírito Santo” ou “Santo Espírito”, **não se trata do Espírito Santo da Santíssima Trindade, mas do Espírito Santo ou alma de uma pessoa**, o que nos lembra a frase de São Paulo: “Nosso corpo é santuário do (dum no original grego) Espírito Santo” (1 Coríntios 6,19). Um exemplo disso é o Espírito Santo de Daniel, como está neste texto: “Deus suscitou o espírito santo de um homem muito jovem chamado Daniel” (13,45, da Bíblia Católica, pois a Protestante só vai até o capítulo 12). ⁽³⁹⁶⁾ (itálico do original)

Um desdobramento desse Concílio nos é narrado, em ***História do Império Bizantino***, por Giordani:

O Cânon 28 do Concílio de Calcedônia continha em germe o Cisma Oriental. A separação definitiva entre a Igreja Ortodoxa e Roma efetuada em 16 de julho de 1054, quando **os legados romanos depuseram sobre o altar de Santa Sofia a bula de excomunhão contra o patriarca Miguel Cerulário e seus sequazes** (e não contra a Igreja Bizantina e seus fiéis) (cf. *Enciclopedia Cattolica* Città del Vaticano, vol. IV, p. 742), nada mais foi do que o término de um processo milenar de afastamento em que influíram causas da mais diversa natureza. [...]. ⁽³⁹⁷⁾

Problemas que surgem à medida que as opiniões se entrecrocaram, o que pode ser facilmente compreendido, pois acontece em todo e qualquer grupamento humano.

Concílio Ecumênico de Éfeso 431

Transcrevemos de **História do Império Bizantino**:

Os dois primeiros Concílios ecumênicos haviam fixado com precisão o dogma trinitário.

Com relação, porém, aos problemas **cristológicos** propriamente ditos, isto é, aos problemas concernentes ao mistério de Cristo, Deus e Homem, iria surgir debate em torno da maneira como em Cristo estariam unidas as duas naturezas (divina e humana). Duas teses opostas eram defendidas respectivamente pelas Escolas Teológicas de Alexandria e de Antioquia.

A primeira exagerava a união das duas naturezas em Cristo, levando ao Monofisismo, isto é, à existência de uma só natureza em Cristo.

A segunda exagerava a dualidade de naturezas em Jesus a ponto de afirmar também a dualidade de pessoas.

Nestório, patriarca de Constantinopla, pregou essa doutrina e a conseqüente negação do título de Mãe de Deus (Theotókos) a Maria que seria somente genitora da pessoa humana de Cristo.

O nestorianismo provocou grande celeuma e levou o imperador Teodósio II a convocar um Concílio ecumênico para reunir-se em Éfeso. Notemos de passagem que a existência das atas dessa assembleia bem como de numerosas cartas com a mesma relacionadas permite ao historiador um estudo mais pormenorizado.

O Concílio reuniu-se aos 22 de junho de 431 na grande igreja da Virgem Maria com a **participação, na sessão inicial, de cerca de cento e sessenta bispos.** Posteriormente chegam novos padres conciliares, entre os quais os três legados do papa.

Logo na primeira sessão Nestório foi condenado como herege e deposto.

Maria foi então proclamada Mãe de Deus (Theotókos), pois **havendo em Cristo uma só pessoa (a divina)** e tendo a Virgem gerado a pessoa do Filho de Deus unida à carne humana, competia-lhe esse título com que os fiéis já estavam familiarizados.

Os legados pontifícios ratificaram as deliberações do Concílio tomadas antes de sua chegada.

A última sessão realizou-se provavelmente a 31 de julho. ⁽³⁹⁸⁾

Também aqui vemos o que acontecia nos outros concílios; a convocação feita pelo Imperador, a condenação e deportação como armas de persuasão contra as divergências existentes entre os bispos.

Segundo Concílio de Éfeso 449

Transcrevemos da [Wikipédia](#):

O abade Eutiques, criador do monofisismo, quando acusado de heresia pelo bispo Eusébio de Dorileia e, posteriormente condenado num sínodo particular, reunido em Constantinopla, presidido por São Flaviano, Patriarca de Constantinopla, rebelou-se contra a condenação dizendo-a injusta e proveniente daquele que só fazia reprimir a renascente heresia de Nestório.

Para tratar destes assuntos: Nestório (428-431), Eutiques e o Monofisismo, reuniu-se entre os dias 22 de Junho a 17 de Julho de 431, **sob a convocação de Teodósio II e depois Valentiniano III, o Primeiro Concílio de Éfeso, o Terceiro Ecumênico**. São Cirilo de Alexandria (376-444) foi o presidente deste Concílio.

A intenção era por fim à controvérsia provocada pelo Nestorianismo, doutrina fomentada pelo Patriarca de Constantinopla **Nestório que afirmava que na pessoa de Cristo as naturezas divina e humana eram distintas, embora unidas numa única pessoa ou substância**, esta doutrina desde muito vinha sendo refutada fortemente por Cirilo que insistia em Nestório sobre a unidade da pessoa de Cristo.

Cabe dizer que Nestório, o 6º patriarca a figurar na Lista sucessória dos Patriarcas Ecumênicos de Constantinopla, havia sido aluno de Teodoro de Mopsuéstia, de quem provavelmente teria adquirido

certas influências. Todavia o Concílio deliberou pela:

- Deposição de Nestório e declarou heréticas as suas crenças

- Condenação de Eutiques e do Monofisismo

Indignado, Eutiques apelou para alguns bispos de representatividade na igreja, enviou cartas de apelação a eles, inclusive ao Papa Leão I (Magno).

(³⁹⁹)

Vê-se que as divergências continuaram acesas.

Concílio Ecumênico da Calcedônia 451

Em ***História do Império Bizantino***, lemos:

O quarto Concílio ecumênico foi **convocado por Marciano** primeiramente para Niceia onde chegaram a **reunir-se mais de quinhentos bispos** que, a pedido do imperador, se transferiram para Calcedônia, no Bósforo, nas proximidades da capital. A magna assembleia, que superou em número de participantes todos os concílios anteriores e a maioria dos posteriores até o do Vaticano I, realizou sua primeira sessão a 8 de outubro de 451 na igreja de Santa Eufêmia. **Estavam presentes mais de quinhentos bispos, quase todos orientais.**

O papa Leão Magno se fez representar por cinco legados (três bispos e dois sacerdotes). Dentre as decisões importantes desse concílio anotemos

duas:

1) A **aprovação** da carta dogmática de Leão Magno sobre **as duas naturezas em Cristo**. Ficou bem claro que em Cristo existe uma única pessoa em duas naturezas. **Foi assim condenado o Monofisismo**.

2) Na ausência dos legados pontifícios foi aprovado o cânon 28 do Concílio segundo o qual a sede de Constantinopla gozaria dos mesmos direitos que a Sé Romana. Os legados pontifícios protestaram contra esse cânon e Leão Magno recusou-lhe a aprovação, apesar dos apelos dirigidos pelos conciliares em uma carta redigida com grande respeito e diplomacia. ⁽⁴⁰⁰⁾

Curioso é que no Concílio de Éfeso 431 foi aprovado um dos pontos do monofisismo, que havia em Jesus uma só natureza (a divina), contra a tese de Nestório que dizia haver duas pessoas e duas naturezas; agora, em Calcedônia, “estabelece que as duas naturezas distintas – divina e humana – estão preservadas na sua pessoa” ⁽⁴⁰¹⁾.

Que exercício de mágica para continuar sustentando o dogma da Trindade! E não deixa de causar surpresa o fato de que a carta dogmática de Leão Magno sobre as duas naturezas em Cristo é exatamente um dos pontos defendido pelo

nestorianismo, que havia sido condenado nos Concílios de Éfeso.

Para saber o que acontecia por debaixo dos bastidores, vamos colocar alguns fatos que, muito provavelmente, é de desconhecimento geral, foram citados pelo jornalista, cronista e romancista Carlos Maria Franzero (1892-1986), em seu livro **Teodora**, que se relacionam ao nosso assunto:

A simpatia de Teodora pelos monofisitas que durante os seus aventureiros dias do Egito a tinham auxiliado tanto, tivera em Constantinopla muitas ocasiões de se revelar. **Um profundo conflito religioso perturbava todo o Oriente**, desde que Teodora se sentara no trono ao lado de Justiniano. **O problema da dupla natureza do Filho de Deus, agitava e dividia a Igreja, pois que os teólogos do século anterior tinham tentado explicar que Cristo era, simultaneamente, de natureza humana e divina.**

No ano 451, o Concílio da Calcedônia, com a aprovação do Papa Leão o Grande, tentara, sem êxito, fixar doutrina sobre este ponto, condenando a heresia nestoriana que sustentava haver duas pessoas em Cristo, e a tese de Eutiquio para quem havia em Jesus apenas uma natureza. **Os monofisitas, partidários de Eutiquio, recusavam-se a aceitar a conclusão do concílio, não apenas por serem chefiados por personalidades**

eminentes, mas também por contarem com muitos adeptos no Egito e na Síria e o apoio de inúmeros monges fanáticos. A zona mais perturbada era a das províncias orientais, onde o monofisitismo triunfara e se tornara política a dissensão por muitos defenderem a causa da separação com o Império e do estabelecimento dum nacionalismo independente. As concessões, feitas à custa da união com Roma, apenas tinham agravado a situação e, ao subir ao trono, Teodora obtivera o apoio do forte partido formado pela Síria, a Armênia e o Egito, que esperavam que ela levasse Justiniano a abandonar a política de perseguição, prosseguida desde o reinado de seu tio Justino.

Recordando o seu inconfessável passado, **Teodora resolveu proteger os monofisitas heréticos e reconstituir a Igreja nacional da Síria. Por meio de propaganda chegara já a desafiar a excomunhão dos concílios religiosos e a severidade do poder temporal.** Em toda a sua vida Teodora tentara chegar a um ponto de compreensão e conciliação para a unidade e paz do Império.

Protegidos pela tolerância de Teodora, os monofisitas rapidamente adquiriram grande influência em Constantinopla. Na Corte o seu poder era tão grande que a força das suas opiniões não era inferior à da Imperatriz. Zoras todos os dias pregava às centenas de pobres que se aglomeravam à porta do mosteiro, erguido num terreno oferecido pela Imperatriz, enquanto os senadores e os cortesãos, reconhecendo a sua influência no palácio, se empenhavam em mostrar-lhe a sua devoção. As mulheres, principalmente, tinham grande devoção pelos pregadores da Síria

que, segundo se dizia à boca pequena, inventavam penitências estranhas para as pecadoras em voga, fossem elas dançarinas, cortesãs, ou quaisquer outras a caminho da perdição.

O resultado foi o número crescente de conversões à doutrina monofisita entre os membros das classes altas; e os monges heréticos baptizavam crianças no próprio seio da corte imperial, enquanto patrícios e acólitos se gabavam – em particular, evidentemente – de viver à moda rude dos anacoretas da Síria. Alguns chegavam mesmo a imitar as suas renúncias. O camareiro-mor Teodoro distribuiu a sua fortuna pelos pobres; o conde Tribónio, ao terminar o seu serviço na corte, retirou-se para uma cela e dedicou o resto dos seus dias à oração e ao tratamento de doentes.

Por essa época morreu Epifânio, Patriarca de Constantinopla, e os monofisitas aproveitaram-se do ensejo para um novo triunfo. No santuário que a Imperatriz fizera da Casa de Hormisdas vivia o outro santo, Antímio, que fora bispo de Trebizonda e tinha, portanto, a **qualificação necessária para ser elevado a Patriarca o que, aliás, lhe aconteceu com o auxílio da Imperatriz. Logo após a sua eleição Antímio**, por intermédio de Teodora, entrou em contacto e começou a colaborar com Severo, o Patriarca deposto de Antióquia, que Teodora conhecera, anos antes, em Alexandria. Teodora já conseguira, mesmo, que Justiniano escrevesse pessoalmente a esse ilustre antístite, convidando-o a vir a Constantinopla, ao que Severo se recusara, por entender que nada lucraria com isso, e alegando a sua avançada idade, os seus cabelos brancos e a sua saúde precária – anúncios da sua morte

próxima.

Agora, porém, a pedido de Severo, Antímio aliara-se com o bispo de Alexandria, para seguirem uma política favorável aos monofisitas, servindo dessa forma os interesses da paz. **Os monges ortodoxos, guardiões fiéis da fé católica, denunciavam Severo com veemência, acusando-o de pagão e servo do demônio;** mas Teodora encarregou-se de manter tranquila a consciência de Justiniano. Foi nessa ocasião, com o Imperador absorvido pela sua campanha de Itália, que chegou a Constantinopla, o Papa Agapito, como emissário renitente do rei godo Teodato. Agapito, recebido na corte com todas as honras, logo se começou a imiscuir na questão religiosa. Recusou-se a um encontro com o herético Antímio, apesar da pressão de Justiniano que o tentou convencer: “Segui o meu conselho, Santo Padre, ou ver-me-ei obrigado a exilar-vos”. A Imperatriz, mais subtil, tentou convencê-lo com argumentos de toda a espécie e a promessa de dádivas para o tesouro de S. Pedro; mas nada conseguiu. Apoiado pelo seu clero ortodoxo, o Papa recusou-se a ceder, e Justiniano, colocado entre a Basilissa e o Sumo Pontífice, via-se numa situação desesperada, tanto mais que o povo dizia que Deus parecia estar do lado dos monofisitas.

O Papa Agapito exigia a expulsão do monge Zooras e a demissão do Patriarca Antímio. Além disso o enviado do Papa, ao chegar ao convento do herético santo, deu com os portões trancados; e o Imperador, irritado por esta atitude insolente para com o seu hóspede pessoal, mandou prender Antímio. O Governador do Palácio embarcou com

algumas tropas para executar a ordem e atravessou o Corno de Ouro. Ao chegar, porém, à outra margem, o seu barco foi repellido por um gigantesco fantasma e atingido por raios. Era evidente que Deus estava do lado de Zooras e o governador regressou aterrado, para expor estes factos sobrenaturais ao Imperador.

Felizmente para Teodora e seus apaniguados, o Papa Agapito morreu no ano 536, precisamente quando o Imperador mostrava desejos de restaurar rigorosamente a ortodoxia católica.

O Papa morreu subitamente e os católicos logo fizeram circular o boato de que a sua morte fora motivada pelas pragas dos hereges. **Nesta emergência, Teodora, que não usava de meas medidas, concebeu o plano audacioso de se aproveitar da inesperada vaga da cadeira de S. Pedro para colocar no trono pontifical um papa da sua escolha.**

A esse tempo vivia em Constantinopla um diácono, de nome Vigílio, que desempenhava as funções de Núncio Papal na corte de Bizâncio. **Vigílio era um homem ambicioso, sem escrúpulos, capaz de todos os compromissos com a própria consciência, para avançar na carreira.** Provinha duma velha família senatorial e tentara já ascender ao sólio de Príncipe dos Apóstolos, fazendo-se adoptar por Bonifácio II como seu sucessor. Recusado pelo clero de Roma, virara-se para Constantinopla e valera-se da sua missão diplomática para ganhar a boa vontade de Teodora. Aconteceu, assim, que a Basilissa, furiosa por ter de ceder à teimosia do Papa e tendo já planeado a

nomeação dum novo papa da sua escolha, lembrou-se do Núncio Vigílio, como o candidato que mais se prestaria a chegar a acordo com os monofisitas. **Quando o Papa Agapito morreu, Teodora e Vigílio entenderam-se logo. A Imperatriz ofereceu-lhe a cadeira pontifícia e Vigílio, em troca, deu-lhe a sua palavra de que, uma vez Papa, seria o seu mais fiel servidor.** Chegou a dizer-se mais tarde que, em troca do apoio imperial, se comprometera a repudiar o Concílio de Calcedônia, a restabelecer o mais que santo Antímio e a dirigir uma encíclica aos grandes chefes do monofisitismo, Teodório e Severo, exprimindo-lhes a sua inteira conformidade com os seus pontos de vista. E como prova tangível do seu apoio, Teodora entregou a Vigílio uma confortável maquia – em besantes de ouro.

Estava tudo, portanto, preparado e combinado. Vigílio foi enviado à pressa a Roma com uma mensagem a Belisário. **Justiniano confiara a Teodora a nomeação do novo Papa, tal o seu empenho em compensar a política rígida, que adaptara para com Antímio.** Por outro lado, o Imperador contava com as vantagens políticas que proviriam dum acordo entre Roma e os hereges do Oriente. Numa carta particular dirigida a Antonina e enviada por um mensageiro especial, **Teodora informava a sua dileta amiga da decisão irrevogável de fazer de Vigílio o novo Papa e incumbia-a de obrigar Belisário a zelar pelo assunto.**

O problema era, porém, outro: Roma tinha um novo Papa, eleito por ordem do rei Teodato antes da sua fuga, quando Belisário vindo de Nápoles

avançava sobre Roma. A posição complicara-se ainda mais pela atitude do novo Papa Silvério, que iniciara o seu pontificado, convidando Belisário a entrar na cidade Eterna e libertá-la dos Godos, e a passar em Roma o dia de Natal do ano anterior. Vigílio ao chegar, constatou que tinha de começar por remover o Papa Silvério, eleito pouco antes sob pressão do rei godo.

Teodora interferiu de novo por intermédio da sua amiga Antonina. **Vigílio trouxera consigo cartas ordenando a Belisário que depusesse Silvério e o nomeasse, ele mesmo, Papa.** Em suplemento das ordens imperiais, Vigílio prometeu a Belisário uma grossa quantia em dinheiro. Entretanto, o bárbaro Vitígio reforçara os seus ataques à cidade. Belisário contava apenas com um exército de cinco mil homens e via-se rodeado dum população cansada das privações do cerco. Falava-se abertamente em traição. Certo dia mostraram a Belisário uma carta, atribuída ao Papa Silvério e dirigida ao rei godo, em que o pontífice se oferecia a abrir aos Godos a Porta Asinária, junto do palácio residencial do Papa. Belisário suspeitou da autenticidade da carta; levado por simpatia para com o infeliz Silvério, tentou salvá-lo, sugerindo-lhe que se prestasse a dar à Imperatriz Teodora as mesmas garantias que dera Vigílio. Silvério respondeu-lhe, corajosamente, que o vigário de Cristo não poderia salvar a pele à custa de tais expedientes; e no entanto, para não dar azo a suspeitas de traição, abandonou o palácio de Latrão e foi residir no Aventino, ao pé da Igreja de S. Sabino. Belisário enviou Fótió a esse palácio, com ordem de o trazer, garantindo-lhe que nada lhe

sucederia. Apesar dos protestos dos que o rodearam, o Papa Silvério foi viver para o palácio Pincio. Dias depois recebia ordem de se apresentar a Belisário. Dessa vez, porém, suspeitando de traição, Silvério recusou-se a abandonar a igreja onde recebera os emissários do General; e só mais tarde foi, acompanhado dum larga escolta de padres, depois de ter encomendado a sua causa a Deus. Mal chegou à residência de Belisário, foi separado da sua escolta e entrou, sozinho, nos aposentos particulares do General, onde se lhe deparou um espetáculo estranho: Antonina, reclinada num leito, dava-lhe audiência, com Belisário acorçado a seus pés em atitude de adoração.

– Então – disse Antonina em voz zombeteira – que mal lhe fizemos nós, nós e o povo romano, para que nos queira entregar aos Godos?

Belisário, em silêncio, observava-o com atenção. **O Papa Silvério compreendeu imediatamente que chegara a sua hora. Despojaram-no das vestes pontifícias e obrigaram-no a envergar uma samarra de monge. Um oficial do Estado-Maior de Belisário foi informar o clero de que “Sua Santidade o Papa fora deposto e era, agora, um simples monge”.**

No dia seguinte, 29 de Março do ano 537, Vigílio foi eleito Papa. O infeliz Silvério foi embarcado para Lícia e nunca mais voltou a Roma. Justiniano, um tanto envergonhado pela injustiça feita à pessoa sagrada do Papa, ainda pensou em organizar um julgamento fictício e, até, em restituí-lo à sua dignidade, se as acusações não fossem

provadas. Chegou, mesmo, a ordenar-lhe que regressasse a Roma para ser julgado, mas Antonina, mulher a quem não faltavam recursos, para agradar à Imperatriz, convenceu Belisário a entregar Silvério aos emissários do Papa Vigílio.

Enviado para a ilha de Panaria e reduzido ao “pão da tribulação e à água da angústia”, Silvério morreu alguns anos mais tarde. **Teodora, no entanto, não alcançou os seus fins, porque uma vez “eleito”, o Papa Vigílio mudou de ideias e esqueceu-se das promessas que fizera**, apesar da pressão de Antonina e das permanentes audiências com Belisário. As condições em Itália serviam-lhe, aliás, de pretexto para divergir, já que o país, devastado pela guerra, não estava em situação que permitisse ao Papa imiscuir-se em questões religiosas. Mais ainda: a época não era propícia a pôr-se em causa a aprovação ocidental dos pontos de vista do Concílio de Calcedônia. Teodora, dadas as circunstâncias, apenas podia aguardar melhor ocasião para meter na ordem o traidor Vigílio, enquanto Justiniano, agora sob a influência do Núncio Apostólico Pelágio, amigo pessoal do Papa, perdera o desejo de agradar ainda mais aos monofisistas. Falhara inteiramente a intriga da Imperatriz para colocar no trono de Roma um papa da sua feição.

Teodora não era, porém, pessoa que impunemente se pudesse enganar. Tempos depois o Núncio Pelágio aconselhou Justiniano a que se aproveitasse duns textos descobertos pelo bispo da Cesarea, que poderiam servir para atenuar o desafio monofisita e, até, para se chegar a um acordo. **Apoiado por Teodora, Justiniano que se**

inclinava agora para uma política de conciliação, deixou-se convencer. O resultado foi o início da chamada questão dos “Três Capítulos” e, através dela, Teodora vingou-se de Vigílio.

O Papa foi convidado a apoiar o Édito Imperial, condenando os “Três Capítulos” e, para obrigá-lo a apressar-se, Justiniano usou da força.

No dia 22 de Novembro do ano **545**, quando o **Papa celebrava missa na Basílica de Santa Cecília, em Trastevere, o templo foi cercado por tropas e o secretário imperial entrou na Igreja e ordenou ao Papa que o acompanhasse. Sem mais cerimônias, Vigílio foi preso e embarcado num navio ancorado no rio Tibre.** Entretanto aglomerara-se muita gente, pedindo a bênção papal. Na ponte do navio, Vigílio pronunciou uma oração, e abençoou o povo que, ajoelhado, respondeu “Amem”. O secretário imperial deu ordem para a largada e, subitamente, deu-se um incidente inesperado: a multidão, de que faziam parte inimigos do Papa, começou a insultá-lo e a apedrejar o barco, gritando: “Que morras, Papa infiel! Arruinaste o povo de Roma! Está a chegar o dia de prestares contas!” A corrente, naquele dia era forte e o barco saiu logo do alcance das pedras, a caminho de Portonácio. Nesse porto o Papa embarcou para Siracusa.

O golpe fora ordenado por Teodora: “Prendam-no seja onde for, menos na Igreja de S. Pedro, e tragam-no junto de nós. Se falharem, morrerão”.

Mesmo assim, o Papa demorou catorze meses a chegar a Constantinopla, porque não tinha o menor

desejo de enfrentar a vingança da imperatriz Teodora. ⁽⁴⁰²⁾

Fica nítida a influência do poder temporal nos assuntos teológicos, chegando mesmo a dar-se o caso da nomeação de um Papa católico, conforme citado.

Segundo Julio Treballe Barrera (?-), foi nesse concílio que se impôs o cânon neotestamentário, com os 27 livros encontrados em Atanásio (296-373) ⁽⁴⁰³⁾. Em ***Evangelhos Perdidos***, Ehrman confirma isso:

Como veremos mais detalhadamente em um capítulo posterior, um momento significativo ocorreu na história da formação do cânone do Novo Testamento, na segunda metade do século IV. **Foi no ano de 367 d.C. que Atanásio**, o poderoso bispo de Alexandria, escreveu uma carta às igrejas de todo o Egito que estavam sob sua jurisdição, na qual **determinou, em termos estritos, os contornos do cânone das Escrituras. Esta foi a primeira vez que alguém notável indicou que os 27 livros que hoje temos no cânone do Novo Testamento**, e somente aqueles, deveriam ser considerados como Escritura Sagrada. [...]. ⁽⁴⁰⁴⁾

O que nos chamou a atenção nessa história é que, se o Novo Testamento, da forma que hoje o

conhecemos, foi definido em 367 e só em 451 tornou-se oficial, como, então, falar em Teologia como algo intrínseco à Igreja Católica desde a sua origem?

Concílio de Constantinopla 553

De ***História do Império Bizantino***, transcrevemos:

II Concílio de Constantinopla (553) – Este Concílio **convocado pelo imperador Justino**, só adquiriu autoridade de ecumênico quando o papa Vigílio o reconheceu como tal. **Condenou os chamados *Três Capítulos* considerados como expressão do nestorianismo**. Esses três Capítulos eram constituídos pelos escritos de Teodoro de Mopsuéstia, pelos escritos de Teodoreto de Ciro contra Cirilo e o Concílio de Éfeso e pela carta de Ibas de Edessa ao bispo persa Máris. ⁽⁴⁰⁵⁾ (itálico do original)

Sobre os mencionados *Três Capítulos*, em ***Documentos da Igreja Cristã***, temos:

b. Os “*Três Capítulos*”

Os cânones do Segundo Concílio de Constantinopla, 553

Mansi, IX.375, D ss

[As obras de três teólogos nestorianos, ou

seminestorianos, Teodoro de Mopsuétia (ver pg. 79), Teodoreto de Ciro e Ibas de Edessa, **tinham sido resumidas como os “três capítulos” e aprovadas em Calcedônia. Mas os monofisitas pressionaram o Imperador Justiniano através de sua mulher Teodora, conseguindo que ele condenasse os “três capítulos” por um edito em 543.** O Papa Virgílio foi persuadido, ou intimidado, a confirmar essa condenação, mas a opinião surgida no Ocidente o levou a solicitar a convocação de um concílio ecumênico, que se reuniu em Constantinopla e condenou os “capítulos”. Assim, “o Oriente foi reconciliado às custas do Ocidente” (M. Deanesley, *History of the Medieval Church*, pg. 11.]

1. Se alguém não reconhece a única natureza ou substância (*oysia*) do Pai, Filho e Espírito Santo, sua única virtude e poder, uma Trindade consubstancial, uma só divindade adorada em três pessoas (*hypostáseis*) ou caracteres (*prósôpa*), seja anátema. Porque existe um só Deus e Pai do qual procedem todas as coisas e um só Senhor Jesus Cristo através do qual são todas as coisas e um só Espírito Santo no qual estão todas as coisas.

2. Se alguém não confessa que há duas concepções do Verbo de Deus, uma antes dos tempos, do Pai, intemporal e incorporeal, e a outra nos últimos dias, concepção da mesma pessoa, que desceu do céu e foi feito carne por obra do Espírito Santo e da gloriosa Genitora de Deus e sempre virgem Maria, e que dela nasceu, seja anátema.

3. Se alguém disser que existiu um Deus-Verbo que fez os milagres e um outro Cristo que sofreu, ou que Deus, o Verbo, estava com Cristo quando nasceu de uma mulher, ou que estava nele como uma pessoa em outra, e que ele não era um só e o

mesmo Senhor Jesus Cristo, encarnado e feito homem, e que os milagres e os sofrimentos que ele suportou voluntariamente na carne não pertenciam à mesma pessoa, seja anátema.

4. Se alguém disser que a união de Deus, o Verbo, com o homem foi feita quanto à graça, ou à ação, ou à igualdade de honra ou autoridade, ou que era relativa ou temporária ou dinâmica ⁽⁴⁰⁶⁾, ou que era conforme o beneplácito (do Verbo), sendo que o Deus Verbo se comprazia com o homem...

5. Se alguém conceber a única personalidade (*hypóstasis*) de nosso Senhor Jesus Cristo de tal modo que permita ver nela diversas personalidades, tentando introduzir por este meio duas personalidades ou dois caracteres no mistério de Cristo, dizendo que dessas duas personalidades introduzidas por ele provém uma única personalidade quanto à dignidade, à honra e à adoração, como Teodoro e Nestório escreveram em sua loucura, caluniando o santo Concílio de Calcedônia ao alegar que a expressão “uma personalidade” foi por ele usada com essa ímpia intenção; e se não confessar que o Verbo de Deus foi unido à carne quanto à personalidade (*kath’ hypóstasin*)...

6. Se alguém aplicar à gloriosa e sempre virgem Maria o título de “genitora de Deus” (*theotókos*) num sentido irreal e não verdadeiro, como se um simples homem tivesse nascido dela e não o Deus Verbo feito carne e dela nascido, visto que o nascimento só deve ser “relacionado” com Deus o Verbo, como dizem, no sentido em que ele estava com o homem que foi nascido...

10. Se alguém não confessar que aquele que foi crucificado na carne, Nosso Senhor Jesus Cristo, é o verdadeiro Deus e Senhor da glória, parte da santa Trindade, seja anátema.

[Os quatro cânones restantes tratam com mais pormenores das opiniões dos três teólogos.] ⁽⁴⁰⁷⁾

Mas por que motivo Bettenson afirma que os “Três Capítulos” haviam sido aprovados em Calcedônia? Realmente é verdade, pois nele foi aprovada a carta dogmática de Leão Magno que, conforme já dissemos, continua algo do nestorianismo. Eis a razão pela qual os monofisitas pressionaram o Imperador para que os condenassem.

Então, vemos que nesse Concílio vigorou o “cartas marcadas”, pela imposição de Justiniano e Teodora na condenação dos chamados Três Capítulos.

Concílio Ecumênico de Constantinopla 681

De **História do Império Bizantino**,
transcrevemos:

III Concílio Ecumênico de Constantinopla (680-681) – Esse Concílio foi convocado pelo imperador Constantino IV de acordo com o papa

Agatão. A assembleia reuniu-se de 7 de novembro de 680 a 16 de setembro de 681 na sala da cúpula (Trullos, daí o nome de Concílio in *Trullo*) do palácio imperial.

A profissão de fé do Concílio baseou-se no que já fora definido nos cinco primeiros concílios, reproduzindo os símbolos de Niceia e de Constantinopla. **Foi sobretudo condenado o monotelismo e seus protetores, entre os quais se inseriu o nome do papa Honório.** A condenação do Concílio a Honório foi ratificada pelo papa Leão II, que censurou em seu predecessor uma atitude pessoal de negligência em defesa da doutrina.

Na realidade as famosas cartas do papa Honório, corretamente interpretadas, não contêm nenhum erro dogmático.

Voltaremos ao assunto quando abordarmos o papel do papado na História da Idade Média.

O sexto Concílio ecumênico pôs termo às disputas cristológicas, definindo e confirmando de uma vez por todas as grandes linhas da doutrina sobre a SS. Trindade e o Verbo Encarnado. ⁽⁴⁰⁸⁾

Para esclarecimento, buscamos no **Dicionário Barsa**, esta definição:

Monotelismo. Heresia surgida no século VII com a intenção de reconciliar o monofisitismo com a

Igreja Católica. Seu mentor foi Sérgio. Aceitava as duas naturezas em Cristo mas só lhe concedia uma vontade que concebida como uma espécie de vontade divino-humana. [...]. ⁽⁴⁰⁹⁾

Vê-se, portanto, que até essa data, o assunto ainda rendia; sinal que nem tudo estava definido, fato que se estendeu até mais tarde. Baseando-nos nas informações de Armstrong contidas em ***Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo***, podemos dizer que até o Século XI; vejamos:

Erígena mostrou que os latinos tinham muito a aprender com os gregos, mas **em 1054 as Igrejas oriental e ocidental cortaram relações, num cisma que se revelou permanente** – embora na época ninguém pretendesse isso. **O conflito** tinha uma dimensão política, que não vou discutir, mas **também envolvia uma disputa sobre a Trindade**. Em 796, **um sínodo de bispos ocidentais reuniu-se em Fréjus, no sul da França, e inseriu uma cláusula extra no Credo de Niceia, afirmando que o Espírito Santo procede não só do Pai mas também do Filho (*filioque*)**. Os bispos latinos queriam enfatizar a igualdade de Pai e Filho, pois alguns membros de seu rebanho acatavam concepções do arianismo. Fazer com que o Espírito procedesse tanto do Pai quanto do Filho, pensavam eles, acentuaria seu status idêntico. Carlos Magno,

que logo se tomaria imperador do Ocidente, não tinha a mínima compreensão das questões teológicas, porém aprovou a nova cláusula. Os gregos, no entanto, a condenaram. Mas os latinos se mantiveram firmes e insistiram que *seus* Padres haviam ensinado essa doutrina. Assim, Agostinho vira o Espírito Santo como o princípio de unidade na Trindade, sustentando que ele era o amor entre Pai e Filho. Portanto, era correto dizer que o Espírito procedera dos dois, e a nova cláusula ressaltava a unidade essencial das três pessoas.

Os gregos, contudo, sempre desconfiaram da teologia trinitária de Agostinho, que consideravam demasiado antropomórfica. Enquanto o Ocidente começava pela ideia da unidade de Deus e depois examinava as três pessoas dentro dessa unidade, os gregos sempre começaram pelas três *hypostases* e diziam que não podemos entender a unidade de Deus – sua essência. Achavam que os latinos tornavam a Trindade compreensível demais e que a linguagem latina não era capaz de expressar essas ideias trinitárias com precisão suficiente. Argumentavam que a cláusula do *filioque super-enfatizava* a unidade das três pessoas e, em vez de sugerir a incompreensibilidade essencial de Deus, tornava a Trindade demasiado racional. Fazia de Deus um dos três aspectos ou modos de ser. Na verdade, nada havia de herético na afirmação latina, embora não combinasse com a espiritualidade apofática dos gregos. O conflito poderia ter sido solucionado se houvesse vontade de paz, mas a tensão entre Oriente e Ocidente aumentou durante as cruzadas, sobretudo quando a quarta cruzada saqueou a

capital bizantina, Constantinopla, em 1204, e feriu mortalmente o Império Grego. O que a cisão do *filioque* revelara era que gregos e latinos desenvolviam concepções muito diferentes de Deus. A Trindade nunca foi tão fundamental para a espiritualidade ocidental quanto para os gregos, segundo os quais, enfatizando dessa forma a unidade divina, o Ocidente identificava Deus com uma “simples essência” que podia ser definida e discutida, como o Deus dos filósofos. ⁽⁴¹⁰⁾ Veremos que a doutrina da Trindade comumente perturba os cristãos ocidentais e que muitos a abandonariam por completo no século XVIII. Para todos os efeitos, **muitos cristãos ocidentais não acatam realmente a Trindade. Reclamam que a doutrina de Três Pessoas num Único Deus é incompreensível, sem perceber que, para os gregos, era isso que estava em jogo.**

Após o cisma, gregos e latinos tomaram caminhos distintos. Na ortodoxia grega, *theologia*, o estudo de Deus, continuou sendo exatamente isso. Limitava-se à contemplação de Deus nas doutrinas essencialmente místicas da Trindade e da Encarnação. Eles achavam a ideia de uma “teologia da graça” ou de uma “teologia da família” uma contradição em termos: não estavam particularmente interessados em discussões e definições teóricas de questões secundárias. O Ocidente, porém, preocupava-se cada vez mais em definir essas questões e formular uma opinião correta que fosse obrigatória para todos. [...]. ⁽⁴¹¹⁾ (itálico do original)

Essa celeuma se estendeu até o ano de 1447, conforme podemos ver em Leonardo Arantes Marques (?-), que, em ***História das Religiões e a Dialética do Sagrado***, relaciona os vários Concílios; dentre eles destacamos:

17º) **Basileia/Ferrara/Florença/Roma (Lausana)**
– 1431-1445 [Papa: Eugênio IV, 1431-1447] – Reforma e união com as igrejas orientais (gregos em 06/07/1439; armênios em 22/11/1439; jacobistas em 04/02/1442), **para resolver as questões doutrinárias referentes à Trindade: *O Espírito Santo tem sua essência e seu ser subsistente ao mesmo tempo do Pai e do Filho e procede eternamente de Ambos como de um só Princípio e por uma única expiração... E uma vez que tudo o que é do Pai, o Pai mesmo o deu ao seu Filho Único ao gerá-lo, excetuando o seu ser de Pai, esta própria possessão do Espírito Santo a partir do Filho, ele a tem eternamente de Seu Pai que o gerou eternamente. Tudo é uno [neles]; lá onde não se encontra oposição de relação. Por causa dessa unidade, o Pai está todo inteiro no Filho, todo inteiro no Espírito Santo; o Filho está todo inteiro no Pai, todo inteiro no Espírito Santo; o Espírito Santo todo inteiro no Pai, todo inteiro no Filho. O Pai, o Filho e o Espírito Santo não são três princípios das criaturas, mas um só princípio.*** ⁽⁴¹²⁾ (itálico do original)

Portanto, essa “briga” continuou dando “panos para mangas”, e, volta e meia, até os tempos atuais ela vem se estendendo, uma vez que não é um dogma facilmente aceito por absoluta falta de lógica e base bíblica.

Conclusão

Já ouvimos falar que a Trindade é um dogma de Constantino; somos, diante de todas as evidências aqui apresentadas, obrigados a aceitar isso. Poderíamos até mudar o título desse ebook para “Trindade, um dogma de Constantino”; mas preferimos manter o que foi dado, por acharmos que despertará interesse nos teólogos para a sua leitura, uma vez que a nossa intenção é que o leiam e atualizem-se.

O teólogo Heinz Zahrnt (1915-2003), em *Jesus de Nazaré: Uma Vida*, apresenta-nos uma informação interessante, que vem justificar o motivo pelo qual prosperou a imposição da crença na Trindade: “[...] No Sacro Império Romano-Germânico, **a negação da Santíssima Trindade era punida com a pena de morte**”. ⁽⁴¹³⁾

Podemos considerar que, na crença da Trindade, também existiu a imposição por razões religiosas, tomando-se como base este trecho de **Quando Jesus**

se Tornou Deus:

[...] 'O distintivo da nossa fé', declarou Atanásio, no Concílio de Alexandria (362), 'é a Trindade de uma essência (*homoousios*), o Deus verdadeiro que se tornou homem nascido de Maria. **Todos os que discordarem deste conceito devem ser excomungados.**' [...]. ⁽⁴¹⁴⁾

Acrescente-se ainda:

[...] Teodósio publicou um édito, proclamando a nova ortodoxia nicena. Pela primeira vez, o Estado adotou a sua própria definição de ortodoxia, promulgando-a como lei. **Teodósio declarou como cristãos verdadeiros aqueles que acreditavam “num só Deus em três pessoas o Pai, o Filho e o Espírito Santo com igual majestade e numa Trindade ortodoxa.**' [...]. ⁽⁴¹⁵⁾

Sempre se rogou a assistência do Espírito Santo para as decisões conciliares, mas ficamos a nos perguntar: Será que estaria ele inspirando as intrigas que vimos nesses Concílios? Poderia, em vez de influenciar os religiosos, ter exercido sua ação sobre o Imperador? Sinceramente, não acreditamos em nenhuma dessas duas hipóteses.

Sabemos que essa nossa pesquisa poderá causar até mesmo rancor em alguns ortodoxos; mas, devemos deixar bem claro, nosso propósito foi descobrir a verdade e não atacar a crença de ninguém. Se, mesmo assim, e fatalmente acontecerá, muitos que o lerem não mudarem de opinião, não seremos nós que os obrigaremos a isso. Entretanto, fazemos nossas estas palavras de Espinosa, registradas em ***Tratado Teológico-político***:

[...] Não quero, no entanto, acusar de impiedade os adeptos de várias seitas por adaptarem às suas opiniões as palavras da Escritura. [...] Acuso-os de não querer reconhecer aos outros a mesma liberdade e perseguir como inimigos de Deus todos os que não pensam como eles, por mais honestos e praticantes da verdadeira virtude que sejam, ao mesmo tempo que estimam como eleitos de Deus os que os seguem tem tudo, ainda quando se trata de pessoas moralmente incapazes. ⁽⁴¹⁶⁾

Diante do que vimos, podemos afirmar que, dentro do Cristianismo, a crença na Trindade não era algo no qual todos acreditavam; apenas alguns líderes religiosos, bons em apologética e, diante de pessoas pouco versadas em Bíblia, conseguiram

impor suas ideias não só a eles, mas a todo mundo, fazendo prevalecer seus pontos de vista, porquanto, ninguém se apresentou com capacidade de contestá-los.

A influência do Imperador Constantino no processo de consolidação dessa crença é incontestável, conforme, claramente, pudemos ver no que foi pesquisado por nós. Há um fato no qual participou Constantino que, a nosso ver, ele teve uma digna visão futurista, que, infelizmente, ainda hoje é letra morta. Ele, junto com Licínio, publicou o Édito de Milão, do qual temos a seguinte informação na [**Wikipédia**](#):

O **Édito de Milão** ou **Mediolano** (13 de junho de 313), foi um documento proclamatório no qual declara-se que o Império Romano seria neutro em relação ao credo religioso, acabando oficialmente com toda perseguição sancionada oficialmente, especialmente ao cristianismo. Tal documento, publicado em forma de carta, transcreveu o acordo entre os tetrarcas Constantino (imperador do Ocidente) e Licínio (imperador do Oriente).

Além da liberdade religiosa, a aplicação do Édito fez devolver os lugares de culto e as propriedades que tinham sido confiscadas aos cristãos e vendidas em hasta pública: “o mesmo será devolvido aos

cristãos sem pagamento de qualquer indenização e sem qualquer fraude ou decepção”. Deu ao cristianismo, e a todas as outras religiões, o estatuto de legitimidade (latim: *religio licita*), comparável com o paganismo e com efeito destituiu o paganismo como religião oficial do Império Romano e dos seus exércitos. ⁽⁴¹⁷⁾

J. J. Van Der Leeuw, em ***A Dramática História da Fé Cristã***, cita-o, mencionando que em sua primeira parte, declara:

Julgamos... concorde com a reta razão que a ninguém deva ser negado consentimento para ligar-se aos cristãos ou a qualquer outra religião a que a sua mente o dirigir... Por conseguinte... o aberto e livre exercício de suas respectivas religiões é concedido a todos os demais, bem como aos cristãos; pois convém à boa ordem do Estado e à tranquilidade dos tempos que seja permitido a cada indivíduo, segundo sua escolha, adorar a Divindade. ⁽⁴¹⁸⁾

Se respeitássemos isso, não haveria intolerância religiosa; e olha de que época é...

Apenas para reforçar ainda mais a questão de a Trindade não ser crença comum, contrariando o que querem fazer transparecer, trazemos uma

interessante pesquisa realizada por Jefferson Benetton (?-), disponível no site [Kardecismo](#) que administra:

Além disso, observem as citações relativas ao Dogma da Trindade, feitas por Instituições e Estudiosos de várias partes do mundo:

The New Encyclopaedia Britannica diz: “Nem a palavra Trindade, nem a doutrina explícita, como tal, aparecem no Novo Testamento, e nem Jesus ou seus seguidores tencionaram contradizer o Shema do Velho Testamento: '*Ouve, ó Israel: O Senhor, nosso Deus, é um só Senhor*' (Deut. 6:4). A doutrina desenvolveu-se gradualmente com o decorrer dos séculos, enfrentando muitas controvérsias. Por volta do fim do 4º século a doutrina da Trindade tomou substancialmente a forma que desde então tem conservado.” – (1976), Micropædia, Vol. X, p. 126.

A New Catholic Encyclopedia diz: “A formulação de 'um só Deus em três Pessoas' não foi solidamente estabelecida, de certo não plenamente assimilada na vida cristã e na sua profissão de fé, antes do fim do 4º século. Mas, é precisamente esta formulação que tem a primeira reivindicação ao título o dogma da Trindade. Entre os Pais Apostólicos, não havia nada, nem mesmo remotamente, que se aproximasse de tal mentalidade ou perspectiva.” – (1967), Vol. XIV, p. 299.

The Encyclopedia (Americana): “O cristianismo

derivou-se do judaísmo, e o judaísmo era estritamente unitário [cria que Deus é uma só pessoa]. O caminho que levou de Jerusalém a Niceia dificilmente foi em linha reta. O trinitarismo do quarto século de forma alguma refletiu com exatidão o primitivo ensino cristão sobre a natureza de Deus; foi, ao contrário, um desvio deste ensinamento.” – (1956), Vol. XXVII, p. 294L.

Segundo o **Nouveau Dictionnaire Universel**: “A trindade platônica, que em si é meramente um rearranjo de trindades mais antigas, que remontam aos povos anteriores, parece ser a trindade filosófica racional de atributos que deram origem às três hipóstases ou pessoas divinas ensinadas pelas igrejas cristãs. O conceito deste filósofo grego (Platão, do 4º século AEC) sobre a trindade divina pode ser encontrado em todas as religiões pagãs antigas.” – (Paris, 1865-1870), editado por M. Lachâtre, Vol. 2, p. 1467.

The Dictionary of the Bible, diz: “A trindade de pessoas dentro da unidade de natureza é definida em termos de 'pessoa' e de 'natureza', que são termos filosóficos gregos; na realidade, esses termos não aparecem na Bíblia. As definições trinitárias surgiram em resultado de longas controvérsias, em que estes termos e outros, tais como 'essência' e 'substância', foram erroneamente aplicados a Deus por alguns teólogos.” – (Nova Iorque, 1965), p. 899.

The New Catholic Encyclopedia admite: “A maioria dos textos do Novo Testamento revela o espírito de Deus como sendo algo, não alguém;

isto se vê especialmente no paralelismo entre o espírito e o poder de Deus”. (1967, Vol. XIII, p. 575) Diz também: “Os apologistas (escritores cristãos gregos do segundo século) falavam com demasiada hesitação do Espírito; pode-se adiantar até certo ponto que o fizeram de modo impessoal demais.” – Vol. XIV, p. 296.

The Dictionary of Religious Knowledge (Dicionário de Conhecimento Religioso), de Abbott, chama a Trindade de característica “deveras marcante” da religião hinduísta, sendo “discernível” nas antigas religiões pré-cristãs da Pérsia, do Egito, de Roma, do Japão, da Índia e da Grécia. O Professor Hopkins responde: “A doutrina da trindade era evidentemente desconhecida de Jesus e de Paulo; de qualquer modo, eles nada dizem sobre ela.” – *Origin and Evolution of Religion* (Origem e Evolução da Religião).

Newman em **The Development of Christian Doctrine** (O Desenvolvimento da Doutrina Cristã), página 15, escreveu que os credos antes do tempo de Constantino não faziam qualquer menção dela. “Fazem deveras menção de Três; mas, nunca se declara, e jamais se poderia deduzir deles que haja qualquer mistério na doutrina, que os Três são Um, que Eles sejam coiguais, coeternos, todos inciados, todos onipotentes, todos incompreensíveis”.

Reconhece a **New Catholic Encyclopedia** (Nova Enciclopédia Católica): “Há o reconhecimento, por parte de teólogos bíblicos, inclusive um número constantemente crescente de católicos-

romanos, de que não se deve falar de Trinitarismo no Novo Testamento sem séria qualificação. Há também o reconhecimento intimamente paralelo, por parte dos historiadores de dogmas e dos teólogos sistemáticos de que, quando se fala de veras de Trinitarismo inqualificado, já se passou do período das origens cristãs para, digamos, o último quadrante do 4º século. Foi somente então que aquilo que se poderia chamar de dogma trinitário definitivo, um Deus em três Pessoas' tornou-se cabalmente assimilado na vida e no pensamento cristãos.”

The Catholic Encyclopedia for School and Home (Enciclopédia Católica Para a Escola e o Lar) admite: “A Trindade era desconhecida das pessoas antes do tempo de Nosso Senhor”.

The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge (Nova Enciclopédia de Conhecimento Religioso de Schaff-Herzog) indica: “Muitos dos cristãos primitivos, por sua vez, sentiam peculiar atração pelas doutrinas de Platão, e as empregavam quais armas para a defesa e extensão do Cristianismo, ou colocavam as verdades do Cristianismo numa moldura platônica. As doutrinas do Logos ('a Palavra' em grego) e da Trindade obtiveram seu formato dos Padres gregos que, se não educados nas escolas, foram muito influenciados, direta ou indiretamente pela filosofia platônica, em especial em sua forma judaico-alexandrina.”

The Illustrated Bible Dictionary (Dicionário Bíblico Ilustrado – Protestante) declara: “A palavra Trindade não é encontrada na Bíblia. Não

achou um lugar formal na teologia da igreja até o 4º século. Embora não nos forneça uma doutrina formulada da Trindade, contém todos os elementos com os quais a teologia formulou a doutrina.”

The New International Dictionary of the New Testament Theology declara: “Tudo isto sublinha o ponto de que o Cristianismo primitivo não dispunha de uma doutrina explícita da Trindade, tal como foi subsequentemente formulada nos credos da igreja primitiva.”

No prefácio do livro **History of Christianity** (História do Cristianismo), de Edward Gibbon, lemos: “Se o paganismo foi conquistado pelo cristianismo, é igualmente verdade que o cristianismo foi corrompido pelo paganismo. O puro deísmo dos primeiros cristãos foi mudado, pela Igreja de Roma, para o incompreensível dogma da trindade. Muitos dos dogmas pagãos, inventados pelos egípcios e idealizados por Platão, foram retidos como sendo dignos de crença.”

O **Dicionário do Conhecimento Religioso** menciona que muitos dizem que a Trindade “é a corrupção emprestada de religiões pagãs e enxertada na fé cristã”. E o Paganismo no Nosso Cristianismo declara: “A origem da Trindade é inteiramente pagã”.

Na **Enciclopédia de Religião e Ética**, James Hastings escreveu: “Na religião indiana, p. ex., temos o grupo trinitário de Brama, Xiva e Vixenu; e na religião egípcia, com o grupo trinitário de Osíris, Ísis e Hórus. Tampouco é apenas em

religiões históricas que encontramos Deus sendo considerado como uma Trindade. Vem-nos à mente em especial o conceito neoplatônico da Suprema e Derradeira Realidade”, que é “representada triadicamente”.

The New Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge (Nova Enciclopédia de Conhecimento Religioso, de Schaff-Herzog) mostra a influência dessa filosofia grega: “As doutrinas do Logos e da Trindade receberam a sua forma de Pais Gregos, que foram muito influenciados, direta ou indiretamente, pela filosofia platônica. Que dessa fonte se infiltraram erros e corrupções na Igreja não pode ser negado.”

A Igreja dos Primeiros Três Séculos diz: “A doutrina da Trindade foi formada de maneira gradual e comparativamente tardia;... teve a sua origem numa fonte inteiramente estranha à das Escrituras Judaicas e Cristãs;... cresceu, e foi enxertada no cristianismo, pelas mãos de Pais platônicos.”

No livro **A Statement of Reasons** (Declaração de Razões), Andrews Norton diz sobre a Trindade: “Podemos traçar a história dessa doutrina e descobrir a sua origem, não na revelação cristã, mas sim na filosofia platônica. A Trindade não é uma doutrina de Cristo e de seus Apóstolos, mas sim uma ficção da escola de posteriores platonistas.” (419)

Julgamos importante essa pesquisa, pois vem

corroborar tudo quanto conseguimos levantar sobre o assunto, confirmando-se que a Trindade foi mesmo um dogma de Constantino, não uma teologia desenvolvida, após longos e exaustivos estudos e debates, no seio da Igreja Católica por seus membros.

Apesar de tudo quanto Carl G. Jung afirmou em **Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade**, parece-nos que ele, no fundo, acreditava na Trindade, justificando-a dessa forma:

Se ousamos aqui submeter antigos dogmas, que se nos tornaram estranhos a uma reflexão psicológica, não o fizemos com a pretensão de saber tudo melhor, que os outros, **mas sim movidos pela convicção de que é impossível que o dogma, pelo qual se combateu durante tantos séculos, seja uma fantasia oca e sem sentido.** Para isso situei-me na linha de consensus omnium [consenso universal], isto é, de arquétipo. Foi somente isto que me possibilitou uma relação direta com o dogma. Como “verdade” metafísica ele me era inteiramente inacessível, e julgo lícito supor que eu não tenha sido o único ao qual isto aconteceu. **O conhecimento dos fundamentos arquetípicos universais me animou a considerar o quod semper, quod ubique, quod ab omnibus creditum est como fato psicológico que ultrapassa o quadro da confissão de fé cristã, e tratá-lo simplesmente como objeto das Ciências físicas**

e naturais, como um fenômeno puro e simples, qualquer que seja o significado “metafísico” que lhe tenha sido atribuído. Sei por experiência própria que este último aspecto jamais contribuiu, por pouco que fosse, para a minha fé ou para a minha compreensão. Ele não me dizia absolutamente nada. Entretanto, **tive de reconhecer que o Símbolo de fé possui uma verdade extraordinária pelo fato de ter sido considerado, durante dois milênios, por milhões e milhões de pessoas, como um enunciado válido daquelas coisas que não se podem ver com os olhos, nem tocar com as mãos.** Este fato deve ser bem entendido, porque da “Metafísica” só conhecemos o produto humano, quando o carisma da fé, tão difícil de ser mantido, não afasta de nós toda dúvida e, conseqüentemente, nos liberta de toda angustiosa investigação. É perigoso que tais verdades sejam tratadas unicamente como objeto de fé (⁴²⁰), pois onde há fé, ali também está presente a dúvida, e, quanto mais direta e mais ingênua é a fé, tanto mais devastadoras são as ideias quando a primeira começa a eclipsar-se. Em tais ocasiões é que nos mostramos mais hábeis do que as cabeças enevoadas da tenebrosa Idade Média; e então acontece que a criança é despejada juntamente com a bacia em que foi lavada.

Apoiado nestas e noutras considerações de natureza semelhante é que mantenho sempre uma atitude de extrema cautela, ao abordar outros significados possíveis, ditos metafísicos, da linguagem arquetípica. Nada as impede de que eles cheguem afinal de contas até a base do mundo. Nós é que seremos tolos se não o percebermos. Assim

pois não posso presumir que uma investigação do aspecto psicológico tenha esclarecido e resolvido definitivamente o problema dos conteúdos arquetípicos. Na melhor das hipóteses, o que fiz talvez não passe de uma tentativa mais ou menos bem ou mal sucedida de abrir um caminho que permita compreender um dos lados acessíveis do problema. Esperar mais seria uma temeridade. Se, pelo menos, conseguir manter viva a discussão, meu objetivo já se acha mais do que cumprido. Ou por outra, se o mundo viesse a perder de vista estes enunciados, estaria ameaçado de um terrível empobrecimento espiritual e psíquico. ⁽⁴²¹⁾ (itálico do original)

Muito bem; aliás, ótimo mesmo, pois, da mesma forma que se quer justificar a realidade da Trindade, podemos também usá-la para a crença na comunicação com os espíritos e na reencarnação, já que são dois princípios que se encontram nas culturas religiosas da humanidade, desde os povos mais antigos.

Não tendo como explicá-la, apela-se para o “é mistério”, que revela a evidente incapacidade de seus próprios defensores em entender esse dogma. Citamos, por exemplo, Lorenzen que afirmou: “Portanto, Deus é realmente um, e é apenas em

nossa capacidade limitada de conceber que Deus se torna três” (422) e Van Der Leeuw, que, em **A Dramática História da Fé Cristã**, se referindo ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, disse:

[...] Todavia, uma União assim transcendente não pode ser compreendida pelo intelecto que analisa, o qual, em sua lógica, só vê a verdade disto *ou* daquilo, e não a verdade disto e daquilo. [...]. (423)

O que, na verdade, não conseguimos entender é como, para criar a Trindade, não fomos incapazes; apenas o somos quando queremos explicar o que criamos. E o mistério é algo que não se é obrigado a explicar, já que ele é inexplicável, por essência. Com isso, dá-se por resolvida a questão, com a qual sempre tentam manter a crença na Trindade.

Na verdade, querem nos fazer passar por ignorantes, incapazes de entender tal coisa; mas, ainda bem, que encontramos apoio em Sir Isaac Newton (1643-1727):

Em seus estudos, Newton comparou diferentes versões das sagradas escrituras e descobriu que a figura da trindade tinha sido introduzida por Atanásio

em torno do século IV d.C., Newton considerava o trinitarismo uma religião estranha, que cultuava três deuses idênticos. ⁽⁴²⁴⁾

E para corroborar:

O físico e astrônomo do século XVII que se tornou ícone do espírito científico mostrava convicções religiosas profundas e radicais, inflexíveis ao ponto de condenar como uma “abominação” a Santíssima Trindade e procurava na Bíblia indicações proféticas emanadas de um Deus que intervinha nos mais pequenos aspectos do cotidiano humano. ⁽⁴²⁵⁾

Depois disso, sentimo-nos um pouco mais reconfortados, por fazer companhia a esse genial cientista inglês.

Referências bibliográficas

a) Livros

- AGOSTINHO, Santo. ***A Verdadeira Religião: o Cuidado Devido aos Mortos***. São Paulo: Paulus, 2002.
- AGOSTINHO, Santo. ***Confissões***. São Paulo: Paulus, 2003.
- ALBERIGO, G. (org) ***História dos Concílios Ecumênicos***. São Paulo: Paulus, 1995.
- ANDRADE, J. ***O Espiritismo e as Igrejas Reformadas***. Salvador: SEDA, 1997.
- AQUINO, F. ***Falsas Doutrinas: Seitas e Religiões***. Lorena, SP: Cleófas, 2004.
- ARIAS, J. ***Jesus Esse Grande Desconhecido***. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ARMOND, I. ***O Cristianismo Primitivo***. São Paulo: Aliança, 2004.
- ARMSTRONG, K. ***Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo***. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ASLAN, R. ***Zelota: a Vida e a Época de Jesus de Nazaré***. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BARRERA, J. T. ***A Bíblia Judaica e a Bíblia Cristã: Introdução à História da Bíblia***. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

- BETTENSON, H. **Documentos da Igreja Cristã**. São Paulo: Aste, 1967.
- BOCK, D. L. **Os Evangelhos Perdidos: a Verdade Por Trás dos Textos Que Não Entraram na Bíblia**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2007.
- CESAREIA, E. **História Eclesiástica: os Primeiros Quatro Séculos da Igreja Cristã**. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.
- CHAMPLIN, R. N. e BENTES, J. M. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia - Vol. 2**. São Paulo, 1995.
- CHAMPLIN, R. N. e BENTES, J. M. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia - Vol. 6**. São Paulo, 1995.
- CHAMPLIN, R. N. **Evidências Científicas Demonstram Que Você Vive Depois da Morte**. São Paulo: Nova Época, [1981].
- CHAMPLIN, R. N. **O Novo Testamento Interpretado Versículo Por Versículo - Vol. 1**. São Paulo: Hagnos, 2005.
- CHAMPLIN, R. N. **O Novo Testamento Interpretado Versículo Por Versículo - Vol. 2**. São Paulo: Hagnos, 2005b.
- CHAMPLIN, R. N. **O Novo Testamento Interpretado Versículo Por Versículo - Vol. 4**. São Paulo: Hagnos, 2005.
- CHAVES, J. R. **A Face Oculta das Religiões: Uma Visão Racional da Bíblia**. Santo André, SP: EBM Editora, 2011.
- CHAVES, J. R. **A Face Oculta das Religiões: Uma Visão Racional da Bíblia**. Santo André, SP: EBM, 2006.

- CHOURAQUI, A. **A Bíblia Matyah (O Evangelho Segundo Mateus)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- DENIS, L. **Cristianismo e Espiritismo**, Rio de Janeiro: FEB, 1987.
- DIEHL, C. **Os Grandes Problemas da História Bizantina**. São Paulo: Editora das Américas, 1961.
- DONINI, A. **Breve História das Religiões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- DUFFY, E. **Santos e Pecadores: História dos Papas**. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- DURANT, W. **História da Civilização: 3ª Parte: César e Cristo**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.
- EHRMAN, B. D. **Evangelhos Perdidos**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- EHRMAN, B. D. **O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?**. Rio de Janeiro: Prestígio, 2006.
- EHRMAN, B. D. **Quem Escreveu a Bíblia?: Porque os Autores da Bíblia Não São Quem Pensamos Que São**. Rio de Janeiro: Agir, 2013.
- EHRMAN, B. D. **Quem Jesus Foi? Quem Jesus Não Foi?: Mais Revelações Inéditas Sobre as Contradições da Bíblia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.
- ESPINOSA, B. **Tratado Teológico-político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FLUSSER, D. **O Judaísmo e as Origens do Cristianismo - Vol. II**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

- FO, J.; TOMAT, S. e MALUCELLI, L. **O Livro Negro do Cristianismo: Dois Mil Anos de Crimes em Nome de Deus**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- FOX, R. L. **Bíblia: Verdade e Ficção**, São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- FRANZERO, C. M. **Teodora**. Lisboa, Pt: ENP, 1963.
- GIBBON, E. **Declínio e Queda do Império Romano**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- GIORDANI, M. C. **História do Império Bizantino**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.
- GODOY, P. A. **Casos Controvertidos do Evangelho**. São Paulo: FEESP, 1993.
- HARPUR, T. **Transformando Água em Vinho: Uma Visão Profunda e Transformadora Sobre os Evangelhos**. São Paulo: Pensamento, 2010.
- HASSNAIN, F. **Jesus, a Verdade e a Vida**. São Paulo: Madras, 1999 (©).
- INCONTRI, D. e BIGHETO, A. C. **Todos os Jeitos de Crer**. São Paulo: Ática, 2004.
- JENKINS, P. **Guerras Santas: Como 4 Patriarcas, 3 Rainhas e 2 Imperadores Decidiram em Que os Cristãos Acreditariam Pelos Próximos 1.500 Anos**. Rio de Janeiro: LeYa, 2013.
- JOHNSON, P. **História do Cristianismo**. Rio de Janeiro: IMAGO, 2001.
- JUNG, C. G. **Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- KARDEC, A. **O Céu e o Inferno**. Rio de Janeiro: FEB, 2007.

- KARDEC, A. **Obras Póstumas**. Rio de Janeiro: FEB, 2006.
- KENYON, J. D. (org) **O Que a Bíblia Não nos Contou: a História Secreta Sobre as Heresias da Religião Ocidental**. São Paulo: Pensamento, 2008.
- KERSTEN, H. E GRUBER, E. R. **O Buda Jesus - as Fontes Budistas do Cristianismo**. São Paulo: Best Seller, 1996(?).
- KUHN, A. B. **Um Renascimento Para o Cristianismo**. Rio de Janeiro: Nova Era, 2006.
- KÜNG, H. **A Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- KÜNG, H. **Credo: a Profissão de Fé Apostólica Explicada ao Homem Contemporâneo**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1997.
- KÜNG, H. **Religiões do Mundo - Em Busca dos Pontos Comuns**. Campinas, SP: Verus, 2004.
- LACHATRE, M. **Os Crimes dos Papas: Mistérios e Iniquidades da Corte de Roma**. São Paulo: Madras, 2004.
- LENTSMAN, J. A. **A Origem do Cristianismo**. São Paulo: Fulgor, 1963.
- LETERRE, A. **A Vida Oculta e Mística de Jesus**. São Paulo: Madras, 2004.
- LEWIS, D. **A Leste de Qumran: em Busca das Raízes da Fé Ocidental**. In KENYON, J. D. (org) *O que a Bíblia não nos contou: a história secreta sobre as heresias da religião ocidental*. São Paulo: Pensamento, 2008, p. 37-46.

- LORENZEN, L. F. **Introdução à Trindade**. São Paulo: Paulus, 2002.
- LUZ, M. **Onde a Religião Termina?** Foz do Iguaçu, PR: Editares, 2011.
- MACHADO, R. C. **A Sociedade Secreta de Jesus**. São Paulo: Ibrasa, 2002.
- MARQUES, L. A. **História das Religiões e a Dialética do Sagrado**. São Paulo: Madras, 2005.
- MELLO, M. C. **Como os Teólogos Refutam...** Curitiba: FEP, 1958.
- NUNES FILHO, A. D. **Razão e Dogma**. Matão-SP: O Clarim, 1995.
- ORÍGENES, **Tratado Sobre os Princípios**. São Paulo: Paulus, 2017.
- ORÍGENES. **Contra Celso**. São Paulo: Paulus, 2004.
- PAGELS, E. **Além de Toda Crença: o Evangelho Desconhecido de Tomé**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- PASTORINO, C. T. **Sabedoria do Evangelho - Vol. 5**. Rio de Janeiro: Sabedoria, 1964.
- PERRONE, L. **De Niceia (325) a Calcedônia (451)**. in ALBERIGO, G. (org) *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.
- PIRES, J. H. **Revisão do Cristianismo**. São Paulo: Paideia, 1996
- QUINTA, M. (Dir. Editorial) **Padres Apostólicos**. São Paulo: Paulus, 2017.

- REALE, G. e ANTISERI, D. ***História da Filosofia - Vol. 1.*** São Paulo: Paulus, 2003.
- RENAN, E. ***Paulo - o 13º Apóstolo.*** São Paulo: Martin Claret, 2004.
- RENAN, E. ***Vida de Jesus.*** São Paulo: Martin Claret, 2004.
- RODRÍGUEZ, P. ***Mentiras Fundamentais da Igreja Católica.*** Lisboa, Portugal: Terramar, 2007.
- ROHDEN, H. ***Agostinho.*** São Paulo: Alvorada, 1976.
- ROHDEN, H. ***Que Vos Parece do Cristo?*** São Paulo: Martin Claret, 4ª ed. 1996 (?).
- RUBENSTEIN, R. E. ***Quando Jesus se Tornou Deus: A Luta Épica Sobre a Divindade de Cristo nos Últimos Dias de Roma.*** Rio de Janeiro: Editora Fisus, 2001.
- RUSSELL, B. ***História da Filosofia Ocidental.*** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.
- SCHONFIELD, H. J. ***A Bíblia Estava Certa: Novas Luzes Sobre o Novo Testamento.*** São Paulo: Ibrasa, 1980.
- SCHUTEL, C. ***Espiritismo e Protestantismo - em Face dos Evangelhos e da Ciência.*** Matão, SP: O Clarim, 1987.
- SCHUTEL, C. ***Vida e Atos dos Apóstolos.*** Matão - SP: O Clarim, 1981.
- SOUZA, J. P. ***Catecismo Ecumênico.*** Fortaleza: Gráfica LCR, 2010.
- SOUZA, J. P. ***Mitos Cristãos - Desafios Para o Diálogo Religioso.*** Divinópolis, MG: GEEC, 2007.

- SOUZA, J. P. **Três Maneiras de Ver Jesus: a Maneira Histórica, a Mítica Literal e a Mítica Simbólica**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2011.
- TABOR, J. D. **A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- TRICCA, M. H. O. **Apócrifos II: os Proscritos da Bíblia**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- UR-RAHIM, M. A. **Jesus, o Profeta do Islão**. Lisboa, Portugal: Al Furán, 1995.
- VAN DER LEEUW, J. J. **A Dramática História da Fé Cristã**. São Paulo: Pensamento, 1987.
- VERMES, G. **As Várias Faces de Jesus**. Rio de Janeiro: Record, 2006b.
- VERMES, G. **Natividade**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- VERMES, G. **O Autêntico Evangelho de Jesus**. Rio de Janeiro: Record, 2006a.
- VIEIRA, M. A. **O Homem de Nazaré**. Rio de Janeiro: CELD, 2003.
- ZHRNT, H. **Jesus de Nazaré: Uma Vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

b) - Artigos em periódicos

- CAMARGO, C. e MELLO, K. (coord). *2000 anos de Cristianismo*, in *IstoÉ*, nº 1629, São Paulo: Editora Três, dezembro/2000, p. 55-102.
- CAVALCANTE, R. *Jesus Antes de Cristo* in *Aventuras na História*. São Paulo: Abril, dez/2006, p. 26-34.

SCHOEREDER, G. *A expansão do catolicismo in Vida e Obra de Jesus Cristo, nº 3*, São Paulo: Mythos, 2002, p. 32-36.

SCHOEREDER, G. *O Outro Jesus in Vida e Obra de Jesus Cristo, nº 3*, São Paulo: Mythos, 2002, p. 4-11.

c) - Bíblias

ci) Impressas

A Bíblia Anotada, 8ª edição, São Paulo: Mundo Cristão, 1994.

Bíblia de Jerusalém, nova edição, revista e ampliada, São Paulo: Paulus, 2002.

Bíblia do Peregrino, edição brasileira, São Paulo: Paulus, 2002.

Bíblia Sagrada, 37ª edição, São Paulo: Paulinas, 1980.

Bíblia Sagrada, 5ª edição. Aparecida-SP: Santuário, 1984.

Bíblia Sagrada, 68ª edição, São Paulo: Ave-Maria, 1989.

Bíblia Sagrada, 8ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

Bíblia Sagrada, Edição Barsa, s/ed. Rio de Janeiro: Catholic Press, 1965.

Bíblia Sagrada, Edição Pastoral. 43ª impressão. São Paulo: Paulus, 2001.

Bíblia Shedd, 2ª Edição rev. e atual. no Brasil. São Paulo: Vida Nova; Brasília: SBB, 2005.

cii) Eletrônicas

DIAS, R. (prog.) *Bíblia Eletrônica v. 1.0* - RK Soft Desenvolvimentos, 2002. Versão revisada da tradução de João Ferreira de Almeida.

CALÇADA, L. *Livros Sagrados 2*. (sem quaisquer outros dados)

d) - Na internet

ACI Digital. *Versões da Bíblia*, disponível em <http://www.acidigital.com/Biblia/versoes.htm>. Acesso em: 11 fev. 2009.

APOLOGISTAS CATÓLICOS. *Demonstração da Pregação Apostólica (Irineu de Lião)*, disponível em: <http://apologistascaticos.com.br/obraspatristicas/index.php?af=IrineuPregacaoApostolica>. Acesso em: 29 nov. 2017.

AQUINO, F. *O Mistério da Santíssima Trindade*, disponível em: <https://formacao.cancaonova.com/igreja/doutrina/santissima-trindade/>. Acesso em: 29 nov. 2017.

BENETTON, J. S. *De uma vez por todas: o Espiritismo é cristão ou não???*, disponível em <http://kardecismo.org/espirtismo-cristao.html>. Acesso 20 nov. 2017.

CANÇÃO NOVA, *Como Maria é também a Mãe de Deus?*, assinado por Pe. Antônio Lima, disponível: <https://blog.cancaonova.com/padreantoniolima/como-maria-e-tambem-mae-de-deus/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

CATEQUESE CATÓLICA, *Santíssima Trindade, fundamentos bíblicos*, disponível em: http://www.catequisar.com.br/texto/materia/celebracoes/trindade/e_01.htm. Acesso em: 25 nov. 2017.

CRISTIANISMO WIKI, *Concílio de Niceia*, disponível em: http://cristianismo.wikia.com/wiki/Primeiro_Conc%C3%Adlio_de_Niceia. Acesso em: 30 nov. 2017.

DN NOTÍCIAS, *Newton previu o Apocalipse para 2060 com base na Bíblia,*

<http://www.dnoticias.pt/hemeroteca/158060-newton-previu-o-apocalipse-para-2060-com-base-na-biblia-ODDN158060>. Acesso em: 30 nov. 2017.

FREIRE, L. *Conhecem essa história?* Disponível em

http://www.voadores.com.br/site/geral.php?txt_funcao=colunas&view=4&id=91. Acesso em: 03 set. 2008.

GIRI, *Trindade hindu (três cabeças):*

<https://giri.in/skin/frontend/default/theme327k/images/post/dattatreya-jayanthi.jpg>. Acesso em: 30 nov. 2017.

ISTOÉ (revista)

<http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhePrint.htm?idEntrevista=25319&txPrint=completo>. Acesso em: 09 set. 2010.

KELLY, J. N. D. *A Santíssima Trindade nos escritos dos primeiros santos padres dos primeiros séculos.*

Disponível em

http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/pais_da_igreja/a_s_antissima_trindade_nos_escritos_dos_santos_padres_dos_primeiros_seculos.html. Acesso em: 03 nov. 2008.

SABINO, F. *A Trindade fora da Bíblia existe?*, disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=cuYOK0X0GuM&google_comment_id=z131dpggjmuhelqg004ccjcpvvmay3hi5qg0k. Acesso em: 28 nov. 2008.

SABINO, F. *O Pastor de Hermas*, disponível em:

http://monergismo.com/wp-content/uploads/Pastor_de_Hermas.pdf. Acesso em 28 nov. 2014.

- SÓ BIOGRAFIAS, *Atenágoras de Atenas*, disponível em, <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Atenagor.html>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- STORNIOLO, I. e BALANCIN, E. M. *Petição em Favor dos Cristãos*, disponível em: <http://www.apologistascatolicos.com.br/obraspatristicas/Obras/PadresSecII/Atenagoras/ApeloPelosCristaos.htm>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, *Isaac Newton*, disponível em: <https://fisicafacip.wordpress.com/biografias/isaac/>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- VERITATIS SPLENDOR, *O Concílio de Niceia*, disponível em: <http://www.veritatis.com.br/o-concilio-de-niceia/>. Acesso em 30 nov. 2017.
- VERITATIS SPLENDOR, *Teófilo de Antioquia (biografia)*, disponível em: <http://www.veritatis.com.br/biografia-de-teofilo-de-antioquia/>. Acesso em 29 nov. 2017.
- Victório, E. F. V. *La Trinidad – Monografia*, disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos26/trinidad/trinidad.shtml>. Acesso em: 01 mar. 2008.
- VIDIGAL, J. R. (trad.) *Manual do Católico de hoje*, disponível em: <http://www.mundocatolico.org.br/doutrina.htm#Tr%C3%AAs%20Pessoas,%20Um%20s%C3%B3>. Acesso 18 nov. 2008.
- WIKIPÉDIA, *Policarpo de Esmirna*, disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Policarpo_de_Esmirna. Acesso em: 22 out. 2008.

- WIKIPÉDIA, *Agostinho de Hipona*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Agostinho_de_Hipona.
Acesso em 29 nov. 2017.
- WIKIPÉDIA, *Basílio de Cesareia*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Bas%C3%Adlio_de_Cesareia. Acesso em: 29 nov. 2017.
- WIKIPÉDIA, *Clemente de Alexandria*, disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Clemente_de_alexandria.
Acesso em: 22 out. 2008.
- WIKIPÉDIA, *Disputas Cristológicas*, disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Disputas_Cristol%C3%B3gicas. Acesso em: 18 nov. 2008.
- WIKIPÉDIA, *Édito de Milão*, disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89dito_de_mil%C3%A3o. Acesso em: 11 dez. 2008.
- WIKIPÉDIA, *Gregório de Nazianzo*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Greg%C3%B3rio_de_Nazianzo. Acesso em: 03 nov. 2008.
- WIKIPÉDIA, *Gregório de Níssa*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Greg%C3%B3rio_de_N%C3%Adssa. Acesso em: 03 nov. 2008.
- WIKIPÉDIA, *Hans Küng*, disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Hans_K%C3%Bcng;
Acesso em: 09 set. 2010.
- WIKIPÉDIA, *Inácio de Antioquia*, disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/In%C3%A1cio_de_Antioquia.
Acesso em 29 nov. 2017.

WIKIPÉDIA, *Ireneu de Lyon*, disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ireneu_de_Lyon. Acesso em: 22 out. 2008.

WIKIPÉDIA, *Justino*, disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Justino>. Acesso em: 29 nov. 2017.

WIKIPÉDIA, *Papa Clemente I*, disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Papa_Clemente_I. Acesso em 2 nov. 2017.

WIKIPÉDIA, *Rigueveda*, disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Rigveda>. Acesso em 28 nov. 2008.

WIKIPÉDIA, *São Basílio*, disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Bas%C3%Adlio. Acesso em: 03 nov. 2008.

WIKIPÉDIA, *São Jerônimo*, disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Jer%C3%B4nimo>. Acesso em: 24 nov. 2010.

WIKIPÉDIA, *Segundo Concílio de Éfeso*, disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Segundo_Conc%C3%Adlio_de_%C3%89feso. Acesso em: 28 nov. 2008.

WIKIPÉDIA, *Teófilo de Antioquia*, disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Te%C3%B3filo_de_antioquia. Acesso em: 22 out. 2008.

WIKIPÉDIA, *Tertuliano*, disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tertuliano>. Acesso em: 22 out. 2008.

Dados biográficos do autor



Paulo da Silva Neto Sobrinho é natural de Guanhães, MG. Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Universidade Católica (PUC-MG). Aposentou-se como Fiscal de Tributos pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais. Ingressou no movimento Espírita em Julho/87.

Escreveu vários artigos que foram publicados em alguns sites Espíritas na Internet, entre eles:

Participa do **GAE** – Grupo de Apologética Espírita (<https://apologiaespirita.com.br/>), desde o ano de 2004, quando de sua fundação.

Escreveu vários artigos que foram publicados em seu site **Paulo Neto** (www.paulosnetos.net) e alguns outros sites Espíritas na Web.

Livros publicados por Editoras:

a) impressos: 1) *A Bíblia à Moda da Casa*; 2) *Alma dos Animais: Estágio Anterior da Alma Humana?*; 3) *Espiritismo, Princípios, Práticas e Provas*; 4) *Os Espíritos Comunicam-se na Igreja Católica*; 5) *As Colônias Espirituais e a Codificação*; 6) *Kardec & Chico: 2 Missionários. Vol. I*; 7) *Espiritismo e Aborto*; e 8) *Chico Xavier: uma alma feminina*.

b) digitais: 1) *Kardec & Chico: 2 Missionários. Vol. II*; 2) *Kardec & Chico: 2 Missionários. Vol. III*; 3) *Racismo em Kardec?*; 4) *Espírito de Verdade, Quem Seria Ele?*; 5) *A Reencarnação Tá na Bíblia*; 6) *Manifestações de Espírito de Pessoa Viva (Em Que Condições Elas Acontecem)*; 7) *Homossexualidade, Kardec Já Falava Sobre Isso*; 8) *Os Nomes dos Títulos dos Evangelhos Designam Seus Autores?*; 9) *Apocalipse: Autoria, Advento e a Identificação da Besta*; 10) *Chico Xavier e Francisco de Assis Seriam o Mesmo Espírito?*; 11) *A Mulher na Bíblia*; 12) *Todos Nós Somos Médiuns?*; 13) *Os Seres do Invisível e as Provas Ainda Recusadas Pelos Cientistas*; 14) *O Perispírito e as Polêmicas a Seu Respeito*; 15) *O Fim dos Tempos Está Próximo?*; 16) *Obsessão, Processo de Cura de Casos Graves*; 17) *Umbral, Há Base Doutrinária Para Sustentá-lo?*; 18) *A Aura e os Chakras no Espiritismo*; 19) *Os Quatro Evangelhos, Obra Publicada por Roustaing, Seria a Revelação da Revelação?*; 20) *Espiritismo: Religião Sem Dúvida*; 21) *Allan Kardec e Suas Reencarnações*; 22) *Médiuns São Somente os Que Sentem a Influência dos Espíritos?*; 23) *EQM: Prova da Sobrevivência da Alma*; 24) *A Perturbação Durante a Vida Intrauterina*; 25) *Os Animais: Percepções, Manifestações e Evolução*; 26) *Reencarnação e as Pesquisas Científicas*; 27) *Reuniões de Desobsessão (Momento de Acolher Espíritos em Desarmonia)*; 28) *Haveria Fetos Sem Espírito?*; e 29) *Trindade: O Mistério Imposto Por Um Leigo e Anuído Pelos Teólogos*.

Belo Horizonte, MG.

www.paulosnetos.net

e-mail: paulosnetos@gmail.com

- 1 KARDEC, *O Livro dos Espíritos*, p. 123.
- 2 KANT, *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista Cosmopolita*, p. 4.
- 3 KANT frequentemente equiparava, do ponto de vista teórico, “propósito da natureza” com “propósito divino”. Na *Crítica da Razão Pura* ele pergunta a si mesmo e responde: “Mas (...) dessa forma posso fazer uso do conceito e da pressuposição de um Ser supremo na consideração racional do mundo? Sim! E é propriamente por isso que essa ideia foi posta em princípio pela razão. Mas posso, então, considerar como finalidades as disposições que se parecem com finalidades, derivando-as da vontade divina, embora pela intermediação de disposições particulares estabelecidas para esse efeito no mundo? Sim, isso é possível, com a condição (...) que nos deve ser absolutamente indiferente dizer, quando percebemos essa unidade, ‘Deus assim o quis em sua sabedoria’, ou ‘a natureza assim ordenou sabiamente.’” (grifo original) (p. 446-447)
- 4 MONTESQUIEU, *O Espírito das Leis*, p. 19.
- 5 KANT, *Para a Paz Perpétua*, p. 69.
- 6 MONTESQUIEU, *O Espírito das Leis*, p. 168.
- 7 KANT, *A Metafísica dos Costumes*, p. 159.
- 8 MONTESQUIEU, *O Espírito das Leis*, p. 170.
- 9 KANT, *A Metafísica dos Costumes*, p. 159.
- 10 CHAMPLIN, *Evidências Científicas Demonstram Que Você Vive Depois da Morte*, p. 159.
- 11 RENAN, *Vida de Jesus*, p. 18.
- 12 Catequese Católica, *Fundamentos bíblicos, Santíssima Trindade*, disponível em:
http://www.catequisar.com.br/texto/materia/celebracoes/trindade/e_01.htm
- 13 *Dicionário Barsa*, p. 274.

- 14 CHAMPLIN, e BENTES, *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia - Vol. 6*, p. 626-627.
- 15 KÜNG, *Credo: a profissão de fé apostólica explicada ao homem contemporâneo*, p. 145,
- 16 ARTE 7 CULTURE, Título: Trifacial Trinity, Criador: Escola Anônima de Cusco, Vida do criador: 1750/1770, Data de criação: ca. 1750 - ca. 1770, Dimensões físicas: w1240 x h1820 cm (completo), Tipo: Óleo sobre tela, Direitos: Coleção Museu de Arte de Lima. Doação Memória Prado, Título original: trindade trifacial, Técnica: Óleo sobre tela, Texto curatorial: Através deste tipo de composições didáticas, a igreja do vice-reinado procurava explicar aos fiéis o mistério da Santíssima Trindade, crucial na doutrina cristã. No presente caso, trata-se de uma imagem de origem medieval, transmitida através de gravuras. O dogma católico que afirma a existência de três pessoas diferentes num só Deus, aqui assume a forma de um rosto com quatro olhos, três narizes e três bocas. Essa tipologia - chamada Trindade Trifacial - havia sido proibida pelas autoridades eclesiais europeias, mas foi adotada na América por ser considerada um recurso eficaz para capturar graficamente um mistério teológico tão complexo. (RK) <https://artsandculture.google.com/asset/trifacial-trinity/nwGOfzqyUQzmpQ>
- 17 GIRI, *Trindade hindu (três cabeças)*: <https://giri.in/skin/frontend/default/theme327k/images/post/dattatreya-jayanthi.jpg>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- 18 CHAMPLIN, e BENTES, *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia - Vol. 6*, p. 626-627.
- 19 LETERRE, *A Vida Oculta e Mística de Jesus*, p. 45-57, passim.
- 20 CANÇÃO NOVA, *Como Maria é também a Mãe de Deus?*, assinado por Pe. Antônio Lima, disponível: <https://blog.cancaonova.com/padreantoniolima/como-maria-e-tambem-mae-de-deus/>

- 21 JUNG, *Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade*, p. 1-2.
- 22 Nota Transcrição (N.T.): (Nota da transcrição): H. Jacobsohn, *Die dogmatische Stellung des Königs in der Theologie der alten Ägypter*, 1939, p. 17.
- 23 N.T.: Preisigke, *Die Gotteskraft der frühchristlichen Zeit, e também Vom göttlichen Fluidum nach ägyptischer Anschauung*. Citação em Jacobsohn, op. Cit., p. 65.
- 24 N.T.: *Pistis Sophia*. Trad. De C. Schmidt, 1925, 121, 20ss, p. 89.
- 25 N.T.: Mais material a respeito das fontes pagãs, veja-se em Nielsen, *Der dreieinige Gott*, 1922, I.
- 26 N.T.: Sobre este ponto, cf. Norden, op. cit., p. 77ss.
- 27 JUNG, *Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade*, p. 4-6.
- 28 Para Carl Gustav Jung significa o conteúdo imagístico e simbólico do inconsciente coletivo, compartilhado por toda a humanidade. (HOUAISS)
- 29 VERMES, *Natividade*, p. 62-66.
- 30 ASLAN, *Zelota: a Vida e a Época de Jesus de Nazaré*, p. 61.
- 31 HASSNAIN, *Jesus, a Verdade e a Vida*, p. 73-74.
- 32 N.T.: Bharata, a descendência que se fundia com a própria Índia, e que dava caráter de etnia e identidade cultural. A própria Índia era chamada de Maha-Bharata, ou Grande Bharata: a GRANDE família.
- 33 N.T.: A separação entre estado e religião é recente. Na história, a lei de Deus era a justiça humana. O sacerdote era o juiz. O rei, César, Papa ou Faraó era sempre (no mínimo) representante de Deus. Vide reis judaicos (David, Salomão), Aiatolás do Irã, presidentes fundamentalistas árabes, etc. Texto sagrado é o código civil e penal, pois o poder é sempre exercido em nome de Deus. Logo, esperar um rei religioso era esperar um líder político também.

- 34 N.T.: Avatar: Emissário celeste; Canal da divindade.
- 35 N.T.: Vishnu: equivalente ao Filho para os cristãos, à Ísis para os egípcios, ou ao Fixo para os astrólogos. Amor, conservação e manutenção do que foi criado.
- 36 N.T.: Brahman, com N, o Deus não personificado, a soma de todos os deuses e criaturas. O Supremo, o Tao, o Todo, O Grande Arquiteto Do Universo.
- 37 N.T.: Brahman se divide em três aspectos (tal manifestação fenomênica é conhecida com o nome de Trimurti): Brahma (O Criador), Vishnu Narayana (O Mantenedor), e Shiva Nataraja (O Transformador). O segundo aspecto reencarna de tempos em tempos, para trazer a luz celeste entre os homens.
- 38 N.T.: Deus.
- 39 N.T.: Ensinamentos do Bhagavad Gita, onde Krishna fala sempre em “ofertar A Mim”, “Eu Sou o Caminho”, “Faz em Meu Nome”.
- 40 N.T.: Krishna morre flechado, após ensinar sobre Carma e Dharma a Arjuna, [por] um arqueiro.
- 41 N.T.: As lições estão registradas no Baghavad Gita.
- 42 N.T.: O Bhagavad Gita é um dos livros que compõe o épico sagrado MAHA-BHARATA.
- 43 N.T.: Krishna foi a oitava encarnação de Vishnu. Rama teria sido a sétima. Há controvérsias quanto a nona encarnação (Buda, Jesus, Chaytania ou Paramahansa Ramakrishna). Espera-se uma décima encarnação, conhecida esotericamente como Kalki, muito embora algumas correntes tenham seus fortes indícios para achar que já tenha vindo, e outros preferam achar que Kalki será uma onda, e não mais uma “pessoa”.
- 44 FREIRE, *Conhecem essa história?*, disponível em http://www.voadores.com.br/site/geral.php?txt_funcao=colunas&view=4&id=91
- 45 N.T.: João, I,5.

- 46 N.T.: Justino, *Apologia*, i, tt; Tertuliano, *De Baptismo*, 5; Halliday, 9.
- 47 DURANT, *História da Civilização*, p. 284.
- 48 DONINI, *Breve História das Religiões*, p. 84.
- 49 DONINI, *Breve História das Religiões*, p. 240.
- 50 N.T.: Não podemos esquecer que os deuses antigos eram dotados de todos os atributos humanos, por isso, antropomórficos. (N.A.)
- 51 VIEIRA, *O Homem de Nazaré*, p. 111-115.
- 52 VERMES, *Natividade*, p. 56-57.
- 53 VERMES, *Natividade*, p. 58.
- 54 Bíblia Sagrada – Pastoral, p. 954-955.
- 55 Bíblia Sagrada – Paulinas, p. 802.
- 56 Bíblia de Jerusalém, p. 1265.
- 57 Bíblia Anotada, p. 859.
- 58 Bíblia de Jerusalém, p. 1265.
- 59 Bíblia Sagrada – Ave-Maria, p. 948.
- 60 Bíblia Sagrada – Vozes, p. 897.
- 61 Bíblia do Peregrino, p. 1701.
- 62 Bíblia Sagrada – Santuário, p. 1050.
- 63 N.T.: **Essa é uma tradução literal do grego**, em vez das palavras imponentes tradicionais “do Espírito Santo”, com o artigo definido e as letras maiúsculas. No Novo Testamento, a expressão “espírito santo” é mencionada 28 vezes com o artigo definido, e 44 vezes sem. Embora o sentido seja essencialmente o mesmo, ou seja, uma referência ao “espírito santo” de Deus, a utilização do artigo, como no inglês, acrescenta especificidade ou ênfase à expressão. Dessa forma, esperar-se encontrar na passagem que trata da fonte da gravidez de Maria a utilização do artigo, mas não há artigo (compare com Mateus 12:32, em que se encontra o artigo). **A prática**

de capitalização do “Espírito Santo”, seguida na maior parte das traduções da Bíblia, é uma tentativa de base teológica de personificar o Espírito Santo como parte da Trindade. (grifo nosso)

- 64 TABOR, *A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origens do Cristianismo*. p. 59.
- 65 MACHADO, *A Sociedade Secreta de Jesus*, p. 90-91.
- 66 SOUZA, *Mitos Cristãos – Desafios Para o Diálogo Religioso*, p. 51.
- 67 SOUZA, *Mitos Cristãos – Desafios Para o Diálogo Religioso*, p. 55.
- 68 N.T.: Septuaginta: Versão dos Setenta. tradução do Velho Testamento do hebraico para o grego, realizada por volta do ano II A.E.C. (N.A.)
- 69 N.T.: Numa cópia, inserção deliberada de elemento(s) que não constava(m) do original. (N.A.)
- 70 N.T.: O dogma da Imaculada Conceção só foi determinado e sancionado em 1854, por meio da Bula *Ineffabilis Deus*, de Pio IX. (N.A.)
- 71 VIEIRA, *O Homem de Nazaré*, p. 115-118.
- 72 TRICCA, *Apócrifos II: os proscritos da Bíblia*, p. 182.
- 73 VERMES, *Natividade*, p. 74-79.
- 74 MARQUES, *História das Religiões e a Dialética do Sagrado*, p. 218-219.
- 75 HARPUR, *Transformando Água em Vinho: Uma Visão Profunda e Transformadora Sobre os Evangelhos*, p. 36.
- 76 NUNES FILHO, *Razão e Dogma*, p. 71.
- 77 EHRMAN, *O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse? Quem Alterou a Bíblia e Por Quê*, p. 170-172.
- 78 LEWIS, *A Leste de Qumran: em Busca das Raízes da Fé Ocidental*, p. 45.
- 79 SOUZA, *Três Maneiras de Ver Jesus*, p. 175.

- 80 HARPUR, *Transformando Água em Vinho: Uma Visão Profunda e Transformadora Sobre os Evangelhos*, p. 31.
- 81 WIKIPÉDIA, *Rig Veda*, disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rigveda>
- 82 KERSTEN, e GRUBER, *O Buda Jesus - As Fontes Budistas do Cristianismo*, p. 330.
- 83 LETERRE, *A Vida Oculta e Mística de Jesus*, p. 103.
- 84 EHRMAN, *O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse? Quem Mudou a Bíblia e Por Quê*, p. 72-73.
- 85 HARPUR, *Transformando Água em Vinho: Uma Visão Profunda e Transformadora Sobre os Evangelhos*, p. 23-24.
- 86 HARPUR, *Transformando Água em Vinho: Uma Visão Profunda e Transformadora Sobre os Evangelhos*, p. 196-197.
- 87 ROHDEN, *Que Vos Parece o Cristo*, p. 23-25.
- 88 VERMES, *As Várias Faces de Jesus*, p. 66.
- 89 HARPUR, *Transformando Água em Vinho: Uma Visão Profunda e Transformadora Sobre os Evangelhos*, p. 211.
- 90 CHAVES, *A Face Oculta das Religiões: Uma Visão Racional da Bíblia*, 2011, p. 137-138.
- 91 SOUZA, *Três Maneiras de Ver Jesus: a Maneira Histórica, a Mítica Literal e a Mítica Simbólica*, p. 174-175.
- 92 N.T.: João 1,3.
- 93 N.T.: João 1,2.
- 94 N.T.: Filipenses 2,6-11.
- 95 N.T.: Ário, Epístola a Alexandre, 6:2.
- 96 ARMSTRONG, *Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*, p. 149-150.
- 97 KARDEC, *Obras Póstumas*, p. 163-166.

- 98 SOUZA, *Mitos Cristãos – Desafios Para o Diálogo Religioso*, p. 112-114.
- 99 VERMES, *Natividade*, p. 58-62.
- 100 Bíblia de Jerusalém, p. 1844.
- 101 EHRMAN, *Quem Jesus foi? Quem Jesus Não Foi?: Mais Revelações Inéditas Sobre as Contradições da Bíblia*, p. 156.
- 102 EHRMAN, *Quem Jesus foi? Quem Jesus Não Foi?: Mais Revelações Inéditas Sobre as Contradições da Bíblia*, p. 266.
- 103 N.T.: Para discussão dos títulos “filho de Deus” e “Messias”, ver a influente obra de Bart Ehrman, *The New Testament: A Historical Introduction to the Early Christian Writings* (Oxford e Nova York, 2000), 60-84. Para uma excelente discussão de várias cristologias, ver PHEME PERKINS, “New Testament Christologies in Gnostic Transformation”, em *The Future of Early Christianity: Essays in Honor of Helmut Koester*, Birger A. Pearson, ed. (Minneapolis, 1991), 422-441.
- 104 PAGELS, *Além de Toda Crença: o Evangelho Desconhecido de Tomé*, p. 46.
- 105 RODRÍGUEZ, *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica*, p. 178.
- 106 KÜNG, *Religiões do Mundo – Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 217.
- 107 KUHN, *Um Renascimento Para o Cristianismo*, p. 66-67.
- 108 PIRES, *Revisão do Cristianismo*, p. 6-7.
- 109 SCHOEREDER, *O Outro Jesus*, in. *Vida e Obra de Jesus*, p. 8-9.
- 110 DURANT, *História da Civilização*, p. 35-36.
- 111 LENTSMAN, *A Origem do Cristianismo*, p. 114.
- 112 Bíblia Shedd, p. 18.
- 113 Bíblia Santuário, p. 22.

- 114 Juliano Contra Christianos, apud Cirilo de Alexandria, contra Julianum, X (op. IX, 326ss).
- 115 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 50.
- 116 RODRÍGUEZ, *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica*, p. 186.
- 117 LUZ, *Onde a Religião Termina?*, p. 135-136.
- 118 RUBENSTEIN, *Quando Jesus se Tornou Deus: A Luta Épica Sobre a Divindade de Cristo nos Últimos Dias de Roma*, p. 87.
- 119 RUBENSTEIN, *Quando Jesus se Tornou Deus: A Luta Épica Sobre a Divindade de Cristo nos Últimos Dias de Roma*, p. 149-150.
- 120 RODRÍGUEZ, *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica*, p. 208.
- 121 SOUZA, *Mitos Cristãos – Desafios Para o Diálogo Religioso*, p. 109-110.
- 122 ANDRADE, *O Espiritismo e as Igrejas Reformadas*, p. 59-62.
- 123 ANDRADE, *O Espiritismo e as Igrejas Reformadas*, p. 63-67.
- 124 EHRMAN, *Evangelhos Perdidos*, p. 324.
- 125 EHRMAN, *Evangelhos Perdidos*, p. 389.
- 126 ARIAS, *Jesus, Esse Grande Desconhecido*, p. 100-101.
- 127 N.T.: Akenson, *Surpassing Wonder*, p. 229-43.
- 128 N.T.: Ver, por exemplo, Marcos 14:61-64.
- 129 N.T.: Filipenses 2:6-11.
- 130 N.T.: Daniel 7:13; Mateus 24:30; 26:65; Marcos 13:26; 14:62; Lucas 17:22; 21:25; 22:69.
- 131 N.T.: João 1:1-14; Hebreus 1:2-4.
- 132 ARMSTRONG, *Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*, p. 69-70.

- 133 N.T.: T. Sof. 13:2.
- 134 N.T.: Mateus 17,2.
- 135 N.T.: Mateus 17,15.
- 136 N.T.: Mateus 17,20; Marcos 11,22-3.
- 137 ARMSTRONG, *Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*, p. 108-110.
- 138 VERMES, *As Várias Faces de Jesus*, p. 67-68.
- 139 SCHOEREDER, *A Expansão do Catolicismo*, in. *Vida e Obra de Jesus*, p. 34.
- 140 Colossenses 1:15.
- 141 TABOR, *A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origines do Cristianismo*, p. 293-294.
- 142 TABOR, *A Dinastia de Jesus: a História Secreta das Origines do Cristianismo*, p. 163.
- 143 N.T.: É essa problemática que Paulo se refere quando, por exemplo, escreve; “Razão por que está escrito: ‘O primeiro homem, Adão, foi um ser psíquico dotado de vida’; o último Adão é um espírito que dá vida” (1Cor 15,45). Descrições e desenvolvimentos similares encontram-se igualmente noutras epístolas enviadas por Paulo às comunidades da Ásia, aos Filipenses e aos Colossenses.
- 144 N.T.: Cf. Schonfield, H. J. (1987), *Jesús ¿Mesías o Dios?*, Martínez Roca, Barcelona, pp. 188-193.
- 145 RODRÍGUEZ, *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica*, p. 86-87.
- 146 LUZ, *Onde a Religião Termina?*, p. 134.
- 147 RODRÍGUEZ, *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica*, p. 175.
- 148 KÜNG, *Religiões do Mundo – Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 223.
- 149 Bíblia de Jerusalém, p. 34.

- 150 N.T.: “As bíblias e os iniciadores religiosos da humanidade”, por Leblois, pastor de Strasburgo.
- 151 DENIS, *Cristianismo e Espiritismo*, p. 272.
- 152 ORÍGENES, *Contra Celso*, p. 154.
- 153 CESAREIA, *História Eclesiástica*, p. 83.
- 154 RODRÍGUEZ, *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica*, p. 210.
- 155 FLUSSER, *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo - Vol. II*, p. 156.
- 156 FLUSSER, *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo - Vol. II*, p. 170.
- 157 FLUSSER, *O Judaísmo e as Origens do Cristianismo - Vol. II*, p. 170.
- 158 VERMES, *O Autêntico Evangelho de Jesus*, p. 377-378.
- 159 WIKIPÉDIA. *Hans Küng*, disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Hans_K%C3%Bcng e
<http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhePrint.htm?idEntrevista=25319&txPrint=completo>.
- 160 SOUZA, *Catecismo Ecumênico*, p. 222-223.
- 161 Bíblia de Jerusalém, p. 1758.
- 162 Romanos 1,7; 16,27; 1 Coríntios 1,3, 2 Coríntios 1,2; Gálatas 1,3, Efésios 1,2; Filipenses 1,2; 1 Tessalonicenses 1,1 e Filemom 1,3 - consideradas autênticas; 2 Tessalonicenses 1,2; 1 Timóteo 1,2; 2 Timóteo 1,2 e Tito 1,4, não de autoria de Paulo, um pouco mais à frente falaremos disso.
- 163 Bíblia Sagrada - Paulinas 1957, p. 1400 e Barsa, p. 164.
- 164 Novo Mundo, p. 1340.
- 165 LETERRE, *A Vida Oculta e Mística de Jesus*, p. 422.
- 166 Bíblia de Jerusalém, p. 1867.
- 167 Bíblia do Peregrino, p. 2579;
- 168 Bíblia Sagrada - Barsa, p. 43.

- 169 Bíblia Sagrada – Santuário, p. 80.
- 170 Bíblia Sagrada – Vozes, p. 84.
- 171 ASLAN, *Zelota: a Vida e a Época de Jesus de Nazaré*, p. 206-207.
- 172 EHRMAN, *O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?*, p. 191-192.
- 173 EHRMAN, *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?: Mais Revelações Inéditas Sobre as Contradições da Bíblia*, p. 146.
- 174 RENAN, *Paulo – o 13º Apóstolo*, p. 24-26.
- 175 FOX, *Bíblia: Verdade e Ficção*, p. 125-125.
- 176 EHRMAN, *O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?*, p. 123.
- 177 EHRMAN, *O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?*, p. 167.
- 178 BARRERA, *A Bíblia Judaica e a Bíblia Cristã: Introdução à História da Bíblia*, p. 278.
- 179 RODRÍGUEZ, *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica*, p. 80.
- 180 EHRMAN, *Quem Escreveu a Bíblia?: Porque os Autores da Bíblia Não São Quem Pensamos Que São*, p. 97-98.
- 181 EHRMAN, *Quem Escreveu a Bíblia?: Porque os Autores da Bíblia Não São Quem Pensamos Que São*, p. 109-118.
- 182 CHAMPLIN, *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo – Vol. 2*, p. 252.
- 183 CHAMPLIN, *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo – Vol. 2*, p. 253.
- 184 KARDEC, *O Céu e o Inferno*, p. 88.
- 185 ROHDEN, *Que Vos Parece do Cristo?*, p. 59-64.
- 186 VERMES, *As Várias Faces de Jesus*, p. 63.
- 187 VERMES, *As Várias Faces de Jesus*, p. 63.

- 188 Bíblia de Jerusalém, p. 2132-2133.
- 189 N.T.: “7 Porque três são os que testemunham:/ 8 o Espírito, a água e o sangue, / e os três tendem ao mesmo fim”. (N.T.)
- 190 JOHNSON, *História do Cristianismo*, p. 330.
- 191 EHRMAN, *O Que Jesus Disse? O Que Jesus Não Disse?*, p. 91-93.
- 192 CHAMPLIN, *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo – Vol. 4*, p. 293.
- 193 CHAMPLIN, *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo – Vol. 4*, p. 294.
- 194 AQUINO, *Falsas Doutrinas: Seitas e Religiões*, p. 52.
- 195 AQUINO, *Falsas Doutrinas: Seitas e Religiões*, p. 106.
- 196 SOUZA, *Mitos Cristãos – Desafios Para o Diálogo Religioso*, p. 122-123.
- 197 VAN DER LEEUW, *A Dramática História da Fé Cristã*, p. 16.
- 198 Bíblia Sagrada – Vozes, p. 1523-1524.
- 199 Dicionário Barsa, p. 106.
- 200 CHAMPLIN, *O Novo Testamento Interpretado Versículo Por Versículo – Vol. 1*, p. 343.
- 201 CAVALCANTE, *Jesus antes de Cristo*, in. *Aventura na História*, p. 33.
- 202 SCHONFIELD, *A Bíblia Estava Certa: Novas Luzes Sobre o Novo Testamento*, p. 9-10 – passim.
- 203 ROHDEN, *Que Vos Parece do Cristo?*, p. 23-26.
- 204 SCHUTEL, *Espiritismo e Protestantismo – Em Face dos Evangelhos e da Ciência*, p. 72.
- 205 SCHUTEL, *Vida e Atos dos Apóstolos*, p.6-8.
- 206 ARMOND, *O Cristianismo Primitivo*, p. 75.
- 207 GODOY, *Casos Controvertidos do Evangelho*, p. 79-80.

- 208 N.T.: Em certas Bíblias esse capítulo figura à parte, sob o título “História de Susana”.
- 209 DENIS, *Cristianismo e Espiritismo*, p. 276-277.
- 210 ACI DIGITAL, *Versões da Bíblia*, disponível em: <http://www.acidigital.com/Biblia/versoes.htm>
- 211 ESPINOSA, *Tratado Teológico-Político*, p. 26-31.
- 212 CHOURAQUI, *A Bíblia Matyah (O Evangelho Segundo Mateus)*, p. 51-52, 68, 179 e 352.
- 213 PASTORINO, *Sabedoria do Evangelho – Vol. 5*, p. 97-98.
- 214 N.T.: Nesta categoria se incluem, p. ex., os ancestrais de Cristo, mencionados em Mt 1,17 e divididos em 3x14 gerações. Cf. com o papel dos 14 ancestrais reais no Egito. Jacobsohn. *Die dogmatische Stellung des Königs in der Theologie der alten Ägypter*, p. 66s.
- 215 JUNG, *Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade*, p. 28-29.
- 216 N.T.: Cf. minha *exposição* a respeito em: *Theoretische Überlegungen zum Wesen des Psychischen*.
- 217 Já me perguntaram muitas vezes donde procede o arquétipo. É um dado adquirido ou não? É-nos impossível responder diretamente a esta pergunta. Como diz a própria definição, os arquétipos são fatores e temas que agruparam os elementos psíquicos em determinadas imagens (que denominamos arquetípicas, mas de um modo que só pode ser conhecido pelos seus efeitos. Os arquétipos são anteriores à consciência e, provavelmente, São eles que formam as dominantes estruturais da psique em geral, assemelhando-se ao sistema axial dos cristais que existe em potência na água-mãe, mas não é diretamente perceptível pela observação. Como condições *a priori*, os arquétipos representam o caso psíquico especial do “pattern of behaviour” [esquema de comportamento], familiar aos biólogos e que confere a cada ser vivente a sua natureza específica. Assim como as manifestações deste plano biológico fundamental podem variar no decurso da

- evolução, o mesmo ocorre com as manifestações dos arquétipos. Do ponto de vista empírico, contudo, o arquétipo jamais se forma no interior da vida orgânica em geral. Ele aparece ao mesmo tempo que a vida.
- 218 A este respeito, veja-se minha exposição em: *Theoretische Überlegungen zum Wesen des Psychischen*.
- 219 É muitíssimo provável que a ativação de um arquétipo se deva a uma mudança nas disposições da consciência, que requer uma nova forma de compensação.
- 220 JUNG, *Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade*, p. 36-39.
- 221 SABINO, *O Pastor de Hermas*, disponível em: http://monergismo.com/wp-content/uploads/Pastor_de_Hermas.pdf, p. 1.
- 222 CESAREIA, *História Eclesiástica: Os Primeiros Quatro Séculos da Igreja Cristã*, p. 80, 104 e 175.
- 223 CESAREIA, *História Eclesiástica: Os Primeiros Quatro Séculos da Igreja Cristã*, p. 80.
- 224 QUINTA, *Padres Apostólicos*, p. 161-163.
- 225 CESAREIA, *História Eclesiástica: Os Primeiros Quatro Séculos da Igreja Cristã*, p. 104.
- 226 QUINTA, *Padres Apostólicos*, p. 167.
- 227 QUINTA, *Padres Apostólicos*, p. 193.
- 228 QUINTA, *Padres Apostólicos*, p. 199.
- 229 QUINTA, *Padres Apostólicos*, p. 208.
- 230 QUINTA, *Padres Apostólicos*, p. 226-227.
- 231 QUINTA, *Padres Apostólicos*, p. 255.
- 232 CHAMPLIN e BENTES, *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia - Vol. 2*, p. 149.
- 233 QUINTA, *Padres Apostólicos*, p. 351-352.
- 234 QUINTA, *Padres Apostólicos*, p. 353.
- 235 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 100.

- 236 CESAREIA, *História Eclesiástica*, p. 104.
- 237 MELLO, *Como os Teólogos Refutam...*, p. 281.
- 238 AQUINO, *Falsas Doutrinas: Seitas e Religiões*, p. 51.
- 239 N.T.: Ver, por exemplo, Marcos 1:10. Em grego, o versículo diz literalmente que o Espírito desceu “para dentro” de Jesus.
- 240 EHRMAN, *Evangelhos Perdidos*, p. 18-36 – passim.
- 241 EHRMAN, *Evangelhos Perdidos*, p. 153-154.
- 242 EHRMAN, *Evangelhos Perdidos*, p. 157-160 – passim.
- 243 EHRMAN, *Evangelhos Perdidos*, p. 171-188 – passim.
- 244 EHRMAN, *Evangelhos Perdidos*, p. 224.
- 245 CHAMPLIN, *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo – Vol. 4*, p. 294.
- 246 WIKIPÉDIA, *Disputas Teológicas*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Disputas_cristol%C3%B3gicas
- 247 JENKINS, *Guerras Santas: Como 4 Patriarcas, 3 Rainhas e 2 Imperadores Decidiram em Que os Cristãos Acreditariam Pelos Próximos 1.500 anos*, p. 96-100.
- 248 EHRMAN, *Evangelhos Perdidos*, p. 203.
- 249 WIKIPÉDIA, *Papa Clemente I*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Papa_Clemente_I
- 250 AQUINO, *O Mistério da Santíssima Trindade*, disponível em:
<https://formacao.cancaonova.com/igreja/doutrina/santissima-trindade/>
- 251 WIKIPÉDIA, *Inácio de Antioquia*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/In%C3%A1cio_de_Antioquia.
- 252 WIKIPÉDIA, *Justino*, disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Justino>.
- 253 BOCK, *Os Evangelhos Perdidos: a Verdade Por Trás dos Textos Que Não Entraram na Bíblia*, p. 159-160.

- 254 WIKIPÉDIA, *Policarpo de Esmirna*, disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Policarpo_de_Esmirna.
- 255 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 39.
- 256 VAN DER LEEUW, *A Dramática História da Fé Cristã*, p. 52.
- 257 SÓ BIOGRAFIAS, *Atenágoras de Atenas*, disponível em:
<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Atenagor.html>
- 258 STORNILO e BALANCIN, *Petição em Favor dos Cristãos*:
<http://www.apologistascatolicos.com.br/obraspatristicas/Obras/PadresSecII/Atenagoras/ApeloPelosCristaos.htm>
- 259 WIKIPÉDIA, *Teófilo de Antioquia*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Te%C3%B3filo_de_Antioquia
- 260 N.T.: *Histoire du dogme de la Trinité*, v. II, p. 510.
- 261 VERITATIS SPLENDOR, *Teófilo de Antioquia*, disponível em:
<http://www.veritatis.com.br/biografia-de-teofilo-de-antioquia/>
- 262 WIKIPÉDIA, *Irineu de Lião*, disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ireneu_de_Lyon
- 263 APOLOGISTAS CATÓLICOS, *Padre da Igreja - Santo Irineu de Lião*, disponível em:
<http://apologistascatolicos.com.br/obraspatristicas/index.php?af=IrineuPregacaoApostolica>
- 264 WIKIPÉDIA, *Tertuliano*, disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Tertuliano>.
- 265 LETERRE, *A Vida Oculta e Mística de Jesus*, p. 425.
- 266 WIKIPÉDIA, *Clemente de Alexandria*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Clemente_de_Alexandria
- 267 ORÍGENES, *Contra Celso*, p. 9.
- 268 ORÍGENES, *Contra Celso*, p. 16-17.
- 269 ORÍGENES, *Contra Celso*, p. 19.
- 270 ORÍGENES, *Contra Celso*, p. 615-620.
- 271 ORÍGENES, *Contra Celso*, p. 621.

- 272 ORÍGENES, *Contra Celso*, p. 437-438.
- 273 ORÍGENES, *Contra Celso*, p. 442.
- 274 REALE e ANTISERI, *História da Filosofia - Vol. 1*, p. 413-414.
- 275 ORÍGENES, *Tratado Sobre os Princípios*, p. 20.
- 276 ORÍGENES, *Tratado Sobre os Princípios*, p. 40.
- 277 ORÍGENES, *Tratado Sobre os Princípios*, p. 92.
- 278 ORÍGENES, *Contra Celso*, p. 621.
- 279 ORÍGENES, *Tratado Sobre os Princípios*, p. 88-91.
- 280 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 63-65.
- 281 WIKIPÉDIA, *Basílio de Cesareia*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Bas%C3%ADlio_de_Cesareia.
- 282 WIKIPÉDIA, *São Gregório de Nissa*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Greg%C3%B3rio_de_N%C3%ADssa
- 283 WIKIPÉDIA, *Gregório de Nazianzo*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Greg%C3%B3rio_de_Nazianzo
- 284 KELLY, *A Santíssima Trindade nos escritos dos primeiros santos padres dos primeiros séculos*, disponível em
http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/pais_da_igreja/a_santissima_trindade_nos_escritos_dos_santos_padres_dos_primeiros_seculos.html
- 285 CHAMPLIN e BENTES, *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia - Vol. 6*, p. 629
- 286 WIKIPÉDIA, *Santo Agostinho*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Agostinho_de_Hipona
- 287 AGOSTINHO, *A Verdadeira Religião: o Cuidado Devido aos Mortos*, p. 16.
- 288 N.T.: Resume-se nesta frase inicial um profundo pensamento caro a Agostinho: a condição primordial da criatura racional. Sua ligação com Deus se faz mediante uma luz interior, sem mediação de criaturas. Para ele, o

espírito não se acha enclausurado em si mesmo, sem aberturas nem laços com as realidades divina, a humana e a da natureza criada. O espírito humano tem contato com o tríplice reino de valores: superiores, iguais e inferiores. O valor dos valores é Deus, com quem tem ligação originária e primordial.

As ideias resumidas nesta obra aludem frequentemente à doutrina agostiniana básica: a da verdade acessível ao homem. A doutrina da ligação com a verdade é a mesma da ligação do homem com Deus. Por aí, estabeleceu ele um fundamento metafísico para a verdadeira religião. A mensagem primordial desta obra é sem dúvida a famosa afirmação: “A Verdade habita no coração do homem” (39,72).

- 289 AGOSTINHO, *A Verdadeira Religião: o Cuidado Devido aos Mortos*, p. 136-138.
- 290 AGOSTINHO, *Confissões*, p. 408.
- 291 LORENZEN, *Introdução à Trindade*, p. 6-7.
- 292 N.T.: Ver Pagels, *Os Evangelhos Gnósticos*, cap. 4.
- 293 Por exemplo, um autor *anônimo* detalhadamente citado por Eusébio em *História da Igreja*, 5.28; ver também Epifânio, *Panarion*, 54.
- 294 Ver o ensaio caracteristicamente picante de Tertuliano intitulado *Contra Praxeias*, e o polêmico tratado de Hipólito, *Contra Noeto*.
- 295 Há uma maciça literatura sobre Orígenes. As melhores introduções são provavelmente *Crouzel, Origen*, e *Trigg, Origen: The Bible and Philosophy in The Third Century Church*.
- 296 Para um estudo completo das controvérsias posteriores acerca dos ensinamentos de Orígenes, ver Clark, *The Origenist Controversy*.
- 297 Para importantes textos e visões gerais desses debates, ver Norris, *The Christological Controversy*, e Rusch, *The Trinitarian Controversy*.

- 298 N.T.: Mais tarde, na primeira metade do século IV, as opiniões de Ários (sic), o teólogo, sobre esse tema vieram a ser debatidas no Concílio de Niceia. O Concílio acabou favorecendo a visão de que Cristo era da mesma “substância” que o Pai, e que sempre havia existido, em vez de ser um ente criado secundariamente, embora divino.
- 299 EHRMAN, *Evangelhos Perdidos*, p. 226-234.
- 300 N.T.: Killian, James. *Truth of Our Faith*. [S.l.: s.n.] p. 193
- 301 WIKIPÉDIA, *São Jerônimo*, disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Jer%C3%B3nimo_de_Str%C3%ADdon
- 302 KÜNG, *A Igreja Católica*, p. 79-81.
- 303 KÜNG, *Religiões do Mundo - Em Busca dos Pontos Comuns*, p. 223-224.
- 304 KÜNG, *A Igreja Católica*, orelha da contracapa.
- 305 N.T.: Cf. Küng, H. (1994), op. cit., p. 152.
- 306 N.T.: Cf. Santa Sé (1992), op. cit., p. 64, § 253.
- 307 N.T.: Em Espanha, por exemplo, onde então dominava o arianismo, foi o rei Recaredo que, por volta de 600, impôs por decreto, e sob pena de morte, a crença trinitária.
- 308 N.T.: Cf. Garzanti (1992), op. cit., p. 985.
- 309 N.T.: Expressão utilizada pelo Concílio Vaticano I. Cf. Santa Sé (1992), op. cit., p. 60, § 237.
- 310 N.T.: O Evangelho de João (Jo 10,30) põe na boca de Jesus estas palavras: “Eu e o Pai somos um só”.
- 311 N.T.: É indiscutível que uma elaboração mítico-religiosa deve ser absolutamente alheia à realidade, à história e, inclusivamente, às próprias possibilidades do mundo natural, dado exercer a sua importante função psicossocial por meio de imagens simbólicas enraizadas no substracto cultural do colectivo humano que as elabora e mantém. Nada há, pois, a objectar à rica e

- profunda figura divina do mítico Jesus Cristo do Evangelho de João. Se persistimos em afirmar, algo teimosamente, que esse Jesus é “infinitamente mais falso”, é porque a Igreja pretende impor como verdade histórica o que é apenas e tão-só uma elaboração mítica. Elaboração mítica que, além do mais, produz uma figura de Jesus totalmente oposta à que nos é dada pelos outros evangelhos. De um ponto de vista exclusivamente racional, é, pois, razoável concluir que uma das duas versões contraditórias de Jesus é objectivamente falsa.
- 312 RODRÍGUEZ, *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica*, p. 309-315.
- 313 GIORDANI, *História do Império Bizantino*, p. 269.
- 314 RODRÍGUEZ, *Mentiras fundamentais da Igreja Católica*, p. 184-185.
- 315 LORENZEN, *Introdução à Trindade*, p. 16.
- 316 ALBERIGO, *História dos Concílios Ecumênicos*, p. 8.
- 317 RUBENSTEIN, *Quando Jesus se Tornou Deus*, p. 220.
- 318 DIEHL, *Os Grandes Problemas da História Bizantina*, p. 92-93.
- 319 RODRÍGUEZ, *Mentiras Fundamentais da Igreja Católica*, p. 182.
- 320 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 48.
- 321 DUFFY, *Santos e Pecadores: História dos Papas*, p. 24.
- 322 DUFFY, *Santos e Pecadores: História dos Papas*, p. 25.
- 323 ROHDEN, *Agostinho*, p. 111 e 116.
- 324 RUSSELL, *História da Filosofia Ocidental*, p. 28.
- 325 FO; TOMAT; MALUCELLI, *O Livro Negro do Cristianismo: Dois Mil Anos de Crimes em Nome de Deus*, p. 129.
- 326 N.T.: Avvisi riguardo ai mezzi piú opportuni per sostenere la Chiesa romana, Bolonha, 20 de outubro de 1553. Biblioteca Nacional de Paris, folha B, n. 1088, vol. II, p. 641/640).

- 327 FO; TOMAT; MALUCELLI, *O Livro Negro do Cristianismo: Dois Mil Anos de Crimes em Nome de Deus*, p. 130.
- 328 FO; TOMAT; MALUCELLI, *O Livro Negro do Cristianismo: Dois Mil Anos de Crimes em Nome de Deus*, p. 132.
- 329 GIBBON, *Declínio e Queda do Império Romano*, p. 265.
- 330 GIBBON, *Declínio e Queda do Império Romano*, p. 268.
- 331 GIBBON, *Declínio e Queda do Império Romano*, p. 269.
- 332 N.T.: Ambrogio Donini, *Storia del cristianesimo - dalle origini a Giustiniano*, Teti editore, Milão, p. 306-7.
- 333 N.T.: Cf. Storia della Chiesa (séc. I-XII), *Jesus: duemila anni di attualità*, vol. III. Edizioni SAIE, Turim, 1981, p. 196-7.
- 334 FO; TOMAT; MALUCELLI, *O Livro Negro do Cristianismo: Dois Mil Anos de Crimes em Nome de Deus*, p. 77-78.
- 335 Monografias, *La Trinidad*, por Victório, E. F. V., disponível em:
<http://www.monografias.com/trabajos26/trinidad/trinidad.shtml>
- 336 Dicionário Barsa, p. 59.
- 337 ARMSTRONG, *Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*, p. 149-148.
- 338 INCONTRI e BIGHETO, *Todos os Jeitos de Crer*, p. 43.
- 339 ARMSTRONG, *Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*, p. 149.
- 340 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 71-72.
- 341 VIDIGAL, *Manual do Católico de Hoje*, disponível em <http://www.mundocatolico.org.br/doutrina.htm#Tr%C3%AAAs%20Pessoas,%20Um%20s%C3%B3>
- 342 DURANT, *História da Civilização: 3ª Parte: César e Cristo*, p. 360.
- 343 ARMSTRONG, *Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*, p. 151.

- 344 CAMARGO e MELLO, *2000 Anos de Cristianismo*, p. 61.
- 345 VAN DER LEEUW, *A Dramática História da Fé Cristã*, p. 107.
- 346 VAN DER LEEUW, *A Dramática História da Fé Cristã*, p. 109.
- 347 ARMSTRONG, *Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*, p. 160.
- 348 DURANT, *História da Civilização: 3ª Parte: César e Cristo*, p. 360.
- 349 PERRONE, *De Niceia (325) a Calcedônia (451)*, p. 25.
- 350 GIORDANI, *História do Império Bizantino*, p. 272.
- 351 DURANT, *História da Civilização: 3ª Parte: César e Cristo*, p. 361-362.
- 352 VERITATIS SPLENDOR, *O Concílio de Niceia*, <http://www.veritatis.com.br/o-concilio-de-niceia/>.
- 353 LETERRE, *A Vida Oculta e Mística de Jesus*, p. 427-428.
- 354 PERRONE, *De Niceia (325) a Calcedônia (451)*, p. 33-35.
- 355 CRISTIANISMO WIKI, *Primeiro Concílio de Niceia*, disponível em: http://cristianismo.wikia.com/wiki/Primeiro_Conc%C3%ADlio_de_Niceia
- 356 LACHATRE, *Os Crimes dos Papas: Mistérios e Iniquidades da Corte de Roma*, p. 96-97.
- 357 N.T.: ek tes oysías toy patrós - “do mais íntimo ser do Pai” - unido inseparavelmente.
- 358 N.T.: homooyision tō patrí - ser unido intimamente com o Pai; embora distintos em existência, estão essencialmente unidos.
- 359 N.T.: enanthrōpésanta - tomando sobre si tudo aquilo que faz homem ao homem, alargando sarkōthénta, “fez-se carne”; ou, talvez, “viveu como homem entre os homens”, alargando e salvaguardando o credo de Cesareia “viveu entre homens”, èn anthrōpōis

- politeysámenon. Mas isto parece menos provável.
- 360 N.T.: eks oyk óntôn – “do nada”.
- 361 N.T.: Isto é, moralmente mutável.
- 362 N.T.: Isto é, moralmente mutável.
- 363 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 54-56.
- 364 PERRONE, *De Niceia (325) a Calcedônia (451)*, p. 55
- 365 N.T.: Notar o apelo para a tradição e para a Escritura.
- 366 N.T.: Fez-se uma objeção metafísica aos termos nicenos que implicavam numa participação da divindade (*oysía* tomando como *hylé*, substância material), como se o Pai e o Filho fossem (ou possuíssem) parte de um todo.
- 367 N.T.: *eikon. tés oysías... toy patrós* – suscetível tanto a uma interpretação nicena, como a uma interpretação ariana.
- 368 N.T.: Os arianos interpretariam as palavras no segundo sentido.
- 369 N.T.: Um texto muito apropriado aos arianos.
- 370 N.T.: Do modo como os sabelianos interpretaram, os títulos podiam ser chamados de apelidos temporários da divindade. O sabelianismo é tido como real adversário pelos que elaboraram este credo.
- 371 N.T.: *hypóstasis* – veja a nota da pg. 64.
- 372 N.T.: Não é uma condenação verdadeira do arianismo, embora a frase possa dar a entender tal condenação. Ario evitava dizer que houve um *tempo* quando o Filho não existia; *en hóte oyk en* era a frase. Do mesmo modo, ele não ensinava que o Filho era uma criatura, etc., *como uma das criaturas*, etc. Os arianos não foram atingidos pela acusação.
- 373 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 74-77.
- 374 ARMSTRONG, *Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*, p. 152.
- 375 UR-RAHIM, *Jesus, o Profeta do Islão*, p. 49-50.

- 376 UR-RAHIM, *Jesus, o Profeta do Islão*, p. 50.
- 377 ALBERIGO, *História dos Concílios Ecumênicos*, p. 51-52.
- 378 FO; TOMAT, MARLUCCI, *O Livro Negro do Cristianismo*, p. 49.
- 379 GIBBON, *Declínio e Queda do Império Romano*, p. 352.
- 380 GIBBON, *Declínio e Queda do Império Romano*, p. 352-353.
- 381 N.T.: Kelly, *Early Christian Doctrines* 254.
- 382 LORENZEN, *Introdução à Trindade*, p. 21-22.
- 383 ALBERIGO, *História dos Concílios Ecumênicos*, p. 53-54.
- 384 PERRONE, *De Niceia (325) a Calcedônia (451)*, p. 58.
- 385 PERRONE, *De Niceia (325) a Calcedônia (451)*, p. 59.
- 386 GIORDANI, *História do Império Bizantino*, p. 272.
- 387 PERRONE, *De Niceia (325) a Calcedônia (451)*, p. 60.
- 388 PERRONE, *De Niceia (325) a Calcedônia (451)*, p. 60.
- 389 PERRONE, *De Niceia (325) a Calcedônia (451)*, p. 67.
- 390 As adições “Deus de Deus” (do credo de Niceia) e “(do Pai) e o Filho” ocorrem pela primeira vez no “credo de Constantinopla” como foi recitado no III Concílio de Toledo em 589. A última frase, a “cláusula filioque” já tinha sido usada num anterior Concílio de Toledo em 477: ela cresceu em popularidade no Ocidente e foi incluída em muitas versões do credo, excluindo-se o da Igreja de Roma, onde Leão III em 809 recusou inseri-la. Mas em 867 Nicolau I foi excomungado por Fócio, Bispo de Constantinopla, por ter corrompido o credo ao adicioná-la.
- 391 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 56.
- 392 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 51-52.
- 393 LORENZEN, *Introdução à Trindade*, p. 35.
- 394 Hanson, em *Search*, 821. Este é o édito de Teodósio I, que chamei de *Episcopis tradi*.

- 395 RUBENSTEIN, *Quando Jesus se Tornou Deus*, p. 268-269.
- 396 CHAVES, *A Face Oculta das Religiões: Uma Visão Racional da Bíblia*, 2006, p. 140-142.
- 397 GIORDANI, *História do Império Bizantino*, p. 275-276.
- 398 GIORDANI, *História do Império Bizantino*, p. 273-274.
- 399 WIKIPÉDIA, *Segundo Concílio de Éfeso*, disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Segundo_Conc%C3%Adlio_de_%C3%89feso.
- 400 GIORDANI, *História do Império Bizantino*, p. 274.
- 401 CAMARGO e MELLO, *2000 Anos de Cristianismo*, p. 64.
- 402 FRANZERO, *Teodora*, p. 197-204.
- 403 BARRERA, *A Bíblia Judaica e a Bíblia Cristã: Introdução à História da Bíblia*, p. 281-282.
- 404 EHRMAN, *Evangelhos Perdidos*, p. 91.
- 405 GIORDANI, *História do Império Bizantino*, p. 275.
- 406 N.T.: [katà] *anaphorán*, ê, *schésin*, ê *dynanzin*, talvez: “feita por promoção ou possessão, ou poder”.
- 407 BETTENSON, *Documentos da Igreja Cristã*, p. 132-133.
- 408 GIORDANI, *História do Império Bizantino*, p. 275.
- 409 *Dicionário Barsa*, p. 185.
- 410 N.T.: Vladimir Lossky, *The mystical theology of the Eastern Church* (Londres, 1997), pp. 57-65).
- 411 ARMSTRONG, *Uma História de Deus: Quatro Milênios de Busca do Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*, p. 256-258.
- 412 MARQUES, *História das Religiões e a Dialética do Sagrado*, p. 186-187.
- 413 ZAHRT, *Jesus de Nazaré: Uma Vida*, p. 175.
- 414 RUBENSTEIN, *Quando Jesus se Tornou Deus*, p. 240.
- 415 RUBENSTEIN, *Quando Jesus se Tornou Deus*, p. 265.
- 416 ESPINOSA, *Tratado Teológico-político*, p. 215.

- 417 WIKIPÉDIA, *Édito de Milão*, disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89dito_de_Mil%C3%A3o.
- 418 VAN DER LEEUW, *A Dramática História da Fé Cristã*, p. 96.
- 419 BENETTON, J. S. *De uma vez por todas: o Espiritismo é cristão ou não???*, disponível em:
<http://kardecismo.org/espirtismo-cristao.html>.
- 420 N.T.: Penso aqui no ponto de vista protestante da *sola fide*.
- 421 JUNG, *Interpretação Psicológica do Dogma da Trindade*, p. 88-90.
- 422 LORENZEN, *Introdução à Trindade*, p. 57.
- 423 VAN DER LEEUW, *A Dramática História da Fé Cristã* p. 115.
- 424 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, *Isaac Newton*, disponível em:
<https://fisicafacip.wordpress.com/biografias/isaac/>
- 425 DN NOTÍCIAS, *Newton Previu o Apocalipse para 2060 Com Base na Bíblia*,
<http://www.dnoticias.pt/hemeroteca/158060-newton-previu-o-apocalipse-para-2060-com-base-na-biblia-ODN158060>.